PREFEITURA DE
PATO BRANCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUAS
Sistema Único de Assistência Social

# DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

## DE PATO BRANCO – PR



Pato Branco/2026

**Geri Dutra**
Prefeito Municipal

**Tânia Raber Bertelli**
Secretária de Assistência Social

**Carlos Henrique Galvan Gnoatto**
Diretor da Gestão do SUAS

**Pedro Angelo Dutra Beladelli**
Diretor da Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária

**Daiane Galvão Dias**
Coordenadora da Proteção Social Básica

**Aline Talita Pliati de Senna**
Coordenadora da Proteção Social Especial

**Rafaela Assis Barbosa Algeri**
Coordenadora do Monitoramento e Avaliação

**Organização:**
Carlos Henrique Galvan Gnoatto
Rafaela Assis Barbosa Algeri

PREFEITURA DE
PATO BRANCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## PREFEITURA DE PATO BRANCO

Rua Caramuru, 271 – Centro – Pato Branco – PR

(46) 3320-1544

https://patobranco.pr.gov.br/

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Teófilo Augusto Loiola – Bairro Sambugaro – Pato Branco – PR

(46) 3225-5544/ 3224-1951

secsocial@patobranco.pr.gov.br

https://patobranco.pr.gov.br/assistenciasocial/

**Novembro/2026**

# LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

BCC – Benefícios de Composição Criança

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADSUAS – Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único para Programas Sociais

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CID – Classificação Internacional de Doenças

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná

CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

COVID-19 – Coronavírus Disease 2019

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

EAS – Entidade de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FIC – Formação Inicial Continuada

FJP – Fundação João Pinheiro

FUNDABEM – Fundação de Bem-estar Social

GAMA – Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer

GPTE – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ILPI – Instituição de Longa Permanência

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPDM – Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MC – Ministério de Estado da Cidadania

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MSE – Medida Socioeducativa

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

OSC – Organização da Sociedade Civil

PBF – Programa Bolsa Família

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PLO – Projeto de Lei Ordinária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR - Paraná

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

REMAP – Remanso da Pedreira

RF – Responsável pela Unidade Familiar

RG – Registro Geral

RMA – Registro Mensal de Atendimentos

RMV – Renda Mensal Vitalícia

SADT – Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de urgência

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UC – Unidade de Conservação

UCO – Unidade de Custo Operacional

UNIDEP – Centro Universitário de Pato Branco

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

VAB – Valor Adicionado Bruto

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento Populacional (1970 - 2022) ..... 20
Gráfico 2 – População censitária, por situação de domicílio e sexo (2022) ..... 21
Gráfico 3 – Pirâmide etária (2022) ..... 24
Gráfico 4 – População censitária, por raça/cor (2022) ..... 25
Gráfico 5 – Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único, segundo o número de moradores no domicílio ..... 48
Gráfico 6 – Responsáveis pela Unidade Familiar inscritos no Cadastro Único, por sexo e faixa etária ..... 50
Gráfico 7 – Pessoas divididas por sexo, por região ..... 53
Gráfico 8 – Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por região ..... 60
Gráfico 9 – Pessoas nascidas em outros países inscritas no Cadastro Único, segundo a região de residência ..... 62
Gráfico 10 – Pessoas em situação de rua segundo a faixa de renda familiar per capita ..... 65
Gráfico 11 – Pessoas inscritas no Cadastro Único segundo o tempo em situação de rua ..... 67
Gráfico 12 – Quantidade de BPC, por região ..... 70
Gráfico 13 – Distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família segundo a faixa de renda familiar per capita, antes e após a transferência de renda ..... 79
Gráfico 14 – Quantidade de pessoas integrantes inscritas no cadúnico – CRAS Carolina ..... 100
Gráfico 15 – Quantidade de pessoas integrantes inscritas no cadúnico – CRAS Paulina ..... 104
Gráfico 16 – Quantidade de pessoas integrantes inscritas no cadúnico ..... 108
Gráfico 17 – Evolução dos Atendimentos ..... 113
Gráfico 18 – Total de participantes SCFV – 2024 e 2025 ..... 122
Gráfico 19 – Total de participantes SCFV, por faixa etária – 2024 e 2025 ..... 123
Gráfico 20 – Distribuição dos participantes do SCFV, por localidade – 2024 e 2025 ..... 124

Gráfico 21 – Pessoas do sexo feminino que tiveram os direitos violados, por faixa etária (2024 – 2025) ..... 134
Gráfico 22 – Pessoas do sexo masculino que tiveram os direitos violados, por faixa etária (2024 – 2025) ..... 135
Gráfico 23 – Violação de direitos, por região (2024 – 2025) ..... 137
Gráfico 24 – Distribuição territorial das crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, por região (2024–2025) ..... 139
Gráfico 25 – Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, por região (2024 – 2025) ..... 141
Gráfico 26 – Crianças e adolescentes vítimas negligência ou abandono, por região (2024 – 2025) ..... 142
Gráfico 27 – Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono, por região (2024 – 2025) ..... 146
Gráfico 28 – Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), por região (2024 – 2025) ..... 147
Gráfico 29 – Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono, por região (2024 – 2025) ..... 149
Gráfico 30 – Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar, por região (2024 – 2025) ..... 150
Gráfico 31 – Quantitativo de reincidências em MSE (2022 a 2025) ..... 158
Gráfico 32 – Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento (2024 -2025) ..... 160
Gráfico 33 – Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento (2024 - 2025) ..... 160
Gráfico 34 – Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento (2024 -2025) ..... 160
Gráfico 35 – Volume da evolução das abordagens realizadas ..... 166
Gráfico 36 – Atendimentos CREAS (2024 - 2025) ..... 171
Gráfico 37 – Evolução dos atendimentos - CREAS (2022 -2025) ..... 172
Gráfico 38 – Vínculos em Serviços e Programas das crianças e adolescentes acolhidos (2024 – 2025) ..... 180
Gráfico 39 – Vínculos em Serviços e Programas dos usuários acolhidos (2024 – 2025) ..... 191

Gráfico 40 – Vínculos em Serviços e Programas dos usuários acolhidos (2024 – 2025) .....193

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setores, serviços e equipes da SMS (2026) ....28
Tabela 2 - Equipamentos de saúde por território – Pato Branco, 2026 ....29
Tabela 3 – Distribuição territorial da rede pública de educação, por rede de ensino e área, Pato Branco – PR, 2026. ....31
Tabela 4 - - Número de famílias cadastradas CadÚnico (2024 - 2025) ....42
Tabela 5 – Famílias e pessoas inscritas CadÚnico, por região ....43
Tabela 6 – Bairros e comunidades, por região, CadÚnico (2021) ....43
Tabela 7 – Famílias por bairro e faixa de renda ....45
Tabela 8 – Taxa da atualização do CadÚnico ....48
Tabela 9 - Escolaridade do RUF ....54
Tabela 10 - Faixa etária das pessoas inscritas no CadÚnico ....57
Tabela 11 - Tipo de ocupação ....60
Tabela 12 - Pessoas com deficiência, por sexo e faixa etária ....63
Tabela 13 - Pessoas nascidas em outros países inscritas no Cadastro Único, segundo a região de residência ....66
Tabela 14 - Pessoas nascidas em outros países inscritas no Cadastro Único, segundo o país de origem ....67
Tabela 15 - Principais motivos declarados para o ingresso na situação de rua ....72
Tabela 16 - Número de beneficiários BPC (2024 - 2025) ....73
Tabela 17 – Quantidade de BPC, por região ....75
Tabela 18 - Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo a faixa etária ....77
Tabela 19 - Programa Bolsa Família (janeiro de 2024 a dezembro de 2025) ....79
Tabela 20 – Quantidade de famílias que recebem o PBF, por bairro e faixa de renda per capita ....81
Tabela 21 – Distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família segundo a faixa de renda familiar per capita, antes e após a transferência de renda ....84
Tabela 22 - Não cumprimento das condicionalidades do PBF ....86
Tabela 23 – Quantidade de auxílio alimentação, por unidade (2024 - 2025) ....89
Tabela 24 - Equipamentos públicos socioassistenciais ....92
Tabela 25 - Rede socioassistencial das EAS ....93
Tabela 26 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social Básica ....95
Tabela 27 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social de Média Complexidade ....96
Tabela 28 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social de Alta Complexidade ....97
Tabela 29 - Programa ofertado por entidades inscritas no CMAS ....98
Tabela 30- Pessoas inscritas no Cadastro Único por faixa etária e sexo ....101
Tabela 31 - Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta ....119
Tabela 32 - Capacidade instalada do SCFV por unidade executora (Censo SUAS 2025) ....132
Tabela 33 - Total de casos e novos casos inseridos no PAEFI, por ano ....139

Tabela 34 - Novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI. .....140
Tabela 35 - Tipos de violências (2024 - 2025).....141
Tabela 36 - Violações de direitos (2024 - 2025).....145
Tabela 37 - Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica).....148
Tabela 38 - Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual .....150
Tabela 39 - Crianças e adolescentes vítimas negligência ou abandono .....151
Tabela 40 - Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) .....153
Tabela 41 - Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual).....154
Tabela 42 - Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono.....156
Tabela 43 - Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual).....157
Tabela 44 - Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono .....159
Tabela 45 - Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual).....160
Tabela 46 – Série histórica das Medidas Socioeducativas LA e PSC iniciadas e encerradas.....164
Tabela 47 - Quantitativo de atos infracionais (2024 – 2025).....166
Tabela 48 - Quantitativo de atos infracionais (2024 – 2025).....167
Tabela 49 - Taxa de reincidência dos adolescentes em Medidas Socioeducativas (2022–2025).....169
Tabela 50 - Quantidade de MSE por idade dos adolescentes (2024 - 2025) .....172
Tabela 51 - Quantidade de adolescentes em MSE, por bairros e localidades (2024 - 2025) .....173
Tabela 52 -Quantitativo de Medidas protetivas aplicadas (2024 – 2025) .....175
Tabela 53 - Quantidade e perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social.....175
Tabela 54 - Situações identificadas pelo Serviço de Abordagem Social .....176
Tabela 55 - Pessoas atendidas pela APAE (0 a 6 anos).....179
Tabela 56 - Pessoas atendidas pela APAE (7 a 12 anos).....180
Tabela 57 - Pessoas atendidas pela APAE (13 a 17 anos).....180
Tabela 58 - Pessoas atendidas pela APAE (18 a 59 anos).....181
Tabela 59 - Pessoas atendidas na APAE (60 anos ou mais).....181
Tabela 60 - Encaminhamentos sociais (CREAS) .....185
Tabela 61 – Número de acolhidos, por faixa etária (2024 - 2025) .....188
Tabela 62 - Número de acolhidos, por sexo (2024 -2025) .....189
Tabela 63 - Motivos de acolhimento (2024 -2025) .....189
Tabela 64 - Motivos de desacolhimento (2024 -2025) .....193
Tabela 65 – Número de acolhidos, por faixa etária (2024 - 2025) .....195
Tabela 66 – Número de acolhidos, por sexo (2024 - 2025) .....196
Tabela 67 – Número de acolhimentos, desacolhimentos e que permaneceram em acolhimento (2024 - 2025) .....196
Tabela 68 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 -2025).....198
Tabela 69 - Número de acolhidos, por sexo (2024 - 2025) .....198

Tabela 70 – Nacionalidade das pessoas acolhidas na Casa de Passagem (2024 - 2025) .....199
Tabela 71 - Motivos de acolhimentos (2024 - 2025) .....200
Tabela 72 - Motivos de desacolhimento (2024 - 2025) .....201
Tabela 73 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 -2025) .....202
Tabela 74 - Número de acolhidos, por sexo (2024 -2025) .....203
Tabela 75 - Motivos de acolhimento (2024 -2025) .....203
Tabela 76 - Motivos de desacolhimento (2024 - 2025) .....203
Tabela 77 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 - 2025) .....205
Tabela 78 - Número de acolhidos, por sexo (2024 - 2025) .....205
Tabela 79 - Motivos de acolhimentos (2024 - 2025) .....205
Tabela 80 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 -2025) .....207
Tabela 81 - Número de acolhidos, por sexo (2024 - 2025) .....207
Tabela 82 - Motivos de acolhimento (2024 - 2025) .....208
Tabela 83 - Motivo de desacolhimento (2024 - 2025) .....208
Tabela 84 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 - 2025) .....210
Tabela 85 – IDCRAS: CRAS .....212
Tabela 86 – IDCREAS (2023 – 2024) .....212

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Pato Branco no Estado do Paraná.....19
Figura 2 - Mapa de Pato Branco e municípios limítrofes.....20
Figura 4 - Mapa da rede socioassistencial ..... **Erro! Indicador não definido.**
Figura 5 - Famílias inscritas no CadÚnico zona urbana.....216
Figura 6 - Famílias inscritas no Cadastro Único que residem no interior.....217
Figura 7 - Famílias inscritas no Cadastro Único que recebem bolsa família .....218
Figura 8 – Famílias inscritas no Cadastro Único que recebem bolsa família e residem no interior.....219
Figura 9 – Crianças de 0 a 6 anos que recebem Bolsa Família.....220
Figura 10 – Crianças de 0 a 6 anos que recebem Bolsa Família residentes no interior .....221
Figura 11 – Crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos que recebem Bolsa Família .....222
Figura 12 - Crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos que recebem Bolsa Família que residem no interior.....223
Figura 13 – Adolescentes entre 16 e 17 anos que recebem bolsa família .....224
Figura 14 – Adolescentes entre 16 e 17 anos que recebem Bolsa Família e residem no interior.....225
Figura 15 – Pessoas entre 18 e 59 anos que recebem Bolsa Família.....226
Figura 17 - Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que recebem Bolsa Família.....227
Figura 18 - Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que recebem Bolsa Família residentes do Interior.....228
Figura 19 - Pessoas inscritas no Cadastro único que recebem BPC Idoso.....229
Figura 20 - Pessoas inscritas no Cadastro único que recebem BPC Idoso residentes no interior.....230
Figura 21 – pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem BPC pessoa com deficiência.....231
Figura 22 - – pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem BPC pessoa com deficiências residentes do interior.....232
Figura 23 - Pessoas vítimas de violência (2024 – 2025).....233
Figura 24 – Pessoas vítimas de violência (2024 – 2025) residentes no interior.....234

# SUMÁRIO

**LISTA DE SIGLAS** ..... 2
**1. INTRODUÇÃO** ..... 17
**2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO** ..... 19
**2.1. DEMOGRAFIA** ..... 20
2.1.1. População censitária ..... 20
2.1.2. População censitária urbana e rural ..... 21
2.1.3. Pirâmide etária da população censitária ..... 22
2.1.4. População censitária, por raça/cor ..... 26
2.1.5. População censitária, por tipo de deficiência ..... 27
**2.2. SAÚDE** ..... 28
**2.3. EDUCAÇÃO** ..... 30
**2.4. CULTURA** ..... 32
**2.5. ESPORTE E LAZER** ..... 33
**2.6. MEIO AMBIENTE** ..... 34
**2.7. INFRAESTRUTURA URBANA** ..... 34
**2.8. TRABALHO E ECONOMIA** ..... 35
2.8.1. Produto Interno Bruto (PIB) ..... 36
2.8.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ..... 36
2.8.3. Índice Gini ..... 37
2.8.4. Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) ..... 38
**2.9. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**
**3. INDICADORES DE DEMANDAS POTENCIAIS E OFERTA DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS** ..... 40
**3.1. CADASTRO ÚNICO** ..... 41
3.1.1. Famílias por bairro e faixa de renda ..... 44
3.1.2. Taxa de atualização cadastral ..... 47
3.1.3. Condições Habitacionais das Famílias inscritas no Cadastro Único ..... 48
3.1.4. Composição Familiar ..... 50
3.1.5. Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos ..... 51
3.1.6. Responsável pela Unidade Familiar ..... 52
3.1.7. Sexo e faixa etária das pessoas inscritas no CadÚnico ..... 55
3.1.8. Escolaridade das pessoas inscritas no Cadastro Único ..... 57
3.1.9. Trabalho e Remuneração ..... 59

3.1.10. Pessoa com deficiência ....62
3.1.11. Pessoas imigrantes....65
3.1.12. Pessoas em situação de rua....68
**3.2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**....73
3.2.1. Benefício de Prestação Continuada (BPC) ....73
3.2.2. Programa Bolsa Família ....78
3.2.2.1. Condicionalidades do Programa Bolsa Família....84
**3.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS** ....87
3.3.1. Benefício Eventual por situação de Nascimento ....87
3.3.2. Benefício Eventual na situação de morte ....88
3.3.3. Benefício Eventual na situação de Vulnerabilidade Temporária....89
3.3.3.1. Auxílio Alimentação ....89
3.3.3.2. Documentação do Município de Pato Branco ....90
3.3.4. Passagem ....91
3.3.5. Benefício Eventual em Situação de Emergência ou Calamidade Pública 91
3.3.6 Aluguel Social – Lei 5.933/2022 ....92
3.4. **REDE SOCIOASSISTENCIAL**....92
**3.5. INDICADORES DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**....99
3.5.1. Território de abrangência do CRAS Carolina Ferrari Amadori ....99
3.5.2. Território de abrangência do CRAS Paulina Bonalume Andreatta....103
3.5.3. Território sem referenciamento de unidade de CRAS ....107
3.5.4. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF....111
3.5.4.1. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF no CRAS Carolina Ferrari Amadori 112
3.5.4.1.1. Perfil das famílias incluídas no PAIF CRAS Carolina Ferrari Amadori 113
3.5.4.1.2. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF ..115
3.5.4.2. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF no CRAS Paulina Bonalume Andreatta....116
3.5.4.2.2. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF ..118
3.5.5. Volume de atendimentos particularizados realizados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ....119
3.5.6. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ....122
3.5.6.1. Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nas unidades públicas e privadas....128

3.5.6.2. Demanda potencial e capacidade instalada do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ..... 132
3.5.7. Encaminhamentos sociais ..... 134
**3.6. INDICADORES DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE** ..... 138
3.6.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI ..... 138
3.6.1.1. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI ..... 140
3.6.1.2. Tipos de violência ..... 141
3.6.1.3 Análise das Violências sob a Perspectiva de Gênero ..... 142
3.6.1.3. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) 148
3.6.1.4. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual ..... 149
3.6.1.5. Crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono ..... 151
3.6.1.6. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil ..... 153
3.6.1.7. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) 154
3.6.1.8. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono ..... 155
3.6.1.9. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) ..... 157
3.6.1.10. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono ..... 158
3.6.1.11. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) ..... 160
3.6.2. Medidas Socioeducativas ..... 162
3.6.2.1. Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas ..... 163
3.6.2.1.1. Quantitativo de atos infracionais ..... 165
3.6.2.1.2. Quantitativo de reincidência das Medidas Socioeducativas ..... 168
3.6.2.2. Quantidade e perfil dos adolescentes inseridos no Serviço ..... 170
3.6.2.3. Medidas Protetivas aplicadas aos adolescentes ..... 174
3.6.3. Serviço Especializado em Abordagem Social ..... 175
3.6.3.1. Quantidade e perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social ..... 175
3.6.3.2. Situações identificadas pelo Serviço de Abordagem Social ..... 176
3.6.3.3. Volume de abordagens realizadas ..... 177
3.6.4. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua ..... 178

3.6.5. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias ..... 179
3.6.6. Principais motivos de atendimentos do CREAS ..... 182
3.6.7. Encaminhamentos Sociais do CREAS ..... 185
**3.7. INDICADORES DE DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE** ..... 186
3.7.1. Casa de Acolhimento Proteger ..... 188
3.7.2. Família acolhedora ..... 194
3.7.3. Casa de Passagem ..... 197
**3.7.4. Associação Missão Vida Nova** ..... 201
**3.7.5. Lar dos Idosos São Francisco de Assis** ..... 204
**3.7.6. Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer (GAMA)** ..... 206
**3.7.7. Pessoas com deficiência acolhidas em instituições fora do Município** 209
**4. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS E CREAS** ..... 210
**5. MAPAS TEMÁTICOS** ..... 213
5.1. Equipamentos socioassistenciais da rede pública e privada ..... 213
5.2. Famílias inscritas no Cadastro Único ..... 216
5.3. Famílias inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família ..... 218
5.4. Crianças de 0 a 6 anos que recebem Bolsa Família ..... 220
5.5. Crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos que recebem Bolsa Família 222
5.6. Adolescentes entre 16 e 17 anos que recebem Bolsa Família ..... 224
5.7. Pessoas entre 18 e 59 anos que recebem Bolsa Família ..... 226
5.8. Pessoas acima de 60 anos que recebem Bolsa Família ..... 227
5.9. Pessoas inscritas no Cadastro único que recebem BPC Idoso ..... 229
5.10. Pessoas inscritas no Cadastro único que recebem BPC pessoa com deficiência ..... 231
5.11. Pessoas vítimas de violência (2024 – 2025) ..... 233
**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 246
**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 256

# 1. INTRODUÇÃO

A Vigilância Socioassistencial, reconhecida como objetivo e função da Política de Assistência Social, destina-se à produção, sistematização, análise e disseminação de informações sobre as situações de vulnerabilidade e risco social, bem como sobre a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos territórios. Fundamentada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), constitui uma dimensão estratégica para o planejamento, o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social.

O Diagnóstico Socioterritorial constitui um instrumento de análise e interpretação da realidade social do município, permitindo identificar vulnerabilidades, riscos, potencialidades e necessidades da população. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato Branco – PR, por meio do Departamento de Monitoramento e Avaliação, elaborou o presente diagnóstico, em consonância com as diretrizes do SUAS, contemplando as características sociais, econômicas e territoriais do município, bem como as demandas e ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Para a elaboração deste estudo, foram utilizadas técnicas de pesquisa quantitativa, com base em dados oficiais e registros administrativos, considerando os seguintes procedimentos:

**a) Pesquisa documental:** levantamento de informações em documentos e registros administrativos, incluindo materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reorganizados de acordo com os objetivos da pesquisa.

**b) Pesquisa com dados secundários:** levantamento de informações disponibilizadas por órgãos e instituições oficiais das esferas federal, estadual e municipal. Entre as fontes consultadas, destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e

Social (IPARDES), o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, os registros de beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), os Registros Mensais de Atendimentos (RMA) das unidades de CRAS e CREAS, além dos registros administrativos do sistema municipal de informação da Secretaria Municipal de Assistência Social, alimentados pelas unidades públicas e pelas entidades socioassistenciais privadas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Ressalta-se que os dados apresentados neste Diagnóstico correspondem às informações disponíveis nas respectivas fontes no momento de sua consulta, considerando os diferentes períodos de referência e extração. Dessa forma, atualizações, correções e lançamentos retroativos realizados posteriormente nos sistemas de informação podem resultar em diferenças entre os quantitativos apresentados neste documento e aqueles obtidos em consultas posteriores.

A utilização dessas informações contribui para a identificação das necessidades da população, a caracterização dos territórios e o conhecimento da rede socioassistencial existente. Também permite analisar a distribuição das ofertas e o perfil das famílias e pessoas atendidas pela Política de Assistência Social, fornecendo subsídios para o planejamento, o monitoramento e a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

O presente Diagnóstico não se limita à descrição dos dados levantados, buscando também estabelecer relações entre as informações, identificar desafios e potencialidades e contribuir para a definição de prioridades e estratégias de atuação da Política de Assistência Social no município.

Quanto à sua organização, o documento apresenta, inicialmente, a caracterização geral do município, contemplando aspectos históricos, geográficos, demográficos, sociais e econômicos. Na sequência, são analisadas informações relacionadas às condições de vida da população, às situações de vulnerabilidade e risco social e à oferta da rede socioassistencial, abrangendo os benefícios e programas de transferência de renda, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, além dos indicadores de desenvolvimento dos CRAS e CREAS. Por fim, são apresentadas análises e recomendações

destinadas a subsidiar o planejamento e o aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

O Distrito de Pato Branco foi criado pela Lei Estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, subordinado ao município de Clevelândia, foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951[1]

Figura 1 - Localização de Pato Branco no Estado do Paraná



Fonte: Abreu, 2006[2].

O Município de Pato Branco está localizado no sudoeste do Estado do Paraná, na latitude 26º13'46'' Sul e longitude 52º40'14'' W-GR. Seu clima é Subtropical Úmido Mesotérmico, com verões quentes com tendência de concentração de chuvas

[1] Informações disponíveis em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/historico. Acesso em: 20 mai. 2026.

[2] Imagem de autoria de Raphael Lorenzeto de Abreu, disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: 20 mai. 2026.

(temperatura média superior a 22ºC), e invernos com geadas pouco frequentes (temperatura média inferior a 18ºC), sem estação seca definida. Está distante 433,53 km da capital do estado, Curitiba.

Possui área territorial total de 539,029 km² e atualmente é composto por dois distritos: Pato Branco (sede) e São Roque do Chopim. Os municípios limítrofes são: Bom Sucesso do Sul, Clevelândia, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara D'Oeste, Renascença e Vitorino[3], como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 2 - Mapa de Pato Branco e municípios limítrofes




Fonte: IPARDES, 2026.
Nota: Base Cartográfica ITCG (2010).

## 2.1. DEMOGRAFIA

### 2.1.1. População censitária

[3] Informações retiradas do *site*: https://patobranco.pr.gov.br/omunicipio/informacoes-gerais/. Acesso em:
20 jun. 2026.

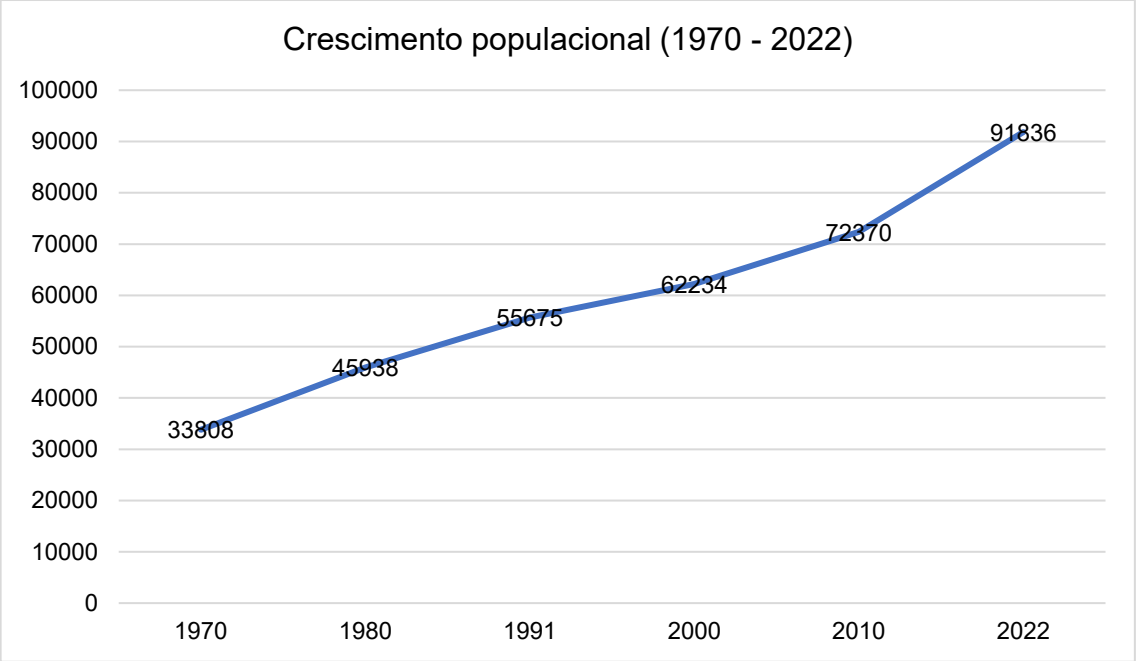
Conforme o último Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 a população de Pato Branco era de 91.836 pessoas.

O Município de Pato Branco apresentou um crescimento populacional significativo ao longo das décadas representados no gráfico, sendo notável o crescimento populacional ocorrido entre o ano de 2010 e 2022, passando de 72.370 pessoas paras 91.836.

Entre 1970 e 1980, houve um aumento expressivo na população, indicando um período de crescimento rápido. Por outro lado, entre 2.000 e 2.010, o crescimento foi mais gradual.

Um período de crescimento particularmente marcante ocorreu entre 2010 e 2022, no qual a população aumentou significativamente de 72.370 para 91.836 habitantes.

Gráfico 1 – Crescimento Populacional (1970 - 2022)

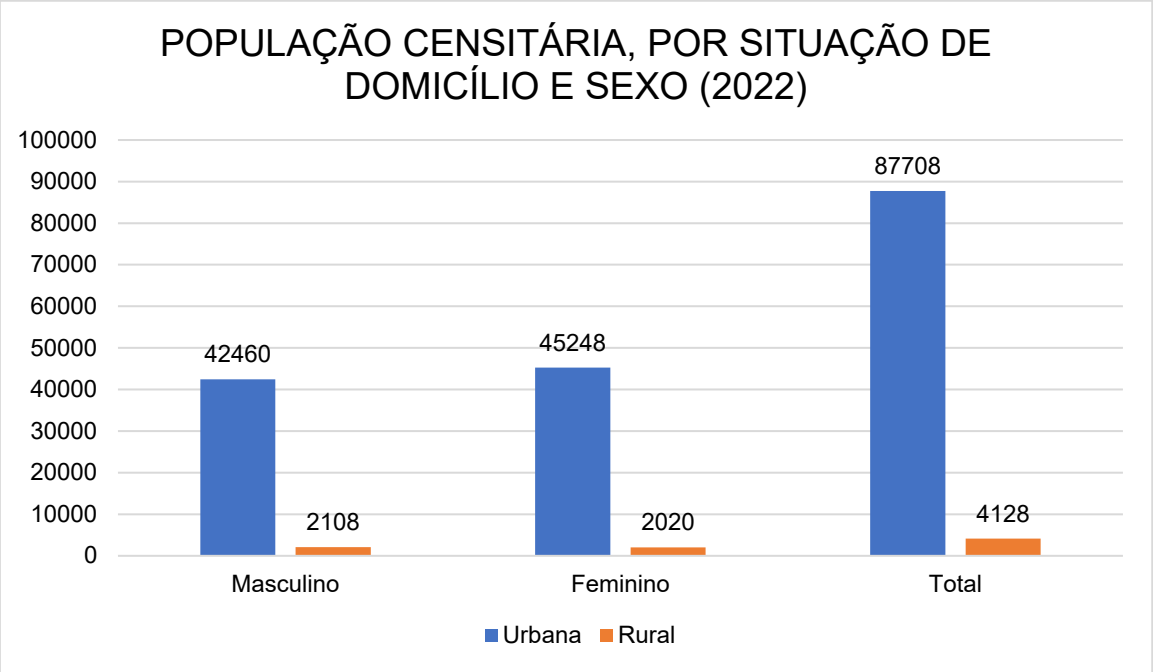



Fonte: IBGE, 2026.

## 2.1.2. População censitária urbana e rural

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2022, a população de Pato Branco era composta por 91.836 habitantes, dos quais 87.708 residiam na área urbana e 4.128 na área rural. Na área urbana, as mulheres representavam a maioria da população, totalizando 45.248 pessoas, enquanto os homens somavam 42.460. Já na área rural, observou-se uma pequena predominância masculina, com 2.108 homens e 2.020 mulheres.

Gráfico 2- População censitária, por situação de domicílio e sexo (2022)




Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2026.

## 2.1.3. Pirâmide etária da população censitária

Conforme apresentado no gráfico a seguir, os dados do IBGE indicam que o município possui 47.596 pessoas do sexo feminino e 44.240 do sexo masculino, representando, respectivamente, 51,83% e 48,17% da população.

Na última pesquisa realizada pelo IBGE, foi realizado o levantamento populacional, identificando que o Município contava com **17.846 pessoas com idade de até 14 anos, 6.250 pessoas com idade entre 15 e 19 anos, 53.940 pessoas**

**com idade entre 20 e 59 anos e 13.800 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.**

Na faixa etária de 0 a 4 anos, há uma ligeira predominância de meninos, totalizando 3.040 (51,55%) da população, em comparação com 2.857 (48,45%) meninas, totalizando 5.897 crianças.

Entre 5 e 9 anos, a distribuição de gênero é praticamente equilibrada, com uma pequena inclinação para o sexo masculino, representando 3.102 (50,48%) da população, em comparação com 3.043 (49,52%) de meninas, totalizando 6.145 crianças.

Na faixa etária de 10 a 14 anos, observa-se uma leve predominância de meninos, com 3.008 (51,83%) da população, enquanto as meninas correspondem a 2.796 (48,17%), totalizando 5.804 pessoas.

Entre 15 e 19 anos, a distribuição de gênero é quase igual, com 3.145 (50,32%) pessoas do sexo feminino e 3.105 (49,68%) do sexo masculino, totalizando 6.250 indivíduos.

Na faixa etária de 20 a 24 anos, observa-se uma ligeira predominância de mulheres, com 3.832 (50,64%) da população, enquanto os homens compõem 3.735 (49,36%), totalizando 7.567 pessoas.

Entre 25 e 29 anos, a distribuição entre os gêneros é quase equilibrada, com uma leve inclinação para a população masculina, representando 4.047 (50,40%) do total, em comparação com 4.113 (49,60%) de mulheres, totalizando 8.160 pessoas, sendo esta faixa etária a que mais detém o quantitativo populacional.

Para as pessoas com idade entre 30 e 34 anos, observa-se uma leve predominância de população feminina, representando 3.919 (51,02%) do total, enquanto os homens correspondem a 3.760 (48,98%). Cabe apontar que esse recorte de idade é o segundo com o maior indicativo de pessoas.

Entre 35 e 39 anos, a predominância de mulheres se torna mais evidente, com 3.752 (51,30%) da população nessa faixa etária sendo composta por mulheres, em comparação com 3.562 (48,70%) de homens, totalizando 7.314.

Para as pessoas com idade entre 40 e 44 anos, a tendência da predominância feminina continua, com 3.538 (51,20%) da população sendo mulheres e 3.372 (48,80%) homens.

Ao avançar para a faixa etária de 45 a 49 anos, verifica-se que a predominância de mulheres é ainda mais evidenciada, com 3.057 (53,14%) da população sendo composta por este sexo, enquanto os homens representam 2.696 (46,86%).

Na faixa etária de 50 a 54 anos, há uma tendência de predominância feminina, com 2.992 (54,66%) da população sendo mulheres, enquanto os homens representam 2.482 (45,34%). Verifica-se também que entre 55 e 59 anos, essa tendência se mantém, com 2.766 (54,38%) da população sendo composta por mulheres e 2.320 (45,62%) por homens.

Na faixa etária de 60 a 64 anos, a predominância de mulheres se mantém, com 2.528 (55,94%) da população sendo do sexo feminino, enquanto os homens correspondem a 1.991 (44,06%). Entre 65 e 69 anos, essa tendência persiste, com 1.945 (55,65%) da população sendo mulheres e 1.550 (44,35%) homens.

Entre 70 e 74 anos, observa-se uma proporção semelhante, com 1.402 (55,55%) pessoas compostas por mulheres, enquanto os homens representam 1.122 (44,45%). Esse padrão reflete o impacto do envelhecimento da população e as disparidades na expectativa de vida entre os sexos.

Na faixa etária de 75 a 79 anos, 887 (56,95%) da população são compostas por mulheres, enquanto os homens representam 663 (43,05%). À medida que chegamos na faixa etária de 80 a 84 anos, a predominância feminina se torna ainda mais pronunciada, com 573 (61,81%) da população sendo mulheres e 354 (38,19%) homens.

Entre 85 e 89 anos, essa tendência também persiste, com 349 (64,99%) da população sendo composta por mulheres e 188 (35,01%) por homens. Nessa faixa etária, observamos um aumento significativo na proporção de mulheres.

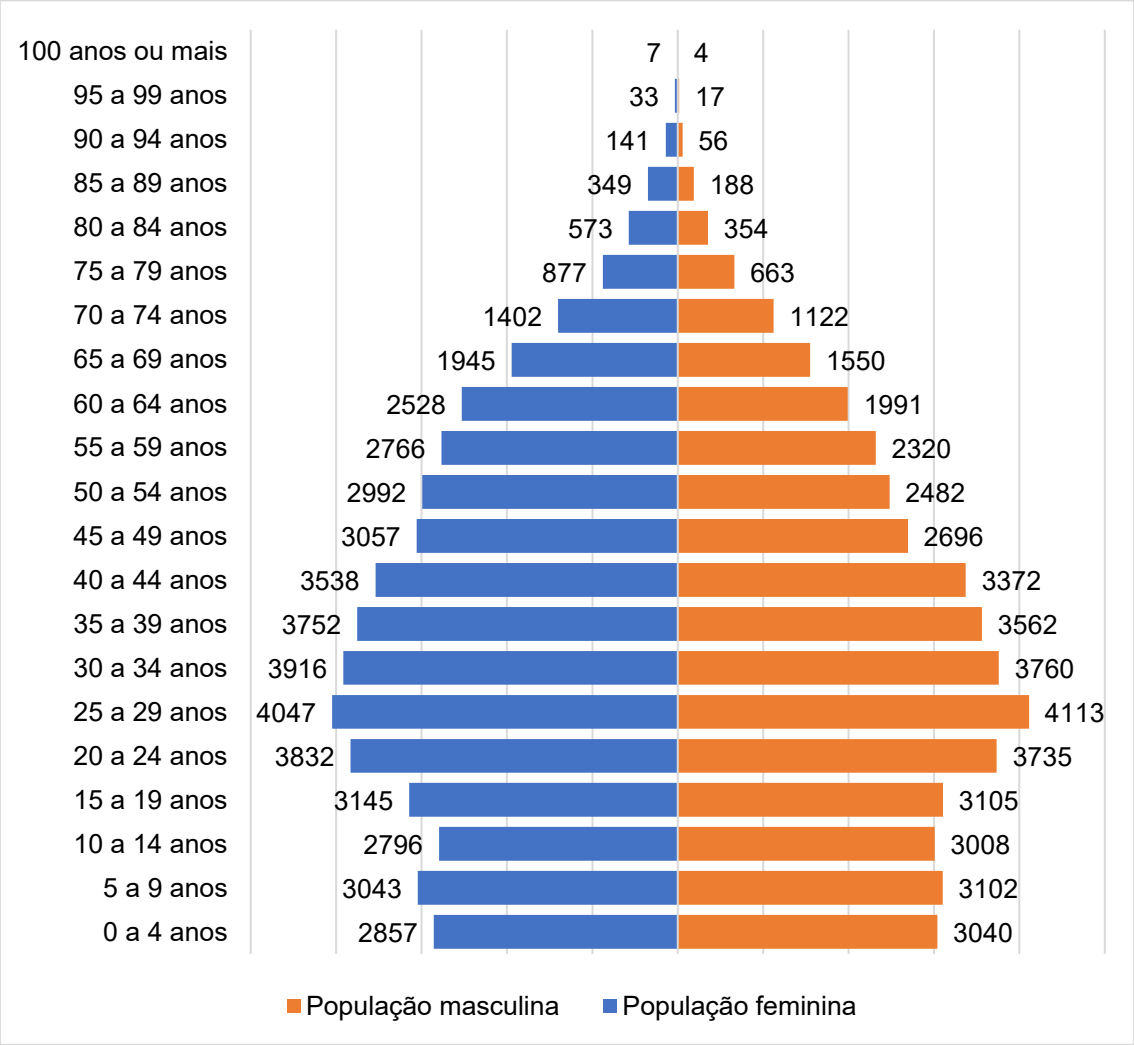
Na faixa etária de 90 a 94 anos, a predominância feminina continua, com 141 (71,57%) da população sendo do sexo feminino, enquanto os homens correspondem a 56 (28,43%). Entre 95 e 99 anos, essa tendência se mantém, com 33 (66,00%) da população sendo mulheres e 17 (34,00%) homens.

Na faixa etária de 100 anos ou mais, a predominância feminina é ainda mais marcante, com 7 (63,64%) da população sendo composta por mulheres, enquanto os homens representam 4 (36,36%).

Ao analisar o percentual geral da população em relação ao sexo, é evidente uma pequena predominância de mulheres, representando 51,83% da população do município, em comparação com os 48,17% de homens. Essa tendência de predominância feminina é ainda mais notável ao observar a distribuição por faixas etárias, onde as mulheres continuam a superar os homens em quase todas as faixas, especialmente em idades mais avançadas.

Esse padrão pode ser atribuído a vários fatores, incluindo diferenças biológicas na longevidade entre os sexos e influências sociais, como cuidados de saúde diferenciados ao longo da vida, e com essa predominância de mulheres em grupos etários mais avançados sugere uma maior expectativa de vida para o sexo feminino, destacando a importância de políticas públicas voltadas para as pessoas idosas.

Gráfico 3 - Pirâmide etária (2022)

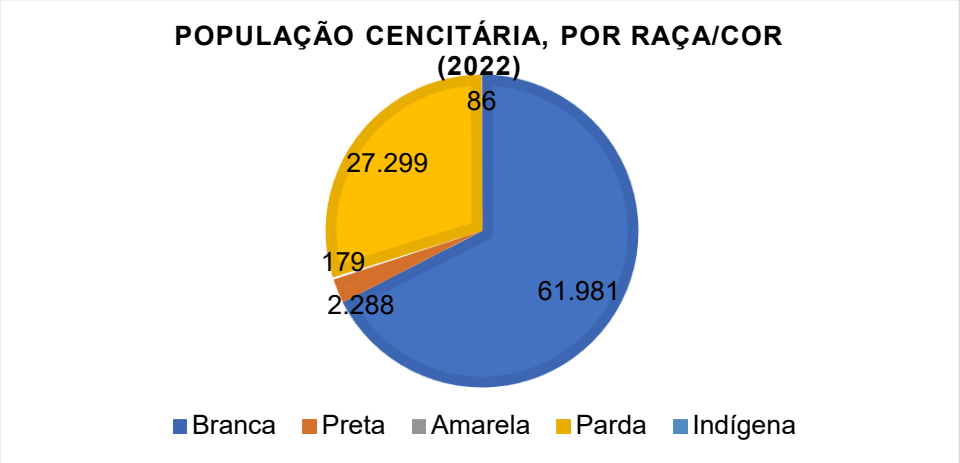



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022.

## 2.1.4. População censitária, por raça/cor

Em 2022, do total de 91.836 habitantes do município, a maioria da população autodeclarou-se branca, totalizando 61.981 pessoas (67,49%); 27.299 pardas (29,73%); 2.288 pretas (2,49%); 179 amarelas (0,19%) e 86 autodeclararam indígenas (0,09%).

Gráfico 1 - População censitária, por raça/cor (2022)




Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022

### 2.1.5. População censitária, por tipo de deficiência

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, 5,2% da população residente em Pato Branco possuía algum tipo de deficiência. Considerando a população total de 91.836 habitantes, estima-se que aproximadamente 4.776 pessoas apresentavam alguma deficiência. Observa-se ainda que a prevalência de deficiência foi ligeiramente superior entre as mulheres (5,4%) em comparação aos homens (5,0%).

Em relação ao tipo de dificuldade investigada pelo Censo 2022, verificou-se que 2,8% da população apresentava grande dificuldade ou impossibilidade para enxergar, mesmo utilizando óculos ou lentes de contato; 1,9% possuíam dificuldade para andar ou subir degraus; 1,0% apresentavam limitações nas funções mentais; 0,9% possuíam dificuldade para ouvir; e 0,9% apresentavam dificuldade para pegar pequenos objetos ou abrir garrafas.

Os dados evidenciam que as dificuldades relacionadas à visão e à mobilidade constituem os tipos mais frequentes entre a população com deficiência no município. Além disso, observa-se aumento expressivo da prevalência de deficiência com o avanço da idade, especialmente entre as pessoas idosas, reforçando a necessidade de articulação entre as políticas públicas voltadas ao envelhecimento, acessibilidade, inclusão social e proteção social.

## 2.2. SAÚDE

Pato Branco possui uma rede de saúde estruturada, composta por 25 equipes de saúde da família, 20 equipes de saúde bucal, serviço de atenção domiciliar, unidade de pronto atendimento (UPA 24 horas), SAMU, CAPS II, CAPSi, centro de especialidades odontológicas, centro de reabilitação física, centro municipal de diagnóstico por imagem e cinco farmácias municipais. Em relação à rede hospitalar, é formada por quatro hospitais, sendo dois privados e dois filantrópicos, totalizando 288 leitos disponíveis, sendo 212 credenciados ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Setores, serviços e equipes da SMS (2026)

| Serviços/ Equipe | Quantidade |
|---|---|
| ESF – Equipe de Saúde da Família | 25 |
| Equipe de Saúde Bucal | 20 |
| Unidade Básica de Saúde | 16 |
| Postos de Saúde | 07 |
| Base Samu – Serviço Móvel de Urgência | 04 |
| Hospitais | 04 |
| Farmácias | 05 |
| Ambulatório de Especialidades UNIDEP | 01 |
| Ambulatório de Pediatria | 01 |
| CAPS – Centro de Atenção Psicossocial | 01 |
| CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial infanto Juvenil | 01 |
| CAS – Centro de Abastecimento da Saúde | 01 |
| Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem | 01 |
| Centro de Reabilitação Física | 01 |
| CEO – Centro de Especialidade Odontológicas | 01 |
| COAS – Centro de Orientação e Apoio Sorológico | 01 |
| EAP – Equipe de Atenção Primária à Saúde | 01 |
| Equipe Multidisciplinar | 01 |
| Laboratório Municipal | 01 |
| Mãe Patobranquense – Unidade Especializada de Ginecologia e Obstetrícia | 01 |
| Polo Programa Academia da Saúde | 02 |
| Secretaria Municipal de Saúde - Gestão | 01 |
| Serviço de Vigilância em Saúde | 01 |
| UPA – Unidade de Pronto Atendimento | 01 |

Fonte: Plano Municipal de Saúde 2026-2029.

A distribuição territorial dos serviços de saúde contempla diferentes bairros e localidades do município, com unidades de saúde presentes em áreas urbanas e

rurais. Na área urbana, as unidades estão distribuídas nos bairros Alvorada, Bortot, Centro, Cristo Rei, Fraron, Industrial, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Planalto, São Cristóvão, São João, São Roque do Chopim, Parque do Som e São Francisco. A rede também conta com unidades rurais de apoio nas localidades de Sede Dom Carlos, Sede Gavião, Independência e Passo da Ilha. A Tabela a seguir apresenta os equipamentos de saúde e sua distribuição territorial no município.

Tabela 2 - Equipamentos de saúde por território – Pato Branco, 2026

| Território | Equipamentos de saúde |
|---|---|
| Alvorada | UBS Alvorada |
| Bortot | UBS Bortot |
| Centro | UBS Central; Centro de Especialidades Odontológicas |
| Fraron | UBS Fraron |
| Industrial | UBS Industrial |
| Morumbi | UBS Morumbi |
| Novo Horizonte | UBS Novo Horizonte |
| Pinheirinho | UBS Pinheirinho |
| Planalto | UBS Planalto |
| São Cristóvão | UBS São Cristóvão |
| São Francisco | UBS São Francisco |
| São João | UBS São João |
| São Roque do Chopim | UBS São Roque do Chopim |
| Parque do Som | UBS Parque do Som |
| Cristo Rei | UPA 24h |

Fonte: Prefeitura Municipal de Pato Branco, 2026.

A presença dos equipamentos de saúde em diferentes áreas do município contribui para a oferta de serviços à população nos territórios urbanos e rurais**.** Além da atenção primária, a rede municipal dispõe de serviços de atenção especializada, urgência e emergência, assistência farmacêutica, apoio diagnóstico e vigilância em saúde, que complementam a oferta de cuidados à população.

De acordo com o Plano Municipal de Saúde, o perfil epidemiológico do município evidencia uma redução da natalidade, passando de 1.346 nascidos vivos em 2020 para 1.170 em 2024, acompanhando o processo de envelhecimento populacional. Em contrapartida, destaca-se a elevada cobertura do pré-natal, com

predominância de gestantes realizando sete ou mais consultas, demonstrando a consolidação da atenção materno-infantil.

O Plano também aponta que o perfil de morbidade e mortalidade do município é caracterizado pela predominância das doenças do aparelho circulatório, neoplasias, doenças respiratórias e causas externas, refletindo a crescente importância das doenças crônicas não transmissíveis e da prevenção de agravos. Observa-se, ainda, aumento das internações por doenças do aparelho digestivo e geniturinário no período analisado.

Em relação às condições de vida, o município apresenta indicadores de saneamento superiores às médias estadual e nacional, com 94,6% da população atendida por abastecimento de água, 87,2% por rede de esgotamento sanitário e 97% por coleta de resíduos domiciliares, fatores que contribuem para melhores condições de saúde da população.

## 2.3. EDUCAÇÃO

Os indicadores do Censo Demográfico de 2022 evidenciam que Pato Branco apresenta elevados níveis de alfabetização e escolarização da população. A taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais alcançou aproximadamente 97%, com pequenas diferenças entre homens e mulheres e entre os diferentes grupos de cor ou raça. Entretanto, observa-se redução gradual da alfabetização entre as faixas etárias mais avançadas, refletindo as desigualdades de acesso à educação em períodos anteriores.

Quanto à frequência escolar, verifica-se elevada participação das crianças e adolescentes em idade escolar, destacando-se a faixa de 6 a 14 anos, cuja taxa bruta de frequência escolar é de 98,67%. Nas demais faixas etárias, observa-se redução progressiva da frequência, especialmente entre jovens de 18 a 24 anos e pessoas com 25 anos ou mais, comportamento esperado em razão da conclusão da educação básica e da inserção no mercado de trabalho. Em relação à escolaridade, o município apresenta média de aproximadamente 10,6 anos de estudo, com resultados semelhantes entre homens e mulheres. Os dados também evidenciam diferenças

segundo cor ou raça, indicando desafios relacionados à permanência e à conclusão dos estudos para alguns grupos populacionais.

A rede municipal de educação está distribuída em diferentes bairros e localidades do município, contemplando unidades de educação infantil, ensino fundamental e escolas localizadas na área rural. Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) estão presentes em diferentes territórios urbanos, enquanto as escolas municipais também abrangem bairros como Alvorada, Planalto, Cristo Rei, Fraron, Vila Esperança, Bortot, São Roque do Chopim, Vila Izabel, Jardim Floresta, Cadorin, São Francisco, Pinheirinho, Gralha Azul, Jardim Primavera, Bela Vista, Centro, Industrial, Santa Terezinha, Novo Horizonte, São Cristóvão, Parque do Som, Alto da Glória e Veneza. Na área rural, a oferta municipal inclui unidades nas localidades de Cachoeirinha, Passo da Ilha e Sede Dom Carlos.

A distribuição territorial das unidades educacionais permite visualizar a presença da oferta pública de educação em diferentes áreas do município, considerando tanto os territórios urbanos quanto as localidades rurais. A distribuição territorial da rede pública de educação é apresentada na tabela a seguir, considerando as áreas urbana e rural e a abrangência das redes municipal e estadual.

Tabela 3 – Distribuição territorial da rede pública de educação, por rede de ensino e área

| Abrangência | Rede Municipal | Rede Estadual |
|---|---|---|
| **Área Urbana** | Alvorada • Alto da Glória • Bela Vista • Bonatto • Bortot • Cadorin • Centro • Cristo Rei • Fraron • Gralha Azul • industrial • Jardim Floresta • Jardim Primavera • La Salle • Menino Deus • Novo Horizonte • Parque do Som • Pinheirinho • Planalto • Sambugaro • Santa Terezinha • Santo Antônio • São Cristóvão • São Francisco • São João • São Roque do Chopim • Veneza • Vila Esperança • Vila Izabel | Alto da Glória • Bortot • Centro • Jardim Primavera • Pinheirinho • Planalto • Santo Antônio • São Cristóvão • São Vicente |
| **Área Rural** | Cachoeirinha • Passo da Ilha • Sede Dom Carlos | Cachoeirinha • Distrito Administrativo de Nova Espero |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pato Branco e Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Consulta Escolas, 2026.

Os indicadores educacionais mais recentes demonstram resultados positivos quanto ao desempenho da educação básica no município. Em 2025, a taxa de aprovação foi de 99,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, 97,7% nos anos finais e 94,8% no ensino médio. Da mesma forma, as taxas de abandono escolar permaneceram muito baixas, inferiores a 0,5% no ensino fundamental e de 0,3% no ensino médio, evidenciando elevada permanência dos estudantes na escola. Observa-se ainda redução gradual da distorção idade-série nos últimos anos, especialmente no ensino médio, indicador que sinaliza avanços no fluxo escolar.

Apesar dos indicadores favoráveis, a manutenção das ações voltadas à permanência escolar continua sendo estratégica, sobretudo para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, destaca-se a importância da articulação entre as políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, visando prevenir a evasão escolar, fortalecer o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e garantir o acesso e a permanência dos estudantes em situação de maior vulnerabilidade, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e a promoção da proteção integral de crianças e adolescentes.

## 2.4. CULTURA

O acesso à cultura constitui elemento importante para a vida comunitária e para a qualidade de vida da população, favorecendo a valorização da identidade local, a convivência e o sentimento de pertencimento, além de possibilitar o contato com diferentes expressões artísticas e culturais.

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a partir de informações da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), Pato Branco registrou uma biblioteca pública municipal entre 2019 e 2024. No levantamento dos equipamentos culturais, por sua vez, constavam, em 2024, dois equipamentos classificados como biblioteca, além de um auditório, um Centro Cultural/Casa de Cultura, um cinema, uma galeria de arte, um museu e uma sala de exposição. Além da infraestrutura existente, o município desenvolve ações voltadas à ampliação do acesso à cultura.

Entre o período analisado, o Departamento de Cultura desenvolveu diferentes atividades, projetos e ações culturais, incluindo aulas e oficinas de violão, violino, violoncelo, teclado, artesanato, balé e teatro, com participação de crianças e adolescentes. Também foram realizadas iniciativas de incentivo à leitura e formação de leitores por meio da Biblioteca Municipal Professora Helena Braun, bem como programações culturais, mostras, exposições e atividades de formação de público.

A oferta desses serviços e atividades amplia as possibilidades de acesso da população à cultura e constitui importante recurso comunitário para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, o fortalecimento de vínculos e a convivência social. A distribuição dos equipamentos e das atividades culturais pelo território também contribui para analisar as condições de acesso da população a essas iniciativas, especialmente nos diferentes territórios do município.

## 2.5. ESPORTE E LAZER

A área do esporte e lazer desempenha importante papel na promoção da qualidade de vida, da saúde, da convivência comunitária e da inclusão social, constituindo também uma estratégia para a proteção e o desenvolvimento de crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

No município, as ações são desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que tem como finalidade assegurar à população o direito à prática esportiva e às atividades de lazer, compreendendo-as como instrumentos de inclusão social e melhoria da qualidade de vida. As ações também são desenvolvidas por meio de parcerias com organizações da sociedade civil e entidades esportivas. Em 2025, o Município destinou R$ 2,594 milhões por meio do Chamamento Público dos Projetos Esportivos, contemplando modalidades individuais e coletivas.

O município mantém calendário de competições, eventos esportivos e atividades recreativas, como o Pato Verão, além de investir na manutenção e ampliação da infraestrutura esportiva, com revitalização de espaços existentes e implantação de novas praças e equipamentos nos bairros.

A distribuição dessas estruturas e atividades pelo território amplia as possibilidades de acesso ao esporte, ao lazer e à convivência comunitária. A articulação dessas ações com a assistência social, educação, saúde, cultura e demais políticas públicas também pode contribuir para ampliar a participação da população, especialmente de grupos que enfrentam maiores barreiras de acesso.

## 2.6. MEIO AMBIENTE

A dimensão ambiental relaciona-se à qualidade de vida, à saúde, à ocupação do território e às condições de desenvolvimento sustentável. Em Pato Branco, as ações municipais contemplam a preservação ambiental, a recuperação de nascentes, a educação ambiental, a proteção de áreas de conservação e a gestão de resíduos sólidos, incluindo coleta regular e seletiva e apoio à cooperativa de agentes ambientais.

Conforme dados do IPARDES, o município recebeu, em 2025, R$ 142.423,70 em recursos do ICMS Ecológico, relacionados às unidades de conservação. Entre as áreas protegidas, destaca-se a área de relevante interesse ecológico do Buriti. Em relação à cobertura vegetal, o município possuía 3.615 hectares de remanescentes de Mata Atlântica em 2025, mesmo quantitativo registrado em 2023 e 2024. Na gestão de resíduos sólidos, destaca-se o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), homologado pelo Decreto Municipal nº 10.424/2025, com diretrizes estabelecidas para o período de 2025 a 2045.

Esses aspectos ambientais se relacionam às condições de vida da população e às vulnerabilidades presentes no território, especialmente em questões como resíduos, saneamento, ocupação territorial e eventos climáticos adversos, reforçando a importância da articulação entre as diferentes políticas públicas no planejamento de ações de prevenção e proteção.

## 2.7. INFRAESTRUTURA URBANA

No Censo Demográfico de 2022, foram recenseados 38.922 domicílios, sendo estes 38.855 domicílios particulares permanentes, 25 particulares improvisados e 42 coletivos.

Dos domicílios particulares permanentes, 34.318 estavam ocupados, representando 88,32%, 3.053 estavam indicados como não-ocupados (vagos), sendo 7,86% e 1.484 possuíam a informação de não-ocupados de uso ocasional, perfazendo 3,82%. Ainda, de acordo com os dados divulgados pelo CENSO de 2022, havia uma média de 2,67 moradores por domicílio.

Dados da amostra do Censo Demográfico do IBGE, apontam que em 2022, 32.572 domicílios tinham acesso ao abastecimento de água canalizada; 27.182 tinham esgotamento sanitário; e 33.601 domicílios eram servidos pela coleta do lixo.

## 2.8. TRABALHO E ECONOMIA

Os dados do Censo Demográfico de 2022 demonstram que Pato Branco apresenta um mercado de trabalho predominantemente formal, caracterizado pela elevada participação de trabalhadores com vínculo empregatício e carteira de trabalho assinada. Observa-se ainda que a maior parte da população ocupada possui apenas um vínculo de trabalho, indicando predominância de ocupações formais e maior estabilidade nas relações de trabalho.

No que se refere às condições de renda, o rendimento domiciliar mensal per capita do município foi estimado em R$ 2.309,92, valor superior à média observada em diversos municípios brasileiros e que reflete o dinamismo da economia local. Entretanto, esse indicador representa uma média da população e não elimina a existência de desigualdades socioeconômicas, evidenciadas pela presença de famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias de programas de transferência de renda.

Os indicadores do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) reforçam esse cenário. Em 2023, Pato Branco registrou Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) de 0,7868, classificado como de médio desempenho, destacando-se o componente Renda, Emprego e Produção

Agropecuária, com índice de 0,7583. Esses resultados evidenciam uma economia diversificada e com capacidade de geração de emprego e renda, contribuindo para melhores condições de desenvolvimento socioeconômico da população.

### 2.8.1. Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) representa o valor total dos bens e serviços finais produzidos em determinado território durante um período, constituindo um dos principais indicadores da atividade econômica e do desenvolvimento municipal.

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) demonstram que a economia de Pato Branco apresentou crescimento contínuo nos últimos anos. O PIB a preços correntes passou de R$ 4,55 bilhões em 2021 para R$ 5,82 bilhões em 2023, representando um crescimento de aproximadamente 28% no período. Da mesma forma, o PIB per capita evoluiu de R$ 53.646,00 em 2021 para R$ 63.351,00 em 2023, refletindo o aumento da produção de riquezas no município.

A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) evidencia o perfil econômico de Pato Branco, com predominância do setor de Comércio e Serviços, responsável pela maior parcela da riqueza produzida no município. Em 2023, esse setor respondeu por aproximadamente R$ 2,84 bilhões, seguido pela Indústria, com cerca de R$ 882 milhões, pela Administração Pública, com R$ 516 milhões, e pela Agropecuária, que contribuiu com aproximadamente R$ 403 milhões. Essa configuração demonstra uma economia diversificada, porém fortemente concentrada nas atividades terciárias, característica comum aos municípios que exercem função de polo regional na oferta de comércio e serviços.

### 2.8.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João

Pinheiro (FJP), que busca mensurar o nível de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano. Sua composição considera três dimensões fundamentais: longevidade, educação e renda.

Ressalta-se que o IDHM é calculado a partir dos dados dos Censos Demográficos, sendo que, até o momento da elaboração deste diagnóstico, a versão mais recente disponível refere-se ao Censo Demográfico de 2010, não havendo atualização oficial após a divulgação dos resultados do Censo 2022.

Em Pato Branco, observa-se evolução do indicador entre os anos de 2000 e 2010, passando de 0,717 para 0,782, classificando o município na faixa de alto desenvolvimento humano. O avanço foi observado em todas as dimensões que compõem o índice, com destaque para os indicadores de longevidade e renda. A dimensão educação, embora tenha apresentado crescimento no período, permaneceu com o menor desempenho entre os três componentes, passando de 0,631 em 2000 para 0,728 em 2010. Esses resultados refletem a melhoria das condições de vida da população ao longo da década, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

### 2.8.3. Índice Gini

O Índice de Gini é um indicador utilizado para mensurar o grau de concentração de renda em uma determinada população. Seu valor varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0, menor é a desigualdade na distribuição da renda, e quanto mais próximo de 1, maior é a concentração de renda.

Assim como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Gini é calculado com base nos dados dos Censos Demográficos. Dessa forma, os dados mais recentes disponíveis para os municípios brasileiros referem-se ao Censo Demográfico de 2010.

Em Pato Branco, observa-se redução gradual da desigualdade de renda nas últimas décadas analisadas. O índice passou de 0,5912, em 1991, para 0,5701, em 2000, alcançando 0,5213 em 2010. Essa evolução demonstra melhora na distribuição

da renda entre a população do município ao longo do período, embora ainda persistam desigualdades socioeconômicas que demandam atenção das políticas públicas.

### 2.8.4. Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)

O Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) é um indicador elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) que avalia o desempenho dos municípios paranaenses em três dimensões: Renda, Emprego e Produção Agropecuária, Educação e Saúde. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é o nível de desenvolvimento do município. Para fins de classificação, os municípios são agrupados em quatro faixas: baixo desempenho (0,000 a < 0,400), médio-baixo desempenho (0,400 a < 0,600), médio desempenho (0,600 a < 0,800) e alto desempenho (0,800 a 1,000).

De acordo com os dados mais recentes do IPARDES, referentes ao ano de 2023, o município de Pato Branco obteve IPDM geral de 0,7868, sendo classificado na faixa de médio desempenho. Na análise por dimensão, os melhores resultados foram observados nos indicadores de Educação (0,9084) e Saúde (0,6937), enquanto a dimensão Renda, Emprego e Produção Agropecuária registrou índice de 0,7583.

Os resultados demonstram que Pato Branco apresenta desempenho consistente nos principais indicadores de desenvolvimento socioeconômico, refletindo avanços nas áreas de educação, saúde e geração de renda. Contudo, a classificação do município evidencia que ainda existem desafios relacionados à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento das oportunidades de inclusão produtiva, especialmente para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a articulação entre as políticas públicas de educação, saúde, trabalho e assistência social permanece fundamental para promover o desenvolvimento humano e ampliar o acesso da população aos direitos sociais.

## 2.9 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A moradia constitui um direito social previsto no art. 6º da Constituição Federal, sendo a Habitação de Interesse Social (HIS) uma importante estratégia das políticas públicas voltadas à garantia desse direito, especialmente para famílias que enfrentam dificuldades de acesso à habitação adequada. Para além da oferta de uma unidade habitacional, a política habitacional contribui para a melhoria das condições de vida e para a proteção das famílias, considerando aspectos relacionados à infraestrutura, à localização e ao acesso a serviços e equipamentos públicos.

Nesse sentido, a Habitação de Interesse Social está relacionada à redução das vulnerabilidades sociais, uma vez que as condições de moradia estão associadas ao bem-estar das famílias e ao acesso a outros direitos. Sua atuação envolve a identificação das demandas habitacionais, o desenvolvimento de programas e projetos e a articulação entre diferentes políticas públicas, considerando as características e necessidades dos territórios.

Em Pato Branco, a política de Habitação de Interesse Social é desenvolvida pelo Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pelo atendimento e orientação das famílias quanto às políticas e aos programas habitacionais desenvolvidos pelo Município e pelos demais entes federativos. Entre suas atribuições estão a inclusão e atualização cadastral, a orientação sobre programas habitacionais, o recebimento e a análise de documentação e o apoio aos processos de seleção, quando há oferta de unidades habitacionais.

No período de 2024 a 2025, o Departamento de Habitação registrou **1.764 atendimentos**, sendo 577 em 2024 e 1.187 em 2025. Os registros demonstram aumento de aproximadamente 105,7% no quantitativo de atendimentos realizados entre os dois anos. Quanto às pessoas atendidas, foram contabilizadas 532 em 2024 e 917 em 2025, representando crescimento de aproximadamente 72,4%.

Tabela 4 – Registros de atendimento do Departamento de Habitação (2024–2025)

| Tipo de registro | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Atendimentos registrados | 577 | 1.187 | 1.764 |
| Pessoas atendidas | 532 | 917 | 1.449 |

| Tipo de registro | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Motivos de atendimentos registrados | 583 | 1.187 | 1.770 |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, julho de 2026.
*Nota: O total de pessoas atendidas corresponde à soma dos registros anuais, podendo incluir pessoas atendidas em ambos os anos.*

Na distribuição territorial dos atendimentos registrados, destacaram-se os bairros Alvorada, com 78 registros em 2024 e 151 em 2025; Planalto, com 41 e 121 registros, respectivamente; e São João, com 30 e 113 registros. Essas informações contribuem para o acompanhamento da distribuição territorial dos atendimentos e para o planejamento das ações habitacionais no município.

O aumento dos registros de atendimento não representa, necessariamente, crescimento proporcional do déficit habitacional, uma vez que os quantitativos podem ser influenciados pela procura pelos serviços, pela organização dos atendimentos e pelos procedimentos de registro. Além disso, os registros de atendimento não correspondem necessariamente a famílias distintas, considerando a possibilidade de uma mesma pessoa ou família apresentar mais de uma demanda no período.

Em relação aos programas habitacionais atuais, destaca-se o Condomínio Residencial Paulo Afonso, cujas obras apresentavam 30,67% de execução no período de referência, com 1.350 inscrições registradas para o programa. Destaca-se também o projeto de construção do Condomínio da Pessoa Idosa, com início previsto para setembro de 2026, voltado à ampliação das alternativas de moradia para a população idosa.

Deste modo, os dados apresentados reforçam a importância da análise das demandas habitacionais e da articulação entre as políticas públicas, contribuindo para o planejamento de ações voltadas à melhoria das condições de moradia e à garantia desse direito no município.

## 3. INDICADORES DE DEMANDAS POTENCIAIS E OFERTA DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

## 3.1. CADASTRO ÚNICO

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é utilizado como instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no Brasil. Além disso, assume um papel preponderante como a porta de entrada para programas sociais, que utilizam os dados cadastrais para selecionar seus beneficiários em âmbito federal, estadual e municipal.

Por meio dos dados coletados, é possível conhecer as características das pessoas cadastradas, bem como suas necessidades e acompanhar a melhoria ou não de vida a partir de informações sobre renda, número de pessoas conviventes, escolaridade dos membros, condições de moradias, acesso ao trabalho e do número de pessoas com deficiência, por exemplo.

> Com esse conjunto de informações, o poder público tem uma visão mais aprofundada de alguns dos principais fatores que caracterizam a pobreza, identificando as necessidades de cada família e das pessoas que a compõem, o que permite elaborar políticas públicas de proteção social voltadas para essa população (BRASIL, 2017, p. 11).

No período de 2024 a 2025, o Cadastro Único de Pato Branco manteve uma base cadastral relativamente estável, com aproximadamente 10 mil famílias inscritas ao longo dos dois anos. Em dezembro de 2024, o município registrava 10.433 famílias cadastradas, enquanto em dezembro de 2025 esse quantitativo foi de 10.272 famílias, representando uma pequena redução de 161 famílias (1,5%) na base cadastral.

Ao longo de 2024, observou-se crescimento gradual no número de famílias cadastradas durante o primeiro semestre, alcançando o maior quantitativo em junho, com 10.819 famílias. Nos meses seguintes verificou-se redução da base cadastral, estabilizando-se entre 10,1 mil e 10,4 mil famílias até o encerramento do ano. Em 2025, o quantitativo de famílias cadastradas apresentou pequenas oscilações mensais, mantendo-se próximo de 10 mil famílias durante praticamente todo o período analisado, com menor registro em agosto (9.990 famílias) e maior em junho (10.324 famílias).

Essas variações refletem a dinâmica permanente do Cadastro Único, decorrente da inclusão de novas famílias, atualização cadastral, exclusão de registros e revisão periódica das informações, sem indicar alterações significativas no perfil da população cadastrada. A manutenção de uma base cadastral atualizada é fundamental para o planejamento das ações da Política de Assistência Social e para o acesso das famílias aos programas, benefícios e serviços sociais.

Tabela 5 - Número de famílias cadastradas CadÚnico (2024 - 2025)

| Mês | 2024 | 2025 |
|---|---|---|
| Janeiro | 10.304 | 10.042 |
| Fevereiro | 10.429 | 10.062 |
| Março | 10.540 | 10.104 |
| Abril | 10.629 | - |
| Maio | 10.659 | 10.246 |
| Junho | 10.819 | 10.324 |
| Julho | 10.013 | 10.266 |
| Agosto | 10.142 | 9.990 |
| Setembro | 10.164 | 10.072 |
| Outubro | 10.248 | 10.157 |
| Novembro | 10.355 | 10.236 |
| Dezembro | 10.433 | 10.272 |

Fonte: VIS DATA 3 *Beta* – SAGI, 2026.

Para a apresentação desta etapa em diante do Diagnóstico foi utilizada a base de dados do CadÚnico de fevereiro de 2026, onde estavam cadastradas o total de 10.898 famílias e 26.343 pessoas. **Tendo como base o número de pessoas inscritas no Cadastro Único, levando em consideração os dados da população estimada, representa 26,12% de pessoas do Município incluídas no CadÚnico.**

A seleção dos dados por territorialidades, levou em consideração o quesito “Nome da localidade”, que é o nome pelo qual é reconhecido o local ou região onde está situado o logradouro.

Nas áreas urbanas em geral, a localidade é o bairro, enquanto nas áreas rurais há indicação da região do município onde se situa o endereço e nesse sentido, os cadastros foram organizados utilizando o nome das localidades, de acordo com as regiões: norte, leste, central, oeste, sul e interior.

A distribuição territorial das famílias inscritas no Cadastro Único evidencia a concentração da demanda por proteção social nas regiões Sul e Oeste do município.

Das 10.898 famílias cadastradas, 5.123 (47,0%) residem na Região Sul e 2.595 (23,8%) na Região Oeste, que juntas concentram aproximadamente 70,8% de todas as famílias inscritas no Cadastro Único. Na sequência, destacam-se a Região Central, com 1.479 famílias (13,6%), a Região Norte, com 806 famílias (7,4%), o Interior/Distritos, com 497 famílias (4,6%), e a Região Leste, com 388 famílias (3,6%).

Em relação à população cadastrada, o município contabiliza 26.343 pessoas inscritas no Cadastro Único. Assim como observado na distribuição das famílias, a maior concentração encontra-se na Região Sul, com 12.659 pessoas (48,1%), seguida pela Região Oeste, com 6.383 pessoas (24,2%). A Região Central reúne 3.263 pessoas (12,4%), a Região Norte 1.793 pessoas (6,8%), o Interior/Distritos 1.342 pessoas (5,1%) e a Região Leste 903 pessoas (3,4%). Essa distribuição demonstra que a maior parte da população em situação de vulnerabilidade social permanece concentrada nos territórios de abrangência dos CRAS Sul e Oeste, reforçando a necessidade de priorização desses territórios no planejamento e na oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Tabela 6 – Famílias e pessoas inscritas CadÚnico, por região

| Localidade | Famílias | Pessoas |
|---|---|---|
| Região Norte | 806 | 1.793 |
| Região Leste | 388 | 903 |
| Região Central | 1.479 | 3.263 |
| Região Oeste | 2.595 | 6.383 |
| Região Sul | 5.123 | 12.659 |
| Interior/Distrito | 497 | 1.342 |
| **Total** | **10.898** | **26.343** |

Fonte: CadÚnico, fevereiro 2026.

Na tabela a seguir, estão indicados os bairros e comunidades de acordo com a região, conforme delimitação de abairramentos e regiões estipulados pela Secretaria de Planejamento Urbano (SMPU):

Tabela 7 – Bairros e comunidades, por região, CadÚnico (2026)

| Região | Bairros / Comunidades |
|---|---|
| Região Norte | Bortot, Fraron, São Francisco, São Luiz, Vila Izabel. |

| Região | Bairros / Comunidades |
|---|---|
| Região Leste | Bancários, Brasília, Cadorin, La Salle, Parque do Som, Parzianello, Pinheiros. |
| Região Central | Baixada, Centro, Industrial, Santa Terezinha, São Vicente, Trevo Guarani. |
| Região Oeste | Aeroporto, Alto da Glória, Amadori, Anchieta, Bela Vista, Dal Ross, Jardim das Américas, Jardim Primavera, Menino Deus, Pagnoncelli, Planalto, Sambugaro, São João, Vila Esperança, Vila São Pedro. |
| Região Sul | Alvorada, Bonatto, Cristo Rei, Gralha Azul, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Santo Antônio, São Cristóvão, São Roque, Sudoeste, Veneza. |
| Interior | Linha Bom Retiro, Linha Cachoerinha, Comunidade Bela Vista, Comunidade Fazenda da Barra, Comunidade Nossa Senhora do Carmo, Comunidade Passo da Ilha, Comunidade Passo da Pedra, Comunidade Quebra Freio, Comunidade Rondinha, Comunidade São Braz, Comunidade São Caetano, Comunidade São João Batista, Comunidade São Pedro Alcantara, Comunidade Sede Dom Carlos, Comunidade Sede Gavião, Comunidade Três Pontes, Linha Encruzilhada, Linha Independência, Linha Chioquetta, Linha Damaceno, Linha Esperança, Linha Martinelo, Linha São Miguel, Núcleo Dourado, São Roque do Chopim[4] |

Fonte: CadÚnico, fevereiro 2026.

Importante ressaltar que, em alguns quesitos o total de respostas não corresponde ao total de registros, por dois motivos: a) dependendo da resposta do Responsável pela Unidade Familiar (RF), no manual para o preenchimento dos formulários do CadÚnico há a orientação de “indicativo de salto”, que orienta o (a) entrevistador (a) a continuar a entrevista sem preencher alguns campos ou, b) estão vazios, não foram preenchidos.

Os dados do CadÚnico de dezembro de 2023 serão apresentados em duas partes: pelo perfil das famílias e posteriormente o perfil das pessoas cadastradas até a data citada.

### 3.1.1. Famílias por bairro e faixa de renda

A análise da distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único por bairro e faixa de renda evidencia diferenças importantes entre os territórios do município. Conforme apresentado na Tabela 4, a Região Sul concentra o maior número de famílias cadastradas (5.123), correspondendo a aproximadamente 47,0% do total de famílias inscritas, seguida pela Região Oeste, com 2.595 famílias (23,8%), e pela

[4] São Roque do Chopim é o distrito de Pato Branco, decidiu-se colocá-lo juntamente com as outras localidades que estão situadas na área rural (interior) do município.

Região Central, com 1.479 famílias (13,6%). As regiões Norte, Interior e Leste registram, respectivamente, 806, 497 e 388 famílias cadastradas.

Entre os bairros, destacam-se Alvorada (1.223 famílias), Planalto (871), São Cristóvão (824), São João (673) e Centro (549), que concentram os maiores quantitativos de famílias inscritas no Cadastro Único. Esses territórios também apresentam expressivo número de famílias nas faixas de extrema pobreza, pobreza e baixa renda, indicando maior demanda potencial pelos programas, benefícios e serviços da Política de Assistência Social.

No que se refere às famílias em situação de extrema pobreza, observa-se maior concentração nos bairros São João (78 famílias), Planalto (59), São Francisco (54), Alvorada (23), Bela Vista (21) e Sambugaro (21). Já entre as famílias em situação de pobreza, destacam-se os bairros Alvorada (161 famílias), São João (152), Planalto (102), São Cristóvão (101) e Sudoeste (70). Quanto às famílias classificadas como baixa renda, os maiores quantitativos encontram-se nos bairros Alvorada (395 famílias), São Cristóvão (259), Planalto (226), Jardim Floresta (167) e São João (185).

Embora as famílias com renda per capita superior a meio salário mínimo representem a maior parcela dos registros do Cadastro Único (5.993 famílias, correspondendo a aproximadamente 55,0% do total), verifica-se que os bairros com maior concentração de vulnerabilidades também concentram o maior número de cadastros nessa faixa de renda. Destacam-se Alvorada (644 famílias), Planalto (484), São Cristóvão (447), Centro (393) e São João (258). Esse cenário evidencia que o Cadastro Único atende não apenas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, mas também aquelas em condição de vulnerabilidade social que atendem aos critérios de elegibilidade para inscrição, constituindo importante instrumento para identificação das demandas sociais e planejamento das ações da Política de Assistência Social.

Tabela 8 – Famílias por bairro e faixa de renda

| Região | Nome da localidade | Extrema Pobreza | Pobreza | Baixa Renda | Acima de ½ sm | Total geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Central | Baixada | - | 1 | 7 | 21 | 29 |
| | Bonatto | 4 | 33 | 62 | 107 | 206 |
| | Centro | 26 | 28 | 102 | 393 | 549 |
| | Industrial | 11 | 34 | 118 | 180 | 343 |
| | Santa Terezinha | 8 | 8 | 41 | 109 | 166 |
| | Sao Vicente | 3 | 18 | 44 | 89 | 154 |

PREFEITURA DE
PATO BRANCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| Região | Nome da localidade | Extrema Pobreza | Pobreza | Baixa Renda | Acima de ½ sm | Total geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Trevo Da Guarani | - | 3 | 4 | 25 | 32 |
| | **Total** | **52** | **125** | **378** | **924** | **1.479** |
| Leste | Bancários | 4 | 7 | 10 | 32 | 53 |
| | Brasília | 4 | 3 | 20 | 34 | 61 |
| | Cadorin | 1 | 2 | 5 | 15 | 23 |
| | La Salle | 5 | 12 | 32 | 100 | 149 |
| | Parque Do Som | 3 | 2 | 12 | 19 | 36 |
| | Parzianello | 1 | 2 | 4 | 33 | 40 |
| | Pinheiros | 3 | - | - | 23 | 26 |
| | **Total** | **21** | **28** | **83** | **256** | **388** |
| Norte | Bortot | 9 | 7 | 23 | 65 | 104 |
| | Fraron | 15 | 22 | 77 | 197 | 311 |
| | São Francisco | 54 | 9 | 74 | 160 | 297 |
| | São Luiz | - | 2 | 7 | 27 | 36 |
| | Vila Isabel | 5 | 3 | 11 | 39 | 58 |
| | **Total** | **83** | **43** | **192** | **488** | **806** |
| Oeste | Aeroporto | 5 | 12 | 32 | 77 | 126 |
| | Alto Da Gloria | 8 | 18 | 28 | 37 | 91 |
| | Amadori | - | 1 | 6 | 19 | 26 |
| | Anchieta | 3 | 2 | 8 | 32 | 45 |
| | Bela Vista | 21 | 39 | 77 | 148 | 285 |
| | Dal Ross | - | 2 | 3 | 1 | 6 |
| | Jardim Das Américas | - | 1 | 8 | 31 | 40 |
| | Jardim Primavera | 3 | - | 12 | 33 | 48 |
| | Menino Deus | 5 | 7 | 34 | 107 | 153 |
| | Pagnoncelli | - | 2 | 4 | 25 | 31 |
| | Planalto | 59 | 102 | 226 | 484 | 871 |
| | Sambugaro | 21 | 5 | 11 | 23 | 60 |
| | São Joao | 78 | 152 | 185 | 258 | 673 |
| | Vila Esperança | 12 | 12 | 44 | 72 | 140 |
| | **Total** | **215** | **355** | **678** | **1.347** | **2.595** |
| Sul | Alvorada | 23 | 161 | 395 | 644 | 1223 |
| | Cristo Rei | 5 | 24 | 69 | 154 | 252 |
| | Gralha Azul | 4 | 36 | 69 | 144 | 253 |
| | Jardim Floresta | 10 | 64 | 167 | 206 | 447 |
| | Morumbi | 14 | 32 | 85 | 126 | 257 |
| | Novo Horizonte | 9 | 37 | 127 | 207 | 380 |
| | Pinheirinho | 6 | 23 | 89 | 177 | 295 |
| | Santo Antônio | 6 | 51 | 114 | 198 | 369 |
| | São Cristóvão | 17 | 101 | 259 | 447 | 824 |
| | São Roque | 8 | 49 | 103 | 185 | 345 |
| | Sudoeste | 9 | 70 | 114 | 143 | 336 |
| | Veneza | - | 17 | 54 | 71 | 142 |
| | **Total** | **111** | **665** | **1.645** | **2.702** | **5.123** |
| Interior | Comunidade Bela Vista | - | 2 | 2 | 2 | 6 |
| | Comunidade Duque De Caxias | - | - | - | 1 | 1 |
| | Comunidade Fazenda Da Barra | 4 | 4 | 12 | 25 | 45 |
| | Comunidade Nossa Senhora Da Saúde | - | - | 1 | - | 1 |
| | Comunidade Nossa Senhora Do Carmo | 2 | 2 | 2 | 12 | 18 |
| | Comunidade Passo Da Ilha | 2 | 1 | 8 | 18 | 29 |
| | Comunidade Passo Da Pedra | - | - | 3 | 6 | 9 |

| Região | Nome da localidade | Extrema Pobreza | Pobreza | Baixa Renda | Acima de ½ sm | Total geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Comunidade Quebra Freio | 1 | - | - | - | 1 |
| | Comunidade Rondinha | - | - | 2 | 2 | 4 |
| | Comunidade São Braz | 2 | 1 | 2 | 10 | 15 |
| | Comunidade São Caetano | 1 | - | 3 | 4 | 8 |
| | Comunidade São Joao Batista | - | - | 1 | 3 | 4 |
| | Comunidade São Pedro De Alcantara | - | - | 1 | - | 1 |
| | Comunidade Sede Dom Carlos | 2 | 4 | 2 | 15 | 23 |
| | Comunidade Sede Gavião | - | - | - | 3 | 3 |
| | Comunidade Teolândia | - | - | 1 | - | 1 |
| | Comunidade Tres Pontes | 2 | - | 3 | 5 | 10 |
| | Linha Bom Retiro | 3 | 5 | 8 | 24 | 40 |
| | Linha Cachoeirinha | 1 | 2 | 4 | 10 | 17 |
| | Linha Chioquetta | - | - | 1 | - | 1 |
| | Linha Damaceno | 1 | 1 | 3 | - | 5 |
| | Linha Encruzilhada | 3 | - | 10 | 17 | 30 |
| | Linha Esperanca | 1 | - | 1 | - | 2 |
| | Linha Independência | 5 | 6 | 10 | 17 | 38 |
| | Linha Martinello | - | - | 1 | 2 | 3 |
| | Núcleo Dourado | - | - | 1 | 2 | 3 |
| | São Roque Do Chopim | 15 | 17 | 49 | 98 | 179 |
| | **Total** | **45** | **45** | **131** | **276** | **179** |
| **Total geral** | | **528** | **1.263** | **3.109** | **5.998** | **10.898** |

Fonte: CadÚnico, Junho 2026.

### 3.1.2. Taxa de atualização cadastral

A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) é um importante indicador da qualidade da base de dados do Cadastro Único, pois expressa o percentual de famílias com cadastro atualizado nos últimos 24 meses, refletindo a confiabilidade das informações utilizadas para o planejamento, a gestão e a execução das políticas públicas.

Observa-se na tabela abaixo que a taxa apresentou oscilações ao longo do período analisado. Em 2024, o indicador variou de 88,18%, em janeiro, para 84,20%, em dezembro. Já em 2025, a taxa iniciou em 84,20%, atingiu seu menor percentual em julho (80,20%) e encerrou o ano em 85,32%, demonstrando recuperação no segundo semestre em decorrência da intensificação das ações de atualização cadastral. Embora ainda exista um percentual de famílias com cadastros desatualizados, os resultados evidenciam o esforço contínuo do município na qualificação da base cadastral, contribuindo para maior fidedignidade das informações e para o adequado acesso das famílias aos programas, benefícios e serviços sociais.

Tabela 9 – Taxa da atualização do CadÚnico

| Ano | Mês | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| 2024 | 88,18% | 87,58% | 87,02% | 86,31% | 86,05% | 86,54% | 87,88% | 86,09% | 86,08% | 85,11% | 84,09% | 84,20% |
| 2025 | 84,20% | 83,95% | 83,63% | 83,33% | 83,33% | 80,25% | 80,20% | 82,04% | 84,14% | 83,92% | 84,20% | 85,32% |

Fonte: VisData Beta, julho 2026.

### 3.1.3. Condições Habitacionais das Famílias inscritas no Cadastro Único

As condições habitacionais das famílias inscritas no Cadastro Único constituem importante indicador das vulnerabilidades sociais presentes no município, permitindo avaliar não apenas as características físicas dos domicílios, mas também o acesso aos serviços públicos essenciais de saneamento, abastecimento de água, energia elétrica e coleta de resíduos sólidos. Esses elementos influenciam diretamente as condições de saúde, segurança, qualidade de vida e desenvolvimento das famílias, sendo fundamentais para o planejamento das políticas públicas.

Em junho de 2026, o Cadastro Único registrava 10.898 famílias, das quais 10.543 (96,7%) residiam na área urbana e 303 (2,8%) na área rural, evidenciando o predomínio da população cadastrada em áreas urbanizadas. Observa-se ainda que 10.712 famílias (98,3%) residiam em domicílios particulares permanentes, enquanto apenas 3 ocupavam domicílios improvisados e 131 residiam em domicílios coletivos, indicando predominância de moradias com características permanentes.

Quanto às características construtivas dos imóveis, verifica-se que a maior parte dos domicílios apresenta padrão construtivo adequado. As paredes são predominantemente constituídas por alvenaria ou tijolo com revestimento (7.440 domicílios), seguidas por madeira aparelhada (2.574), enquanto materiais considerados mais precários representam parcela reduzida dos registros. Em relação ao piso, predominam revestimentos em cerâmica, lajota ou pedra (7.346 domicílios), seguidos por madeira aparelhada (2.399). Os domicílios com piso de cimento, madeira

reaproveitada ou terra representam proporção significativamente menor, demonstrando que, sob o aspecto construtivo, as condições habitacionais das famílias cadastradas são, em sua maioria, adequadas.

Os indicadores de infraestrutura urbana também evidenciam ampla cobertura dos serviços essenciais. O abastecimento de água é realizado predominantemente pela rede geral de distribuição, que atende 10.384 famílias (95,3%), enquanto 319 famílias utilizam poço ou nascente como principal fonte de abastecimento. Apenas 20 famílias registram ausência de água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio, indicando que essa privação é pontual no município.

Em relação ao esgotamento sanitário, 9.576 famílias (87,9%) possuem ligação à rede coletora de esgoto ou rede pluvial. Entretanto, 615 famílias utilizam fossa séptica e 502 ainda dependem de fossa rudimentar, demonstrando que parte da população cadastrada permanece sem acesso à infraestrutura pública de saneamento. Embora residual, também foram identificados casos de lançamento direto em corpos d'água e utilização de vala a céu aberto, situações que representam maior risco sanitário e ambiental e demandam atenção das políticas públicas de infraestrutura urbana.

No que se refere à coleta de resíduos sólidos, observa-se cobertura praticamente universal do serviço público, com 10.418 famílias (95,6%) atendidas por coleta direta. Entretanto, 186 famílias ainda queimam ou enterram os resíduos na própria propriedade e outras 100 dependem de coleta indireta, práticas que podem estar relacionadas principalmente às áreas rurais ou localidades com menor cobertura da infraestrutura urbana.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, verifica-se ampla cobertura, sendo que 8.819 famílias possuem medidor individual e 1.876 utilizam medidor comunitário. Os registros de domicílios sem fornecimento regular de energia ou utilizando formas alternativas de iluminação são residuais, indicando elevado acesso ao serviço de eletrificação.

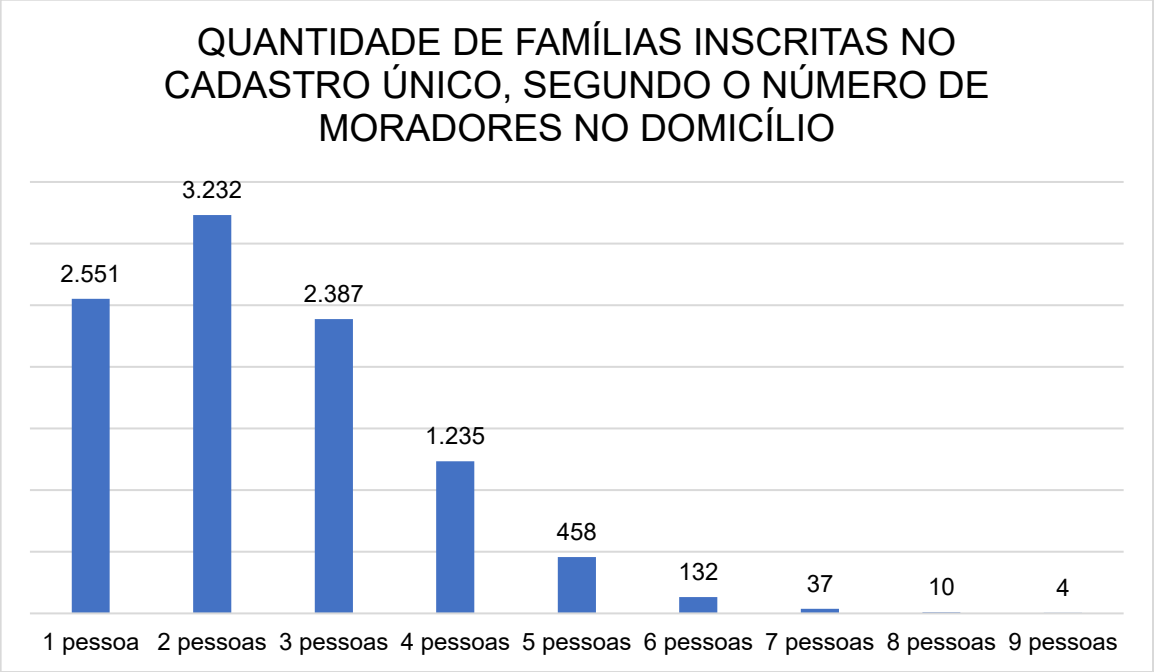
De forma geral, os indicadores demonstram que o município apresenta condições habitacionais favoráveis para a maior parte das famílias inscritas no Cadastro Único, especialmente no que se refere ao padrão construtivo das moradias e ao acesso aos serviços públicos essenciais. Contudo, a permanência de famílias

sem acesso pleno ao saneamento básico, utilizando fossas rudimentares, fontes alternativas de abastecimento de água ou formas inadequadas de destinação de resíduos evidencia a existência de vulnerabilidades territoriais específicas. Esses resultados reforçam a necessidade de articulação entre a Política de Assistência Social e as políticas de habitação, saneamento, infraestrutura e saúde, priorizando intervenções nos territórios onde persistem déficits habitacionais e de infraestrutura, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para a redução das desigualdades sociais.

### 3.1.4. Composição Familiar

A composição das famílias inscritas no Cadastro Único demonstra predominância de domicílios com duas pessoas, totalizando 3.232 famílias (32,2%), seguidos pelos domicílios com uma pessoa (2.551 famílias; 25,4%) e três pessoas (2.387 famílias; 23,8%), conforme apresentado no gráfico a seguir. Observa-se ainda que as famílias com até três integrantes representam aproximadamente 81,3% dos cadastros analisados, evidenciando predominância de núcleos familiares de pequeno porte. Em contrapartida, as famílias compostas por quatro ou mais pessoas correspondem a cerca de 18,7% dos registros, sendo que apenas 641 famílias (6,4%) possuem cinco ou mais integrantes. Embora representem uma parcela reduzida da base cadastral, essas famílias tendem a apresentar maior demanda por políticas públicas, especialmente quando associadas à baixa renda, à presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, exigindo acompanhamento continuado e acesso prioritário aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Gráfico 5 - Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único, segundo o número de moradores no domicílio




Fonte: CadÚnico, Junho 2026.

### 3.1.5. Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

Os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) compreendem segmentos populacionais que possuem formas próprias de organização social, características culturais, econômicas ou territoriais diferenciadas, ou que vivenciam condições específicas de vulnerabilidade, sendo identificados no Cadastro Único para subsidiar o planejamento e a implementação de políticas públicas direcionadas.

No município de Pato Branco, identificam-se 98 famílias pertencentes a esses grupos. Destacam-se as famílias de coletores de material reciclável, que representam a maior parcela, com 67 registros, seguidas pelas famílias de pessoas privadas de liberdade no sistema carcerário, com 24 registros. Também foram identificadas cinco famílias de agricultores familiares, uma família acampada e uma família assentada da reforma agrária. Esses grupos apresentam especificidades que podem demandar

estratégias diferenciadas de proteção social, acesso a direitos e articulação intersetorial.

Embora representem uma parcela reduzida das famílias inscritas no Cadastro Único, os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos constituem público prioritário para diversas políticas públicas, exigindo acompanhamento contínuo e ações que considerem suas características e necessidades específicas, em consonância com os princípios da equidade e da proteção social.

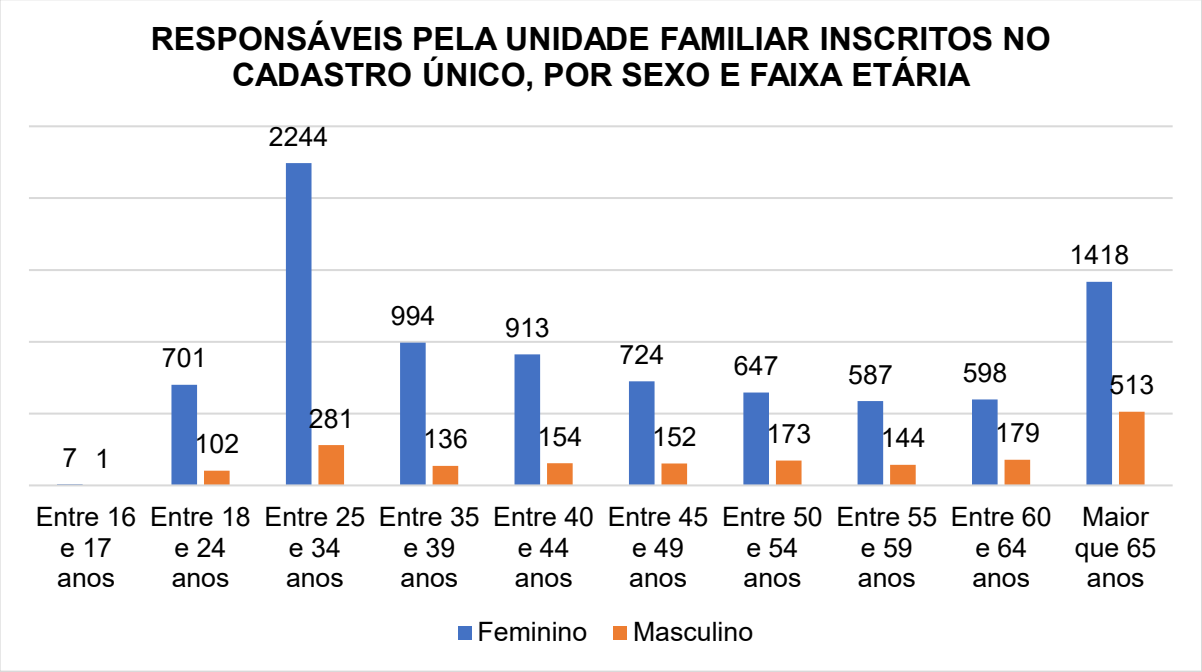
### 3.1.6. Responsável pela Unidade Familiar

O Responsável pela Unidade Familiar (RUF) corresponde à pessoa indicada pela família como principal responsável pelas informações prestadas ao Cadastro Único, sendo, preferencialmente, uma pessoa com idade igual ou superior a 16 anos e, sempre que possível, do sexo feminino. A análise desse perfil permite compreender características importantes das famílias em situação de vulnerabilidade social e subsidiar o planejamento das ações da Política de Assistência Social.

No município, observa-se expressiva predominância de mulheres entre os responsáveis pela unidade familiar, correspondendo a 82,8% dos registros (8.833 pessoas), enquanto os homens representam 17,2% (1.835 pessoas). Essa predominância feminina se mantém em todas as faixas etárias, com maior concentração entre 25 e 34 anos, grupo que reúne 2.525 responsáveis, sendo 2.244 mulheres e 281 homens. Também se destaca o contingente de responsáveis com 65 anos ou mais, totalizando 1.931 pessoas, das quais 1.418 são mulheres e 513 são homens.

A distribuição evidencia que a responsabilidade familiar recai majoritariamente sobre mulheres em idade economicamente ativa, especialmente entre 25 e 44 anos, ao mesmo tempo em que permanece expressiva entre pessoas idosas. Esse perfil reforça a necessidade de que o planejamento das políticas públicas considere, de forma articulada, as demandas relacionadas à inserção produtiva, à autonomia econômica, à conciliação entre trabalho e responsabilidades de cuidado e à proteção das famílias chefiadas por pessoas idosas.

Gráfico 6 - Responsáveis pela Unidade Familiar inscritos no Cadastro Único, por sexo e faixa etária




Fonte: Cadastro Único. Junho, 2026

Territorialmente, os responsáveis familiares concentram-se principalmente nas regiões Sul (5.002 pessoas) e Oeste (2.544), seguidas pelas regiões Central (1.449), Norte (800), Interior (491) e Leste (382), acompanhando a própria distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único. Essa concentração reforça a necessidade de direcionamento prioritário das ações de acompanhamento familiar e de acesso a serviços, benefícios e oportunidades de inclusão produtiva aos territórios com maior presença de famílias cadastradas.

Em relação à escolaridade, observa-se predominância de responsáveis familiares com Ensino Fundamental incompleto (3.814 pessoas), seguido por aqueles com Ensino Médio completo (3.156) e Ensino Médio incompleto (1.239). Também foram identificados 611 responsáveis sem instrução e apenas 700 com Ensino Superior incompleto ou mais. Embora se observe avanço na conclusão do ensino médio, os dados demonstram que a baixa escolaridade ainda constitui característica marcante entre as famílias inscritas no Cadastro Único, podendo limitar o acesso ao emprego formal, à qualificação profissional e ao aumento da renda familiar, reforçando

a necessidade de políticas voltadas à educação de jovens e adultos, qualificação profissional e inclusão produtiva.

Tabela 10 - Escolaridade do RUF

| Escolaridade | Quantidade |
|---|---|
| Sem instrução | 611 |
| Fundamental incompleto | 3.814 |
| Fundamental completo | 1.148 |
| Médio incompleto | 1.239 |
| Médio completo | 3.156 |
| Superior incompleto ou mais | 700 |
| Total | 10.668 |

Fonte: Cadastro Único. Junho, 2026

No mercado de trabalho, destaca-se a predominância de responsáveis familiares empregados com carteira de trabalho assinada (3.498 pessoas), seguidos pelos trabalhadores por conta própria (1.265), trabalhadores domésticos sem carteira assinada (447) e militares ou servidores públicos (173). Entretanto, observa-se equilíbrio entre o número de pessoas que trabalharam na semana anterior à entrevista (5.228) e aquelas que não exerceram atividade laboral no mesmo período (5.440), indicando coexistência entre inserção no mercado de trabalho e situações de desemprego, informalidade, inatividade ou dificuldades de acesso ao emprego. Esse cenário reforça a importância da articulação da Política de Assistência Social com programas de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e inclusão produtiva, visando ampliar as oportunidades de autonomia econômica das famílias.

Quanto às condições de saúde, foram identificadas 831 pessoas responsáveis familiares com algum tipo de deficiência, destacando-se a deficiência física (373 pessoas), baixa visão (196), deficiência mental ou intelectual (161), transtorno ou doença mental (62) e deficiência auditiva (52 com surdez profunda e 57 com surdez leve). Embora representem parcela reduzida do total de responsáveis familiares, essas situações podem gerar barreiras ao acesso ao trabalho, à renda e aos serviços públicos, demandando acompanhamento integrado entre a Assistência Social, Saúde, Previdência Social e demais políticas de garantia de direitos.

De forma geral, o perfil dos responsáveis familiares inscritos no Cadastro Único revela a predominância de mulheres adultas, em idade economicamente ativa, com baixa escolaridade e inserção parcial no mercado de trabalho, características que

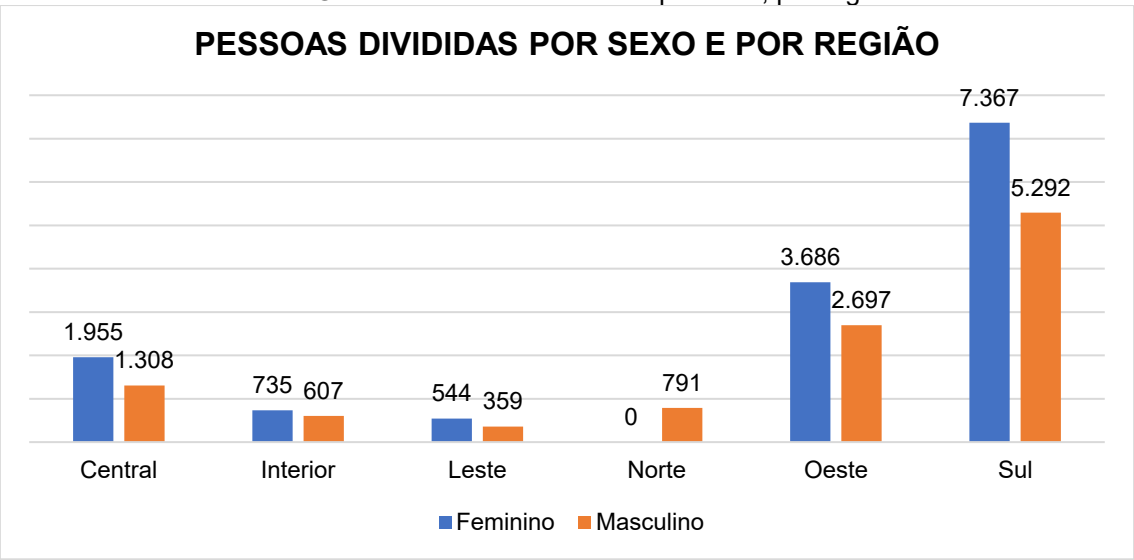
evidenciam a necessidade de fortalecimento das ações de proteção social, qualificação profissional, inclusão produtiva e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. Os dados também demonstram a importância da atuação intersetorial para reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos, especialmente para mulheres chefes de família, pessoas idosas e pessoas com deficiência, públicos que apresentam maior potencial de demandar acompanhamento continuado pela rede socioassistencial.

### 3.1.7. Sexo e faixa etária das pessoas inscritas no CadÚnico

A análise do perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único demonstra predominância do sexo feminino, que representa 14.278 pessoas (56,4%), enquanto o sexo masculino corresponde a 10.263 pessoas (40,5%) dos registros. Observa-se ainda a existência de 791 pessoas (3,1%) sem informação de sexo, concentradas na Região Norte, indicando a necessidade de qualificação dos registros cadastrais. A predominância feminina está relacionada, em grande medida, ao papel das mulheres como responsáveis familiares e à sua maior participação no acesso aos programas, benefícios e serviços socioassistenciais.

Quanto à distribuição territorial, verifica-se que a maior concentração de pessoas inscritas permanece nas regiões Sul, com 12.659 pessoas, e Oeste, com 6.383 pessoas, que juntas concentram aproximadamente 72% da população cadastrada no município. Na sequência aparecem a Região Central (3.263 pessoas), Região Norte (1.793), Interior/Distritos (1.342) e Região Leste (903). Em todas as regiões observa-se predominância do sexo feminino entre as pessoas cadastradas, evidenciando um perfil semelhante em todo o território municipal e reforçando a necessidade de que as políticas públicas considerem as especificidades das mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas responsáveis pelo sustento e organização familiar.

Gráfico 7- Pessoas divididas por sexo, por região




Fonte: CadÚnico, Junho 2026.

Em relação à faixa etária, verifica-se maior concentração de pessoas entre 7 e 15 anos, totalizando 4.818 registros, seguida da população de 25 a 34 anos (3.634 pessoas) e das pessoas com 65 anos ou mais (2.981 pessoas). Também merece destaque o contingente de 2.466 crianças de 0 a 4 anos, evidenciando a expressiva presença de famílias com crianças na primeira infância entre os inscritos no Cadastro Único. A distribuição etária demonstra que a população cadastrada contempla diferentes ciclos de vida, reunindo demandas específicas relacionadas à infância, adolescência, vida adulta e envelhecimento.

Esse perfil reforça a necessidade de que a Política de Assistência Social desenvolva ações articuladas com as políticas de educação, saúde, trabalho e renda, contemplando estratégias voltadas à proteção e ao desenvolvimento integral da primeira infância, à permanência escolar de crianças e adolescentes, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à inclusão produtiva da população em idade economicamente ativa e à promoção do envelhecimento ativo e saudável. A diversidade etária observada entre os inscritos no Cadastro Único evidencia a importância da oferta integrada de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma a responder às diferentes necessidades identificadas ao longo do ciclo de vida.

Tabela 11 - Faixa etária das pessoas inscritas no CadÚnico

| Faixa de idade | Central | | Interior | | Leste | | Norte | | Oeste | | Sul | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Fem | Mas | Fem | Mas | Fem | Mas | Fem | Mas | Fem | Mas | Fem | Mas |
| 0 - Entre 0 e 4 anos | 116 | 136 | 64 | 54 | 39 | 41 | 68 | 81 | 298 | 331 | 591 | 647 |
| 1 - Entre 5 e 6 anos | 67 | 62 | 35 | 33 | 20 | 24 | 28 | 42 | 123 | 136 | 299 | 286 |
| 2 - Entre 7 e 15 anos | 256 | 271 | 110 | 127 | 70 | 63 | 146 | 151 | 583 | 641 | 1140 | 1260 |
| 3 - Entre 16 e 17 anos | 54 | 49 | 27 | 29 | 14 | 16 | 24 | 24 | 104 | 128 | 228 | 260 |
| 4 - Entre 18 e 24 anos | 181 | 135 | 55 | 57 | 54 | 34 | 89 | 73 | 347 | 251 | 704 | 509 |
| 5 - Entre 25 e 34 anos | 289 | 148 | 111 | 49 | 88 | 44 | 181 | 101 | 601 | 267 | 1242 | 513 |
| 6 - Entre 35 e 39 anos | 134 | 73 | 56 | 38 | 36 | 18 | 83 | 39 | 266 | 134 | 504 | 257 |
| 7 - Entre 40 e 44 anos | 114 | 65 | 51 | 24 | 31 | 17 | 65 | 47 | 227 | 114 | 507 | 244 |
| 8 - Entre 45 e 49 anos | 98 | 58 | 39 | 17 | 35 | 9 | 39 | 40 | 202 | 110 | 392 | 232 |
| 9 -Entre 50 e 54 anos | 99 | 36 | 30 | 20 | 23 | 4 | 44 | 37 | 160 | 109 | 374 | 235 |
| 10 - Entre 55 e 59 anos | 102 | 51 | 42 | 47 | 33 | 9 | 43 | 31 | 173 | 96 | 306 | 183 |
| 11 - Entre 60 e 64 anos | 109 | 47 | 31 | 35 | 31 | 24 | 52 | 33 | 161 | 100 | 333 | 185 |
| 12 - Maior que 65 anos | 336 | 177 | 84 | 77 | 70 | 56 | 140 | 92 | 441 | 280 | 747 | 481 |
| **Total geral** | **1.955** | **1.308** | **735** | **607** | **544** | **359** | **1.002** | **791** | **3.686** | **2.697** | **7.367** | **5.292** |

Fonte: CadÚnico, junho 2026

### 3.1.8. Escolaridade das pessoas inscritas no Cadastro Único

As informações do Cadastro Único permitem caracterizar o perfil educacional da população em situação de vulnerabilidade social, subsidiando o planejamento de ações intersetoriais entre as políticas de Assistência Social e Educação. Diferentemente dos indicadores censitários, esses dados retratam especificamente as famílias inscritas no Cadastro Único, público prioritário das políticas de proteção social.

Entre as pessoas cadastradas, 20.213 declararam saber ler e escrever, enquanto 6.130 informaram não possuir essa habilidade. Entre essas, observa-se maior concentração na faixa etária de 0 a 6 anos (3.419 pessoas), situação compatível com o processo de alfabetização próprio da primeira infância. Entretanto, destaca-se a existência de 1.107 pessoas com 18 anos ou mais que declararam não saber ler e

escrever, além de 58 adolescentes entre 16 e 17 anos, evidenciando a permanência de situações de analfabetismo que demandam atenção das políticas públicas de educação e da Assistência Social. Na faixa etária de 7 a 15 anos, 1.546 pessoas informaram não saber ler e escrever, resultado que pode refletir tanto crianças ainda em processo de alfabetização quanto situações de defasagem escolar, reforçando a necessidade de acompanhamento articulado entre as políticas de educação e assistência social para garantia do direito à aprendizagem.

Quanto à frequência escolar, verifica-se que 32,6% das pessoas cadastradas frequentavam instituições públicas de ensino no momento da entrevista, enquanto apenas uma pequena parcela encontrava-se matriculada na rede privada. Por outro lado, 57,4% declararam já ter frequentado a escola, mas não estavam estudando na data da entrevista, e 9,1% informaram nunca ter frequentado uma instituição de ensino. Esses resultados refletem, em grande medida, a presença de adultos e pessoas idosas que já concluíram ou interromperam sua trajetória escolar. Ao mesmo tempo, reforçam a importância do monitoramento das situações de exclusão educacional e da promoção do acesso à educação ao longo da vida, especialmente entre crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social.

Em relação à vinculação educacional atual, observa-se predominância de pessoas matriculadas no Ensino Fundamental regular de nove anos, totalizando 4.842 estudantes, evidenciando a expressiva presença de crianças e adolescentes entre a população inscrita no Cadastro Único. Também se destacam 1.041 crianças matriculadas na pré-escola e 870 na creche, demonstrando a relevância das políticas voltadas à primeira infância e da articulação entre a Assistência Social e a Educação para assegurar o acesso e a permanência das crianças nas instituições de ensino. Ainda, registram-se 138 matrículas no Ensino Fundamental Especial, indicando a presença de estudantes com necessidades educacionais específicas que demandam acompanhamento intersetorial, além de 333 pessoas frequentando o ensino superior, evidenciando que parte da população cadastrada permanece em processo de qualificação educacional e profissional.

De forma geral, os indicadores revelam que a população inscrita no Cadastro Único apresenta demandas educacionais ao longo de todo o ciclo de vida, desde a educação infantil até o ensino superior e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao

mesmo tempo em que se observa significativa inserção de crianças e adolescentes na educação básica, persistem desafios relacionados ao analfabetismo entre jovens e adultos, à defasagem escolar e à necessidade de ampliar as oportunidades de qualificação educacional. Esse cenário reforça a importância do fortalecimento das ações intersetoriais entre a Assistência Social e a Educação, visando assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar, prevenir a evasão, promover a alfabetização de jovens e adultos e ampliar as oportunidades de qualificação profissional e inclusão social das famílias inscritas no Cadastro Único.

Nesse contexto, a educação constitui um dos principais fatores para a promoção da autonomia das famílias e para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, reforçando a importância da atuação integrada entre as políticas públicas na garantia do direito à educação e na redução das desigualdades sociais.

### 3.1.9. Trabalho e Remuneração

As informações do Cadastro Único demonstram que a vulnerabilidade social das famílias cadastradas não decorre exclusivamente da ausência de trabalho, mas também da instabilidade ocupacional, da informalidade, dos baixos rendimentos e da necessidade de conciliar a renda do trabalho com benefícios e outras formas de proteção social. Entre as pessoas com 14 anos ou mais, 9.196 declararam ter trabalhado na semana anterior à entrevista, enquanto 9.083 informaram não ter exercido atividade laboral no mesmo período. Isso significa que aproximadamente metade dessa população estava trabalhando, revelando uma inserção ocupacional relevante, mas insuficiente, por si só, para afastar as famílias das situações de vulnerabilidade.

Esse resultado deve ser analisado em conjunto com o perfil anteriormente identificado no Cadastro Único. Há expressiva presença de adultos em idade economicamente ativa, especialmente entre 25 e 34 anos, além da predominância feminina entre os responsáveis familiares. Assim, parte significativa das pessoas cadastradas precisa conciliar trabalho remunerado com responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência e à organização doméstica. Para as mulheres responsáveis familiares, essas

atribuições podem restringir a disponibilidade para jornadas integrais, qualificação profissional ou empregos mais estáveis, favorecendo vínculos informais, trabalhos autônomos e ocupações de menor remuneração.

Quanto ao tipo de trabalho declarado, conforme apresentado na tabela a seguir, predominam os empregados com carteira de trabalho assinada, com 6.286 registros, seguidos pelos trabalhadores por conta própria, autônomos ou que realizam “bicos”, com 2.123 registros. Também foram identificados 462 trabalhadores domésticos sem carteira assinada, 323 aprendizes, 230 militares ou servidores públicos, 115 trabalhadores domésticos com vínculo formal e 84 empregados sem carteira assinada. Embora o emprego formal seja a principal modalidade registrada, o número expressivo de trabalhadores por conta própria e de vínculos sem proteção trabalhista demonstra que parcela relevante da população cadastrada está sujeita à oscilação de renda, à ausência de direitos previdenciários e à maior exposição a períodos de desocupação.

Tabela 12 - Tipo de ocupação

| **Tipo** | **Quantidade** |
|---|---|
| Carteira assinada | 6.286 |
| Conta própria | 2.123 |
| Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada | 462 |
| Aprendiz | 323 |
| Servidor/Militar | 230 |
| Trab. doméstico com cart. de trab. Assinada | 115 |
| Empregado sem carteira de trabalho assinada | 84 |
| Estagiário | 35 |
| Trabalhador temporário em área rural | 19 |
| Empregador | 3 |
| **Total** | **9.680** |

Fonte: CadÚnico, junho 2026

A permanência no trabalho ao longo do ano também apresenta diferenças importantes. Entre o conjunto das pessoas cadastradas que exerceram atividade laboral, 59,5% declararam ter trabalhado durante os 12 meses anteriores à entrevista, indicando maior continuidade da ocupação para uma parte dos trabalhadores. Entretanto, os demais registros correspondem a pessoas que trabalharam por períodos menores, situação que pode estar relacionada à rotatividade, à informalidade, ao trabalho temporário, à sazonalidade ou à alternância entre períodos

de ocupação e desemprego. Desse modo, estar trabalhando no momento da entrevista não significa necessariamente possuir renda estável ou suficiente para atender às necessidades da família.

Além da renda proveniente do trabalho, os dados demonstram a importância das transferências previdenciárias, assistenciais e familiares para a manutenção das condições de vida da população cadastrada. Foram identificadas 4.737 pessoas que recebem aposentadoria, pensão previdenciária, Benefício de Prestação Continuada ou benefício semelhante, evidenciando o papel central da seguridade social na composição da renda familiar, sobretudo nos núcleos com pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Também foram registradas 1.704 pessoas que recebem pensão alimentícia, 1.136 que recebem doação regular de pessoa não residente no domicílio, 216 beneficiárias do seguro-desemprego e 141 com outras fontes de remuneração, excluídas as transferências semelhantes ao Programa Bolsa Família. Esses dados demonstram que muitas famílias dependem da combinação de diferentes fontes de renda, algumas delas instáveis ou insuficientes, para atender às necessidades básicas.

Entre os beneficiários do Bolsa Família, foram identificadas 763 pessoas que recebem pensão alimentícia, 583 que recebem doações regulares de não moradores, 67 que recebem aposentadoria, BPC ou benefício semelhante, 4 que recebem seguro-desemprego e 10 que informaram outras fontes de remuneração. A presença expressiva da pensão alimentícia e das doações evidencia que parte dessas famílias depende de transferências familiares ou comunitárias, o que pode indicar fragilidade da autonomia econômica e maior exposição a interrupções de renda.

De forma geral, os dados revelam que a população inscrita no Cadastro Único apresenta uma realidade laboral heterogênea. Embora parcela expressiva esteja trabalhando e parte possua vínculo formal, permanecem relevantes a informalidade, a descontinuidade das ocupações e a dependência de benefícios e transferências complementares. Entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, essas fragilidades são ainda mais evidentes, com menor proporção de pessoas trabalhando, maior predominância do trabalho autônomo e menor continuidade da ocupação durante o ano.

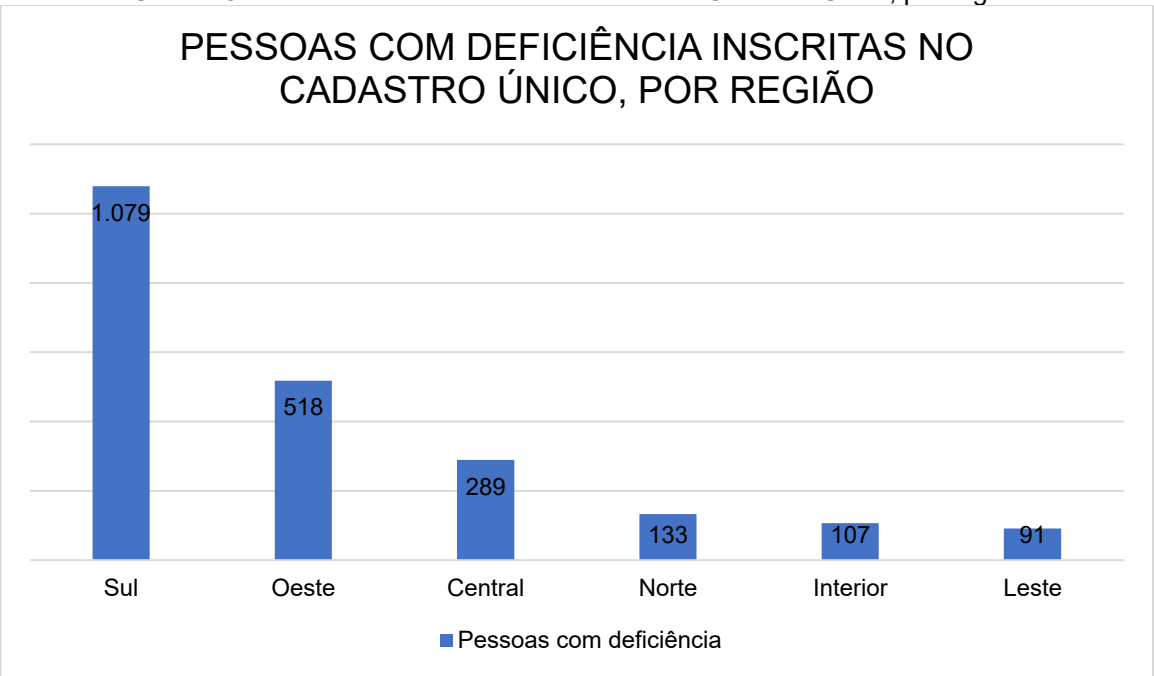
Esse cenário reforça a necessidade de articulação entre a Política de Assistência Social e as políticas de Educação, Trabalho e Renda, Desenvolvimento Econômico, Saúde e cuidados. O planejamento municipal deve considerar ações de qualificação profissional compatíveis com o perfil educacional da população, intermediação de mão de obra, apoio ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, ampliação do acesso à educação infantil e estratégias específicas para mulheres responsáveis familiares. Mais do que promover o ingresso no mercado de trabalho, é necessário favorecer uma inserção produtiva protegida, estável e capaz de ampliar efetivamente a autonomia e a segurança de renda das famílias.

### 3.1.10. Pessoa com deficiência

O Cadastro Único possibilita identificar pessoas com deficiência a partir da autodeclaração do Responsável Familiar, considerando impedimentos permanentes de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que possam restringir a realização de atividades cotidianas. Embora não permita identificar o grau de deficiência ou realizar diagnóstico clínico, essa informação constitui importante subsídio para o planejamento das políticas públicas voltadas à promoção da autonomia, inclusão social, acessibilidade e proteção desse público.

Na posição da base de dados de junho de 2026, foram identificadas 2.217 pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único no município. A maior concentração encontra-se na Região Sul, com 1.079 pessoas (48,7%), seguida pela Região Oeste (518; 23,4%) e pela Região Central (289; 13,0%), refletindo a distribuição territorial das famílias cadastradas. As regiões Norte (133), Interior (107) e Leste (91) apresentam quantitativos menores, porém igualmente relevantes para o planejamento da oferta de serviços. Do total de pessoas identificadas, 1.220 são do sexo masculino (55,0%) e 997 do sexo feminino (45,0%), evidenciando predominância masculina entre as pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único.

Gráfico 8 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por região




Fonte: CadÚnico, junho 2026

A distribuição por sexo e faixa etária demonstra que as pessoas com deficiência estão presentes em todas as etapas do ciclo de vida. Destacam-se as pessoas com 65 anos ou mais, que totalizam 513 registros (23,1%), seguidas pelas crianças e adolescentes de 7 a 15 anos (372; 16,8%) e pelos adultos entre 25 e 34 anos (181; 8,2%). Também merece atenção o contingente de pessoas entre 55 e 64 anos, que reúne 327 registros, evidenciando o aumento das demandas relacionadas ao envelhecimento associado à deficiência. Observa-se ainda predominância masculina nas faixas etárias da infância, adolescência e juventude, especialmente entre 7 e 15 anos, enquanto nas idades mais avançadas ocorre maior equilíbrio entre os sexos, refletindo diferentes perfis de ocorrência da deficiência ao longo do ciclo de vida.

Tabela 13 - Pessoas com deficiência, por sexo e faixa etária

| Faixa etária | Feminino | Masculino | Total |
|---|---|---|---|
| 0 a 4 anos | 20 | 45 | 65 |
| 5 a 6 anos | 23 | 47 | 70 |
| 7 a 15 anos | 104 | 268 | 372 |
| 16 a 17 anos | 16 | 37 | 53 |
| 18 a 24 anos | 56 | 96 | 152 |
| 25 a 34 anos | 77 | 104 | 181 |
| 35 a 39 anos | 28 | 58 | 86 |
| 40 a 44 anos | 67 | 71 | 138 |

| Faixa etária | Feminino | Masculino | Total |
|---|---|---|---|
| 45 a 49 anos | 63 | 60 | 123 |
| 50 a 54 anos | 64 | 73 | 137 |
| 55 a 59 anos | 91 | 72 | 163 |
| 60 a 64 anos | 85 | 79 | 164 |
| 65 anos ou mais | 303 | 210 | 513 |
| Total | **997** | **1220** | **2217** |

Fonte: CadÚnico, junho 2026

Em relação aos tipos de deficiência informados, destacam-se a deficiência física (784 registros) e a deficiência mental ou intelectual (728), seguidas pelo transtorno ou doença mental (411), baixa visão (328), surdez profunda (136), surdez leve (91), cegueira (76) e Síndrome de Down (54). Ressalta-se que uma mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência, motivo pelo qual a soma dos registros supera o número total de pessoas identificadas. Esse perfil demonstra a necessidade de articulação entre a Assistência Social, Saúde, Educação e demais políticas públicas para garantir atendimento integral, acessibilidade e inclusão social.

Outro aspecto relevante refere-se à rede de apoio dessas pessoas. Conforme declarado no Cadastro Único, 1.156 pessoas recebem auxílio de familiares para a realização das atividades diárias, enquanto apenas 24 contam com cuidadores especializados, 206 recebem apoio de instituições da rede socioassistencial, 11 recebem auxílio de vizinhos e 20 declararam receber apoio de outras formas. Esses dados evidenciam que o cuidado permanece concentrado, predominantemente, no núcleo familiar, demonstrando a importância da família como principal provedora de apoio às pessoas com deficiência.

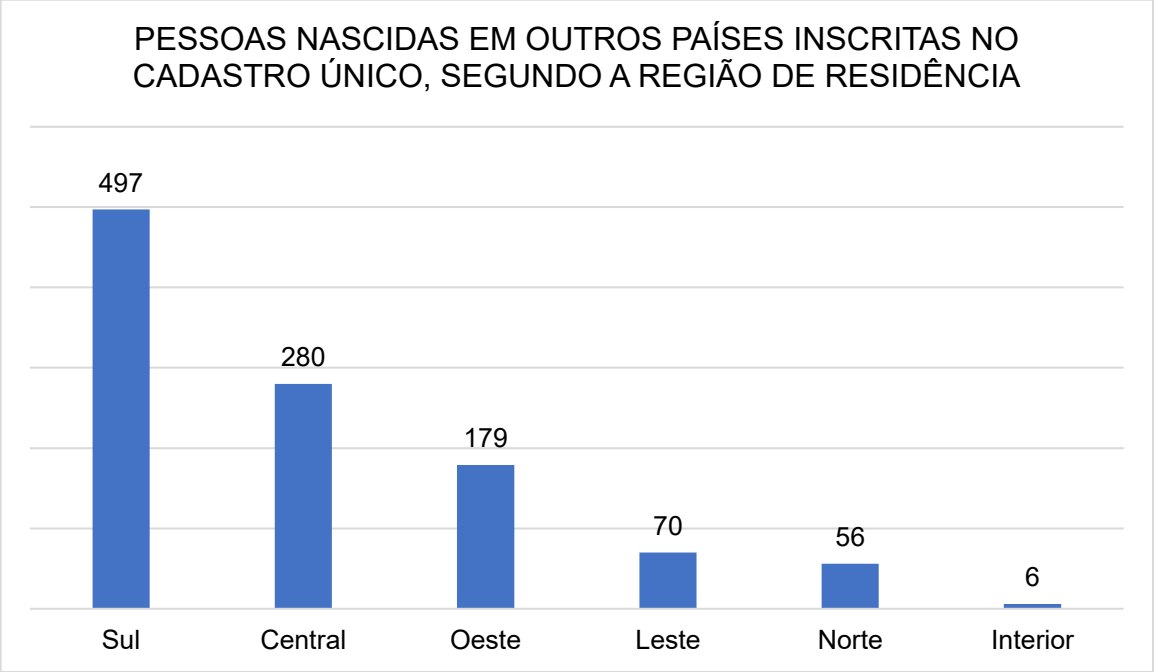
Quando esse cenário é analisado em conjunto com o processo de envelhecimento da população, observa-se um importante desafio para o planejamento da Política de Assistência Social. Muitas pessoas com deficiência são cuidadas por pais, mães ou outros familiares que também envelhecem e podem apresentar redução de sua capacidade de cuidado ao longo do tempo. Essa realidade tende a ampliar a demanda por serviços de apoio aos cuidadores, fortalecimento dos vínculos familiares, cuidados de longa duração e, em situações de rompimento ou ausência da rede familiar, por serviços especializados de acolhimento, como a Residência Inclusiva, destinada a jovens e adultos com deficiência que não disponham de condições de autossustento ou de retaguarda familiar.

### 3.1.11. Pessoas imigrantes

O Cadastro Único permite identificar pessoas nascidas em outros países residentes no município, constituindo importante fonte de informação para o planejamento das políticas públicas voltadas à população migrante, refugiada e em situação de mobilidade humana. Além de caracterizar o perfil socioeconômico dessas famílias, os dados subsidiam o desenvolvimento de estratégias de acolhimento, integração social e garantia de acesso aos direitos, especialmente diante do crescimento da migração internacional observado no município nos últimos anos.

Na posição da base de dados de junho de 2026, foram identificadas 1.088 pessoas nascidas em outros países inscritas no Cadastro Único de Pato Branco. A distribuição territorial acompanha a concentração das famílias cadastradas no município, com predominância na Região Sul (497 pessoas), seguida pela Região Central (280) e pela Região Oeste (179). As regiões Leste (70), Norte (56) e Interior (6) concentram quantitativos menores, porém evidenciam que a população migrante encontra-se distribuída em praticamente todo o território municipal. Observa-se ainda predominância do sexo feminino, que corresponde a 58,0% dos registros (631 pessoas), enquanto os homens representam 42,0% (457 pessoas).

Gráfico 9 - Pessoas nascidas em outros países inscritas no Cadastro Único, segundo a região de residência




Fonte: CadÚnico, junho 2026

Quanto ao perfil socioeconômico, verifica-se que 527 pessoas (48,4%) pertencem a famílias classificadas como baixa renda, 76 (7,0%) encontram-se em situação de pobreza e 55 (5,1%) em extrema pobreza, enquanto 430 pessoas (39,5%) pertencem a famílias com renda per capita superior a meio salário mínimo. Embora parcela significativa apresente renda acima do limite tradicional de pobreza, essas famílias permanecem elegíveis ao Cadastro Único em razão de outras vulnerabilidades sociais, como dificuldades de inserção social, acesso à documentação, barreiras linguísticas, instabilidade ocupacional e necessidade de acesso às políticas públicas. Além disso, 76,1% das pessoas migrantes inscritas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, evidenciando a importância da transferência de renda para a proteção social desse público.

Em relação ao país de origem, destaca-se a expressiva predominância de pessoas oriundas da Venezuela, com 774 registros (71,1%), seguida pela República do Haiti (203 pessoas; 18,7%). Também foram identificadas pessoas provenientes do Paraguai (23), Argentina (16), Cuba (15), Itália (12), Angola (11), Nigéria (7), Chile (4), África do Sul (3), Colômbia (3), Peru (3), Equador (2), Marrocos (2) e, em menor

número, da Alemanha, Bolívia, Filipinas, Guiné-Bissau, Inglaterra, Irlanda, Japão, Líbano, Portugal e Suriname, cada um com um registro. Esse cenário evidencia uma importante transformação no perfil migratório do município, anteriormente marcado pela predominância da imigração haitiana e que, atualmente, apresenta forte crescimento da população venezuelana, reflexo dos fluxos migratórios internacionais observados no país nos últimos anos.

Tabela 4 - Pessoas nascidas em outros países inscritas no Cadastro Único, segundo o país de origem

| País de origem | Pessoas | % |
|---|---|---|
| Venezuela | 774 | 71,10% |
| Haiti | 203 | 18,70% |
| Paraguai | 23 | 2,10% |
| Argentina | 16 | 1,50% |
| Cuba | 15 | 1,40% |
| Itália | 12 | 1,10% |
| Angola | 11 | 1,00% |
| Demais países (17 nacionalidades) | 34 | 3,10% |
| **Total** | **1.088** | **100%** |

Fonte: CadÚnico, junho 2026

A análise da distribuição por faixa etária demonstra predominância de adultos jovens entre 25 e 34 anos (250 pessoas), seguidos pelas crianças e adolescentes de 7 a 15 anos (222) e pelas pessoas entre 18 e 24 anos (126). Também se observa quantitativo expressivo de crianças de 0 a 6 anos (88 pessoas). Esse perfil caracteriza um processo migratório predominantemente familiar, composto por pessoas em idade economicamente ativa acompanhadas de seus filhos, diferentemente de movimentos migratórios formados exclusivamente por trabalhadores individuais. Essa configuração amplia as demandas por vagas na educação infantil e no ensino fundamental, acompanhamento pelas equipes da Atenção Primária em Saúde, inserção no mercado de trabalho, acesso à habitação, aprendizagem da língua portuguesa e fortalecimento dos vínculos comunitários.

De forma geral, os indicadores demonstram que a população migrante internacional passou a constituir um segmento relevante entre as famílias inscritas no Cadastro Único de Pato Branco. O predomínio de famílias jovens, beneficiárias do Programa Bolsa Família e concentradas nos territórios de maior vulnerabilidade social reforça a necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais entre Assistência

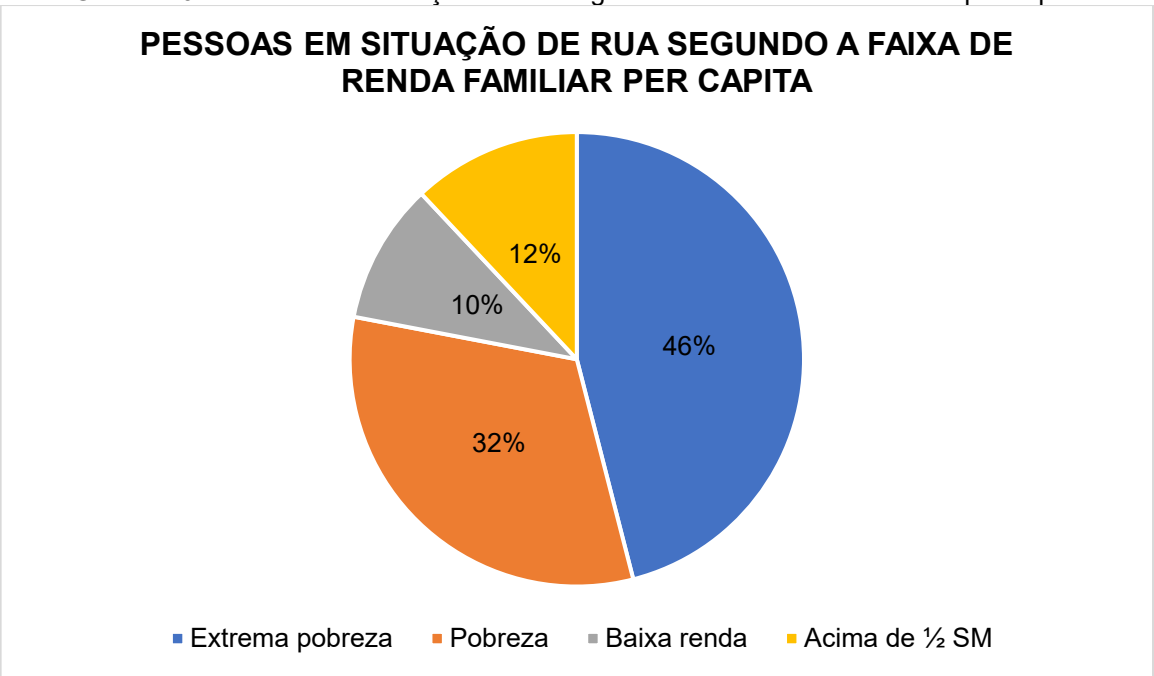
Social, Educação, Saúde, Trabalho e Habitação, promovendo o acolhimento, a integração comunitária, a autonomia das famílias e a garantia do acesso aos direitos sociais, contribuindo para sua inclusão plena na dinâmica social e econômica do município.

### 3.1.12. Pessoas em situação de rua

O Cadastro Único permite identificar as pessoas que se autodeclaram em situação de rua, constituindo importante instrumento para o planejamento das ações da Política de Assistência Social e para o acompanhamento desse público pelas equipes da Proteção Social Especial. As informações cadastrais possibilitam conhecer aspectos relacionados ao perfil socioeconômico, às condições de vida, ao acesso a benefícios e às principais vulnerabilidades, subsidiando a organização dos serviços de abordagem social, acolhimento institucional e demais estratégias de proteção social.

Na posição da base de dados de junho de 2026, foram identificadas 50 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único no município. Desse total, 23 pessoas encontram-se em situação de extrema pobreza, 16 em situação de pobreza, 5 pertencem a famílias classificadas como baixa renda e 6 possuem renda per capita superior a meio salário mínimo, evidenciando que a situação de rua está fortemente associada às condições de vulnerabilidade socioeconômica, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Ainda, 70% desse público é beneficiário do Programa Bolsa Família, reforçando a importância da transferência de renda como estratégia complementar de proteção social.

Gráfico 10 - Pessoas em situação de rua segundo a faixa de renda familiar per capita




Fonte: CadÚnico, junho 2026

Quanto à distribuição territorial, os registros concentram-se principalmente nas regiões Oeste (29 pessoas) e Sul (20 pessoas), havendo apenas um registro na Região Norte. Entretanto, é importante destacar que a localidade registrada no Cadastro Único não representa, necessariamente, o local onde a pessoa permanece ou utiliza o espaço público como moradia. Conforme orientações do Manual do Entrevistador do Cadastro Único, o endereço informado para pessoas em situação de rua deve, preferencialmente, corresponder ao equipamento da rede socioassistencial ou à instituição de referência utilizada para o acompanhamento da pessoa. Dessa forma, a concentração dos registros em determinados bairros ou regiões reflete, em grande medida, os locais de referência utilizados para cadastramento e atendimento, não devendo ser interpretada como distribuição territorial efetiva da população em situação de rua.

O perfil demográfico evidencia predominância expressiva do sexo masculino, que representa 45 pessoas (90%), enquanto as mulheres correspondem a 5 registros (10%). Em relação à faixa etária, observa-se maior concentração entre 25 e 34 anos (14 pessoas), seguida pelas faixas de 40 a 44 anos (9 pessoas), 35 a 39 anos (8 pessoas) e 50 a 54 anos (7 pessoas). A baixa presença de pessoas idosas e de

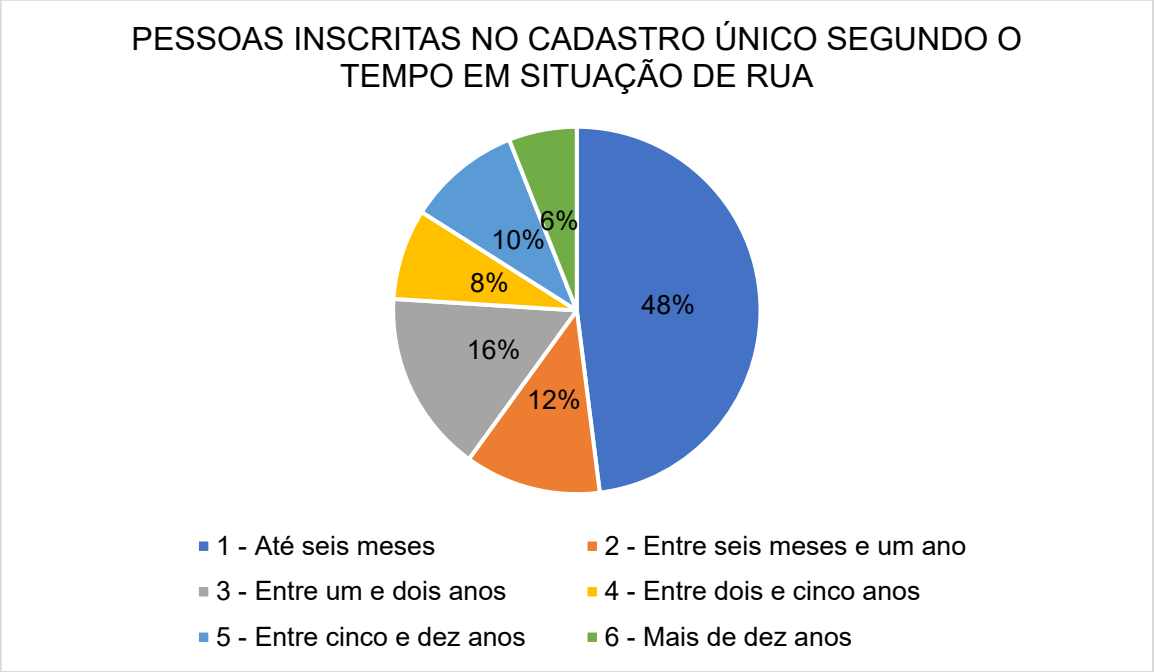
crianças indica que, no município, a situação de rua atinge predominantemente adultos em idade economicamente ativa, cenário compatível com o perfil observado em levantamentos nacionais sobre essa população.

Quanto ao perfil educacional, verifica-se que 44 pessoas declararam saber ler e escrever, enquanto 6 informaram não possuir essa habilidade. Entre os adultos, destacam-se 25 pessoas com Ensino Fundamental incompleto, seguidas por 11 com Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), 11 com Ensino Médio e apenas 1 pessoa com ensino superior. Esse perfil evidencia baixa escolaridade predominante, fator que pode dificultar a inserção no mercado formal de trabalho e ampliar a permanência em situações de vulnerabilidade social.

Em relação ao trabalho e à renda, 16 pessoas declararam ter trabalhado na semana anterior à entrevista, enquanto 33 informaram não ter exercido atividade laboral, demonstrando reduzida inserção ocupacional desse público. Entre aqueles que trabalham, predominam os trabalhadores por conta própria ou que realizam atividades informais ("bicos"), com 12 registros, enquanto apenas 4 pessoas possuem vínculo formal com carteira assinada. Também se observa que 55% dos trabalhadores exerceram atividade durante os 12 meses anteriores à entrevista, indicando que parte desse grupo consegue manter alguma continuidade laboral, embora predominantemente em ocupações informais.

Em relação ao tempo de permanência na situação de rua, observa-se que 48% das pessoas encontram-se nessa condição há até seis meses, enquanto 12% permanecem entre seis meses e um ano. Por outro lado, 40% vivenciam a situação de rua há mais de um ano, incluindo pessoas que permanecem entre um e dois anos (6%), entre dois e cinco anos (10%), entre cinco e dez anos (16%) e há mais de dez anos (12%). Esses dados evidenciam que, embora parte significativa das situações seja recente e apresente maior potencial para intervenções voltadas ao retorno à convivência familiar e comunitária, existe um contingente expressivo de pessoas em situação de rua crônica, que demanda acompanhamento continuado e estratégias intersetoriais voltadas à reconstrução da autonomia e da inclusão social.

Gráfico 11 - Pessoas inscritas no Cadastro Único segundo o tempo em situação de rua




Fonte: CadÚnico, junho 2026

Outro aspecto relevante refere-se ao vínculo com o município. A maioria das pessoas (58%) reside em Pato Branco há mais de dez anos, enquanto apenas 16% estão no município há menos de seis meses. Esse resultado demonstra que a situação de rua, em sua maior parte, não decorre de fluxos migratórios recentes, mas de processos de vulnerabilização vivenciados por pessoas que já possuíam vínculos históricos com o município, reforçando a responsabilidade das políticas públicas locais na prevenção e superação dessa condição.

Os principais fatores associados ao ingresso na situação de rua reforçam o caráter multifatorial desse fenômeno. Entre os motivos mais frequentemente declarados destacam-se o alcoolismo e outras drogas (26 registros) e os problemas familiares ou com companheiros(as) (25 registros), seguidos pela perda da moradia (11) e pelo desemprego (11). Também foram mencionados motivos relacionados ao tratamento de saúde (2), trabalho (3), preferência ou opção própria (4) e outras razões (3). Como o questionário permite múltiplas respostas, uma mesma pessoa pode indicar mais de um fator, evidenciando que a situação de rua normalmente resulta da

sobreposição de vulnerabilidades sociais, econômicas, familiares e de saúde, e não de um único evento isolado.

Tabela 5 - Principais motivos declarados para o ingresso na situação de rua

| Motivo declarado | Respostas |
|---|---|
| Alcoolismo ou outras drogas | 26 |
| Problemas familiares ou conjugais | 25 |
| Perda da moradia | 11 |
| Desemprego | 11 |
| Preferência ou opção própria | 4 |
| Trabalho | 3 |
| Outros motivos | 3 |
| Tratamento de saúde | 2 |

Fonte: CadÚnico, junho 2026

No que se refere aos vínculos familiares, observa-se que 44% das pessoas declararam nunca manter contato com parentes que vivem fora da rua, enquanto 22% relataram manter contato apenas esporadicamente ("quase nunca"). Em contrapartida, 34% afirmaram preservar algum grau de convivência familiar, seja diariamente (4%), semanalmente (18%), mensalmente (8%) ou anualmente (4%). Esses resultados demonstram que, embora parcela expressiva tenha rompido completamente seus vínculos familiares, outra parcela ainda mantém relações que podem ser fortalecidas por meio do trabalho social desenvolvido pelas equipes da Proteção Social Especial, favorecendo estratégias de reintegração familiar quando essa alternativa for possível e desejada pela própria pessoa.

Quanto aos locais utilizados para pernoite, verifica-se que 46 pessoas informaram dormir diretamente nas ruas, enquanto 6 utilizam albergues, 2 permanecem em domicílios particulares e 11 relataram utilizar outros espaços, demonstrando que parte da população alterna diferentes estratégias de sobrevivência e acesso ao acolhimento, conforme sua realidade e disponibilidade dos serviços.

Em relação ao acesso à rede de proteção social, destaca-se que 30 pessoas receberam atendimento do CRAS e 9 do CREAS nos seis meses anteriores à entrevista. Também foram registrados atendimentos em Centro POP (8), instituições governamentais de acolhimento (12), instituições não governamentais (9) e hospitais ou clínicas gerais (4), evidenciando a necessidade de atuação integrada entre a

Assistência Social, a Saúde e as organizações da sociedade civil para responder às múltiplas demandas apresentadas por esse público.

No campo da inclusão produtiva, observa-se que 38 pessoas declararam já ter possuído carteira de trabalho assinada, indicando que a maioria já esteve inserida formalmente no mercado de trabalho em algum momento da vida. Entretanto, as formas atuais de obtenção de renda demonstram predominância de atividades informais e de baixa remuneração, destacando-se a coleta de materiais recicláveis (15 registros), os serviços gerais (12), os pedidos de dinheiro em vias públicas (9), a construção civil (5), as vendas (3) e outras atividades eventuais (15). Esses dados evidenciam que, embora exista histórico de inserção laboral formal, a permanência na situação de rua está associada à perda da estabilidade econômica, à precarização do trabalho e às dificuldades de reinserção no mercado formal de emprego.

## 3.2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os Programas de Transferência de Renda são medidas adotadas pelos governos (federal, estadual e/ou municipal) para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais[5].

### 3.2.1. Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Entre 2024 e 2025, observa-se estabilidade no número de beneficiários do município, com predomínio do BPC destinado às pessoas com deficiência. Em dezembro de 2025, Pato Branco registrava **913 beneficiários do BPC Pessoa com Deficiência** e **672 beneficiários do BPC Idoso**, totalizando **1.585 benefícios ativos**. Durante o período analisado, verificaram-se pequenas oscilações mensais decorrentes de novas concessões, revisões e cessações administrativas realizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Tabela 6 - Número de beneficiários BPC (2024 - 2025)

[5] Para mais informações e análises indica-se a leitura do artigo: SOARES, Fabio et *al.* **Programas de Transferência de Renda no Brasil:** impactos sobre a desigualdade. IPEA, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1228.pdf. Acesso em junho. 2026.

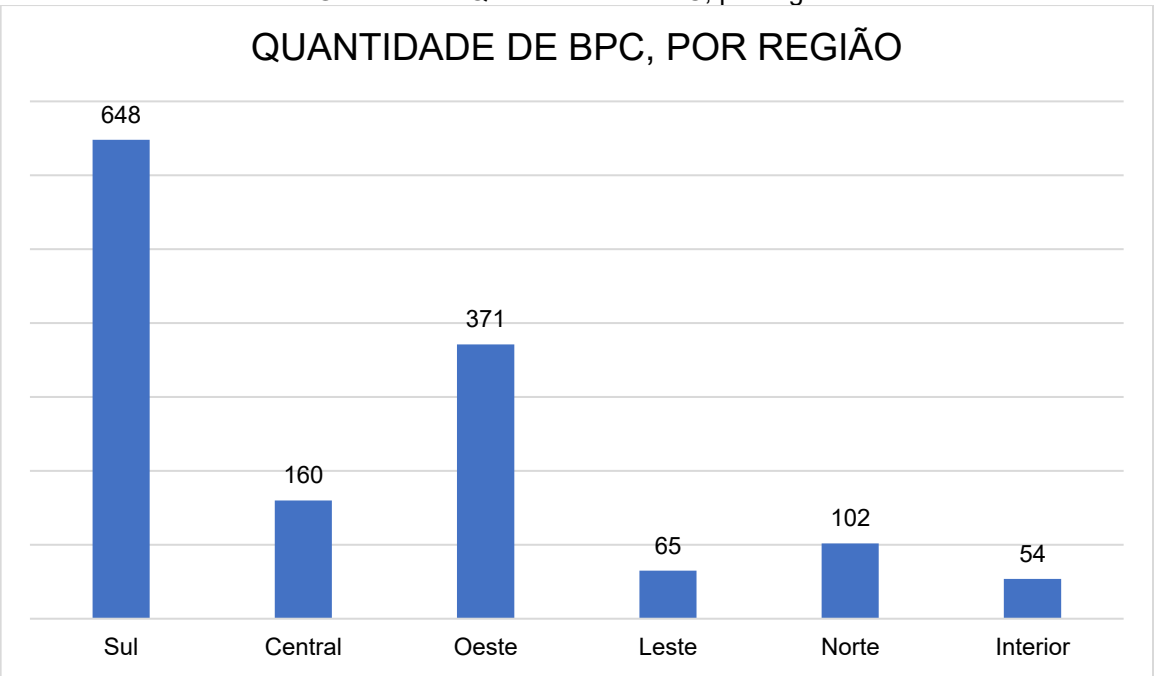
| Ano | Mês | Pessoas com deficiência | Pessoa Idosa |
|---|---|---|---|
| 2024 | Janeiro | 782 | 664 |
| | Fevereiro | 794 | 670 |
| | Março | 793 | 673 |
| | Abril | 807 | 676 |
| | Maio | 832 | 670 |
| | Junho | 848 | 674 |
| | Julho | 848 | 676 |
| | Agosto | 853 | 679 |
| | Setembro | 859 | 684 |
| | Outubro | 875 | 687 |
| | Novembro | 886 | 687 |
| | Dezembro | 896 | 693 |
| 2025 | Janeiro | 904 | 692 |
| | Fevereiro | 894 | 700 |
| | Março | 1.070 | 741 |
| | Abril | 914 | 696 |
| | Maio | 905 | 698 |
| | Junho | 917 | 701 |
| | Julho | 920 | 698 |
| | Agosto | 932 | 693 |
| | Setembro | 936 | 688 |
| | Outubro | 935 | 679 |
| | Novembro | 926 | 671 |
| | Dezembro | 913 | 672 |

Fonte: VIS DATA *Beta*, 2026.

Na referência de fevereiro de 2026, o município de Pato Branco contabilizava 1.511 beneficiários, sendo 845 pessoas com deficiência (55,9%), 624 pessoas idosas (41,3%) e 39 beneficiários da extinta Renda Mensal Vitalícia (RMV), evidenciando a predominância do público com deficiência entre os beneficiários do benefício assistencial.

A distribuição territorial, conforme gráfico a seguir, demonstra maior concentração de beneficiários na Região Sul, com 648 pessoas, seguida pelas regiões Oeste (371), Central (160), Norte (102), Leste (65) e Interior (49), acompanhando a distribuição das famílias em situação de vulnerabilidade social e da população inscrita no Cadastro Único.

Gráfico 12 – Quantidade de BPC, por região




Fonte: VIS DATA 3 Beta, fevereiro 2026

Entre os bairros com maior quantidade de pessoas beneficiárias do BPC, destacam-se Alvorada (128), São João (116), São Cristóvão (116), Planalto (89) e Jardim Floresta (81). Esses territórios concentram parte expressiva das pessoas beneficiárias do município, constituindo referências importantes para a análise da distribuição territorial dessa demanda. Ressalta-se que a tabela considera exclusivamente as pessoas beneficiárias do BPC, não incluindo aquelas classificadas como beneficiárias da Renda Mensal Vitalícia (RMV).

Tabela 17 - Distribuição dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por região, bairro e modalidade do benefício

| Região | Bairro | BPC – Pessoa Idosa | BPC - PCD | Total geral |
|---|---|---|---|---|
| Central | BAIXADA | 6 | 1 | 7 |
| | CENTRO | 33 | 29 | 62 |
| | INDUSTRIAL | 20 | 24 | 44 |
| | SANTA TEREZINHA | 19 | 11 | 30 |
| | SAO VICENTE | 12 | 9 | 21 |
| | TREVO DA GUARANI | | 3 | 3 |
| Central Total | | 90 | 77 | 167 |
| Interior | COMUNIDADE BELA VISTA | | 1 | 1 |
| | COMUNIDADE FAZENDA DA BARRA | 5 | 5 | 10 |
| | COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO CARMO | | 2 | 2 |

PREFEITURA DE PATO BRANCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| Região | Bairro | BPC – Pessoa Idosa | BPC - PCD | Total geral |
|---|---|---|---|---|
| | COMUNIDADE PASSO DA ILHA | 1 | 4 | 5 |
| | COMUNIDADE PASSO DA PEDRA | 1 | | 1 |
| | COMUNIDADE SAO BRAZ | 1 | 1 | 2 |
| | COMUNIDADE SAO CAETANO | | 1 | 1 |
| | COMUNIDADE SAO JOAO BATISTA | 1 | 1 | 2 |
| | COMUNIDADE SEDE DOM CARLOS | 5 | 1 | 6 |
| | COMUNIDADE TRES PONTES | | 4 | 4 |
| | LINHA BOM RETIRO | 4 | 2 | 6 |
| | LINHA CACHOEIRINHA | 4 | 1 | 5 |
| | LINHA ENCRUZILHADA | | 5 | 5 |
| | LINHA ESPERANCA | | 1 | 1 |
| | LINHA INDEPENDENCIA | 1 | 1 | 2 |
| | LINHA MARTINELLO | 1 | | 1 |
| Interior Total | | 24 | 30 | 54 |
| Leste | BANCARIOS | 6 | 3 | 9 |
| | BRASILIA | 4 | 4 | 8 |
| | CADORIN | 1 | 2 | 3 |
| | LA SALLE | 10 | 8 | 18 |
| | PARQUE DO SOM | 4 | 3 | 7 |
| | PARZIANELLO | 6 | 2 | 8 |
| | PINHEIROS | 8 | 7 | 15 |
| Leste Total | | 39 | 29 | 68 |
| Norte | BORTOT | 4 | 2 | 6 |
| | FRARON | 16 | 16 | 32 |
| | SAO FRANCISCO | 10 | 14 | 24 |
| | SAO LUIZ | 3 | 4 | 7 |
| | SAO ROQUE DO CHOPIM | 10 | 17 | 27 |
| | VILA ISABEL | 4 | 7 | 11 |
| Norte Total | | 47 | 60 | 107 |
| Oeste | AEROPORTO | 9 | 10 | 19 |
| | ALTO DA GLORIA | 4 | 11 | 15 |
| | AMADORI | 2 | 1 | 3 |
| | ANCHIETA | 2 | 1 | 3 |
| | BELA VISTA | 15 | 34 | 49 |
| | JARDIM DAS AMERICAS | 2 | 2 | 4 |
| | JARDIM PRIMAVERA | 4 | 8 | 12 |
| | MENINO DEUS | 19 | 7 | 26 |
| | PAGNONCELLI | 4 | 1 | 5 |
| | PLANALTO | 37 | 52 | 89 |
| | SAMBUGARO | 5 | 3 | 8 |
| | SAO JOAO | 34 | 82 | 116 |
| | VILA ESPERANCA | 12 | 11 | 23 |
| Oeste Total | | 149 | 223 | 372 |
| Sul | ALVORADA | 40 | 88 | 128 |
| | BONATTO | 17 | 17 | 34 |
| | CRISTO REI | 16 | 7 | 23 |
| | GRALHA AZUL | 10 | 22 | 32 |
| | JARDIM FLORESTA | 25 | 56 | 81 |
| | MORUMBI | 10 | 19 | 29 |
| | NOVO HORIZONTE | 31 | 24 | 55 |
| | PINHEIRINHO | 18 | 18 | 36 |
| | SANTO ANTONIO | 11 | 28 | 39 |

| Região | Bairro | BPC – Pessoa Idosa | BPC - PCD | Total geral |
|---|---|---|---|---|
| | SAO CRISTOVAO | 51 | 65 | 116 |
| | SAO ROQUE | 13 | 28 | 41 |
| | SUDOESTE | 18 | 41 | 59 |
| | VENEZA | 4 | 13 | 17 |
| Sul Total | | 264 | 426 | 690 |
| Total geral | | 613 | 845 | 1458 |

Fonte: BPC/RMV, fev. 2026

Quanto ao perfil dos beneficiários, observa-se leve predominância do sexo feminino (52,8%), enquanto os homens representam 47,2% do total. Em relação à faixa etária, verifica-se, conforme a tabela a seguir, maior concentração de beneficiários entre 30 e 59 anos (302 pessoas), refletindo principalmente o público beneficiário do BPC destinado à pessoa com deficiência. Também se destacam as faixas de 70 a 74 anos (240 beneficiários) e 75 a 79 anos (220), evidenciando o crescimento da demanda relacionada ao envelhecimento da população.

Tabela 7 - Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo a faixa etária

| Faixa etária | Total |
|---|---|
| Até 6 anos | 32 |
| Entre 7 e 12 anos | 97 |
| Entre 13 e 17 anos | 58 |
| Entre 18 e 29 anos | 103 |
| Entre 30 e 59 anos | 302 |
| Entre 60 e 64 anos | 70 |
| Entre 65 e 69 anos | 104 |
| Entre 70 e 74 anos | 240 |
| Entre 75 e 79 anos | 220 |
| Entre 80 e 84 anos | 131 |
| Entre 85 e 89 anos | 94 |
| Entre 90 e 94 anos | 37 |
| Entre 95 e 99 anos | 17 |
| Mais de 100 anos | 6 |
| **Total** | **1.511** |

Fonte: RMV, fevereiro 2026

A análise da renda familiar per capita demonstra que 69,5% dos beneficiários pertencem a famílias com renda superior a meio salário mínimo, situação decorrente das regras de composição da renda familiar e das alterações promovidas na legislação do benefício. Ainda assim, 22,8% encontram-se classificados como famílias

de baixa renda, além daqueles em situação de pobreza e extrema pobreza, reforçando a importância do acompanhamento pelas equipes da Assistência Social, especialmente no acesso a serviços, programas, benefícios eventuais e demais políticas públicas.

Em relação ao referenciamento territorial, observa-se que a maior parte dos beneficiários se encontra vinculada ao CRAS Carolina Ferrari Amadori (751 pessoas), seguido pela área descoberta (378) e pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta (316). Esse cenário reflete a distribuição territorial da população beneficiária e subsidia o planejamento da oferta de serviços, das ações de acompanhamento familiar e da organização da rede socioassistencial.

### 3.2.2. Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social.

O Programa Bolsa Família, foi recriado pela Medida Provisória nº 1164 de 02 de março de 2023, substituindo o Programa Bolsa Família. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (compromissos) para famílias com renda per capita de até R$ 218,00. Anteriormente, a Medida Provisório publicada em 2023, o Programa de transferência de renda existente era o Auxílio Brasil, que foi instituído por meio da Lei n.º 14.284, de 29 de dezembro de 2021[6], substituindo o Programa Bolsa Família em 2021.

Entre janeiro de 2022 e dezembro de 2023, houve um incremento notável na quantidade de famílias incluídas no programa. Em janeiro de 2022, o número de famílias beneficiárias era de 2.260, enquanto em dezembro de 2023 esse número alcançou 2.795, representando um aumento expressivo de 535 famílias beneficiadas.

[6] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: julho. 2026.

Esse crescimento é ainda mais evidente quando observamos o valor total repassado pelo programa, que aumentou consideravelmente ao longo desse período. Em janeiro de 2022, o valor total repassado foi de R$ 374.049,00, enquanto em dezembro de 2023 atingiu R$ 1.833.933,00, indicando uma ampliação significativa do investimento no auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, o valor médio dos benefícios também apresentou um acréscimo considerável, saindo de R$ 165,51 em janeiro de 2022 para R$ 656,26 em dezembro de 2023. Esses indicadores refletem o compromisso do programa em atender um número cada vez maior de famílias em situação de vulnerabilidade e promover a redução das desigualdades sociais no Município.

Na tabela a seguir estão disponíveis os dados publicados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), na plataforma VISA DATA 3 *beta*, a quantidade de famílias e valores repassados para Pato Branco – PR de janeiro de 2024 a dezembro de 2025, sendo que conforme mencionado sobre as alterações do Programa nos anos de 2021 e 2023, entre janeiro de 2022 e fevereiro de 2023, o atual programa de transferência de renda era o Auxílio Brasil.

Tabela 8 - Programa Bolsa Família (janeiro de 2024 a dezembro de 2025)

| Ano | Mês | Famílias Beneficiárias | Valor total repassado | Valor Médio dos benefícios |
|---|---|---|---|---|
| 2024 | Janeiro | 2.790 | R$ 1.841.997,00 | R$ 660,21 |
| | Fevereiro | 2.883 | R$ 1.900.235,00 | R$ 659,12 |
| | Março | 2.850 | R$ 1.813.979,00 | R$ 645,77 |
| | Abril | 2.892 | R$ 1.855.044,00 | R$ 649,75 |
| | Maio | 2.932 | R$ 1.915.272,00 | R$ 655,47 |
| | Junho | 2.954 | R$ 1.937.797,00 | R$ 658,22 |
| | Julho | 2.879 | R$ 1.832.951,00 | R$ 643,59 |
| | Agosto | 2.869 | R$ 1.839.308,00 | R$ 647,42 |
| | Setembro | 2.853 | R$ 1.814.954,00 | R$ 650,52 |
| | Outubro | 2.886 | R$ 1.821.799,00 | R$ 643,75 |
| | Novembro | 2.862 | R$ 1.815.298,00 | R$ 646,01 |
| | Dezembro | 2.850 | R$ 1.807.198,00 | R$ 645,89 |
| 2025 | Janeiro | 2.759 | R$ 1.755.944,00 | R$ 636,44 |
| | Fevereiro | 2.737 | R$ 1.726.953,00 | R$ 630,97 |
| | Março* | 2.722 | R$ 1.684.877,00 | R$ 630,33 |
| | Abril | 2.709 | R$ 1.682.655,00 | R$ 631,63 |
| | Maio | 2.675 | R$ 1.687.654,00 | R$ 633,03 |
| | Junho | 2.665 | R$ 1.681.118,00 | R$ 632,95 |
| | Julho | 2.463 | R$ 1.562.098,00 | R$ 640,99 |
| | Agosto | 2.369 | R$ 1.515.404,00 | R$ 644,58 |
| | Setembro | 2.335 | R$ 1.489.166,00 | R$ 646,62 |
| | Outubro | 2.279 | R$ 1.463.952,00 | R$ 651,51 |

| Ano | Mês | Famílias Beneficiárias | Valor total repassado | Valor Médio dos benefícios |
|---|---|---|---|---|
| | Novembro | 2.197 | R$ 1.402.452,00 | R$ 650,79 |
| | Dezembro | 2.248 | R$ 1.459.319,00 | R$ 665,14 |

Fonte: VIS DATA 3 *Beta,* 2026.

*Alteração do Programa Auxílio Brasil para Programa Bolsa Família.

O impacto direto na vida das famílias beneficiárias, bem como o aumento no número de famílias contempladas pelo Programa Bolsa Família também pode ter um efeito positivo na economia local do Município, isto é, com mais recursos disponíveis, as famílias tendem a consumir mais produtos e serviços no comércio local, gerando um aumento na demanda por produtos básicos e serviços essenciais. Esse aumento na demanda pode impulsionar as vendas de pequenos e médios comerciantes locais, contribuindo para o fortalecimento da economia do Município. Além disso, o aumento do consumo pode estimular a geração de empregos, especialmente em setores como comércio varejista, serviços e alimentação. Dessa forma, o Programa Bolsa Família não apenas auxilia as famílias em situação de vulnerabilidade, mas também pode ter um impacto positivo no desenvolvimento econômico local, promovendo uma maior inclusão social e reduzindo as desigualdades econômicas no Município.

Em julho de 2026, o município contabilizava 2.274 famílias beneficiárias, abrangendo 6.418 pessoas, o que corresponde a uma média aproximada de 2,8 pessoas por família. O Programa transferiu mensalmente R$ 1.500.224,00 às famílias de Pato Branco, com benefício médio de R$ 659,73 por família, evidenciando sua relevância tanto para a proteção de renda quanto para a movimentação da economia local. Em relação às unidades de referência, 1.195 famílias estavam vinculadas ao CRAS Carolina Ferrari Amadori, 607 ao CRAS Paulina Bonalume Andreatta e 470 à Secretaria Municipal de Assistência Social.

A distribuição territorial das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família demonstra maior concentração na Região Sul, com 1.047 famílias (46,0%), seguida pela Região Oeste, com 699 famílias (30,7%), e pela Região Central, com 233 famílias (10,2%). As regiões Norte, Interior e Leste registram, respectivamente, 124, 104 e 65 famílias beneficiárias. A concentração nas regiões Sul e Oeste, que juntas reúnem aproximadamente 76,7% das famílias beneficiárias, acompanha a distribuição territorial das famílias inscritas no Cadastro Único e evidencia a permanência de maior

demanda por proteção de renda nos territórios historicamente marcados por maiores situações de vulnerabilidade social.

Entre os bairros com maior número de famílias beneficiárias, destacam-se São João, com 277 famílias, Alvorada, com 247, Planalto, com 196, e São Cristóvão, com 165. Na sequência aparecem Jardim Floresta (104), Sudoeste (99), Bela Vista (77), Santo Antônio (73), São Roque (72) e industrial (71). A distribuição por faixa de renda demonstra que São João também apresenta o maior número de famílias em situação de extrema pobreza, com 72 registros, seguido por Planalto, com 57. Já Alvorada concentra o maior quantitativo de famílias em situação de pobreza, com 154 registros, reforçando a necessidade de priorização desses territórios nas ações de acompanhamento familiar, segurança alimentar, inclusão produtiva e acesso aos demais serviços socioassistenciais.

Tabela 9 – Quantidade de famílias que recebem o PBF, por bairro e faixa de renda per capita

| Região | Bairro | Família em situação de extrema pobreza | Família em situação de Pobreza | Família Baixa Renda | Total geral |
|---|---|---|---|---|---|
| Central | Bonatto | 3 | 32 | 9 | 44 |
| | Centro | 23 | 26 | 12 | 61 |
| | Industrial | 7 | 33 | 31 | 71 |
| | Santa Terezinha | 7 | 7 | 8 | 22 |
| | São Vicente | 2 | 18 | 11 | 31 |
| | Trevo Da Guarani | - | 3 | 1 | 4 |
| Central Total | | 42 | 119 | 72 | 233 |
| Leste | Bancários | 4 | 6 | 2 | 12 |
| | Brasília | 4 | 3 | 3 | 10 |
| | Cadorin | 1 | 2 | 2 | 5 |
| | La Salle | 5 | 12 | 9 | 26 |
| | Parque Do Som | 3 | 2 | 1 | 6 |
| | Parzianello | 1 | 2 | - | 3 |
| | Pinheiros | 3 | - | - | 3 |
| Leste Total | | 21 | 27 | 17 | 65 |
| Norte | Bortot | 6 | 6 | 1 | 13 |
| | Fraron | 15 | 19 | 12 | 46 |
| | São Francisco | 34 | 7 | 11 | 52 |
| | São Luiz | - | 2 | 1 | 3 |
| | Vila Isabel | 5 | 3 | 2 | 10 |
| Norte Total | | 60 | 37 | 27 | 124 |
| Oeste | Aeroporto | 5 | 12 | 3 | 20 |
| | Alto Da Gloria | 7 | 18 | 9 | 34 |
| | Amadori | - | - | 1 | 1 |
| | Anchieta | 3 | 2 | 1 | 6 |
| | Bela Vista | 19 | 39 | 19 | 77 |
| | Dal Ross | - | 2 | - | 2 |

PREFEITURA DE
PATO BRANCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| Região | Bairro | Família em situação de extrema pobreza | Família em situação de Pobreza | Família Baixa Renda | Total geral |
|---|---|---|---|---|---|
| | Jardim Das Americas | - | 1 | 1 | 2 |
| | Jardim Primavera | 3 | - | 5 | 8 |
| | Menino Deus | 5 | 7 | 7 | 19 |
| | Pagnoncelli | - | 2 | 1 | 3 |
| | Planalto | 57 | 99 | 40 | 196 |
| | Sambugaro | 16 | 5 | 1 | 22 |
| | Sao Joao | 72 | 144 | 61 | 277 |
| | Vila Esperanca | 10 | 12 | 10 | 32 |
| Oeste Total | | 197 | 343 | 159 | 699 |
| Sul | Alvorada | 14 | 154 | 79 | 247 |
| | Cristo Rei | 5 | 21 | 14 | 40 |
| | Gralha Azul | 3 | 34 | 11 | 48 |
| | Jardim Floresta | 9 | 63 | 32 | 104 |
| | Morumbi | 11 | 32 | 22 | 65 |
| | Novo Horizonte | 8 | 33 | 22 | 63 |
| | Pinheirinho | 3 | 23 | 17 | 43 |
| | Santo Antonio | 6 | 47 | 20 | 73 |
| | Sao Cristovao | 14 | 97 | 54 | 165 |
| | Sao Roque | 5 | 46 | 21 | 72 |
| | Sudoeste | 9 | 66 | 24 | 99 |
| | Veneza | - | 16 | 12 | 28 |
| Sul Total | | 87 | 632 | 328 | 1047 |
| Interior | Comunidade Bela Vista | - | 2 | 1 | 3 |
| | Comunidade Fazenda Da Barra | 4 | 4 | 1 | 9 |
| | Comunidade Nossa Senhora Do Carmo | 2 | 2 | - | 4 |
| | Comunidade Passo Da Ilha | 2 | 1 | 1 | 4 |
| | Comunidade Passo Da Pedra | - | - | 1 | 1 |
| | Comunidade Sao Braz | 2 | 1 | - | 3 |
| | Comunidade Sao Caetano | 1 | - | - | 1 |
| | Comunidade Sede Dom Carlos | 2 | 4 | - | 6 |
| | Comunidade Tres Pontes | 2 | - | - | 2 |
| | Linha Bom Retiro | 2 | 5 | - | 7 |
| | Linha Cachoeirinha | 1 | 2 | - | 3 |
| | Linha Damaceno | 1 | 1 | 1 | 3 |
| | Linha Encruzilhada | 3 | - | - | 3 |
| | Linha Esperanca | 1 | - | - | 1 |
| | Linha Independencia | 4 | 5 | 4 | 13 |
| | Linha Rio Conrado | - | 1 | - | 1 |
| | Sao Roque Do Chopim | 15 | 17 | 8 | 40 |
| Interior Total | | 42 | 45 | 17 | 104 |
| **Total Geral** | | **450** | **1204** | **620** | **2274** |

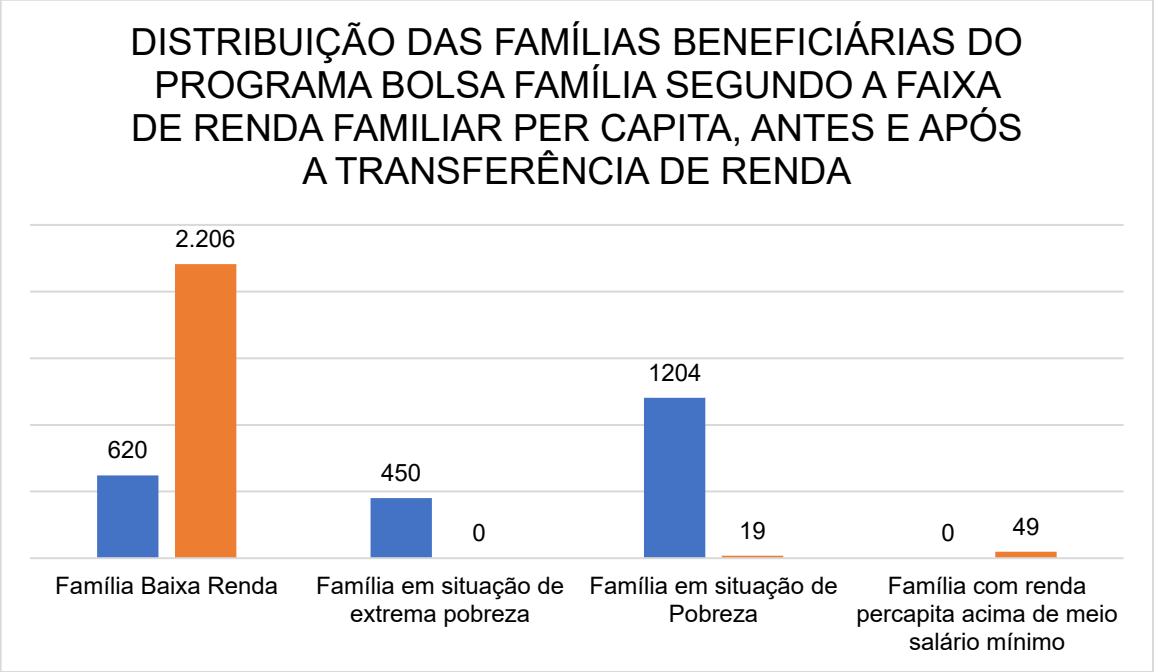
Fonte: Cadastro Único, junho 2026.

A composição familiar evidencia predominância de núcleos de pequeno e médio porte. As famílias com três integrantes são as mais frequentes, totalizando 658 registros, seguidas pelas famílias com duas pessoas (582), quatro pessoas (414) e uma pessoa (395). Em conjunto, as famílias compostas por até quatro integrantes representam cerca de 90% das beneficiárias, enquanto os núcleos com cinco ou mais pessoas correspondem a uma parcela menor. Apesar disso, famílias numerosas podem apresentar maior pressão sobre o orçamento doméstico e demandar atenção específica, especialmente quando há crianças, adolescentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência em sua composição.

Em relação à atualização cadastral, observa-se que 52% das famílias tiveram o Cadastro Único atualizado em 2025, 34% em 2026 e 13,1% em 2024, restando uma parcela residual com atualização em 2023. Esse resultado demonstra que a ampla maioria das famílias possui informações cadastrais relativamente recentes, aspecto fundamental para a correta identificação da composição familiar, da renda e das condições de vulnerabilidade, bem como para a continuidade do recebimento do benefício.

A análise da renda familiar sem considerar o valor recebido do Programa Bolsa Família demonstra que 1.204 famílias (52,9%) estavam em situação de pobreza, 450 (19,8%) em extrema pobreza e 620 (27,3%) na faixa de baixa renda. Assim, 72,7% das famílias beneficiárias encontravam-se em pobreza ou extrema pobreza antes da transferência, evidenciando que o Programa permanece focalizado em famílias com maior insuficiência de renda. Quando o benefício é incorporado à renda familiar, 97% das famílias passam a ser classificadas na faixa de baixa renda, demonstrando o efeito imediato da transferência na elevação da renda per capita. Contudo, essa alteração não significa, necessariamente, superação definitiva da vulnerabilidade, pois as famílias continuam expostas a fatores como desemprego, informalidade, baixa escolaridade, despesas com moradia e cuidados e instabilidade dos rendimentos.

Gráfico 13 – Distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família segundo a faixa de renda familiar per capita, antes e após a transferência de renda




Fonte: Cadastro Único, junho 2026.

Entre os grupos prioritários, foram identificadas 190 famílias de coletores de materiais recicláveis. Não foram registrados, nessa base, casos de famílias quilombolas ou com indicação de trabalho infantil. A presença expressiva de famílias de coletores de materiais recicláveis reforça a necessidade de articulação com ações de inclusão produtiva, organização do trabalho, acesso à proteção previdenciária e melhoria das condições laborais.

De forma geral, os dados demonstram que o Programa Bolsa Família possui ampla importância na proteção social das famílias, especialmente nos territórios Sul e Oeste e entre famílias com crianças e adolescentes. Embora a transferência de renda produza impacto relevante sobre a renda per capita, a permanência de situações de pobreza, vulnerabilidade ocupacional e pertencimento a grupos prioritários reforça que o benefício financeiro deve estar articulado ao acompanhamento pelo PAIF, à atualização cadastral, à inclusão produtiva e ao acesso às políticas de educação, saúde, habitação e segurança alimentar.

### 3.2.2.1. Condicionalidades do Programa Bolsa Família

As condicionalidades do Programa Bolsa Família constituem compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias nas áreas da saúde e da educação, tendo como finalidade ampliar o acesso aos direitos sociais e fortalecer a proteção integral de crianças, adolescentes e gestantes. O acompanhamento dessas condicionalidades é realizado de forma intersetorial, envolvendo as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação.

No período analisado, observa-se que o público acompanhado nas condicionalidades de saúde apresentou pequenas variações. No 2º semestre de 2025, foram acompanhadas 1.455 crianças e 3.278 mulheres, quantitativos inferiores aos registrados nos períodos anteriores, evidenciando a necessidade de fortalecimento das ações de busca ativa e acompanhamento das famílias beneficiárias.

No acompanhamento das condicionalidades da educação, o maior público refere-se às crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, seguido pelas crianças de 4 e 5 anos e pelos adolescentes beneficiários do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVA). Em outubro de 2025, o município possuía 472 crianças de 4 a 5 anos, 1.754 estudantes de 6 a 15 anos e 337 adolescentes em acompanhamento das condicionalidades educacionais.

O não cumprimento das condicionalidades pode gerar repercussões gradativas sobre o benefício, iniciando com advertência, passando por bloqueio e suspensão, podendo culminar no cancelamento após reincidências sucessivas. Entre março de 2024 e novembro de 2025, conforme a tabela a seguir, verificam-se oscilações no número de famílias atingidas por essas repercussões, com predominância das medidas de alerta, seguidas pelos bloqueios e suspensões. No Programa Bolsa Família, o maior quantitativo foi registrado em setembro de 2024, quando 259 famílias sofreram alguma repercussão em decorrência do não cumprimento das condicionalidades. Em novembro de 2025, foram registradas 160 repercussões, sendo 70 alertas, 47 bloqueios e 43 suspensões, não havendo registros de cancelamentos no período analisado. Situação semelhante foi observada para os adolescentes beneficiários do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVA), cujas repercussões também ocorreram predominantemente na forma de advertências, bloqueios e suspensões.

Tabela 21 - Não cumprimento das condicionalidades do PBF

| Ano/Mês da repercussão | Programa Bolsa Família (BF) | | | | | Benefício Variável Adolescente (BVA) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Alerta | Bloqueio | Suspensão | Cancelamento | Total | Alerta | Bloqueio | Suspensão | Cancelamento | Total |
| mar/24 | 72 | 39 | 47 | 0 | 158 | 34 | 11 | 43 | 0 | 88 |
| mai/24 | 80 | 22 | 20 | 0 | 122 | 45 | 10 | 18 | 0 | 73 |
| jul/24 | 111 | 44 | 39 | 0 | 194 | 54 | 32 | 22 | 0 | 108 |
| set/24 | 123 | 69 | 67 | 0 | 259 | 74 | 43 | 54 | 0 | 171 |
| nov/24 | 34 | 20 | 51 | 0 | 105 | 16 | 18 | 51 | 0 | 85 |
| mar/25 | 90 | 25 | 50 | 0 | 165 | 39 | 16 | 24 | 0 | 79 |
| mai/25 | 68 | 15 | 31 | 0 | 114 | 34 | 13 | 21 | 0 | 68 |
| jul/25 | 88 | 32 | 33 | 0 | 153 | 40 | 16 | 23 | 0 | 79 |
| set/25 | 99 | 47 | 33 | 0 | 179 | 31 | 24 | 28 | 0 | 83 |
| nov/25 | 70 | 47 | 43 | 0 | 160 | 30 | 12 | 34 | 0 | 76 |

Fonte: CadÚnico, fevereiro 2026

## 3.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Conforme o Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, em complemento à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os benefícios eventuais constituem provisões suplementares e provisórias destinadas aos cidadãos e às famílias que vivenciam situações de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Esses benefícios integram as garantias de proteção social previstas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No âmbito municipal, os benefícios eventuais eram regulamentados pela Lei Ordinária nº 6.012, de 24 de outubro de 2022, recentemente houve a alteração, pela Lei Ordinária nº 6.333, de 15 de julho de 2026. Os benefícios eventuais, conforme previsto no art. 31, ficaram previstos da seguinte forma:

I – Benefício eventual por nascimento;
II – Benefício eventual por morte;
III – Benefício eventual por vulnerabilidade temporária;
IV – Benefício eventual em situações de emergência ou calamidade pública.

Assim, com o objetivo de organizar e apresentar os dados referentes às concessões dos benefícios eventuais, esta seção está dividida por tipo de benefício, contemplando os registros realizados nos anos de 2024 e 2025.

### 3.3.1. Benefício Eventual por situação de Nascimento

O benefício eventual por nascimento é um benefício destinado a redução de vulnerabilidades decorrentes da gestação e do nascimento que contribuí para a proteção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e a garantia das condições básicas de cuidado.

A concessão poderá ocorrer a partir do sétimo mês de gestação até 40 dias após o nascimento, mediante avaliação técnica de profissional de nível superior das equipes de referência do SUAS, preferencialmente à:

I - famílias ou pessoas responsáveis pelo cuidado da criança recém-nascida que apresentem documentação que comprove o vínculo e a responsabilidade pela criança, tais como certidão de nascimento, termo de guarda, termo de responsabilidade ou decisão judicial;

II - famílias que necessitem da provisão socioassistencial, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero;

III - casais que não possuam união formalizada;

IV - famílias monoparentais;

V - famílias adotantes de crianças;

VI - adolescentes grávidas ou mães adolescentes;

VII - mulheres que realizaram interrupção da gestação nas hipóteses previstas em lei; VIII - famílias em caso de morte do recém-nascido;

IX - Famílias em caso de morte da mãe.

No município, embora o benefício possua previsão legal, atualmente não está sendo ofertado.

### 3.3.2. Benefício Eventual na situação de morte

O benefício eventual por morte destina-se para o apoio de famílias que se encontram em vulnerabilidade social e não possuem condições materiais para as despesas decorrentes do falecimento e algum membro familiar.

A solicitação do referido benefício, pode ser realizada junto à central de óbitos, que entrará em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social para avaliação técnica. Cabe salientar, que os dados do cadastro único poderão ser utilizados para informações referentes a situação socioeconômica da família, contudo, não é requisito obrigatório para a concessão.

No município, entre o período analisado, foram concedidos 7 benefícios eventuais por morte, sendo o maior número de concessões registrado no ano de 2025.

### 3.3.3. Benefício Eventual na situação de Vulnerabilidade Temporária

De acordo o art. 44. Da Lei municipal o benefício eventual por vulnerabilidade temporária destina-se para indivíduos e famílias que enfrentem situações circunstanciais que comprometam a sobrevivência, a autonomia ou a convivência familiar e comunitária, podendo ser ofertados, os seguintes benefícios:

- Auxílio alimentação;
- Apoio para obtenção de documentação civil básica;
- Concessão de passagens terrestres.

#### 3.3.3.1. Auxílio Alimentação

O auxílio alimentação, é um benefício eventual por vulnerabilidade temporária, destinado a indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que comprometa ou dificulte o acesso a alimentação. A concessão é realizada mediante avaliação técnica, de profissionais de nível superior que fazem parte das equipes de referências do SUAS.

No município, durante o período analisado, foram registradas **6.490 concessões de auxílio-alimentação**, sendo **4.135 em 2024 e 2.355 em 2025**. As concessões concentraram-se principalmente nas unidades da Proteção Social Básica, com destaque para o CRAS Carolina Ferrari Amadori, que registrou 3.437 concessões, seguido pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta, com 1.518, e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com 1.116 concessões. Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, foram registradas 391 concessões, enquanto na Proteção Social Especial de Alta Complexidade foram contabilizadas 11 concessões.

Tabela 22 – Quantidade de auxílio alimentação, por unidade (2024 - 2025)

| Unidade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Casa de Acolhimento Proteger | 1 | 0 | 1 |
| Casa de Passagem | 5 | 5 | 10 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| CRAS Carolina Ferrari Amadori | 2.331 | 1.106 | 3.437 |
| CRAS Paulina Bonalume Andreatta | 984 | 534 | 1.518 |
| CREAS | 109 | 230 | 339 |
| Secretaria de Assistência Social | 688 | 428 | 1.116 |
| Serviço Especializado de Abordagem Social | 0 | 52 | 52 |
| Centro de Convivência da pessoa idosa | 9 | 0 | 9 |
| Centro de Convivência Sudoeste | 8 | 0 | 8 |
| **Total Geral** | **4.135** | **2.355** | **6.490** |

Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

A análise do perfil das famílias beneficiárias demonstra que o auxílio-alimentação é acessado predominantemente por famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família, evidenciando a presença de famílias com menor renda e em situação de vulnerabilidade socioeconômica entre aquelas que acessam o benefício.

Entre os principais motivos identificados para a concessão, destacam-se a insuficiência de renda para o atendimento das necessidades básicas da família, a presença de integrante sem cobertura previdenciária, situações relacionadas à gestação, ao nascimento ou à adoção, despesas decorrentes de mudança de residência, dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho e perda recente do emprego. Esses registros demonstram que a demanda pelo benefício está relacionada a diferentes situações que podem comprometer as condições de manutenção das famílias e o acesso regular à alimentação.

Outro aspecto relevante refere-se à recorrência das concessões. Embora a maior parte das famílias tenha acessado o benefício apenas uma vez no período analisado, os registros de concessões recorrentes podem indicar a permanência ou a reincidência de situações de vulnerabilidade socioeconômica. Esse cenário reforça a importância do acompanhamento socioassistencial, quando necessário, e da articulação com as demais políticas públicas, considerando as necessidades identificadas e as particularidades de cada família.

### 3.3.3.2. Documentação do Município de Pato Branco

O benefício eventual de documentação civil básica destina-se a garantir o acesso à documentação necessária ao exercício da cidadania e à garantia de direitos, mediante avaliação técnica, realizada pelas equipes de referência dos serviços.

Entre 2024 e 2025, foram registradas 238 solicitações referente a Carteira de Identidade Nacional – CIN. Em relação às certidões, a certidão de nascimento foi o documento mais solicitado, totalizando 481 emissões referentes ao município e 209 referentes a outros municípios. Os dados reforçam a importância do benefício para a garantia do acesso à documentação civil básica, elemento fundamental para o exercício da cidadania e o acesso a direitos e políticas públicas.

### 3.3.4. Passagem

O benefício de passagem é ofertado a pessoas em situação de trânsito ou de rua no território do município, com a finalidade de possibilitar o retorno do indivíduo ou da família à cidade de origem ou o afastamento de situações de violação de direitos.

Entre 2024 e 2025, foram concedidas 392 passagens, sendo 18 em 2024 e 374 em 2025. Do total, 77 foram concedidas pela Casa de Passagem, que oferece acolhimento temporário a pessoas em situação de trânsito ou de rua; 226 pela Abordagem Social; 81 pelo órgão gestor; e 8 pelo CREAS.

O aumento dos registros em 2025 evidencia a ampliação das concessões do benefício, utilizado principalmente para viabilizar o deslocamento e o retorno à cidade de origem.

### 3.3.5. Benefício Eventual em Situação de Emergência ou Calamidade Pública

O benefício eventual em situações de calamidade pública e emergência é concedido por meio de auxílio material, destinado a apoiar indivíduos e famílias afetados por riscos, perdas e danos.

Em setembro de 2024, o Município de Pato Branco teve emergência reconhecida pelo Governo do Estado do Paraná, por meio do Decreto Estadual nº 7.386/2024, em decorrência de tempestade local convectiva, com chuvas intensas e fortes rajadas de vento. O evento provocou danos à infraestrutura, perdas materiais e

impactos nas condições de vida da população, ampliando situações de vulnerabilidade e risco social.

Em outubro do mesmo ano, foi publicado o Decreto Estadual nº 7.748/2024, em decorrência de alagamentos que também afetaram a população e a infraestrutura urbana, demandando a adoção de medidas emergenciais pelo poder público para atendimento às famílias atingidas e redução dos danos.

### 3.3.6 Aluguel Social – Lei 5.933/2022

O Aluguel Social é um benefício de caráter excepcional, destinado ao pagamento de aluguel de imóvel de terceiros para famílias de baixa renda que se encontrem em situações de calamidade pública, emergência ou vulnerabilidade e risco social.

Conforme os registros, entre 2024 e 2025 foram concedidos 15 benefícios, sendo 2 em 2024 e 13 em 2025, indicando maior demanda pelo benefício no segundo ano do período analisado.

## 3.4. **REDE SOCIOASSISTENCIAL**

Os serviços de referência da Secretaria Municipal de Assistência Social integram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os Centros de Convivência para a Pessoa Idosa, o Centro de Convivência Sudoeste, o Serviço Família Acolhedora, a Casa de Acolhimento Proteger e a Casa de Passagem.

Tabela 23 - Equipamentos públicos socioassistenciais

| Gestão e equipamentos | Endereço e contato | Horário de atendimento |
|---|---|---|
| Secretaria Municipal de Assistência Social – Órgão Gestor | Rua Teófilo Augusto Loiola, 264 – Sambugaro (46) 3225-5544 | De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30 |
| CRAS Carolina Ferrari Amadori | Travessa Ipacaraí, 50 - Alvorada (46) 3220-6052 | De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30 |
| CRAS Paulina Bonalume Andreatta | Rua Sadi Bertol, s/n – Bairro São João (46) 3230-6059 | De segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h |
| CREAS | Rua Tocantins, 1270 – Baixada (46) 3220-6082/ 3230-6083 | De segunda a sexta-feira das 08h às 17h30 |

| Gestão e equipamentos | Endereço e contato | Horário de atendimento |
|---|---|---|
| Centro de Convivência da Pessoa Idosa Genoefa Viganó | Rua Argentina, 456 - Jardim das Américas | De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h |
| Centro de Convivência da Pessoa Idosa Antônio Décio Clementino Machado | Rua vinte e um de abril, 389 - Alvorada | De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h |
| Centro de Convivência Sudoeste | Estrada municipal esquina com a Rua São José, Sudoeste. | De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h |
| Serviço Família Acolhedora | Rua Tamoio, 873 - Centro | De segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h30 às 17h30 |
| Casa de Acolhimento Proteger | Rua das Garças, 70 – Planalto | De segunda a segunda-feira 24h |
| Casa de Passagem | Rua Ataúlfo Alves, 440 – Morumbi | De segunda a segunda-feira 24h |

Fonte: CADSUAS, 2026.

Conforme a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, as entidades e organizações de assistência social são aquelas sem fins lucrativos que prestam atendimento e assessoramento, contribuindo para a garantia e a universalização dos direitos sociais. As Entidades de Assistência Social (EAS) inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social integram a rede socioassistencial do Município e desenvolvem programas, projetos, serviços e benefícios em articulação com a rede pública. Quando atuam na Proteção Social Básica, são referenciadas ao CRAS e, na Proteção Social Especial, ao CREAS.

Tabela 24 - Rede socioassistencial das EAS

| Entidade de Assistência Social | Endereço | Contato |
|---|---|---|
| **Proteção Social Básica** | | |
| FUNDABEM | Rodovia BR 158, 537 – Dall'ross | fundabempb@hotmail.com |
| Instituto Plural | Avenida Brasil, 720 – Centro | contato@institutoplural.org.br |
| REMAP | Estrada Municipal Km 02 – Linha São Brás | remansodapedreira@gmail.com |
| JOJOCA | Rua Frederico Klem, 220 - São João | projetojojoca@hotmail.com |
| **Proteção Social Especial de Média Complexidade** | | |
| APAE | Travessa A. Borges, 152 – São Vicente | apaepatobranco@hotmail.com |
| **Proteção Social Especial de Alta Complexidade** | | |
| Lar dos Idosos São Francisco de Assis | Rua Salgado Filho, 785 – Pinheiros | adm.larsfdeassis@gmail.com |

| Entidade de Assistência Social | Endereço | Contato |
|---|---|---|
| Missão Vida Nova | Rua Geraldo Veronese, 00 – São Francisco | marcio_silva_26@yahoo.com.br |
| GAMA | Rua Teófilo Augusto Loiola, 360 – Sambugaro | gamapatobranco@hotmail.com |
| **Entidade de Assessoramento** | | |
| ACOBEM | Rua Venceslau Brás, 330 – Jardim das Américas | correntedobempatobranco@gmail.com |
| **(Programa) Ações de Promoção da Integração ao mercado de Trabalho** | | |
| CIEE/PR | Rua Caramuru, 270 – Centro | patobranco@cieepr.org.br |
| GERAR/PR | R. Benjamin Borges dos Santos, 1100 - Fraron | dalvana.anschau@gerar.org.br |

Fonte: CADSUAS, 2026.

Conforme a Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais[7], os serviços socioassistenciais são organizados em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

**a) Proteção Social Básica**

A Proteção Social Básica destina-se à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

**Serviços de Proteção Social Básica:**

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Neste sentido, aponta-se na tabela a seguir os Serviços ofertados nos Equipamentos da Proteção Social Básica do Município:

[7] Informações disponíveis em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 28 jun. 2026.

Tabela 25 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social Básica

| Equipamento | Serviço ofertado | Tipo de oferta |
|---|---|---|
| CRAS Carolina Ferrari Amadori | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família – PAIF;<br>Programa Nossa Gente Paraná | Público |
| CRAS Paulina Bonalume Andreatta | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família – PAIF;<br>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV<br>Programa Nossa Gente Paraná | Público |
| Centro de Convivência da Pessoa Idosa | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas | Público |
| Centro de Convivência da Pessoa Idosa Genoefa Viganó | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas | Público |
| Centro de Convivência Sudoeste | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas com idade de até 59 anos | Público |
| Fundação Patobranquense do Bem-estar – FUNDABEM | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a adolescentes de 15 anos | Privado |
| Associação da corrente do bem - ACOBEM | Assessoramento de mulheres vítimas de violência e/ou em situação e vulnerabilidade social | Privado |
| Instituto JOJOCA de beneficência | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos e de 6 a adolescentes de 15 anos | Privado |
| Remanso da Pedreira | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a adolescentes de 15 anos e de 15 a 17 | Privado |
| Instituto Plural | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes de 15 a 17 anos | Privado |

Fonte: CADSUAS, 2026.

**b) Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade**

A Proteção Social Especial de Média Complexidade é destinada ao atendimento de indivíduos e famílias que vivenciam ou vivenciaram situações de violação de direitos. Sua atuação busca interromper ou reduzir as situações de risco.

Já a Proteção Especial de Alta Complexidade, corresponde ao atendimento de indivíduos e famílias que necessitam de acolhimento provisório ou excepcional, em razão do rompimento ou da impossibilidade de manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

**Serviços de Proteção Social de Média Complexidade:**

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Assim, na tabela a seguir estão listados os Serviços ofertados nos Equipamentos da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Município:

Tabela 26 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social de Média Complexidade

| Equipamento | Serviço ofertado | Tipo de oferta |
|---|---|---|
| Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;<br>Medidas Socioeducativas em meio aberto – MSE;<br>Serviço Especializado de Abordagem Social | Público |
| Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE | Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e (Programa) Ações de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária | Privado |

Fonte: CADSUAS, 2026.

**Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:**

- Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva.
- Serviço de Acolhimento em República;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

A tabela na sequência, demonstra quais são os Serviços de acolhimento disponíveis no Município, por tipo de oferta:

Tabela 27 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social de Alta Complexidade

| Equipamento | Serviço ofertado | Tipo de oferta |
|---|---|---|
| Casa de Acolhimento Proteger | Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes | Público |
| Família Acolhedora | Acolhimento familiar | Público |
| Casa de Passagem | Casa de passagem | Público |
| Lar dos Idosos São Francisco de Assis | Acolhimento Institucional para idosos (Instituição de Longa Permanência para Idosos) | Privado |
| Missão Vida Nova | Serviço de Acolhimento Institucional e Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos | Privado |
| Associação dos Amigos de Prevenção do Câncer GAMA-Grupo de Apoio à Mama | Serviço de Acolhimento Institucional (Lei 12.868 – Art. 18) | Privado |

Fonte: CADSUAS, 2026.

A Associação dos Voluntários da Corrente do Bem de Pato Branco – ACOBEM é uma entidade sem fins lucrativos que presta assessoramento a famílias em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e à garantia de direitos. Entre suas ações, destacam-se a promoção da segurança alimentar, o apoio material e o acompanhamento para acesso aos serviços de saúde, contribuindo para o fortalecimento da proteção social e para a efetivação de direitos.

Tabela 28 - Entidade de Assistência Social e serviço ofertado

| Equipamento | Serviço ofertado | Tipo de oferta |
|---|---|---|
| Associação dos Voluntários da Corrente do Bem - ACOBEM | Assessoramento | Privado |

Fonte: CADSUAS, 2026.

O Programa Jovem Aprendiz é ofertado no Município por meio de entidades privadas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que desenvolvem ações de promoção da integração ao mercado de trabalho, entre elas o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE/PR) e a Geração de Emprego e Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional (GERAR/PR).

Tabela 10 - Programa ofertado por entidades inscritas no CMAS

| Equipamento | Serviço ofertado | Tipo de oferta |
|---|---|---|
| Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE/PR | (Programa) Ações de Promoção da Integração ao mercado de Trabalho | Privado |
| Geração de Emprego e Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional (GERAR/PR). | (Programa) Ações de Promoção da Integração ao mercado de Trabalho | Privado |

Fonte: CADSUAS, 2026.

## 3.5. INDICADORES DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica (PSB) tem como finalidade desenvolver ações e serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) voltados à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais. Nesse nível de proteção, os serviços oferecem acolhida, escuta e orientação aos indivíduos e famílias, considerando suas demandas e necessidades.

A perspectiva territorial é essencial para a organização da oferta socioassistencial, visto que as realidades das famílias estão relacionadas às potencialidades e vulnerabilidades presentes nos territórios. Nessa direção, o território não deve ser compreendido apenas como um espaço físico, mas também como espaço de relações e vivências. Conforme Milton Santos (2006, p. 14), “o território usado é o chão mais a identidade”. Sendo assim, a análise considera as relações sociais, a oferta e a ausência de políticas públicas, as condições socioeconômicas e os vínculos estabelecidos no território.

No Município de Pato Branco, a Proteção Social Básica está organizada por meio de dois CRAS**,** três Centros de Convivência — sendo dois destinados à Pessoa Idosa e um com atendimento a pessoas a partir de 6 anos — e três entidades privadas que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Entre as ofertas privadas, há serviços destinados a crianças e adolescentes de 0 a 6 anos, de 6 a 15 anos, de 6 a 17 anos e a adolescentes de 15 a 17 anos**.**

Nesse contexto, torna-se relevante apresentar indicadores relacionados às famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), à composição familiar, bem como aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), contribuindo para a compreensão das características socioeconômicas e das demandas de proteção social presentes no Município.

### 3.5.1. Território de abrangência do CRAS Carolina Ferrari Amadori

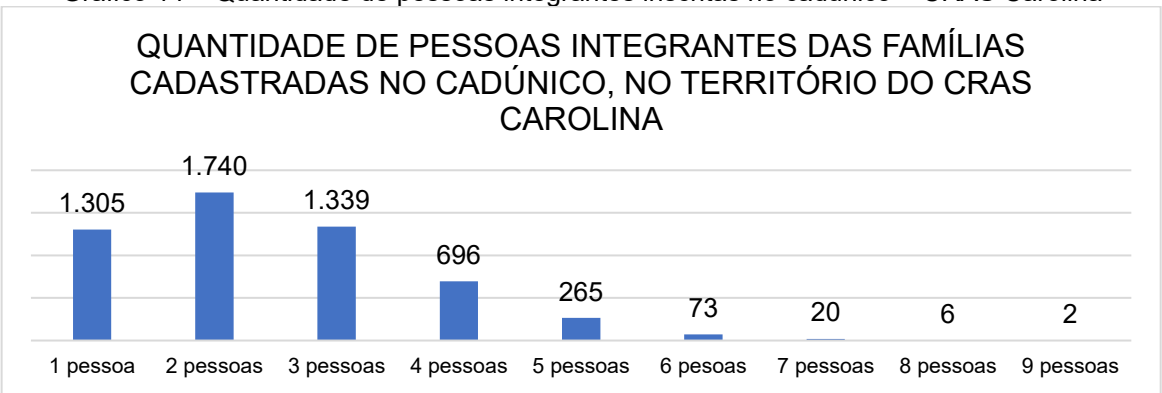
O CRAS Carolina Ferrari Amadori, localizado no bairro Alvorada, possui território de abrangência composto por 17 bairros: Alvorada, Baixada, Bonatto, Cristo Rei, Dall Ross, Gralha Azul, Industrial, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Santo Antônio, São Cristóvão, São Roque, São Vicente, Sudoeste e Veneza.

A Região Sul, concentra situações de vulnerabilidade social, com destaque para os bairros Alvorada e São Cristóvão. Esse contexto reforça a importância da organização da oferta socioassistencial de forma territorializada, considerando as características e necessidades da população residente.

No território, foram identificadas 5.861 famílias inscritas no Cadastro Único. Desse total, 129 famílias estavam em situação de extrema pobreza, 753 em situação de pobreza, 1.879 apresentavam renda per capita entre R$ 218,01 e meio salário-mínimo. Enquanto, 3.100 possuíam renda per capita superior a meio salário-mínimo.

Quanto à composição dos domicílios, os registros do cadastro único indicam 1.305 famílias unipessoais, 1.740 famílias compostas por duas pessoas, 1.339 por três pessoas e 696 por quatro pessoas. Também foram identificadas 265 famílias com cinco integrantes, 73 com seis, 20 com sete, 6 com oito e 2 com nove integrantes. Observa-se maior concentração de famílias compostas por duas ou três pessoas, representam a maior parcela dos registros apresentados.

Gráfico 14 – Quantidade de pessoas integrantes inscritas no cadúnico – CRAS Carolina




Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

Em relação ao número de pessoas residentes no território, verifica-se o registro de 14.415 pessoas inscritas no Cadastro Único. Dentre elas, a faixa etária com maior

número de registros, corresponde às pessoas de 18 a 59 anos, totalizando 7.038 pessoas, seguida por crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, com 2.736 registros, e por pessoas idosas, que totalizam 2.051 registros.

Cabe salientar que parte dos cadastros unipessoais foi realizada durante o período da pandemia de COVID-19, contexto em que houve aumento desse tipo de cadastro, inclusive para acesso ao benefício de transferência e renda - Auxílio Brasil (atualmente bolsa família). Nesse período, podem ter ocorrido alterações ou inconsistências na composição familiar informada, o que reforça a importância da atualização e qualificação dos registros do Cadastro Único.

Tabela 11- Pessoas inscritas no Cadastro Único por faixa etária e sexo – CRAS Carolina

| Faixa de idade | Feminino | Masculino | Total geral |
|---|---|---|---|
| Até 6 anos | 989 | 1.057 | 2.046 |
| Entre 7 e 15 anos | 1.295 | 1.441 | 2.736 |
| Entre 16 e 17 anos | 256 | 288 | 544 |
| Entre 18 e 59 anos | 4.556 | 2.482 | 7.038 |
| 60 anos ou mais | 1.278 | 773 | 2.051 |
| Total geral | **8.374** | **6.041** | **14.415** |

Fonte: Cadúnico. Julho, 2026.

No que se refere à população imigrante, foram identificadas 656 pessoas imigrantes, sendo um número significativo de pessoas de nacionalidade venezuelana e haitiana. Evidencia-se um fator importante para a análise, necessidade de ampliação e fortalecimento das políticas públicas voltadas a essa população, que vem apresentando crescimento no território e enfrenta diferentes situações de vulnerabilidade, como barreiras linguísticas e culturais, dificuldades relacionadas à documentação e à sua renovação, bem como obstáculos e preconceitos à inserção no mercado de trabalho formal.

Dos 17 bairros do território, 16 apresentavam famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, totalizando 1.195 famílias beneficiárias. Entre os bairros com maior número de famílias beneficiárias, destacam-se Alvorada, com 247 famílias, São Cristóvão, com 165, Jardim Floresta, com 104 e Sudoeste, com 99.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), foram identificadas 793 pessoas beneficiárias vinculadas ao território de abrangência. Dentre elas, 307

são beneficiárias do BPC Idoso e 468 do BPC destinado à pessoa com deficiência, além de registros de pessoas com renda mensal vitalícia. A distribuição territorial demonstra maior concentração de beneficiários nos bairros Alvorada, com 139 registros, São Cristóvão, com 115 e Jardim Floresta, com 80.

No campo educacional, os dados do Cadastro Único indicam a existência de 606 pessoas com 18 anos ou mais que declararam não saber ler e escrever.

Quanto à inserção no mercado de trabalho, foram identificadas 9.834 pessoas com idade igual ou superior a 14 anos. Destas, 5.095 declararam estar trabalhando na semana anterior à entrevista (cadastro e/ou atualização do cadúnico), enquanto 4.739 informaram não estar trabalhando. Entre as principais posições ocupacionais declaradas, destacam-se 3.462 trabalhadores com carteira assinada**,** 1.103 trabalhadores por conta própria, incluindo atividades autônomas e "bicos"**,** 342 trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e 172 aprendizes.

Esses dados evidenciam diferentes formas de inserção no mundo do trabalho, inclusive a presença de pessoas inseridas em atividades informais, sem acesso integral aos direitos e à proteção trabalhista. Esse cenário reforça a importância de ações voltadas à qualificação profissional, à ampliação das oportunidades de trabalho formal e ao acesso à proteção social. Ainda, cabe mencionar o número de adolescentes e jovens inseridos no mercado de trabalho por meio do Programa de Aprendizagem, evidenciando a importância da ampliação dessas oportunidades de inserção protegida, que contribuem para o desenvolvimento de competências, a autonomia e a prevenção de situações de vulnerabilidade.

No que se refere às situações de violência e/ou violação de direitos, foram registrados 538 casos pelo CREAS entre 2024 e 2025, sendo 233 casos envolvendo pessoas pertencentes ao território de abrangência. Entre os registros referentes ao território, observa-se maior incidência entre crianças e adolescentes do sexo feminino, com destaque para a faixa etária de 13 a 17 anos, com 42 registros, seguida pela faixa de 7 a 12 anos, com 39 registros, e por crianças de até 6 anos, com 20 registros. Entre o sexo masculino, também foram identificados registros significativos, sendo 29 casos entre crianças de até 6 anos, 27 entre 7 e 12 anos e 21 entre 13 e 17 anos. Cabe ressaltar, que também houve registro de violência contra adultos e pessoas idosas.

Quanto aos tipos de violência e/ou violação de direitos, destacam-se: a negligência com 67 registros; violência física e abuso/violência sexual com 59 registros, ambos e violência psicológica com 30 registros.

Em relação às Medidas Socioeducativas (MSE), entre 2024 e 2025, foram registrados 102 adolescentes pertencentes ao território que ingressaram em acompanhamento, sendo 41 reincidentes. Os bairros com maior concentração de medidas foram Alvorada, com 30 adolescentes, e São Cristóvão, com 18. Esses dados reforçam a necessidade de fortalecer e ampliar as ações de acompanhamento, prevenção e articulação da rede, visando reduzir a reincidência e favorecer a construção de novas perspectivas para os adolescentes.

No âmbito do acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes, foram registrados 52 acolhimentos no período analisado, dos quais 25 correspondiam a crianças e adolescentes pertencentes ao território. Entre esses, foram identificados 12 acolhimentos de crianças de até 6 anos, 9 de adolescentes de 13 a 17 anos e 4 de crianças de 7 a 12 anos. Quanto aos motivos registrados nas guias de acolhimento, destacaram-se conflito familiar, determinação judicial, abandono, negligência e situação de risco.

Quanto ao acolhimento institucional de pessoas idosas, foram registrados 13 acolhimentos no período analisado, sendo 3 referentes a pessoas idosas residentes no território de abrangência do CRAS Carolina.

A análise do território evidencia a presença de situações de vulnerabilidade e risco social, com demandas relacionadas à renda, ao trabalho, à educação, à violência, às violações de direitos e à proteção de crianças, adolescentes e pessoas idosas, contudo, apesar das particularidades e desafios enfrentados pelo território, identificam-se potencialidades para a proteção social, especialmente pela existência de uma rede diversificada de políticas públicas, que contempla as áreas de saúde, educação e assistência social, além de espaços de convivência, esporte e lazer e outros serviços e equipamentos comunitários. Esses recursos favorecem a articulação intersetorial e o acesso aos direitos.

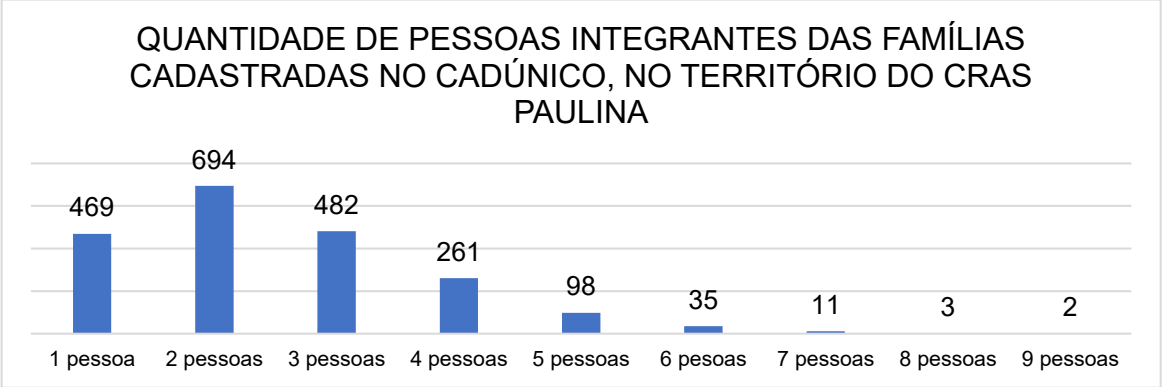
### 3.5.2. Território de abrangência do CRAS Paulina Bonalume Andreatta

Na Região Oeste encontra-se o equipamento CRAS Paulina Bonalume Andreatta, que está localizado no bairro São João e atende aos bairros Aeroporto, Alto da Glória, Bela Vista, Pagnoncelli, Planalto, São João e Vila Esperança.

De acordo com as localidades referenciadas ao CRAS, nota-se que existia o quantitativo de 2.217 famílias incluídas no Cadastro Único, sendo 183 em situação de extrema pobreza, 337 famílias em situação de pobreza, 596 com renda *per capita* entre R$ 218,01 a meio salário mínimo e 1.101 com renda *per capita* superior a meio salário mínimo.

No que se refere à quantidade de pessoas que residiam no domicílio informado, de acordo com os dados do Cadúnico, verifica-se que 469 cadastros indicaram apenas uma pessoa no domicílio, 694 registros contavam com até duas pessoas, 482 famílias possuíam até 3 pessoas, 261 indicaram que havia 4 pessoas, 98 cadastros estavam indicando que residiam 5 pessoas, 35 registros informavam que havia até 6 pessoas, 11 cadastros indicavam a existência de 7 pessoas que residiam no mesmo domicílio, 3 cadastros com 8 pessoas e 2 a indicação de 9 integrantes na família.

Gráfico 15 – Quantidade de pessoas integrantes inscritas no cadúnico – CRAS Paulina




Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

Cabe salientar que parte dos cadastros unipessoais foi realizada durante o período da pandemia de COVID-19, contexto em que houve aumento desse tipo de cadastro, inclusive para acesso ao benefício de transferência e renda - Auxílio Brasil (atualmente bolsa família). Nesse período, podem ter ocorrido alterações ou inconsistências na composição familiar informada, o que reforça a importância da atualização e qualificação dos registros do Cadastro Único.

Sobre o quantitativo de pessoas que residiam na região de abrangência do CRAS Paulina, observa-se que há 5.507 pessoas cadastradas, sendo que o maior quantitativo de pessoas está na faixa etária de 18 a 59 anos, com 2.650, seguido de pessoas com idade entre 7 e 15 anos, com 1.079 registros.

Tabela 31- Pessoas inscritas no Cadastro Único por faixa etária e sexo – CRAS Paulina

| Faixa de idade | Feminino | Masculino | Total geral |
|---|---|---|---|
| Até 6 anos | 385 | 430 | 815 |
| Entre 7 e 15 anos | 526 | 553 | 1.079 |
| Entre 16 e 17 anos | 92 | 103 | 195 |
| Entre 18 e 59 anos | 1.726 | 924 | 2.650 |
| 60 anos ou mais | 478 | 290 | 768 |
| Total geral | **3.207** | **2.300** | **5.507** |

Fonte: Cadúnico. Julho, 2026.

No que se refere à população imigrante, foram identificadas 156 pessoas, sendo 98 pessoas da Venezuela e 44 pessoas da República do Haiti, evidenciando a necessidade da ampliação e fortalecimento das políticas públicas para os imigrantes.

Em relação aos benefícios sociais, verificou-se que 607 famílias do território são beneficiárias do Programa Bolsa Família, com maior concentração no bairro São João, com 277 famílias, seguido dos bairros Planalto, com 196, e Bela Vista, com 77 famílias.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo dados do Cadastro Único, foram identificadas 324 pessoas beneficiárias residentes no território, sendo 200 pessoas com deficiência, 117 pessoas idosas e 6 pessoas com renda mensal vitalícia. Entre os bairros com maior concentração, destacam-se o São João, com 119 beneficiários, o Planalto, com 93, e o Bela Vista, com 51 pessoas.

No campo educacional, os dados apontam a presença de 282 pessoas com 18 anos ou mais que não sabem ler e escrever, bem como de 501 crianças e adolescentes, entre 7 e 15 anos, na mesma condição.

Sobre a inserção no mercado de trabalho, foram identificadas 3.707 pessoas com idade igual ou superior a 14 anos. Destas, 1.810 declararam estar trabalhando na semana anterior à entrevista para cadastramento e/ou atualização do Cadastro

Único, enquanto 1.897 informaram não estar trabalhando no período. Quanto à principal função desempenhada, 1.236 pessoas declararam possuir trabalho com carteira de trabalho assinada, 521 exerciam atividades por conta própria, incluindo trabalhos eventuais (bicos) e atividades autônomas, 64 estavam inseridas na modalidade de aprendizagem e 25 atuavam como trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

Considerando especificamente a inserção de adolescentes e jovens na modalidade de aprendizagem, foram identificados 64 registros, indicando a importância de ampliar as oportunidades de inserção protegida no mundo do trabalho. Essa perspectiva ganha relevância quando analisada em conjunto com os dados das Medidas Socioeducativas (MSE): entre 2024 e 2025, foram registrados 30 adolescentes em cumprimento de medidas no território, sendo 8 reincidentes. Entre os atos infracionais registrados, destacam-se o tráfico de drogas, com 10 casos, seguido de lesão corporal, com 8, e furto, com 3. Os bairros Planalto, Bela Vista e São João concentraram o maior número de registros. Nesse contexto, o fortalecimento de programas de aprendizagem e de educação podem constituir importante estratégia na garantia de direitos e na proteção dos adolescentes e jovens.

Sobre as situações de violência e/ou violação de direitos, foram registradas 79 situações envolvendo pessoas residentes no território, atendidas pelo CREAS no período analisado. Entre as pessoas do sexo feminino, as maiores incidências ocorreram nas faixas etárias de 7 a 12 anos e de 13 a 17 anos, ambas com 13 registros, além de 1 registro envolvendo pessoa idosa. Entre as pessoas do sexo masculino, a maior incidência foi observada entre crianças de até 6 anos, com 18 registros. As ocorrências mais frequentes foram de negligência, com 27 registros, seguidas de violência física, com 25, e abuso/violência sexual, com 12 registros.

Em relação ao acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes, verificou-se que, no período analisado, foram registrados 52 acolhimentos, sendo 9 referentes a crianças e adolescentes pertencentes ao território. Destes, 7 eram crianças de até 6 anos, 1 estava na faixa etária de 7 a 12 anos e 1 era adolescentes de 13 a 17 anos. Conforme os registros nas guias de acolhimento, entre os principais motivos identificados estão situação de risco, conflito familiar, violência psicológica, situação de rua, mandado judicial e negligência.

Quanto ao acolhimento institucional de pessoas idosas, foram registrados 13 acolhimentos no período analisado, sendo 2 referentes a pessoas idosas residentes no território de abrangência.

A análise do território evidencia situações de vulnerabilidade relacionadas à renda, ao trabalho, à educação, à imigração e às violações de direitos, destacando-se famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, dificuldades de alfabetização, desemprego, e violência, contudo, apesar dos desafios, o território apresenta potencialidades importantes, com a presença de serviços e equipamentos públicos, comunitários e socioassistenciais nas áreas de saúde, educação, assistência social, convivência, esporte e lazer. Essa estrutura, em conjunto à atuação do CRAS junto à comunidade, favorece a articulação intersetorial, o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

### 3.5.3. Território sem referenciamento de unidade de CRAS

O território que não possui CRAS de referência é atendido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, abrangendo os bairros Amadori, Anchieta, Bancários, Bortot, Brasília, Cadorin, Centro, Fraron, Jardim das Américas, Jardim Primavera, La Salle, Menino Deus, Parque do Som, Parzianello, Pinheiros, Sambugaro, Santa Terezinha, São Francisco, São Luiz, São Roque do Chopim, Trevo da Guarani e Vila Isabel, além das comunidades rurais, denominadas como Interior.

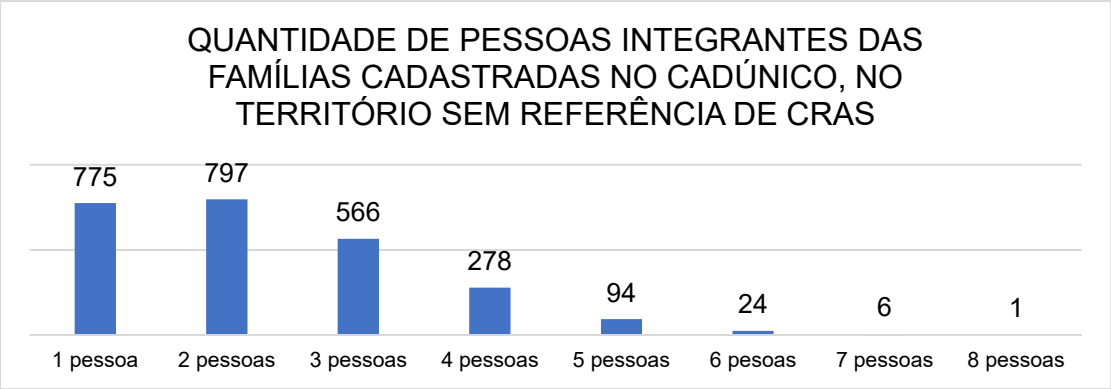
Entre os principais atendimentos realizados pela secretaria, destacam-se os relacionados ao Cadastro Único, aos benefícios eventuais e ao Departamento de Habitação, contemplando demandas relacionadas ao acesso a benefícios, serviços e direitos socioassistenciais.

As famílias incluídas no Cadastro Único que estavam foram da área de abrangência de uma unidade de CRAS, nota-se que existia o quantitativo de 2.810 famílias, sendo 215 em situação de extrema pobreza, 171 famílias em situação de pobreza, 632 com renda *per capita* entre R$ 218,01 a meio salário mínimo e 1.792 famílias com renda *per capita* superior a meio salário mínimo.

No que se refere à quantidade de pessoas que residiam no mesmo domicílio, de acordo, verifica-se que 775 cadastros indicaram apenas uma pessoa no domicílio,

797 registros contavam com até duas pessoas, 566 famílias possuíam até 3 pessoas, 278 indicaram que havia 4 pessoas, 94 cadastros estavam indicando que residiam 5 pessoas, 24 registros informavam que havia até 6 pessoas, 6 cadastros indicavam a existência de 7 pessoas que residiam no mesmo domicílio e também existia o indicativo de 1 família com 8 pessoas que residiam no mesmo domicílio.

Gráfico 16 – Quantidade de pessoas integrantes inscritas no cadúnico




Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

Cabe salientar que parte dos cadastros unipessoais foi realizada durante o período da pandemia do COVID-19, contexto em que houve aumento desse tipo de cadastro, inclusive para acesso ao benefício de transferência e renda - Auxílio Brasil (atualmente bolsa família). Nesse período, podem ter ocorrido alterações ou inconsistências na composição familiar informada, o que reforça a importância da atualização e qualificação dos registros do Cadastro Único.

Em relação à quantidade de pessoas para essa região, verifica-se que existia o quantitativo de 6.421 pessoas, cuja faixa de idade de maior indicativo era a de pessoas entre 18 e 59 anos, com 3.137, seguido de pessoas com 60 anos ou mais, totalizando 1.303 e de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, com 1.003 registros.

Tabela 32- Pessoas inscritas no Cadastro Único por faixa etária e sexo

| Faixa de idade | Feminino | Masculino | Total geral |
|---|---|---|---|
| Até 6 anos | 374 | 386 | 760 |
| Entre 7 e 15 anos | 484 | 519 | 1.003 |
| Entre 16 e 17 anos | 103 | 115 | 218 |
| Entre 18 e 59 anos | 1.968 | 1.169 | 3.137 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 60 anos ou mais | 779 | 524 | 1.303 |
| Total geral | **3.708** | **2.713** | **6.421** |

Fonte: Cadúnico. Julho, 2026.

No que se refere à população imigrante, foram identificadas 254 pessoas, sendo 158 pessoas de nacionalidade venezuelana e 64 pessoas da República do Haiti, evidenciando a necessidade da ampliação e fortalecimento das políticas públicas para os imigrantes.

Em relação aos benefícios sociais, verificou-se que 470 famílias sem referência de CRAS, são beneficiárias do Programa Bolsa Família, com maior concentração no Centro, com 61 famílias, seguido do bairro São Francisco (52), o Fraron (46) e São Roque do Chopim com 40 famílias.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo dados do Cadastro Único, foram identificadas 400 pessoas beneficiárias, sendo 189 pessoas com deficiência, 199 pessoas idosas e 8 pessoas com renda mensal vitalícia. Entre os bairros com maior concentração, destacam-se o Centro, com 66 beneficiários, Fraron com 33 e Santa Terezinha com 31 beneficiários.

No campo educacional, os dados apontam a presença de 219 pessoas com idade de 18 anos ou mais que não sabem ler e escrever, bem como de 386 crianças e adolescentes, entre 7 e 15 anos, na mesma condição.

Sobre a inserção no mercado de trabalho, foram identificadas 4.738 pessoas com idade igual ou superior a 14 anos. Destas, 2.291 declararam estar trabalhando na semana anterior à entrevista para cadastramento e/ou atualização do Cadastro Único, enquanto 2.447 informaram não estar trabalhando no período. Quanto à principal função desempenhada, 1.588 pessoas declararam possuir trabalho com carteira de trabalho assinada, 499 exerciam atividades por conta própria, incluindo trabalhos eventuais (bicos) e atividades autônomas, 95 atuavam como trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e 87 estavam inseridas na modalidade de aprendizagem.

Sobre as situações de violência e/ou violação de direitos, foram registradas 155 ocorrências envolvendo pessoas residentes em territórios sem área de abrangência de CRAS, atendidas pelo CREAS no período analisado. Entre o sexo feminino, destacaram-se as faixas etárias de 7 a 12 anos, com 28 registros, e de 13 a 17 anos,

com 26, seguidas por mulheres de 30 a 59 anos, com 18 registros, e pessoas idosas, com 17. Entre o sexo masculino, a maior incidência ocorreu na faixa etária de 7 a 12 anos, com 20 registros.

Quanto aos tipos de violência e/ou violação, destacaram-se as situações de negligência, com 46 registros, seguidas de violência física, com 43, violência psicológica, com 29, e abuso/violência sexual, com 23 registros. Entre os bairros com maior número de ocorrências, destacam-se Fraron, Centro e Santa Terezinha.

No que diz respeito às Medidas Socioeducativas, entre os dois anos analisados, foram registrados 32 adolescentes residentes na região que cumpriram alguma modalidade de medida socioeducativa, sendo 9 reincidentes. Entre os atos infracionais registrados, destacaram-se lesão corporal e tráfico de drogas, com maior concentração de registros na região central e na região norte do município.

Em relação ao acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes, verificou-se que, no período analisado, foram registrados 52 acolhimentos, sendo 10 referentes a crianças e adolescentes residentes em áreas sem abrangência de CRAS. Conforme os registros nas Guias de Acolhimento, entre os principais motivos identificados estão conflito familiar, dependência química ou alcoolismo dos pais ou responsáveis e determinação judicial.

Quanto ao acolhimento institucional de pessoas idosas, foram registrados 13 acolhimentos no período analisado, sendo 3 referentes a pessoas idosas residentes em áreas sem abrangência.

Analisando o território sem área de abrangência de CRAS, observa-se a presença de importantes potencialidades para o fortalecimento da proteção social e da qualidade de vida da população. Destaca-se uma rede de serviços públicos e socioassistenciais, com atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar, Ministério Público, serviços de acolhimento, instituições de ensino, unidades de saúde, CAPS, hospitais e Agência do Trabalhador, favorecendo o acesso a direitos, serviços, educação e oportunidades de trabalho.

O território também se destaca pela disponibilidade de espaços de convivência, esporte e lazer, além da presença de estabelecimentos comerciais, instituições financeiras e organizações religiosas, que contribuem para a dinâmica comunitária e o desenvolvimento local. A concentração de equipamentos e recursos constitui

importante potencialidade para a articulação intersetorial e para a ampliação das oportunidades destinadas à população.

Considerando as diretrizes do Plano Diretor, que apontam a zona norte como área de expansão urbana do município, esse território apresenta relevância para o planejamento das políticas públicas e para a organização da oferta de serviços, equipamentos e infraestrutura. Nesse contexto, encontram-se em análise estudos para a construção de novos CRAS, com o objetivo de ampliar a cobertura da Proteção Social Básica e atender de forma mais próxima às demandas da população atualmente sem área de abrangência de CRAS. A implantação desses equipamentos poderá contribuir para o fortalecimento da atuação territorial, a ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais e a oferta de um acompanhamento mais efetivo às famílias.

### 3.5.4. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é ofertado obrigatoriamente nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. Sua finalidade é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, promover o acesso a direitos e contribuir para a melhoria das condições de vida.

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os usuários deste serviço são famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo público prioritário:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios para acessaram os programas e/ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

A seguir, estão quantificados os perfis das famílias que estavam em acompanhamento pelo PAIF, nos anos de 2024 e 2025 em cada um dos CRAS do município.

É importante ressaltar, que conforme orientações do manual do registro mensal de atendimento – RMA, referente ao CRAS, o acompanhamento familiar pelo PAIF é uma ação continuada. Desse modo, o RMA é sempre alimentado após o encerramento do mês de referência, para que se possa realizar o registro das atividades desenvolvidas durante todo o período. As mesmas famílias podem permanecer em acompanhamento por mais de um mês. Por isso, ao apresentar as tabelas com o total de famílias acompanhadas entre o período analisado, esse quantitativo resulta da soma das famílias que já vinham sendo acompanhadas pelo PAIF com a quantidade de novas famílias que foram inseridas no serviço ao longo do período analisado.

#### 3.5.4.1. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF no CRAS Carolina Ferrari Amadori

A análise dos registros referentes às famílias em acompanhamento pelo PAIF, no período analisado, permite observar a evolução do quantitativo de famílias acompanhadas no equipamento, bem como as diferenças observadas entre os anos analisados.

No ano 2024, foram registradas 1.063 famílias em acompanhamento ao longo dos meses, correspondendo a uma média mensal de 88,58 famílias em acompanhamento. No mesmo período, foram inseridas 74 novas famílias, com média mensal de 6,17 novas famílias. Em 2025, foram registradas 1.538 famílias em acompanhamento, resultando em uma média mensal de 128,17 famílias, enquanto 165 novas famílias foram inseridas no acompanhamento, correspondendo a uma média mensal de 13,75 novas famílias.

Tabela 33 - Registros de famílias em acompanhamento no PAIF, 2024–2025 (CRAS Carolina Ferrari Amadori)

| Ano | Famílias em acompanhamento pelo PAIF | | Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF | |
|---|---|---|---|---|
| | Total | Média | Total | Média |
| **2024** | 1.063 | 88,58 | 74 | 6,17 |
| **2025** | 1.538 | 128,17 | 165 | 13,75 |

Fonte: SNAS, 2026.

Ao analisar a média mensal de famílias em acompanhamento, observa-se aumento entre os anos de 2024 e 2025, acompanhado pela ampliação do número de novas famílias inseridas no serviço, que passou de 74 para 165.

Os dados evidenciam a importância do PAIF no acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente no desenvolvimento de ações voltadas à capacidade protetiva das famílias, à prevenção de situações que possam fragilizar ou romper os vínculos familiares e/ou comunitários.

Nesse sentido, o monitoramento das demandas, a busca ativa e a análise dos acompanhamentos contribuem para o planejamento das ações, considerando as necessidades das famílias e as particularidades do território.

### 3.5.4.1.1. Perfil das famílias incluídas no PAIF CRAS Carolina Ferrari Amadori

A análise do perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento, evidencia mudanças entre 2024 e 2025, especialmente em relação à presença de famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

Tabela 34 – Perfil das novas famílias PAIF (CRAS Carolina Ferrari Amadori)

| Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF | 2024 | 2025 |
|---|---|---|
| Famílias em situação de extrema pobreza | 3 | 6 |
| Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família | 29 | 62 |
| Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades | 8 | 3 |
| Famílias com membros beneficiários do BPC | 1 | 28 |
| Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil | 0 | 0 |
| Famílias com crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento | 5 | 8 |

Fonte: SNAS, 2026.

Observa-se um aumento no número de famílias em situação de extrema pobreza inseridas no acompanhamento, passando de 3, em 2024, para 6, em 2025. Também houve aumento nos registros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, passando de 29 para 62 famílias no período.

Em relação às famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, verificou-se aumento de 1 registro, em 2024, para 28, em 2025. No que se refere às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, foram registrados 8 casos em 2024 e 3 em 2025.

Não foram registrados casos de famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil nos anos analisados. Entretanto, a ausência de registros não permite afirmar a inexistência dessa situação no território, considerando a possibilidade de subnotificação e as dificuldades na identificação dos casos.

Quanto às famílias com crianças e adolescentes em acolhimento, foram identificados 5 registros em 2024 e 8 em 2025. Ressalta-se que, conforme as orientações para preenchimento do RMA, esse campo contempla famílias com crianças e/ou adolescentes em situação de acolhimento ou egressos de serviços de acolhimento institucional ou familiar. Dessa forma, o registro não significa necessariamente que o acolhimento tenha ocorrido no mesmo ano da inclusão da família no PAIF.

Em relação ao tempo de permanência no acompanhamento, conforme apresentado na tabela a seguir, observa-se maior concentração de registros nos períodos de 4 a 6 meses, com 27, e de 7 a 9 meses, com 17. Também foram identificados 10 registros de famílias com permanência superior a 61 meses, indicando a presença de situações acompanhadas por períodos prolongados.

Tabela 35 – Tempo de permanência no acompanhamento PAIF (CRAS Carolina Ferrari Amadori)

| TEMPO DE PERMANÊNCIA NO ACOMPANHAMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| **Meses em acompanhamento** | **2024** | **2025** | **Total geral** |
| Até 3 meses | 10 | 1 | 11 |
| 4 e 6 meses | 18 | 9 | 27 |
| 7 e 9 meses | 13 | 4 | 17 |
| 10 e 12 meses | 4 | 3 | 7 |
| 12 e 18 meses | 5 | - | 5 |
| 19 e 24 meses | 3 | 3 | 6 |
| 25 e 36 meses | 5 | 4 | 9 |
| 37 e 48 meses | 2 | - | 2 |

| TEMPO DE PERMANÊNCIA NO ACOMPANHAMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| 49 e 60 meses | 3 | 1 | 4 |
| Acima de 61 meses | 8 | 2 | 10 |
| Total | 71 | 27 | 98 |

Fonte: SNAS, 2026.

De modo geral, os dados informados, indicam a presença de diferentes situações de vulnerabilidade entre as famílias em acompanhamento pelo PAIF, incluindo o público prioritário, como as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, do BPC e famílias em situação de extrema pobreza.

O tempo de permanência de algumas famílias em acompanhamento do PAIF, evidencia a presença de situações de vulnerabilidade e/ou risco social que podem demandar acompanhamento contínuo e ações efetivas, considerando as necessidades apresentadas pelas famílias. Em relação à redução dos registros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, não permite, isoladamente, afirmar que houve redução efetiva dessas situações, considerando que os registros podem estar relacionados à identificação, ao acompanhamento e à atualização das informações das famílias.

Nesse sentido, os dados reforçam a importância de um acompanhamento familiar contínuo e planejado, com ações efetivas de busca ativa e monitoramento dos registros, especialmente das situações de descumprimento de condicionalidades. Essas ações permitem acompanhar a evolução das situações identificadas e orientar o planejamento das ações do PAIF, considerando as necessidades e particularidades presentes no território.

3.5.4.1.2. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF

A análise dos registros de famílias participantes regularmente de grupos no âmbito do PAIF, demonstra um aumento no número de registros entre os anos analisados. Em 2024, foram registradas 160 famílias participantes, correspondendo a uma média mensal de 13,33 famílias. Em 2025, esse quantitativo passou para 248 famílias, com média mensal de 20,67, representando 88 registros a mais em relação ao ano anterior.

Tabela 36 - Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF CRAS Alvorada

| Ano | Total | Média |
|---|---|---|
| **2024** | 160 | 13,33 |
| **2025** | 248 | 20,67 |

Fonte: SNAS, 2026.

Nota-se uma ampliação dos registros, o que indica maior participação das famílias nos grupos ofertados pelo PAIF. Os grupos constituem estratégia complementar ao acompanhamento familiar, favorecendo espaços de convivência, troca de experiências, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e participação no território.

### 3.5.4.2. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF no CRAS Paulina Bonalume Andreatta

No CRAS Paulina Bonalume Andreatta, observa-se, entre 2024 e 2025, uma variação nos registros do acompanhamento pelo PAIF, em 2024, foram registrados 1.537 registros de famílias em acompanhamento pelo PAIF, correspondendo a uma média mensal de 128,08. Em 2025, esse quantitativo passou para 1.262 registros, com média mensal de 105,17, representando uma redução de 275 registros no período.

Em relação às novas famílias inseridas no acompanhamento, foram registradas 64 famílias em 2024, com média mensal de 5,33. Em 2025, esse número passou para 200 famílias, correspondendo a uma média mensal de 16,67.

Tabela 37 -Famílias atendidas/acompanhadas entre 2024 e 2025 no PAIF (CRAS Paulina Bonalume Andreatta)

| Ano | Famílias em acompanhamento pelo PAIF | | Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF | |
|---|---|---|---|---|
| | Total | Média | Total | Média |
| **2024** | 1.537 | 128,08 | 64 | 5,33 |
| **2025** | 1.262 | 105,17 | 200 | 16,67 |

Fonte: SNAS, 2026.

Portanto, os dados indicam aumento no número de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF, ao mesmo tempo em que se observa redução nos registros de famílias em acompanhamento. Essa variação pode ser analisada

considerando outros aspectos do acompanhamento, como os desligamentos, o tempo de permanência das famílias e a regularidade dos registros.

### 3.5.4.2.1. Perfil das famílias incluídas no PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta

Ao analisarmos os dados das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, na tabela a seguir, podemos perceber as características e as necessidades das famílias atendidas, bem como identificar possíveis áreas de intervenção e aprimoramento na oferta dos serviços.

Tabela 38 – Perfil das novas famílias PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta

| Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF | 2024 | 2025 |
|---|---|---|
| Famílias em situação de extrema pobreza | 5 | 16 |
| Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família | 34 | 131 |
| Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades | 11 | 23 |
| Famílias com membros beneficiários do BPC | 1 | 29 |
| Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil | 0 | 0 |
| Famílias com crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento | 2 | 5 |

Fonte: SNAS, 2026.

Os dados nos permitem analisar, que houve aumento no número de famílias em situação de extrema pobreza, passando de 5, em 2024, para 16, em 2025. Também houve ampliação no número de famílias beneficiárias do PBF, inseridas no acompanhamento, de 34 para 131 famílias. Entre as famílias beneficiárias do PBF em descumprimento de condicionalidades, os registros passaram de 11, em 2024, para 23, em 2025, evidenciando a presença de situações que demandam acompanhamento e atenção continuada.

Quanto às famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), verificou-se aumento de 1 família, em 2024, para 29, em 2025.

Não foram registrados, entre 2024 e 2025, casos de famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil. Porém, a ausência de registros não significa a inexistência dessa situação no território, visto que ainda há dificuldades na

identificação dos casos e a subnotificação. Em relação às famílias com crianças e adolescentes em acolhimento, foram identificadas 2 famílias em 2024 e 5 em 2025.

Quanto ao tempo de permanência das famílias em acompanhamento no PAIF, observa-se que dos 223 registros apresentados na tabela a seguir, 129 correspondem a famílias com até três meses de permanência, enquanto 94 apresentam permanência superior a três meses. Destaca-se, ainda, a existência de 20 registros de famílias com tempo de permanência superior a 37 meses, demonstrando que há situações em que a família fica em acompanhamento pelo serviço por um período prolongado.

Tabela 39 – Tempo de permanência no acompanhamento PAIF (CRAS Paulina Bonalume Andreatta)

| TEMPO DE PERMANÊNCIA NO ACOMPANHAMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| **Meses em acompanhamento** | 2024 | 2025 | Total geral |
| Até 3 meses | 18 | 17 | 35 |
| 4 e 6 meses | 1 | 12 | 13 |
| 7 e 9 meses | 4 | 5 | 9 |
| 10 e 12 meses | 1 | 6 | 7 |
| 12 e 18 meses | 5 | 17 | 22 |
| 19 e 24 meses | 7 | 6 | 13 |
| 25 e 36 meses | 9 | 1 | 10 |
| Acima de 37 meses | 18 | 2 | 20 |
| Total | 63 | 66 | 129 |

Fonte: SNAS, 2026.

A análise dos dados apresentados evidencia a presença de públicos prioritários entre as famílias acompanhadas pelo PAIF, bem como a existência de famílias que permanecem por períodos mais prolongados no acompanhamento. Esses dados apontam para diferentes situações de vulnerabilidade e reforçam a necessidade de atenção às demandas apresentadas pelas famílias durante o acompanhamento. Nessa direção, reforça-se a importância da busca ativa, do acompanhamento familiar, do monitoramento dos registros e da articulação com a rede socioassistencial, de modo a possibilitar o planejamento efetivo das ações do PAIF, com base nas necessidades identificadas no território.

3.5.4.2.2. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF

Os dados apresentados na tabela a seguir demonstram o número de famílias que participaram regularmente de grupos no âmbito do PAIF, no CRAS Paulina Bonalume Andreatta, entre os anos de 2024 e 2025.

Tabela 40 - Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta

| Ano | Total | Média |
|---|---|---|
| **2024** | 91 | 7,58 |
| **2025** | 237 | 19,75 |

Fonte: SNAS, 2026.

Observa-se que no ano de 2024, foram registradas 91 famílias participantes, correspondendo a uma média mensal de 7,58 famílias, já em 2025, esse quantitativo passou para 237 famílias, com média mensal de 19,75 famílias.

A variação observada demonstra que houve aumento nos registros de participação das famílias nos grupos desenvolvidos pelo PAIF. Esse aumento pode estar relacionado a diferentes estratégias adotadas pelo equipamento, como a busca ativa, a mobilização das famílias, o acompanhamento familiar e a organização das ações desenvolvidas pelo PAIF.

Nessa direção, nota-se que os grupos constituem uma estratégia complementar ao acompanhamento familiar, possibilitando espaços de troca de experiências e convivência, além de contribuírem para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essas ações também podem contribuir para a construção de estratégias mais efetivas, considerando as necessidades e particularidades identificadas no território.

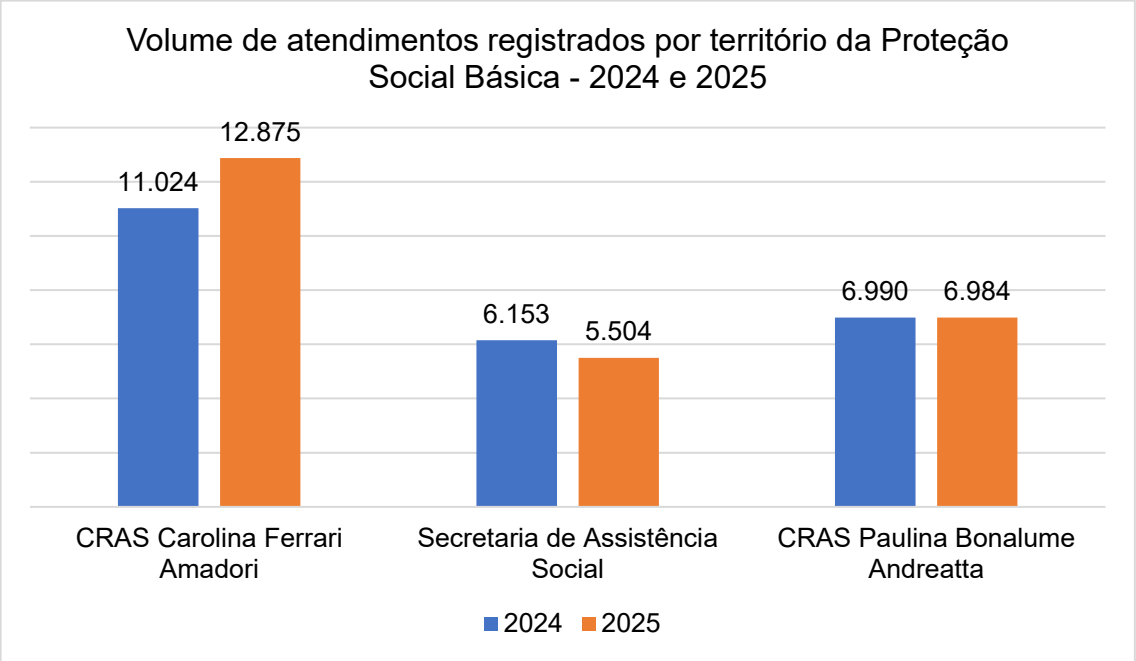
### 3.5.5. Volume de atendimentos particularizados realizados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

O monitoramento do volume de atendimentos realizados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) constitui importante indicador para a análise da oferta e da organização dos serviços da Proteção Social Básica (PSB), bem como das demandas apresentadas pelas famílias nos diferentes territórios do município. Esses dados permitem acompanhar o acesso da população aos serviços, identificar

alterações nas demandas e compreender à organização do trabalho das equipes e às ações de acompanhamento familiar. Entre 2024 e 2025, os equipamentos da PSB, registraram aumento no volume total de atendimentos, passando de 24.167 para 25.363 registros, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 4,9%.

A evolução dos atendimentos realizados entre 2024 e 2025 é apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 17 - Evolução dos Atendimentos




Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

O CRAS Carolina Ferrari Amadori concentrou o maior volume de atendimentos nos dois anos analisados, passando de 11.024 registros em 2024 para 12.875 em 2025, representando aumento de 16,8%. No mesmo período, o número de pessoas atendidas passou de 3.751 para 4.534.

Esse aumento também foi acompanhado pela ampliação de ações realizadas nos territórios. Os encaminhamentos para inclusão no Cadastro Único passaram de 324 para 348, enquanto as visitas domiciliares aumentaram de 732 para 1.905.

Observa-se também, uma alteração no perfil das demandas dos equipamentos. Em 2024, o auxílio alimentação foi o principal motivo de atendimento, com 2.011 registros, seguido pelas atualizações do Cadastro Único (1.476) e pelas orientações

(1.210). Em 2025, as orientações técnicas passaram a ocupar a primeira posição, com 2.557 registros, seguidas pelas atualizações cadastrais (1.966), pelos atendimentos do educador social (1.510) e pelos atendimentos do serviço social (1.299). Em contrapartida, os registros de solicitação de auxílio alimentação reduziram-se para 890.

No CRAS Paulina Bonalume Andreatta, o volume de atendimentos manteve-se estável, passando de 6.990 registros em 2024 para 6.984 em 2025. O número de pessoas atendidas apresentou pequena redução, de 1.861 para 1.794. Em relação aos encaminhamentos para inclusão no Cadastro Único passaram de 201 para 253 famílias, enquanto as atualizações cadastrais aumentaram de 861 para 1.106 registros. As visitas domiciliares também apresentaram crescimento, passando de 824 para 1.657, o que representa aumento superior a 100%.

Quanto aos motivos dos atendimentos, em 2024 predominavam os registros do serviço social (918), seguidos pelas atualizações cadastrais (913) e pelas informações (877). Em 2025, os atendimentos do serviço social passaram para 1.512 registros, as atualizações cadastrais para 1.187 e os atendimentos particularizados no domicílio totalizaram 613.

No que diz respeito à população residente em áreas não referenciadas por CRAS e atendida diretamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social, houve redução no volume de atendimentos, de 6.153 registros em 2024 para 5.504 em 2025. O número de pessoas atendidas também apresentou redução, passando de 3.426 para 2.974. As atualizações cadastrais passaram de 689 para 952 registros, enquanto as visitas domiciliares aumentaram de 194 para 777.

Houve também a mudança no perfil dos motivos de atendimento. Em 2024, predominavam os atendimentos do serviço social (1.081), seguido de informações (714) e as atualizações cadastrais (689). Em 2025, destacaram-se as informações (990), as atualizações do Cadastro Único (952) e os atendimentos particularizados no domicílio (644).

Analisando os três territórios, observa-se que o aumento do volume total de atendimentos realizados pela Proteção Social Básica, ocorreu acompanhado de mudanças nas ações realizadas pelas equipes. Destacam-se a ampliação das visitas domiciliares, das atualizações cadastrais e dos atendimentos realizados no território,

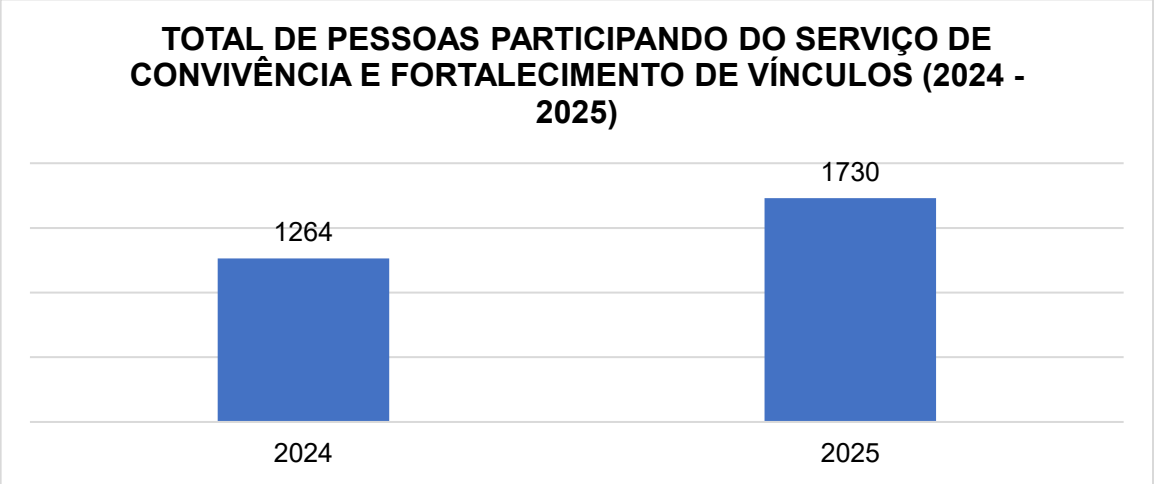
indicando maior utilização de estratégias de busca ativa e acompanhamento das famílias. Os dados reforçam a importância do monitoramento contínuo dos atendimentos e de sua análise conjunta com outros indicadores, de modo a compreender as demandas dos territórios e orientar o planejamento das ações da PSB.

### 3.5.6. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é desenvolvido de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo PAIF e pelo PAEFI, organizando os usuários em grupos conforme o ciclo de vida e promovendo atividades socioeducativas, culturais, esportivas, de lazer e de fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Seu objetivo é prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o acesso aos direitos e fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Entre os anos de 2024 e 2025 observa-se crescimento expressivo do número de pessoas participantes do Serviço. O gráfico a seguir, demonstra que em 2024 participaram 1.264 pessoas, passando para 1.730 em 2025, representando um aumento de aproximadamente 36,9%. Da mesma forma, o número de registros de participação evoluiu de 52.983 para 66.655, demonstrando maior adesão às atividades e ampliação da oferta do Serviço.

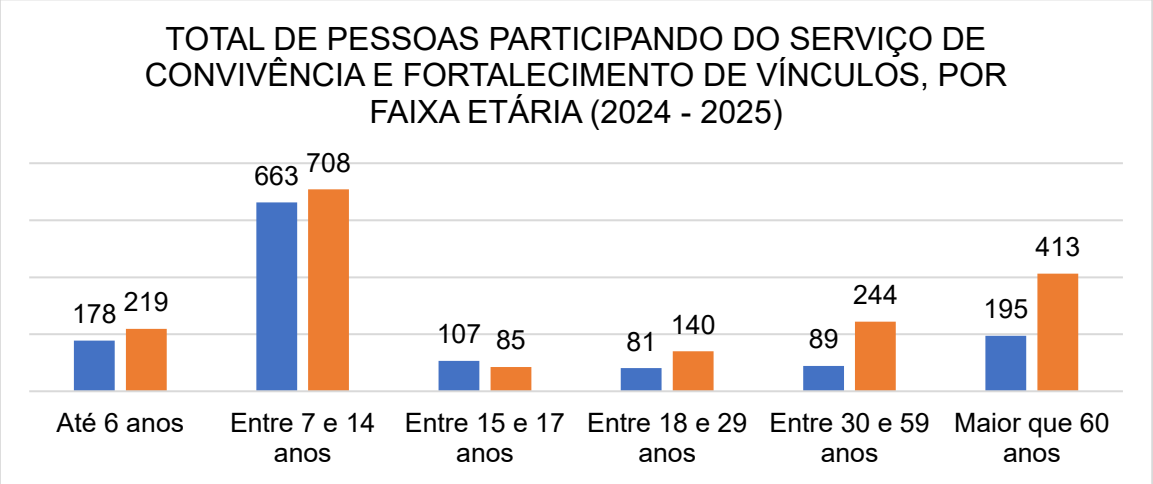
Gráfico 18 – Total de participantes SCFV – 2024 e 2025




Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

Quanto ao perfil dos usuários, a maior participação concentra-se entre crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, que representam o principal público atendido pelo SCFV nos dois anos analisados. Destaca-se o expressivo aumento da participação de pessoas idosas, que passaram de 195 participantes em 2024 para 413 em 2025, evidenciando o fortalecimento das estratégias municipais voltadas ao envelhecimento ativo e a ampliação da oferta destinada a esse público. Em contrapartida, permanece reduzida a participação de adolescentes entre 15 e 17 anos e de adultos entre 18 e 59 anos, aspecto que merece atenção no planejamento da oferta do Serviço.

Gráfico 19 – Total de participantes SCFV, por faixa etária – 2024 e 2025



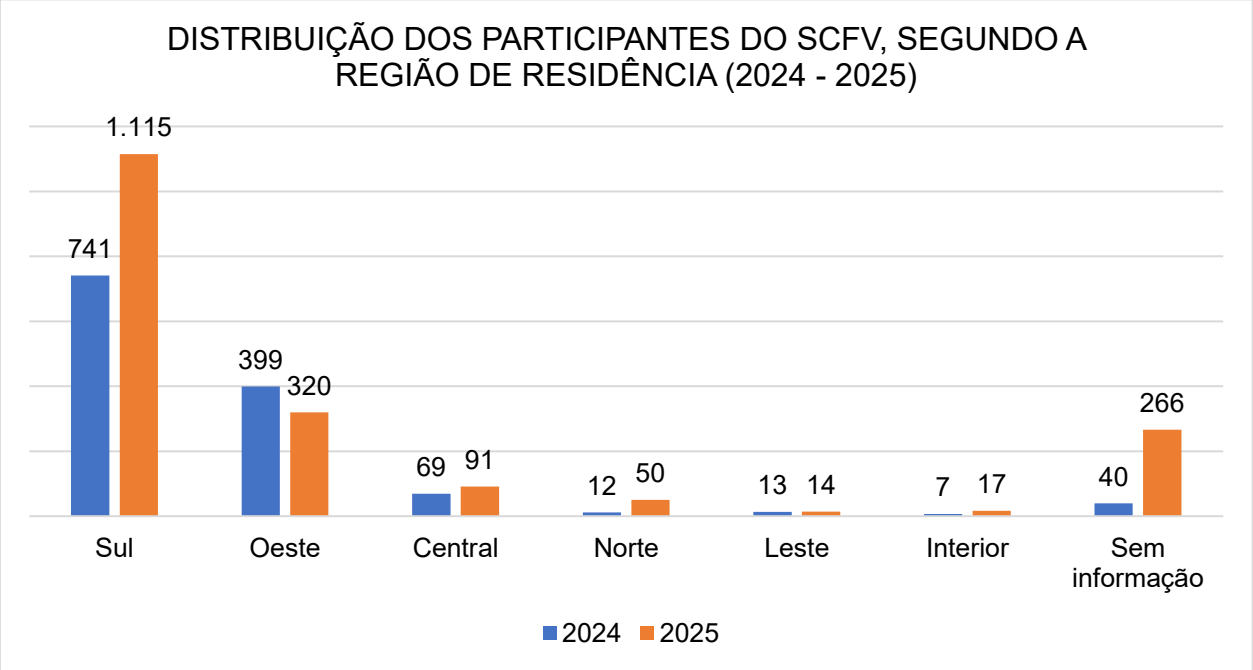

Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

Em relação ao sexo, verifica-se predominância do público feminino, que correspondeu a aproximadamente 58% dos participantes em 2024 e 64,4% em 2025, indicando maior adesão das mulheres às atividades desenvolvidas pelo Serviço.

A participação de pessoas com deficiência também merece destaque. Em ambos os anos foram identificados usuários com deficiência física, deficiência intelectual, baixa visão, transtorno mental, deficiência múltipla, deficiência auditiva, cegueira, surdez, autismo e síndrome de Down, reforçando o caráter inclusivo do Serviço e a necessidade de manutenção de estratégias de acessibilidade e acompanhamento especializado. Observa-se, inclusive, aumento no quantitativo de pessoas com deficiência física e baixa visão entre 2024 e 2025.

No que se refere ao território de residência, observa-se que a maior concentração dos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos encontra-se nas Regiões Sul e Oeste do município, conforme demonstra o gráfico a seguir. Essa distribuição acompanha, em grande medida, a concentração territorial das famílias inscritas no Cadastro Único, beneficiárias do Programa Bolsa Família e acompanhadas pelos serviços socioassistenciais, evidenciando que a oferta do SCFV está direcionada aos territórios que concentram maior demanda por proteção social. Entre os bairros com maior número de participantes destacam-se Alvorada, São Cristóvão, São João, Jardim Floresta, Sudoeste e Planalto.

Gráfico 20 – Distribuição dos participantes do SCFV, por localidade – 2024 e 2025




Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

A distribuição territorial por faixa etária demonstra que a Região Sul concentra o maior número de participantes em praticamente todos os ciclos de vida, destacando-se as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, que passaram de 440 participantes em 2024 para 575 em 2025. Também se observa expressivo crescimento da participação de pessoas idosas, que evoluíram de 96 para 201 participantes, resultado que acompanha a ampliação das ações voltadas ao envelhecimento ativo e o fortalecimento dos Centros de Convivência da Pessoa Idosa.

A Região Oeste permanece como o segundo principal território de abrangência do Serviço, concentrando elevado número de crianças, adolescentes e pessoas idosas. Considerando que esse território reúne importante contingente de famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias dos programas de transferência de renda, destaca-se a Organização da Sociedade Civil Jojoca, recentemente inscrita no CMAS, localizada no bairro São João, representa importante ampliação da capacidade instalada do SCFV na Região Oeste, contribuindo para ampliar a cobertura territorial do Serviço, fortalecer o referenciamento ao CRAS Paulina Bonalume Andreatta e aproximar as ações socioeducativas das famílias residentes em um dos territórios que concentram maior vulnerabilidade social do município.

Nas Regiões Central, Norte, Leste e Interior observa-se menor quantitativo de participantes quando comparadas às Regiões Sul e Oeste. Ainda assim, alguns grupos etários apresentaram crescimento entre 2024 e 2025, especialmente a população idosa nas Regiões Central e Norte, evidenciando a ampliação gradual da oferta para esse público. Esses resultados reforçam a importância do monitoramento contínuo da cobertura territorial do Serviço, de forma a assegurar que sua distribuição permaneça compatível com as vulnerabilidades identificadas no município e com as demandas de cada território.

Tabela 41 - Distribuição dos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por região de residência e faixa etária

| Faixa etária | Sul | | Oeste | | Central | | Norte | | Leste | | Interior | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 |
| **0 a 6 anos** | 82 | 144 | 87 | 50 | 7 | 12 | 2 | 2 | 0 | 4 | 1 | 0 |
| **7 a 14 anos** | 440 | 575 | 177 | 77 | 32 | 32 | 5 | 8 | 7 | 6 | 6 | 9 |
| **15 a 17 anos** | 82 | 66 | 9 | 7 | 7 | 6 | 4 | 5 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| **18 a 29 anos** | 32 | 67 | 44 | 50 | 4 | 6 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **30 a 59 anos** | 44 | 123 | 35 | 71 | 3 | 2 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| **60 anos ou mais** | 96 | 201 | 58 | 72 | 18 | 38 | 2 | 29 | 5 | 4 | 1 | 7 |
| **Total** | 776 | 1.176 | 410 | 327 | 71 | 96 | 13 | 52 | 14 | 15 | 8 | 17 |

Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação do SCFV com os demais serviços e benefícios socioassistenciais. Observa-se que parcela significativa dos participantes pertence a famílias acompanhadas por outros serviços e benefícios socioassistenciais, evidenciando a função complementar do SCFV ao trabalho social desenvolvido no âmbito do SUAS. Entre 2024 e 2025, houve aumento do número de participantes integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, passando de 734 para 883 usuários. Também se verificou crescimento das pessoas pertencentes a famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que passaram de 318 para 488 participantes, e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), de 233 para 286 participantes. Da mesma forma, ampliou-se a participação de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), tanto à pessoa idosa, que passou de

15 para 43 participantes, quanto para à pessoa com deficiência, que aumentou de 10 para 33 participantes.

Tabela 42 - Participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) vinculados a serviços e benefícios socioassistenciais

| VÍNCULO DO PARTICIPANTE | 2024 | 2025 | CRESCIMENTO (%) |
|---|---|---|---|
| Programa Bolsa Família | 734 | 883 | 16,9% |
| PAIF | 318 | 488 | 34,8% |
| PAEFI | 233 | 286 | 18,5% |
| BPC Idoso | 15 | 43 | 65,1% |
| BPC Pessoa com Deficiência | 10 | 33 | 69,7% |

Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

Esses indicadores listados acima, evidenciam que o SCFV não atua de forma isolada, mas integrado às demais ofertas da Política de Assistência Social, constituindo importante estratégia complementar ao acompanhamento familiar realizado pelas equipes da Proteção Social Básica e Especial.

Em relação às situações prioritárias previstas para acesso ao SCFV, identificam-se usuários em cumprimento de medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente, pessoas em situação de acolhimento, isolamento social, defasagem escolar e pessoas com deficiência, reforçando o papel do Serviço como estratégia preventiva e de proteção social. Ainda assim, observa-se elevado número de registros sem informação da situação prioritária, indicando a necessidade de aperfeiçoamento dos registros realizados pelas equipes.

Embora o quantitativo de participantes identificados em situações prioritárias represente parcela reduzida do total de usuários do SCFV, observa-se na tabela a seguir o aumento de 119 para 130 registros entre 2024 e 2025. Destacam-se o crescimento da participação de pessoas com deficiência e de pessoas em situação de isolamento social, bem como o aumento de crianças e adolescentes com medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses dados evidenciam que o Serviço vem ampliando o acesso de públicos prioritários, fortalecendo sua função preventiva e de proteção social. Por outro lado, recomenda-se o aprimoramento dos registros das equipes, uma vez que parte significativa dos

participantes não possui situação prioritária devidamente identificada no sistema, dificultando análises mais precisas sobre a cobertura do público prioritário.

Tabela 43 - Distribuição dos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), segundo as situações prioritárias identificadas

| SITUAÇÃO PRIORITÁRIA | 2024 | 2025 |
|---|---|---|
| Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA | 25 | 30 |
| Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência | 8 | 22 |
| Em situação de isolamento | 8 | 22 |
| Vivência de violência e/ou negligência | 45 | 39 |
| Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos | 4 | 7 |
| Em situação de acolhimento | 9 | 3 |
| Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto | 0 | 1 |
| Egressos de medidas socioeducativas | 2 | 0 |
| Situação de abuso e/ou exploração sexual | 18 | 6 |
| **TOTAL** | **119** | **130** |

Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal. Julho, 2026.

### 3.5.6.1. Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nas unidades públicas e privadas

A análise dos registros de participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos demonstra diferenças entre as unidades executoras quanto ao volume de participantes e à estabilidade da frequência ao longo dos anos de 2024 e 2025. De forma geral, observa-se que as Organizações da Sociedade Civil e os Centros de Convivência concentram os maiores quantitativos de participações, refletindo a consolidação das atividades desenvolvidas e a continuidade dos grupos atendidos.

A tabela a seguir, apresenta as unidades que ofertam o SCFV, e nota-se que o Remanso da Pedreira apresentou o maior volume de participações, totalizando o acumulado de 1.990 pessoas em 2024 e 2.040 em 2025, mantendo média mensal superior a 165 participantes nos dois anos. Também merece destaque o Centro de Convivência Sudoeste, que registrou crescimento expressivo, passando de 1.082 pessoas em 2024 para 2.035 em 2025, elevando sua média mensal de 90,2 para

169,6 participantes. Esse resultado demonstra ampliação da oferta e fortalecimento da adesão dos usuários às atividades desenvolvidas.

No atendimento à pessoa idosa, observa-se aumento da participação no Centro de Convivência da Pessoa Idosa Genoefa Viganó, cuja média mensal passou de 51,4 para 71 participantes entre os anos analisados. Soma-se a isso a implantação, em 2025, do Centro de Convivência da Pessoa Idosa Antônio Décio Clementino Machado, que alcançou média de 106,4 participações mensais, ampliando significativamente a capacidade de atendimento desse público e acompanhando o processo de envelhecimento da população do município.

A Fundação Patobranquense do Bem-Estar (FUNDABEM) manteve frequência estável durante o período, com média superior a 100 participações mensais, demonstrando regularidade na execução do serviço. Já o Instituto Plural apresentou crescimento expressivo em relação ao ano anterior, passando de apenas 106 participações em 2024 para 451 em 2025, indicando ampliação das atividades e maior inserção de usuários no serviço. Por outro lado, o CRAS Paulina Bonalume Andreatta apresentou redução no número de participações, passando de 1.075 registros em 2024 para 468 em 2025.

Tabela 44 - Registros mensais de participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por unidade executora

| Unidade | Ano | Jan. | Fev. | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Ago. | Set. | Out. | Nov. | Dez. | Total | Média de participações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CRAS Paulina Bonalume Andreatta | 2024 | 18 | 62 | 118 | 101 | 123 | 114 | 122 | 121 | 88 | 61 | 80 | 67 | 1.075 | 89,6 |
| | 2025 | 37 | 9 | 3 | 7 | 44 | 40 | 33 | 48 | 113 | 52 | 54 | 28 | 468 | 39,0 |
| Centro de Convivência Sudoeste | 2024 | 0 | 0 | 0 | 80 | 199 | 100 | 113 | 124 | 104 | 161 | 98 | 103 | 1.082 | 90,2 |
| | 2025 | 124 | 133 | 176 | 253 | 109 | 223 | 152 | 181 | 186 | 184 | 156 | 158 | 2.035 | 169,6 |
| Centro de Convivência da Pessoa Idosa Genoefa Viganó | 2024 | 13 | 46 | 51 | 60 | 44 | 57 | 65 | 64 | 61 | 57 | 47 | 52 | 617 | 51,4 |
| | 2025 | 44 | 59 | 64 | 68 | 66 | 52 | 81 | 82 | 82 | 87 | 89 | 78 | 852 | 71,0 |
| Centro de Convivência da Pessoa Idosa Antônio Décio Clementino Machado | 2025 | 0 | 0 | 0 | 48 | 77 | 73 | 105 | 128 | 130 | 137 | 132 | 128 | 958 | 106,4 |
| Remanso da Pedreira | 2024 | 145 | 168 | 208 | 167 | 191 | 190 | 184 | 191 | 178 | 183 | 185 | 0 | 1.990 | 165,8 |
| | 2025 | 0 | 172 | 181 | 171 | 172 | 186 | 204 | 225 | 229 | 202 | 158 | 140 | 2.040 | 170,0 |
| Instituto Plural | 2024 | 23 | 23 | 23 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 8 | 8 | 9 | 9 | 106 | 8,8 |
| | 2025 | 0 | 9 | 32 | 27 | 58 | 12 | 27 | 57 | 44 | 51 | 88 | 46 | 451 | 37,6 |
| Fundação Patobranquense do Bem-Estar – FUNDABEM | 2024 | 128 | 128 | 128 | 136 | 79 | 140 | 140 | 105 | 108 | 110 | 113 | 110 | 1.425 | 118,8 |
| | 2025 | 90 | 100 | 98 | 99 | 104 | 101 | 107 | 108 | 113 | 111 | 107 | 107 | 1.245 | 103,8 |

Fonte: Sistema de registros de atendimentos municipal, Julho 2026.

De forma geral, os indicadores analisados demonstram fortalecimento da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos entre os anos de 2024 e 2025, evidenciado pelo aumento do número de participantes, pela ampliação das participações registradas, pela expansão do atendimento à população idosa e pelo fortalecimento da articulação com os demais serviços, programas e benefícios socioassistenciais. A distribuição territorial dos usuários demonstra alinhamento entre a oferta do Serviço e os territórios que concentram maior incidência de vulnerabilidades sociais, reforçando o papel estratégico do SCFV na prevenção de situações de risco, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na consolidação da Proteção Social Básica do SUAS no município.

### 3.5.6.2. Demanda potencial e capacidade instalada do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

A análise integrada dos indicadores do Cadastro Único, dos programas de transferência de renda, dos benefícios socioassistenciais e das informações prestadas pelas unidades executoras do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CensoSUAS 2025 demonstra que o município dispõe de importante capacidade instalada para a execução do Serviço, ao mesmo tempo em que evidencia a existência de demanda potencial significativa entre os públicos prioritários definidos pelas Orientações Técnicas do SCFV.

Conforme declarado pelas unidades executoras no CensoSUAS 2025, o município possui capacidade instalada para atendimento simultâneo de aproximadamente 880 usuários, distribuídos entre equipamentos públicos e Organizações da Sociedade Civil, conforme a tabela a seguir. Ressalta-se que todas as unidades informaram possuir vagas disponíveis para novos participantes, indicando que, sob a perspectiva da capacidade física instalada, ainda existe possibilidade de ampliação do acesso ao Serviço.

Tabela 45 - Capacidade instalada do SCFV por unidade executora (Censo SUAS 2025)

| Unidade | Público atendido | Capacidade |
|---|---|---|
| Remanso da Pedreira | 6 a 17 anos | 250 |
| Centro de Convivência Sudoeste | 0 a 59 anos | 200 |
| Centro de Convivência Antônio Décio Clementino Machado | Pessoa idosa | 200 |
| FUNDABEM | 6 a 15 anos | 115 |
| Centro de Convivência Genoefa Viganó | Pessoa idosa | 70 |
| Instituto Plural | 6 a 15 anos | 45 |
| Total | — | 880 |

Fonte: CensoSUAS, 2025.

Entretanto, a análise do Diagnóstico Socioterritorial evidencia que a demanda potencial pelo SCFV supera o quantitativo atualmente atendido. O município possui elevado contingente de famílias inscritas no Cadastro Único, beneficiárias do Programa Bolsa Família, pessoas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência residentes,

principalmente, nas Regiões Sul e Oeste, territórios que concentram maior vulnerabilidade social e onde também se verifica maior participação no Serviço.

Também merece destaque a ampliação da participação de usuários pertencentes a famílias acompanhadas pelo PAIF, PAEFI, Programa Bolsa Família e BPC entre 2024 e 2025, evidenciando que o SCFV vem fortalecendo sua função complementar ao trabalho social com famílias. Ainda assim, quando comparado ao universo de pessoas e famílias potencialmente elegíveis ao Serviço, observa-se que parte expressiva do público prioritário permanece fora das atividades socioeducativas ofertadas.

A distribuição etária dos participantes demonstra predominância de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e crescimento expressivo da participação de pessoas idosas. Em contrapartida, permanece reduzida a participação de crianças de 0 a 6 anos, adolescentes de 15 a 17 anos e adultos de 18 a 59 anos, indicando oportunidades para expansão da oferta nesses ciclos de vida, especialmente em territórios com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Da mesma forma, embora tenha sido identificado aumento dos participantes em situações prioritárias, beneficiários do Programa Bolsa Família, pessoas com deficiência e beneficiários do BPC, os quantitativos ainda representam parcela reduzida diante da demanda potencial identificada ao longo deste Diagnóstico, reforçando a necessidade de intensificar a busca ativa, o referenciamento pelos CRAS e CREAS e o encaminhamento sistemático dos públicos prioritários para o SCFV.

Nesse contexto, conclui-se que o município dispõe de capacidade instalada para expansão gradual do Serviço, devendo priorizar o preenchimento das vagas existentes por usuários pertencentes aos públicos prioritários definidos nas Orientações Técnicas do SCFV, especialmente crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, beneficiários do Programa Bolsa Família, beneficiários do BPC e famílias acompanhadas pelo PAIF e PAEFI. Tal estratégia tende a ampliar o caráter preventivo da Proteção Social Básica e fortalecer a integração entre os serviços socioassistenciais.

Cabe destacar que, em 2026, o Conselho Municipal de Assistência Social aprovou a inscrição da Organização da Sociedade Civil Jojoca para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltado às crianças de 0 a 6

anos e de 7 a 15 anos. A inclusão dessa nova unidade representa importante ampliação da rede socioassistencial do município, contribuindo para aumentar a capacidade de atendimento do SCFV e ampliar o acesso dos públicos prioritários, especialmente na primeira infância, faixa etária em que o Diagnóstico Socioterritorial identificou expressiva demanda potencial. Além de fortalecer a oferta do Serviço, a implantação da nova unidade possibilita ampliar a cobertura territorial da Proteção Social Básica, reduzir demandas reprimidas e qualificar o acompanhamento preventivo de crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social.

### 3.5.7. Encaminhamentos sociais

Os encaminhamentos realizados pelas unidades da Proteção Social Básica constituem importante estratégia para garantir o acesso das famílias e indivíduos aos serviços, programas, benefícios socioassistenciais e às demais políticas públicas, fortalecendo a atuação em rede e a integralidade da proteção social. Entre 2024 e 2025 observa-se ampliação dos encaminhamentos realizados, evidenciando maior articulação entre os equipamentos da assistência social e os serviços da rede intersetorial.

Os encaminhamentos relacionados à garantia de renda e ao acesso a benefícios permaneceram entre as principais demandas atendidas pelas equipes. Destacam-se os encaminhamentos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para requerimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que totalizaram 78 registros em 2024 e 74 em 2025, além dos encaminhamentos para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica, que somaram 198 registros em 2024 e 107 em 2025. Esses dados demonstram que parcela significativa das famílias acompanhadas ainda demanda acesso a benefícios que contribuem para a proteção de renda e para a redução das despesas familiares.

Também merece destaque o crescimento dos encaminhamentos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que passaram de 72 registros em 2024 para 295 em 2025. Esse aumento decorre, principalmente, da ampliação dos encaminhamentos destinados a crianças, adolescentes e pessoas

idosas, refletindo o fortalecimento da articulação entre o PAIF e o SCFV e a ampliação da oferta do Serviço no município. O aumento da demanda por vagas no SCFV reforça, ainda, a necessidade de continuidade da expansão da capacidade de atendimento, especialmente considerando o expressivo número de famílias inscritas no Cadastro Único, beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, públicos prioritários para acesso ao Serviço conforme previsto nas Orientações Técnicas do SCFV.

Observa-se ainda crescimento dos encaminhamentos para programas habitacionais, que passaram de 11 para 33 registros, e para ações de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda, que totalizaram 100 encaminhamentos em 2025, indicando maior direcionamento das equipes para estratégias voltadas à autonomia das famílias e à superação das situações de vulnerabilidade social. Da mesma forma, mantiveram-se encaminhamentos para políticas de saúde, educação, documentação civil e para o Sistema de Garantia de Direitos, envolvendo órgãos como Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública e Delegacias, evidenciando a natureza intersetorial das demandas atendidas pelos CRAS e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Além dos encaminhamentos destinados à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, observa-se crescimento expressivo dos encaminhamentos internos realizados entre os profissionais das próprias unidades, registrados no sistema como "encaminhamentos internos entre profissionais da própria unidade". Esses registros passaram de 248 em 2024 para 1.922 em 2025 e correspondem às articulações internas entre os profissionais das equipes para continuidade do atendimento, acompanhamento familiar ou realização de atendimentos especializados dentro da própria unidade.

De forma geral, os dados evidenciam que os encaminhamentos extrapolam o acesso aos benefícios socioassistenciais, abrangendo diversas políticas públicas e demonstrando a importância da atuação intersetorial para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Ao mesmo tempo, reforçam a necessidade de fortalecimento contínuo da articulação entre a assistência social e os demais setores, assegurando respostas integrais às necessidades das famílias acompanhadas.

Tabela 46 - Distribuição dos encaminhamentos realizados pelos CRAS e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, segundo o tipo de encaminhamento

| Área do encaminhamento | CRAS Carolina Ferrari Amadori | | CRAS Paulina Bonalume Andreatta | | Secretaria de Assistência Social | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 |
| Encaminhamento do CRAS para o CREAS (marcação exclusiva para o CRAS) | 12 | 14 | 5 | 13 | - | - |
| Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial | 4 | 11 | - | 4 | 11 | 7 |
| Encaminhamentos internos entre profissionais da própria unidade | 108 | 543 | 56 | 1.052 | 84 | 327 |
| Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc) | - | 2 | - | - | 0 | 1 |
| Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica | 41 | 34 | 147 | 47 | 10 | 26 |
| Para atualização cadastral no CadÚnico | 1 | 1 | 62 | 0 | 7 | 8 |
| Para Conselho Tutelar | - | 2 | - | 2 | - | - |
| Para Defensoria Pública | - | - | - | - | - | 2 |
| Para Delegacias (especializadas ou não) | - | - | - | 2 | - | - |
| Para Educação - Creche e Pré-escola (ensino infantil) | - | 4 | - | - | - | 1 |
| Para inclusão no CadÚnico | - | - | 44 | - | 3 | - |
| Para Ministério Público | - | 2 | - | - | - | - |
| Para o INSS, visando acesso ao BPC | 45 | 45 | 16 | 16 | 17 | 13 |
| Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde | 1 | - | - | - | - | - |
| Para programa da área de habitação | 5 | 9 | 2 | 18 | 4 | 6 |
| Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes | 43 | 154 | 14 | 35 | 3 | 5 |
| Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos | 4 | 73 | 5 | 26 | 3 | 2 |
| Para serviços de cultura | - | - | - | - | - | 1 |
| Para Serviços de Saúde Mental | 1 | 5 | - | - | 2 | 1 |
| Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda | - | 96 | - | 3 | - | 1 |
| Para Unidades de Saúde da Família | 12 | 11 | - | 1 | - | - |
| **TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS** | **277** | **1.006** | **351** | **1.219** | **144** | **401** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros. Julho/2026.

## 3.6. INDICADORES DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

A Proteção Social Especial (PSE) integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo destinada ao atendimento de famílias e indivíduos que vivenciam situações de risco decorrentes de violências, negligências, abandono e outras formas de violação de direitos. Essas situações demandam acompanhamento especializado e articulação com diferentes políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

A Média Complexidade atende famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, com acompanhamento especializado por meio de serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O acompanhamento realizado pelo PAEFI possui caráter continuado, podendo se estender ao longo de diferentes períodos, conforme as necessidades de cada caso. Dessa forma, os registros de acompanhamento de cada mês podem se referir às mesmas famílias acompanhadas ao longo do período analisado.

Na análise dos dados de 2024 e 2025, devem ser considerados os acompanhamentos, novas famílias inseridas em acompanhamento, desligamentos e atendimentos registrados, bem como a possibilidade de uma mesma pessoa ou família apresentar mais de uma situação de violação de direitos, não caracterizando necessariamente duplicidade de casos. Os dados permitem analisar as demandas identificadas pelo serviço, o perfil das famílias e tempo de acompanhamento, as violações identificadas e a articulação do CREAS com a rede, auxiliando no planejamento das ações e a organização dos fluxos de atendimento.

### 3.6.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), é ofertado pelo CREAS e destina-se ao acompanhamento especializado de famílias e indivíduos que vivenciam situações de violação de direitos decorrentes de violência física, psicológica ou sexual, negligência, abandono, rompimento de vínculos

familiares e/ou outras formas de violação de direitos. O Serviço busca interromper ciclos de violação, fortalecer a função protetiva das famílias e promover o acesso à rede de proteção social.

Os dados do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) demonstram que, entre o período analisado, o CREAS manteve volume significativo de acompanhamento, embora tenha ocorrido redução no número total de casos em acompanhamento. Em 2024, foram registrados 3.697 casos (famílias ou indivíduos) acompanhados pelo PAEFI, enquanto, em 2025, esse quantitativo passou para 2.386, correspondendo a uma redução de 35,5%.

Tabela 47 - Total de casos e novos casos inseridos no PAEFI, por ano

| Ano | Casos (famílias e indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI | | Novos casos inseridos em acompanhamento pelo PAEFI | |
|---|---|---|---|---|
| | Total | Média | Novos Casos | Média |
| 2024 | 3.697 | 308,08 | 191 | 15,92 |
| 2025 | 2.386 | 198,83 | 176 | 14,67 |

Fonte: SNAS, 2026.

Os dados demonstram a demanda significativa atendida pelo PAEFI. Embora a média mensal de casos em acompanhamento tenha apresentado redução, passando de 308,1, em 2024, para 198,8, em 2025, o volume de atendimentos e demais ações realizadas pelo serviço aumentou no período, indicando maior intensidade das intervenções junto às famílias e indivíduos acompanhados.

Nesse sentido, a Nota Técnica nº 27/2015, da Secretaria Nacional de Assistência Social, apresenta como parâmetro técnico que cada dupla de referência, composta por assistente social e psicólogo, acompanhe, em média, até 50 casos simultaneamente. Esse parâmetro contribui para a análise da distribuição dos casos entre os profissionais e para a organização do acompanhamento às famílias e aos indivíduos.

Apesar da redução dos casos em acompanhamento, observou-se ampliação das ações técnicas desenvolvidas pelo CREAS. Os atendimentos individualizados passaram de 3.517, em 2024, para 4.410, em 2025, representando aumento de aproximadamente 25,4%, enquanto as visitas domiciliares passaram de 358 para 549,

com crescimento de 53,4%. Esses dados indicam que a redução do número de casos acompanhados não correspondeu à redução das ações realizadas pelo serviço.

Cabe mencionar que houve ampliação da equipe técnica, decorrente da efetivação de novos profissionais por meio de concurso público, o que contribuiu para a realização de maior volume de atendimentos e ações junto às famílias e indivíduos acompanhados. Também se observa aumento dos encaminhamentos ao CRAS, que passaram de 9 para 59 famílias, indicando o fortalecimento da articulação entre a Proteção Social Especial e a Proteção Social Básica.

#### 3.6.1.1. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI

A análise do perfil dos novos casos inseridos no PAEFI permite identificar as principais características das famílias que necessitam de acompanhamento especializado, bem como as situações que demandam articulação com outras políticas públicas.

Em 2024, foram identificadas 50 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e 16 famílias com integrantes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. Já em 2025, foram totalizadas 59 famílias (PBF) e 11 famílias (BPC). Observa-se que em 2025, houve um discreto aumento das famílias com integrantes do PBF e redução de famílias com integrantes do BPC.

Também foram registrados, em 2025, casos envolvendo crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, situações relacionadas ao uso abusivo de substâncias psicoativas e registros de trabalho infantil. Embora esses quantitativos sejam reduzidos, as situações identificadas podem apresentar diferentes níveis de complexidade, que podem demandar acompanhamento pelo CREAS.

Tabela 48 - Novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI.

| **Perfil das famílias** | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família | 50 | 59 | **109** |
| Famílias com membros beneficiários do BPC | 16 | 11 | **27** |
| Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil | 0 | 1 | **1** |

| Perfil das famílias | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento | 1 | 2 | **3** |
| Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas | 0 | 2 | **2** |
| Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto | 3 | 0 | **3** |

Fonte: SNAS, 2026.

Nesse sentido, os dados indicam poucas alterações no perfil das famílias que ingressam no PAEFI no período analisado, mas evidenciam a presença de diferentes situações e contextos familiares que devem ser considerados no planejamento e ampliação das ações desenvolvidas pelo Serviço.

### 3.6.1.2. Tipos de violência

Entre 2024 e 2025, o CREAS, por meio do PAEFI, registrou 532 ocorrências de violações de direitos, sendo 288 em 2024 e 244 em 2025, representando uma redução de 15,3% no período. Ressalta-se que uma mesma pessoa ou família pode apresentar mais de uma situação de violação de direitos durante o acompanhamento. Assim, os registros correspondem às violações identificadas pelo serviço e não necessariamente ao número de pessoas ou famílias acompanhadas.

Tabela 49- Tipos de violências (2024 - 2025)

| Tipo de violência | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| **Negligência** | 89 | 73 | 162 |
| **Violência física** | 78 | 66 | 144 |
| **Abuso/violência sexual** | 61 | 39 | 100 |
| **Violência psicológica** | 34 | 47 | 81 |
| **Abandono** | 14 | 1 | 15 |
| **Violência patrimonial** | 5 | 2 | 7 |
| **Outro** | 3 | 11 | 14 |
| **Exploração sexual** | 2 | 1 | 3 |
| **Trajetória de rua** | 1 | 0 | 1 |
| **Trabalho infantil** | 1 | 2 | 3 |
| **Discriminação por orientação sexual** | 0 | 2 | 2 |
| **Total** | 288 | 244 | **532** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros. Julho 2026

A negligência permaneceu como a principal violação de direitos registrada no período, com 162 ocorrências, sendo 89 em 2024 e 73 em 2025. Embora tenha apresentado redução, continua entre as situações mais acompanhadas pelo PAEFI, podendo envolver ausência ou insuficiência de cuidados e proteção, especialmente em situações que envolvem crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A violência física foi a segunda situação mais registrada, com 144 ocorrências nos dois anos, passando de 78 em 2024 para 66 em 2025. Os registros de abuso ou violência sexual também apresentaram redução, de 61 para 39 ocorrências, correspondendo a 36,1%, contudo essa redução pode estar relacionada à possibilidade de registros não lançados no sistema, não permitindo afirmar que houve diminuição efetiva dessas ocorrências.

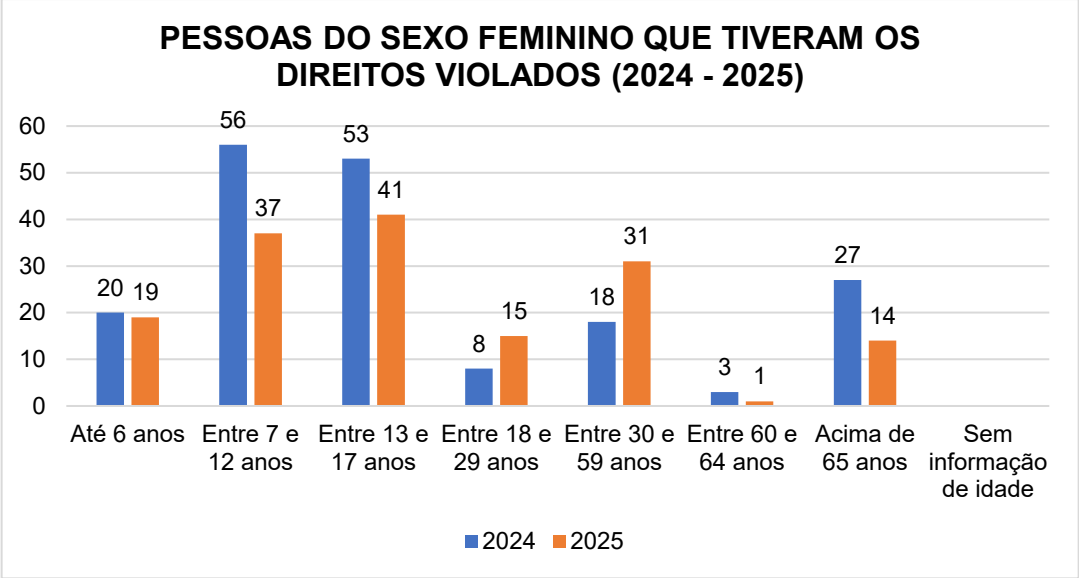
Em contrapartida, os registros de violência psicológica aumentaram de 34, em 2024, para 47, em 2025. Também houve redução nas situações de abandono, de 14 para 1 registro, e de violência patrimonial, de 5 para 2. A exploração sexual passou de 2 para 1 ocorrência. A categoria “Outro” apresentou aumento de 3 para 11 registros, indicando situações que não se enquadram nas demais categorias padronizadas do RMA e que devem ser analisadas conforme as características de cada caso.

De forma geral, os dados demonstram redução de 15,3% nos registros de violência e violação de direitos entre 2024 e 2025. Entretanto, essa variação deve ser considerada junto às possíveis diferenças nos registros realizados no sistema. A negligência, a violência física, o abuso ou violência sexual e a violência psicológica permaneceram entre as principais situações identificadas pelo PAEFI, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo dos casos e de articulação com a rede de proteção e demais políticas públicas. A análise desses registros contribui para o planejamento das ações do CREAS e para a organização do acompanhamento dos casos.

### 3.6.1.3 Análise das Violências sob a Perspectiva de Gênero

Os dados do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) evidenciam a predominância do sexo feminino entre os novos casos inseridos no PAEFI. Em 2024, foram registrados 132 novos casos, sendo 80 do sexo feminino e 52 do sexo masculino. Em 2025, foram 162, sendo 99 do sexo feminino e 63 do sexo masculino. A distribuição dos casos do sexo feminino por faixa etária é apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 21 – Pessoas do sexo feminino que tiveram os direitos violados, por faixa etária (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Julho/2026.

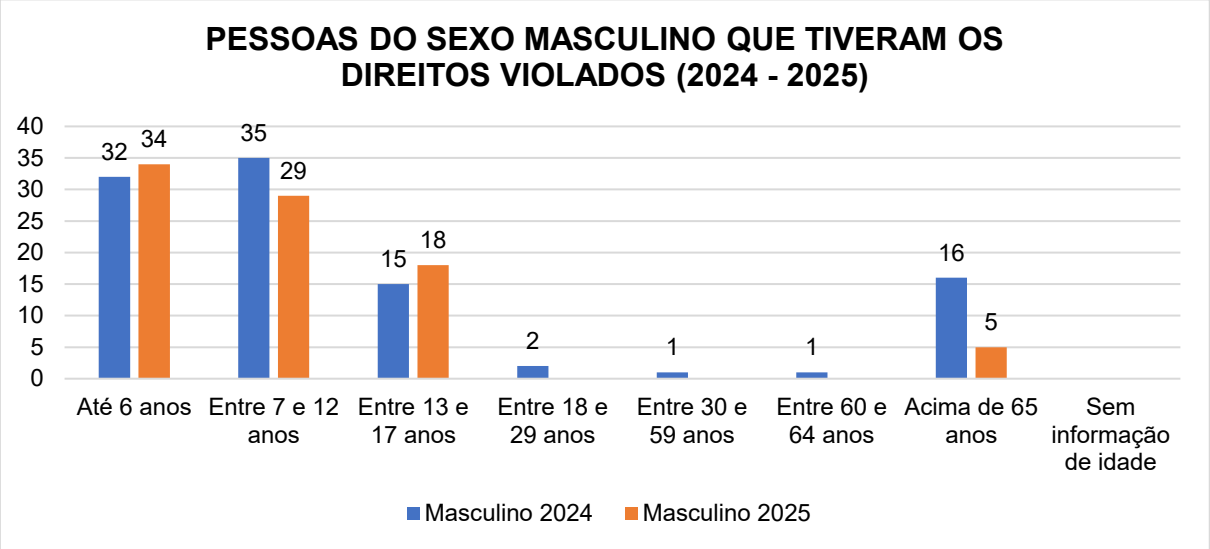
Nos dois anos analisados, as maiores incidências entre as pessoas do sexo feminino ocorreram entre meninas de 7 a 12 anos e adolescentes de 13 a 17 anos. Em 2025, essas faixas etárias permaneceram com os maiores registros, mesmo com redução em relação a 2024, concentrando, junto às crianças de até 6 anos, 61,4% dos casos femininos.

Entre as mulheres de 18 a 59 anos, houve aumento dos registros, passando de 8 para 15 casos entre 18 e 29 anos e de 18 para 31 entre 30 e 59 anos. Já entre as mulheres idosas, os registros apresentaram redução, de 30 para 15 casos no total.

Em relação às violações de direitos contra pessoas do sexo masculino, conforme apresentado no gráfico a seguir, observa-se que os registros permanecem concentrados, principalmente, entre crianças, adolescentes e pessoas idosas. Em

2024, foram registrados 102 casos e, em 2025, 107, representando crescimento de aproximadamente 4,9% no período.

Gráfico 22 – Pessoas do sexo masculino que tiveram os direitos violados, por faixa etária (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Julho/2026.

As maiores concentrações ocorreram entre crianças de até 6 anos, que passaram de 32 para 34 casos, e entre aquelas de 7 a 12 anos, que tiveram redução de 35 para 29 registros. Entre os adolescentes de 13 a 17 anos, houve aumento de 15 para 18 casos. Crianças e adolescentes concentraram aproximadamente 80% dos casos em 2024 e 76% em 2025, mantendo-se como os grupos com maior número de registros.

Também se observa aumento dos registros entre pessoas idosas, de 16 casos em 2024 para 21 em 2025. Já entre as faixas etárias adultas, os registros foram menores em comparação aos demais grupos. De modo geral, os dados indicam maior concentração das violações contra pessoas do sexo masculino entre crianças, adolescentes e pessoas idosas.

De forma geral, os registros evidenciam maior concentração das violações de direitos entre crianças e adolescentes, tanto do sexo feminino quanto masculino, além da presença de registros entre pessoas idosas. Entre as mulheres, também se observa aumento dos registros nas faixas etárias adultas. Esses dados reforçam a importância da continuidade do acompanhamento pelo PAEFI, da atenção às

especificidades dos diferentes grupos etários e da articulação com a rede de proteção para o atendimento das situações identificadas.

3.6.1.4. Análise territorial das situações de violência e violação de direitos

Entre 2024 e 2025, foram registrados 532 casos de violência e violações de direitos acompanhados pelo CREAS, sendo 288 em 2024 e 244 em 2025. Conforme apresentado na Tabela 36, os maiores quantitativos no período foram identificados nos bairros Alvorada, São Cristóvão, Industrial, Planalto e Fraron. Na sequência, destacam-se São João, Centro, Jardim Floresta, São Roque, Sudoeste, Morumbi e Santo Antônio.

Tabela 50 - Violações de direitos (2024 - 2025)

| Bairro/localidade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Alvorada | 32 | 19 | **51** |
| São Cristóvão | 25 | 19 | **44** |
| Industrial | 22 | 12 | **34** |
| Planalto | 21 | 11 | **32** |
| Fraron | 18 | 12 | **30** |
| Santa Terezinha | 12 | 2 | **14** |
| São João | 11 | 14 | **25** |
| São Roque | 11 | 11 | **22** |
| Morumbi | 11 | 6 | **17** |
| Santo Antônio | 10 | 7 | **17** |
| Centro | 10 | 12 | **22** |
| Jardim Floresta | 9 | 13 | **22** |
| Pinheirinho | 9 | 8 | **17** |
| Sudoeste | 9 | 9 | **18** |
| La Salle | 8 | 1 | **9** |
| Vila Esperança | 7 | 1 | **8** |
| São Francisco | 7 | 3 | **10** |
| Novo Horizonte | 5 | 4 | **9** |
| Bela Vista | 5 | 8 | **13** |
| Menino Deus | 4 | 5 | **9** |
| Bonatto | 4 | 10 | **14** |
| São Roque do Chopim | 4 | 10 | **14** |
| Pinheiros | 4 | 0 | **4** |
| São Vicente | 3 | 6 | **9** |
| Cristo Rei | 3 | 2 | **5** |
| Gralha Azul | 3 | 7 | **10** |
| São Luiz | 3 | 1 | **4** |
| Jardim Primavera | 2 | 3 | **5** |
| Comunidade Fazenda da Barra | 2 | 4 | **6** |
| Alto da Glória | 2 | 0 | **2** |
| Linha Piacentini | 2 | 0 | **2** |
| Anchieta | 1 | 1 | **2** |

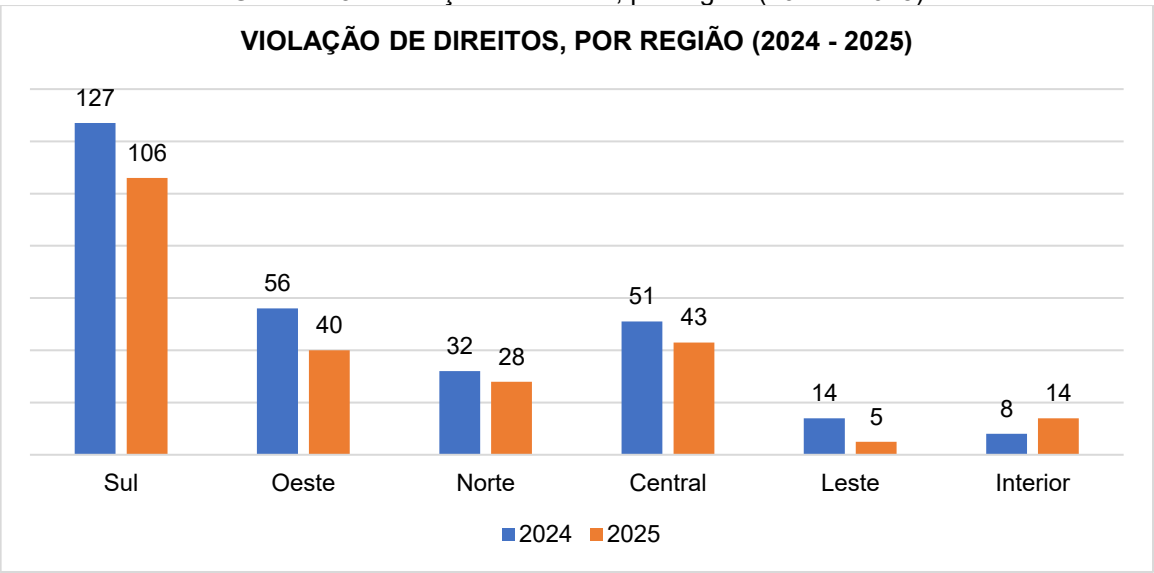
| Bairro/localidade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Brasília | 1 | 0 | **1** |
| Comunidade Três Pontes | 1 | 0 | **1** |
| Comunidade Passo da Ilha | 1 | 2 | **3** |
| Aeroporto | 1 | 3 | **4** |
| Sambugaro | 1 | 0 | **1** |
| Bortot | 0 | 2 | **2** |
| Linha Encruzilhada | 1 | 1 | **2** |
| Linha Cachoeirinha | 1 | 1 | **2** |
| Linha Independência | 0 | 2 | **2** |
| Incluído pela importação | 0 | 2 | **2** |
| Veneza | 0 | 2 | **2** |
| Bancários | 1 | 3 | **4** |
| Pagnoncelli | 1 | 0 | **1** |
| Parzianello | 0 | 1 | **1** |
| Parque do Som | 0 | 1 | **1** |
| Linha Bom Retiro | 0 | 4 | **4** |
| Trevo da Guarani | 0 | 1 | **1** |
| **Total** | **288** | **244** | **532** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, julho 2026.

*Nota: Os dados correspondem ao levantamento realizado em julho de 2026, podendo apresentar variações em consultas posteriores, considerando a possibilidade de atualização dos registros pelas equipes dos serviços socioassistenciais.*

A maior concentração de registros em determinados territórios pode estar relacionada às características populacionais e às condições sociais e econômicas presentes nesses espaços. Em bairros como Alvorada, Planalto, São João, São Cristóvão e Industrial, observa-se também maior presença de famílias acompanhadas pelas políticas de proteção social, o que pode contribuir para a identificação e o encaminhamento de situações de violência e violação de direitos. A distribuição dos registros por região do município é apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 23 – Violação de direitos, por região (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Julho/2026.

Conforme os dados analisados, a distribuição territorial das situações de violência e violação de direitos deve ser compreendidas considerando tanto as características dos territórios quanto as formas de acesso da população aos serviços da rede. A maior concentração de registros em determinados bairros não significa que a violência esteja restrita a esses territórios ou às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que essas situações podem ocorrer em diferentes contextos sociais e apresentar diferentes formas de acesso, identificação e registro.

Nesse sentido, a leitura territorial reforça a importância da articulação entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, especialmente nos territórios com maior número de registros, fortalecendo as ações preventivas, a busca ativa, o acompanhamento familiar e a articulação com as demais políticas públicas. Os dados, portanto, devem ser compreendidos como expressão das situações que chegaram aos serviços e foram registradas, não correspondendo à totalidade das situações de violência existentes no município.

### 3.6.1.3. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma das situações acompanhadas pelo PAEFI. Conforme apresentado na tabela a seguir, entre 2024 e 2025, observou-se aumento nos registros de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar, passando de 31 para 56 registros, o que representa crescimento de 80,6%.

Tabela 51 - Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)

| Ano | Total | Sexo | 0 a 6 anos | 7 a 12 anos | 13 a 17 anos |
|---|---|---|---|---|---|
| 2024 | 31 | Masc. | 5 | 5 | 4 |
| | | Fem. | 3 | 4 | 10 |
| 2025 | 56 | Masc. | 11 | 13 | 7 |
| | | Fem. | 6 | 10 | 9 |

Fonte: Registro Mensal de Atendimentos. Julho/2026.

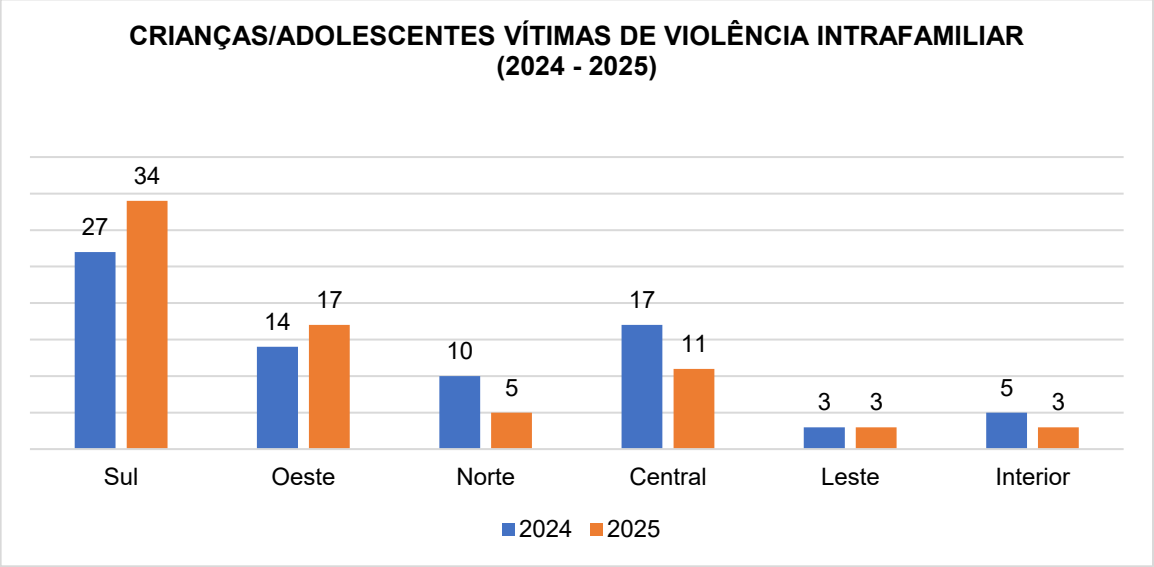
Os dados evidenciam crescimento dos registros em todas as faixas etárias analisadas. No período analisado, o maior aumento ocorreu entre as crianças de 7 a 12 anos, passando de 9 para 23 registros, seguido pela faixa de 0 a 6 anos, que passou de 8 para 17. Entre os adolescentes de 13 a 17 anos, o número de registros aumentou de 14 para 16.

Quanto ao sexo, observa-se que, em 2024, predominavam as meninas, que representavam 54,8% dos registros (17 casos), enquanto os meninos correspondiam a 45,2% (14 casos). Em 2025, esse cenário se inverteu, com predominância do sexo masculino, que passou a representar 55,4% dos registros (31 casos), frente a 44,6% do sexo feminino (25 casos).

Em relação à distribuição territorial, observa-se maior concentração dos registros nas regiões sul e oeste do município. Conforme apresentado no gráfico a seguir, a região sul passou de 27 registros em 2024 para 34 em 2025, mantendo o maior quantitativo no período, enquanto a região oeste apresentou aumento de 14 para 17 registros. Em contrapartida, a região central apresentou redução de 17 para 11 registros, e a região norte passou de 10 para 5. A região leste manteve

estabilidade, com três registros em ambos os anos, enquanto o interior apresentou redução de cinco para três registros.

Gráfico 24 – Distribuição territorial das crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, por região (2024–2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Julho/2026.

Observa-se que os registros de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar apresentaram aumento entre 2024 e 2025, com maior variação entre as crianças de 7 a 12 anos e concentração dos registros nas regiões Sul e Oeste do município. Essas informações devem ser compreendidas considerando as formas de identificação, encaminhamento e registro das situações pelo serviço. Nesse contexto, reforça-se a importância do acompanhamento pelo PAEFI, da atuação articulada com a rede de proteção e do monitoramento das situações identificadas, especialmente nos territórios com maior número de registros.

### 3.6.1.4. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual

Entre 2024 e 2025, foram registrados 34 casos de abuso sexual em 2024 e 31 em 2025, representando redução de 8,8% no período. Apesar da redução, os registros

permaneceram concentrados entre crianças e adolescentes do sexo feminino, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 52 - Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual

| Ano | Total | Sexo | 0 a 6 anos | 7 a 12 anos | 13 a 17 anos |
|---|---|---|---|---|---|
| 2024 | 34 | Masc. | 2 | 2 | 0 |
| | | Fem. | 6 | 12 | 12 |
| 2025 | 31 | Masc. | 2 | 5 | 0 |
| | | Fem. | 6 | 6 | 9 |

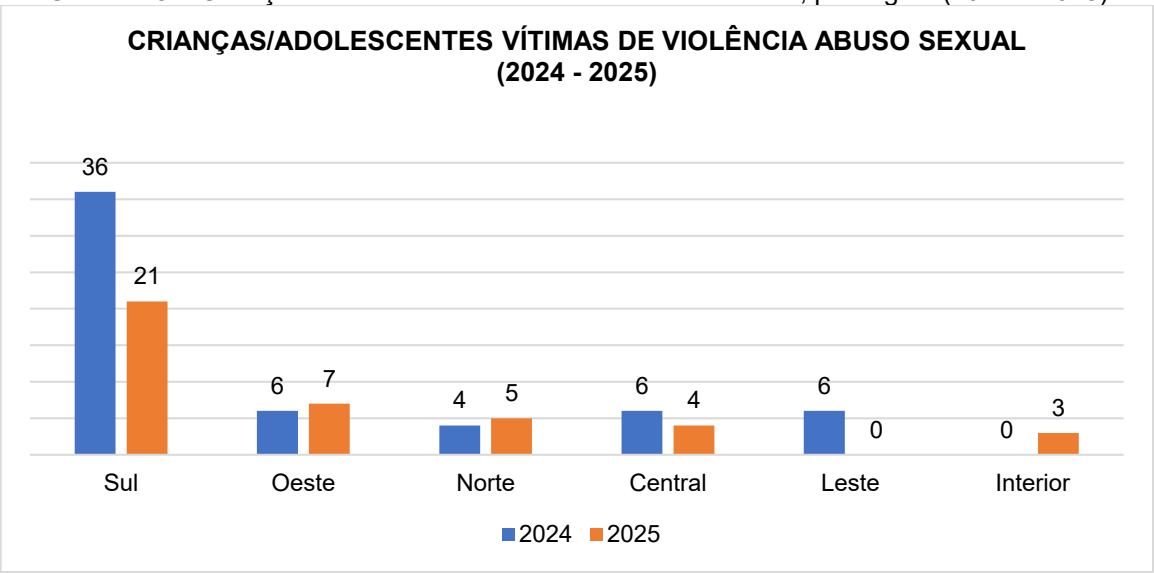
Fonte: Registo Mensal de Atendimentos. Julho/2026.

Quanto ao sexo, observa-se que, em 2024, as meninas representaram 88,2% dos registros, com 30 registros, enquanto os meninos corresponderam a 11,8%, com 4 registros. Em 2025, embora tenha ocorrido aumento proporcional dos registros envolvendo meninos, os registros envolvendo meninas permaneceram predominantes, totalizando 21 registros, enquanto os meninos totalizaram 10 registros.

Em relação à faixa etária, o maior número foi de meninas de 7 a 12 anos e de 13 a 17 anos. Em 2024, ambas as faixas etárias registraram 12 ocorrências, enquanto, em 2025, foram registrados 6 casos entre meninas de 7 a 12 anos e 9 entre de 13 a 17 anos. Entre os meninos, os registros concentraram-se na infância, com destaque para a faixa de 7 a 12 anos, que passou de 2 para 5 registros. Não foram identificados registros envolvendo meninos de 13 a 17 anos nos anos analisados.

No que diz respeito à distribuição territorial, observa-se maior concentração na região sul do município. Em 2024, foram registrados 36 casos nessa região, passando para 21 em 2025. A região oeste apresentou aumento de 6 para 7 registros, enquanto a região norte passou de 4 para 5. Já a região central apresentou redução, de 6 para 4 registros. O gráfico a seguir apresenta a distribuição territorial dos registros nos anos analisados.

Gráfico 25 – Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, por região (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Julho/2026.

A análise dos dados demonstra que, apesar da redução dos registros entre 2024 e 2025, as situações identificadas permaneceram concentradas principalmente entre meninas e nas faixas etárias de 7 a 12 anos e de 13 a 17 anos, com maior número de registros na Região Sul. Ressalta-se que os registros refletem as situações identificadas pelo serviço e podem ser influenciados pelas formas de acesso, encaminhamento e registro. Nesse contexto, reforça-se a importância do acompanhamento pelo PAEFI e da articulação com a rede de proteção.

### 3.6.1.5. Crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono

De acordo com os dados do RMA do CREAS, foram registrados 71 casos de negligência ou abandono envolvendo crianças e adolescentes entre 2024 e 2025, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 53 - Crianças e adolescentes vítimas negligência ou abandono

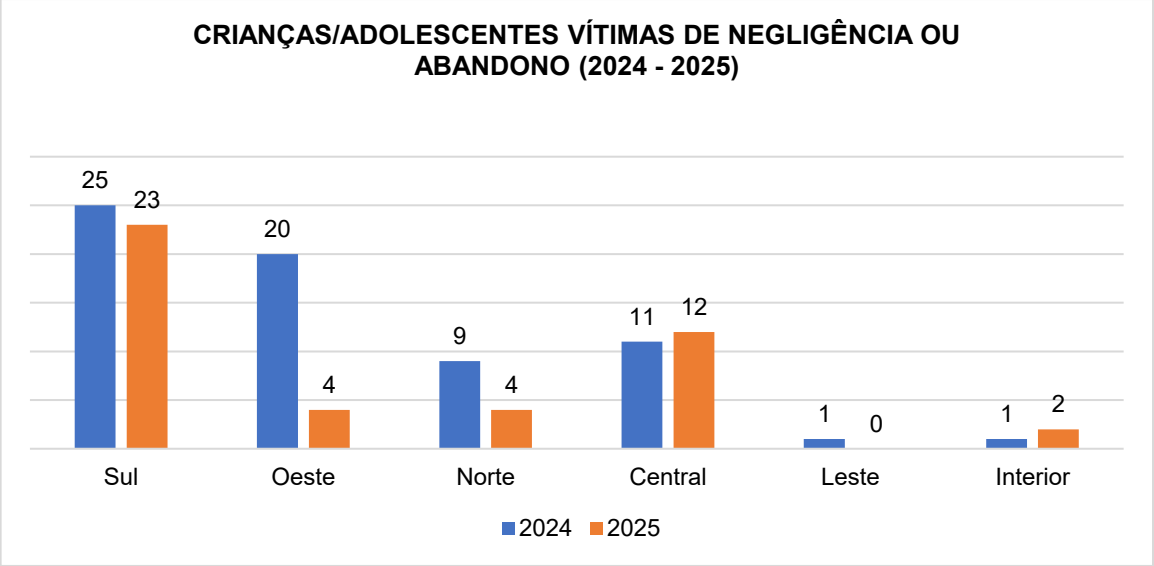
| Ano | Total | Sexo | 0 a 6 anos | 7 a 12 anos | 13 a 17 anos |
|---|---|---|---|---|---|
| 2024 | 41 | Masc. | 10 | 10 | 2 |
| | | Fem. | 4 | 7 | 8 |
| 2025 | 30 | Masc. | 5 | 5 | 4 |
| | | Fem. | 3 | 5 | 8 |

Fonte: Registo Mensal de Atendimentos. Julho/2026.

Em 2024, os meninos representaram a maior parte dos casos (53,7%), com predominância entre crianças de até 12 anos, enquanto entre as meninas os registros concentraram-se, principalmente, na faixa etária de 13 a 17 anos. Em contrapartida, em 2025, verificou-se redução dos registros na maior parte das faixas etárias, especialmente entre os meninos de até 12 anos, enquanto entre as adolescentes de 13 a 17 anos o número de casos permaneceu estável.

Sobre a região de residência, o gráfico a seguir apresenta o quantitativo de casos atendidos pelo CREAS, distribuídos por região, entre os anos de 2024 e 2025.

Gráfico 26 – Crianças e adolescentes vítimas negligência ou abandono, por região (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Julho/2026.

Evidencia-se que os registros permaneceram concentrados, principalmente, nas regiões Sul e Central do município. A região sul apresentou uma pequena redução no período analisado, passando de 25 casos em 2024 para 23 em 2025, contudo, se manteve como o território com maior número de registros. A região central passou de 11 para 12 casos no período analisado.

Em contrapartida, verificou-se redução expressiva nas regiões oeste, que passou de 20 para 4 casos, e norte, de 9 para 4 casos. Já a região leste apresentou redução, passando de 1 caso em 2024 para nenhum registro em 2025, enquanto a região do interior, passou de 1 para 2 casos.

No período analisado, observa-se redução dos registros de negligência ou abandono envolvendo crianças e adolescentes, com maior concentração nas regiões sul e central. Ressalta-se que os registros refletem as situações identificadas e acompanhadas pelo CREAS, sendo influenciados pelas formas de acesso, encaminhamento e registro. Reforça-se, nesse contexto, a importância do acompanhamento pelo PAEFI e da articulação com a rede de proteção.

### 3.6.1.6. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil

Os registros relacionados ao trabalho infantil indicam ausência de casos identificados em 2024 e registro de ocorrências em 2025, envolvendo adolescentes do sexo masculino. Conforme apresentado na tabela a seguir, os registros estão relacionados à faixa etária de 13 a 15 anos. Embora o número de registros seja reduzido, é importante considerar a possibilidade de subnotificação, especialmente em contextos nos quais determinadas atividades realizadas por crianças e adolescentes são naturalizadas como formas de ajuda, aprendizado ou contribuição familiar.

Tabela 54 - Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)

| Ano | Total | Sexo | 0 a 12 anos | 13 a 15 anos |
|---|---|---|---|---|
| 2024 | 0 | Masc. | - | - |
| | | Fem. | - | - |
| 2025 | 2 | Masc. | - | 2 |
| | | Fem. | - | - |

Fonte: Registo Mensal de Atendimentos. Julho/2026.

Nessa direção, o combate ao trabalho infantil constitui um processo contínuo de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, que demanda a atuação integrada das políticas públicas e da rede de proteção.

Ainda, cabe salientar, a importância de ações que sensibilizem a sociedade e contribuam na desconstrução da naturalização do trabalho infantil, seja por meio de campanhas, palestras ou até mesmo, esclarecimentos da lei de aprendizagem, que garante que adolescentes e jovens acessem o mercado de trabalho de maneira protetiva.

3.6.1.7. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Em relação às violências praticadas contra pessoas idosas, observa-se que, em 2024, foram registrados 8 casos, enquanto, em 2025, foram registrados 5, representando uma redução de 37,5%, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 55 - Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

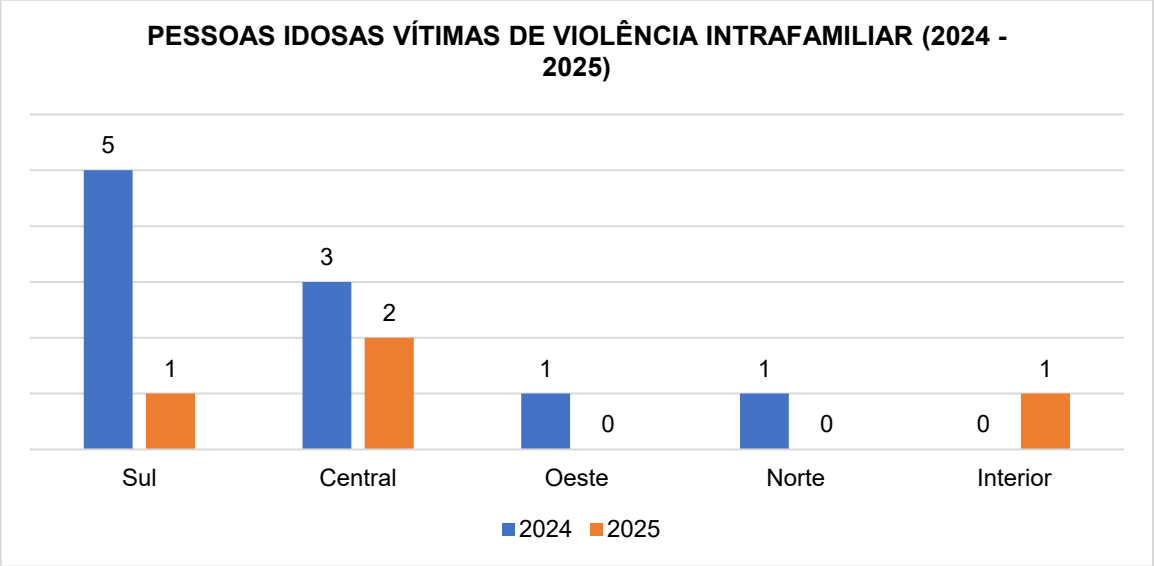
| Ano | Total | Sexo | 60 anos ou mais |
|---|---|---|---|
| 2024 | 8 | Masc. | 3 |
| | | Fem. | 5 |
| 2025 | 5 | Masc. | 0 |
| | | Fem. | 5 |

Fonte: Registo Mensal de Atendimentos. Agosto/2026.

Quanto ao perfil das vítimas, observa-se a predominância de mulheres idosas nos dois anos analisados. Em 2024, foram registrados 5 casos envolvendo mulheres idosas e 3 envolvendo homens idosos. Em 2025, todos os registros referem-se a mulheres idosas, não havendo registros de homens idosos.

Em relação à região de residência, os registros permaneceram concentrados, principalmente, nas regiões sul e central. A região sul apresentou 5 casos em 2024 e 1 em 2025, enquanto a região central registrou 3 casos em 2024 e 2 em 2025. As regiões oeste, norte e interior apresentaram menor número de registros no período, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 26 – Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), por região (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Agosto/2026.

Deste modo, os dados evidenciam redução dos registros de violência contra pessoas idosas entre 2024 e 2025, contudo, não é possível afirmar que houve uma redução de fato, de violências, considerando as dinâmicas de identificação e registro. Na área territorial, a concentração dos registros nas regiões sul e central, reforça a importância de levar em consideração as especificidades e particularidades desses territórios no planejamento das ações de prevenção e proteção às pessoas idosas.

### 3.6.1.8. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono

Entre 2024 e 2025, foram registrados 16 casos de pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono em 2024 e 7 em 2025, conforme tabela, abaixo representando redução de 56,3%. Contudo, essa variação não indica, necessariamente, diminuição dessa forma de violência, podendo estar relacionada à subnotificação, às dinâmicas de identificação e registro dos casos.

Tabela 56 - Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono

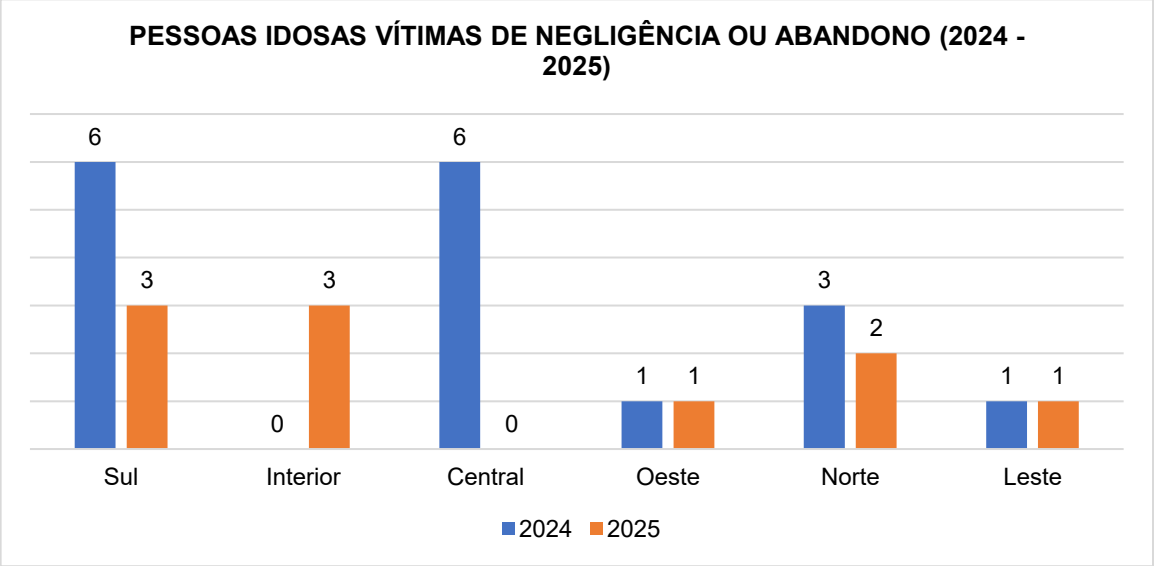
| Ano | Total | Sexo | 60 anos ou mais |
|---|---|---|---|
| 2024 | 16 | Masc. | 10 |
| | | Fem. | 6 |
| 2025 | 7 | Masc. | 5 |
| | | Fem. | 2 |

Fonte: Registo Mensal de Atendimentos. Agosto/2026.

Em relação ao perfil das vítimas, observa-se predominância de homens idosos nos dois anos analisados. Em 2024, o sexo masculino concentrou 10 registros, enquanto as mulheres totalizaram 6 casos. Em 2025, essa predominância foi mantida, com 5 casos envolvendo homens e 2 envolvendo mulheres.

Sobre a região de residência, entre os anos de 2024 e 2025, o gráfico a seguir apresenta o quantitativo de casos atendidos pelo CREAS, distribuídos por região do município.

Gráfico 27 – Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono, por região (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Agosto/2026.

Observa-se que, em 2024, os registros concentraram-se principalmente nas regiões sul e central, já em 2025, a região sul apresentou redução de 6 para 3 casos, enquanto a região central não registrou ocorrências. Em contrapartida, a região do

interior passou de nenhum registro para 3 casos. As regiões oeste e leste mantiveram 1 caso em cada ano, e a região norte apresentou redução de 3 para 2 casos.

Observa-se, portanto, uma mudança na distribuição dos registros, com redução nas regiões sul e central e aumento das ocorrências na região do interior, reforçando a importância das especificidades e particularidades desse território no planejamento das ações de prevenção e proteção às pessoas idosas.

Deste modo, os dados evidenciam redução dos registros no período analisado, contudo, não é possível afirmar que houve uma redução de fato, de violências, considerando as dinâmicas de identificação e registro.

### 3.6.1.9. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Segundo dados do RMA, entre 2024 e 2025, foram incluídas em acompanhamento 14 pessoas com deficiência vítimas de violência física, psicológica ou sexual. Em 2024, foram registrados 9 casos, sendo 6 envolvendo mulheres e 3 envolvendo homens. Em 2025, foram registrados 5 casos, dos quais 4 envolveram mulheres e 1 envolveu homem, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 57 - Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

| Ano | Total | Sexo | 0 a 12 anos | 13 a 17 anos | 18 a 59 anos | 60 anos ou mais |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2024 | 9 | Masc. | 0 | 1 | 0 | 2 |
| | | Fem. | 1 | 1 | 1 | 3 |
| 2025 | 5 | Masc. | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | | Fem. | 0 | 1 | 2 | 1 |

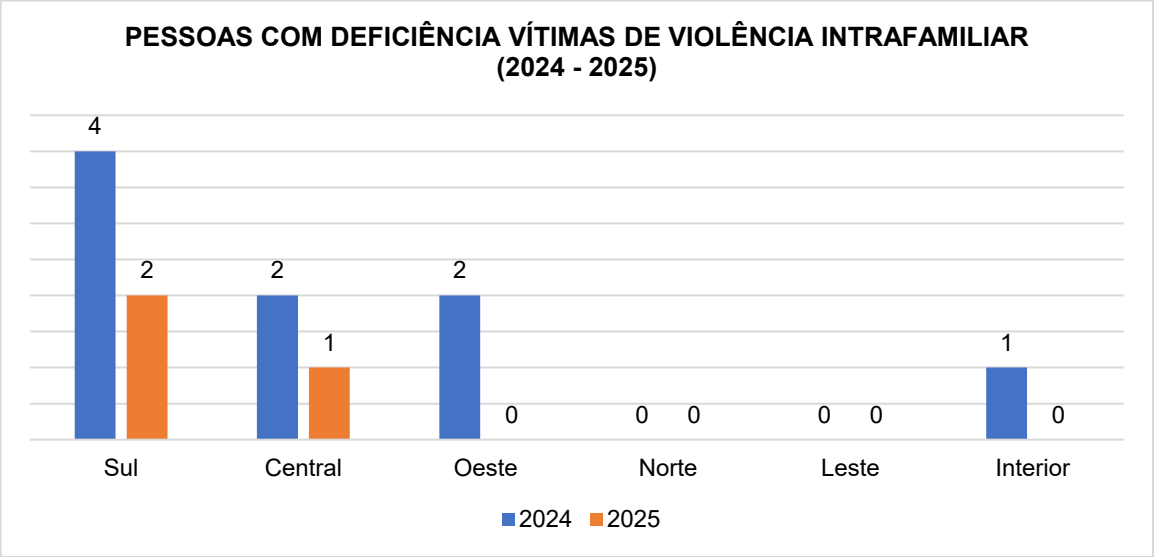
Fonte: Registo Mensal de Atendimentos. Agosto/2026.

A predominância feminina também se observa na distribuição por faixa etária. Em 2024, o maior número de registros concentrou-se entre mulheres idosas, com 3 casos, enquanto, em 2025, predominou entre mulheres de 18 a 59 anos, com 2 casos, mantendo-se registros também entre adolescentes e pessoas idosas.

Em relação à região de residência, observa-se maior concentração dos registros na região sul, com 4 casos em 2024 e 2 em 2025. As regiões central e oeste registraram, 2 casos cada em 2024. Em 2025, a região central apresentou 1 caso, enquanto a região oeste não registrou ocorrências. As regiões norte e leste não

apresentaram registros no período, enquanto a região do interior registrou 1 caso em 2024 e nenhum em 2025. A distribuição dos registros por região de residência é apresentada no gráfico abaixo.

Gráfico 28 – Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), por região (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Agosto/2026

De modo geral, os registros evidenciam redução no número de casos entre 2024 e 2025, com predominância de mulheres entre as pessoas com deficiência vítimas de violência e concentração dos registros nas regiões sul e central. Esses dados reforçam a importância do acompanhamento das situações identificadas e da articulação com a rede de proteção, considerando as especificidades dos diferentes territórios e públicos atendidos.

### 3.6.1.10. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono

Entre 2024 e 2025, foram registrados 13 casos, de pessoas com deficiência que foram vítimas de negligência ou abandono, conforme apresentados na tabela a seguir.

Tabela 58 - Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono

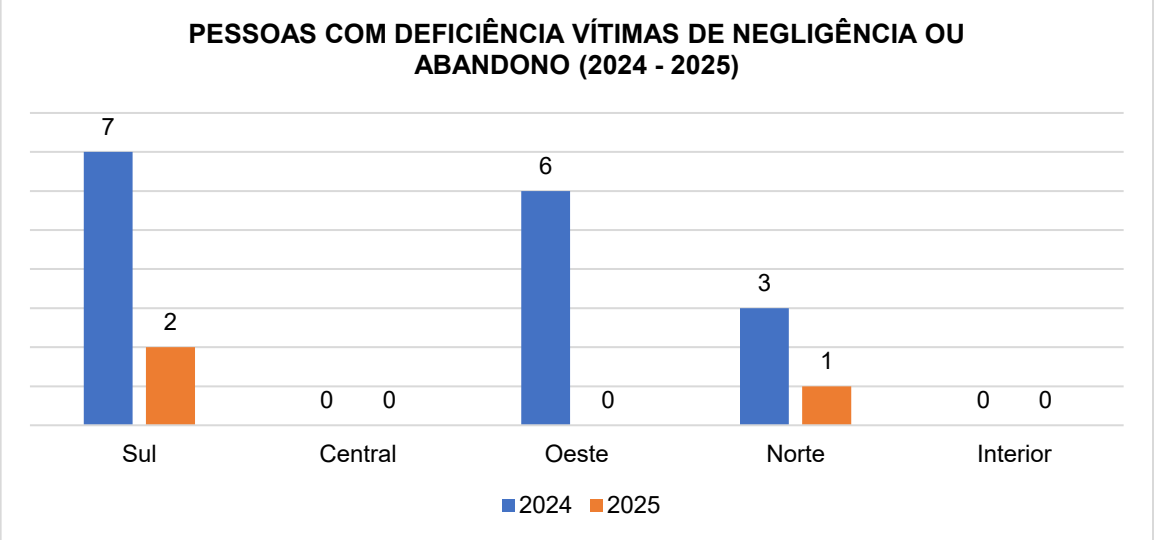
| Ano | Total | Sexo | 0 a 12 anos | 13 a 17 anos | 18 a 59 anos | 60 anos ou mais |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2024 | 9 | Masc. | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | | Fem. | 0 | 1 | 0 | 3 |
| 2025 | 4 | Masc. | 1 | 0 | 1 | 1 |
| | | Fem. | 0 | 0 | 0 | 1 |

Fonte: Registo Mensal de Atendimentos, agosto/2026.

Observa-se que no ano de 2024, os registros concentraram-se predominantemente entre pessoas idosas com 60 anos ou mais, totalizando 8 casos, sendo 5 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Também foi registrado 1 caso envolvendo adolescente do sexo feminino, na faixa etária de 13 a 17 anos. Já em 2025, observou-se uma distribuição dos registros entre diferentes faixas etárias, com 1 caso envolvendo criança de 0 a 12 anos, 1 caso de pessoa adulta entre 18 e 59 anos e 2 casos de pessoas idosas com 60 anos ou mais. Quanto ao sexo, foram registrados 3 casos do sexo masculino e 1 do sexo feminino.

Quanto à região de residência das vítimas, observa-se concentração dos registros nas regiões sul e oeste do município. Na região sul, houve redução de 7 para 2 casos, enquanto a região oeste passou de 6 casos para nenhum registro. A região norte também apresentou redução, de 3 para 1 caso, e as regiões central e o interior não apresentaram ocorrências no período analisado. A distribuição dos registros por região de residência é apresentada no gráfico abaixo.

Gráfico 29 – Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono, por região (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros. Agosto/2026.

De modo geral, os registros evidenciam redução das ocorrências entre 2024 e 2025, com mudança na distribuição por faixa etária e concentração territorial principalmente nas regiões Sul e Oeste. Esses dados reforçam a necessidade de atenção às diferentes faixas etárias e aos territórios nos quais as situações são identificadas.

### 3.6.1.11. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Entre 2024 e 2025, foram registrados 64 atendimentos de mulheres adultas, de 18 a 59 anos, em situações de violência intrafamiliar física, psicológica ou sexual, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 59 - Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

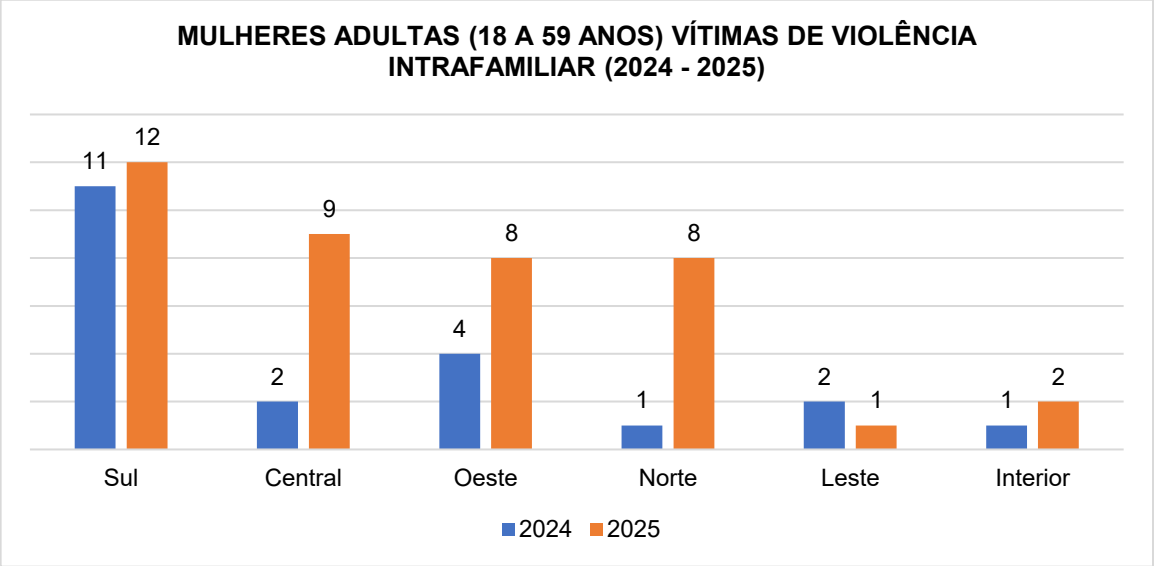
| Ano | Total | Média/mês |
|---|---|---|
| 2024 | 21 | 1,75 |
| 2025 | 43 | 3,58 |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Observa-se aumento no número de registros entre os anos analisados, passando de 21 em 2024 para 43 em 2025, o que corresponde a um crescimento de 104,8%. A média mensal também aumentou, passando de 1,75 registro por mês em 2024 para 3,58 em 2025.

Quanto à região de residência das mulheres atendidas pelo CREAS, entre 2024 e 2025, os registros permaneceram mais concentrados na região sul. Também foram observados aumentos nas regiões central, oeste e norte. Já as regiões do interior e leste apresentaram redução no número de registros, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 30 – Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar, por região (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Cabe considerar, ainda, que, no segundo semestre de 2025, o CREAS registrou aumento no volume de demandas decorrentes de encaminhamentos realizados pela Delegacia após o registro de boletim de ocorrência. A equipe de referência responsável pelo atendimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência também é responsável pelo acompanhamento de pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de violência, sendo composta por uma assistente social, com carga horária de 30 horas semanais, e uma psicóloga, com carga horária de 20 horas semanais.

Nesse contexto, parte das demandas encaminhadas não foi incluída no acompanhamento, considerando o volume de situações recebidas e a ausência de um protocolo que estabelecesse de forma clara os fluxos e procedimentos para os encaminhamentos realizados pela Delegacia ao CREAS.

Ressalta-se que não cabe ao CREAS realizar, de forma isolada, a busca ou o contato com mulheres encaminhadas sem que estejam previamente definidos os fluxos e procedimentos para essa abordagem. Essa definição é especialmente importante nas situações de violência, considerando que a mulher pode ainda permanecer em convivência com o possível agressor, de modo que um contato ou uma visita não previamente articulados podem expor a situação, comprometer sua

segurança ou agravar sua condição de vulnerabilidade. Dessa forma, torna-se necessária a construção e formalização, junto à Delegacia, de um fluxo de encaminhamento e acompanhamento que estabeleça os procedimentos a serem adotados pelos serviços, considerando as especificidades das situações de violência e as medidas necessárias à preservação da segurança e da integridade da mulher.

Nesse contexto, permanece fundamental a continuidade e o fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, bem como das estratégias de divulgação dos canais de denúncia e de acesso aos serviços da rede de proteção. A variação observada nos registros pode estar relacionada tanto às situações identificadas pelos serviços quanto ao fortalecimento da rede de atendimento, incluindo ações que favorecem a identificação das situações, os encaminhamentos e o acesso aos serviços. Todavia, cabe considerar que ainda existem desafios no enfrentamento da violência contra a mulher, como a subnotificação, o medo do agressor, a dependência emocional e financeira, a vergonha e a naturalização da violência.

Também se destaca a importância da articulação entre os serviços e do fortalecimento das estratégias de atendimento e acompanhamento das mulheres em situação de violência. Nesse contexto, encontra-se em construção um protocolo de atendimento às mulheres em situação de violência, em parceria entre a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e a Secretaria de Assistência Social, com o objetivo de organizar e fortalecer a atuação da rede. Ressalta-se, ainda, que os registros dos serviços não contemplam necessariamente todas as situações existentes no município, devendo ser consideradas as formas de acesso, encaminhamento, registro e acompanhamento das demandas.

### 3.6.2. Medidas Socioeducativas

As medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, são executadas no âmbito da Proteção Social Especial de Média

Complexidade. As medidas destinam-se a adolescentes e jovens em cumprimento de determinação judicial, com o objetivo de promover o acompanhamento socioeducativo, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o acesso à educação, à qualificação profissional e à inclusão social, em articulação com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

O acompanhamento das medidas é realizado pelo CREAS, que conta com equipe exclusiva de referência, composta por 1 Assistente Social**,** 1 Psicólogo e 1 Educador Social, responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de LA e PSC e de suas famílias. As análises apresentadas neste diagnóstico têm como base os registros do sistema municipal de atendimentos e os relatórios técnicos produzidos pela equipe de referência, referentes ao período de 2024 a 2025.

### 3.6.2.1. Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas

Nesta seção, apresentam-se os dados referentes às Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, acompanhadas pelo CREAS no período de 2024 a 2025, considerando os quantitativos de medidas iniciadas e encerradas. Ressalta-se que os dados se referem ao número de medidas registradas no sistema municipal de atendimentos, não correspondendo, necessariamente, ao número de adolescentes, uma vez que um mesmo adolescente pode cumprir, simultaneamente ou em momentos distintos, mais de uma medida socioeducativa.

Em 2024, foram registrados 79 adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, sendo 25 em Liberdade Assistida e 53 em Prestação de Serviços à Comunidade. No mesmo ano, foram registrados 14 adolescentes com medidas encerradas, sendo 1 em LA e 13 em PSC. Assim, o número de adolescentes com medidas iniciadas foi superior ao de encerradas.

Em 2025, foram registrados 88 adolescentes em cumprimento de MSE, sendo 29 em LA e 56 em PSC. Também houve aumento no número de adolescentes com

medidas encerradas, passando de 14 em 2024 para 59 em 2025, sendo 17 em LA e 41 em PSC, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 60 – Série histórica das Medidas Socioeducativas LA e PSC iniciadas e encerradas

| Tipo de Medidas Socioeducativas | 2024 | | 2025 | |
|---|---|---|---|---|
| | Iniciadas | Encerradas | Iniciadas | Encerradas |
| Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC) | 79 | 14 | 88 | 59 |
| Liberdade Assistida – LA | 25 | 1 | 29 | 17 |
| Prestação de Serviços à Comunidade - PSC | 53 | 13 | 56 | 41 |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Já a tabela a seguir apresenta o quantitativo de Medidas Socioeducativas em acompanhamento nos anos de 2024 e 2025, considerando as medidas existentes no início de cada mês, as novas medidas iniciadas, as medidas encerradas, o quantitativo ao final de cada mês e a variação percentual observada no período.

Tabela 61 -Medidas Socioeducativas em acompanhamento (2024 – 2025)

| Mês | 2024 | | | | | 2025 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade de MSE no início do | Quantidade de MSE iniciadas | Quantidade de MSE encerradas | Quantidade de MSE no final do mês | Variação Percentual | Quantidade de MSE no início do | Quantidade de MSE iniciadas | Quantidade de MSE encerradas | Quantidade de MSE no final do mês | Variação Percentual |
| Janeiro | 45 | 0 | 0 | 45 | 0% | 80 | 2 | | 82 | 40 |
| Fevereiro | 45 | 17 | 9 | 53 | 18% | 82 | 10 | | 92 | 8,2 |
| Março | 53 | 7 | 7 | 53 | 0% | 92 | 10 | | 102 | 9,2 |
| Abril | 53 | 6 | 0 | 59 | 11% | 102 | 8 | | 110 | 12,75 |
| Maio | 59 | 1 | 2 | 58 | -2% | 110 | 3 | | 113 | 36,66667 |
| Junho | 58 | 14 | 3 | 69 | 19% | 113 | 6 | | 119 | 18,83333 |
| Julho | 69 | 5 | 1 | 73 | 6% | 119 | 4 | | 123 | 29,75 |
| Agosto | 73 | 1 | 13 | 61 | -16% | 123 | 1 | | 124 | 123 |
| Setembro | 61 | 3 | 2 | 62 | 2% | 124 | 4 | | 128 | 31 |
| Outubro | 62 | 9 | 0 | 71 | 15% | 128 | 1 | | 129 | 128 |
| Novembro | 71 | 7 | 0 | 78 | 10% | 129 | 1 | | 130 | 129 |
| Dezembro | 78 | 9 | 7 | 80 | 3% | 130 | 6 | | 136 | 21,66667 |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Em 2024, o ano iniciou com 45 medidas em acompanhamento. Durante o período, foram iniciadas 79 novas medidas e 44 foram encerradas, resultando em 80

medidas em acompanhamento ao final de dezembro. Dessa forma, houve aumento de 35 medidas, correspondente a uma variação de 77,8% entre o início e o final do ano. Ao longo de 2024, observaram-se oscilações no quantitativo de medidas em acompanhamento, relacionadas à entrada de novas medidas e ao encerramento de acompanhamentos. O maior número de medidas iniciadas ocorreu em fevereiro, seguido de junho.

Em relação aos encerramentos, agosto apresentou o maior quantitativo, período em que as MSE em acompanhamento passaram de 73 para 61. Em contrapartida, junho registrou o maior aumento percentual mensal (19%), com elevação de 58 para 69 medidas em acompanhamento, decorrente do início de 14 novas medidas e do encerramento de 3. Em março, houve estabilidade, com o quantitativo mantido em 53 medidas, em razão da equivalência entre medidas iniciadas e encerradas.

Em 2025, o ano iniciou com 80 medidas em acompanhamento e encerrou com 136 medidas, representando aumento de 56 medidas e variação de 70% entre o início e o final do período. O maior número de novas medidas foi registrado em fevereiro e março, com 10 medidas iniciadas em cada mês. A partir de abril, houve redução nas inclusões mensais, que variaram entre 1 e 8 medidas. Apesar dessa redução, o quantitativo de medidas em acompanhamento manteve trajetória de crescimento ao longo do ano, alcançando 136 medidas em dezembro.

De forma geral, a Prestação de Serviços à Comunidade**,** apresentou o maior número de medidas iniciadas e encerradas nos dois anos analisados, mantendo-se como a modalidade predominante no período.

#### 3.6.2.1.1. Quantitativo de atos infracionais

Os atos infracionais acompanhados pelo CREAS apresentaram variação entre os anos analisados, passando de 76 registros em 2024 para 80 em 2025, o que representa aumento de 5,3%, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 62 - Quantitativo de atos infracionais (2024 – 2025)

| Ato infracional | 2024 | 2025 | Total Geral |
|---|---|---|---|
| Adulteração de sinal identificador de veículo automotor | - | 1 | **1** |
| Ameaça | 7 | 9 | **16** |
| Agressão | - | - | **-** |
| Autoacusação falsa | - | - | **-** |
| Associação criminosa | - | - | **-** |
| Associação para o tráfico | 1 | - | **1** |
| Ato obsceno | - | - | **-** |
| Crimes contra a fauna | - | - | **-** |
| Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor | - | - | **-** |
| Dano | 5 | 1 | **6** |
| Desacato | 1 | 2 | **3** |
| Desobediência | - | - | **-** |
| Direção sob influência de álcool ou outra substância que determine dependência | 1 | - | **1** |
| Divulgação de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente | 0 | 2 | **2** |
| Estelionato | 0 | 1 | **1** |
| Estupro | 1 | 1 | **2** |
| Estupro de vulnerável | 0 | 5 | **5** |
| Falsificação de documento público | - | - | **-** |
| Favorecimento real | - | - | **-** |
| Furto | 7 | 6 | **13** |
| Homicídio | 2 | - | **2** |
| Injúria | 8 | 2 | **10** |
| Lesão corporal | 14 | 25 | **39** |
| Ocultação de cadáver | 1 | - | **1** |
| Posse de drogas | - | - | **-** |
| Posse irregular de arma de fogo de uso permitido | 2 | - | **2** |
| Progressão de medida | 2 | 5 | **7** |
| Receptação | - | 1 | **1** |
| Roubo | 1 | - | **1** |
| Resistência | 1 | - | **1** |
| Tráfico de drogas | 17 | 14 | **31** |
| Homicídio tentado | - | - | **-** |
| Vender, fornecer, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente | - | - | **-** |
| Vias de fato/lesão corporal | 5 | 3 | **8** |
| Violação de domicílio | - | - | **-** |
| Outro | - | 1 | **1** |
| **Total Geral** | **76** | **80** | **156** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Entre os tipos de atos infracionais, destacam-se a lesão corporal, com 39 registros no período analisado, seguida pelo tráfico de drogas, com 31 registros, ameaça, com 16, e furto, com 13 registros.

No ano 2024, os atos infracionais mais recorrentes foram tráfico de drogas, seguido de lesão corporal, injúria, ameaça e furto. Já em 2025, houve alteração na distribuição dos atos infracionais registrados. Destaca-se, ainda, o registro de 5 ocorrências de estupro de vulnerável, que não haviam sido identificadas no ano anterior.

Em relação ao sexo dos adolescentes, observa-se predominância de adolescentes do sexo masculino, conforme tabela abaixo.

Tabela 63 - Quantitativo de atos infracionais (2024 – 2025)

| Tipo de ato infracional | 2024 | | 2025 | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mas | Fem | Mas | Fem | Mas | Fem |
| Adulteração de sinal identificador de veículo automotor | - | - | 1 | - | 1 | - |
| Ameaça | 6 | 1 | 5 | 4 | 11 | 5 |
| Associação para o tráfico | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Autoacusação falsa | - | - | - | - | - | - |
| Dano | 5 | - | 1 | - | 6 | - |
| Desacato | 1 | - | 2 | - | 3 | - |
| Desobediência | - | - | - | - | - | - |
| Dirigir veículo automotor em via pública sem habilitação | - | - | 1 | - | 1 | - |
| Divulgação de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Direção sob influência de álcool ou outra substância que determine dependência | 1 | - | - | - | 1 | |
| Estelionato | - | - | - | 1 | - | 1 |
| Estupro | 1 | - | 1 | - | 2 | - |
| Estupro de vulnerável | - | - | 5 | - | 5 | - |
| Falsificação de documento público | - | - | - | - | - | - |
| Favorecimento real | - | - | - | - | - | - |
| Furto | 7 | - | 6 | - | 13 | - |
| Injúria | 6 | 2 | 1 | 1 | 7 | 3 |
| Homicídio | 1 | 1 | - | - | 1 | 1 |
| Lesão corporal | 10 | 4 | 13 | 12 | 23 | 16 |
| Ocultação de cadáver | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Posse de drogas | - | - | - | - | - | - |
| Posse irregular de arma de fogo de uso permitido | 2 | - | - | - | 2 | - |
| Progressão de medida | 2 | - | 5 | - | 7 | - |
| Receptação | - | - | 1 | - | 1 | - |
| Resistência | 1 | - | - | - | 1 | - |
| “Rixa” | - | - | - | 1 | 1 | - |
| Roubo | 1 | | - | - | 1 | - |
| Tráfico de drogas | 13 | 4 | 13 | 1 | 26 | 5 |
| Vender, fornecer, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vias de fato | 1 | 4 | 3 | - | 4 | 3 |
| Violação de domicílio | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | **60** | **16** | **59** | **22** | **119** | **38** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

A distribuição dos atos infracionais por sexo evidencia predominância dos registros envolvendo adolescentes do sexo masculino nos dois anos analisados. Em 2024, os registros masculinos concentraram-se principalmente em tráfico de drogas, lesão corporal, furto e ameaça. Em 2025, o tráfico de drogas manteve 13 registros entre adolescentes do sexo masculino, enquanto a lesão corporal apresentou aumento, passando de 10 para 13 ocorrências. Também se observam registros de estupro de vulnerável, com cinco ocorrências em 2025, todas classificadas no sexo masculino, conforme os dados apresentados. Houve ainda registros de divulgação de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente, com ocorrências para ambos os sexos.

Entre as adolescentes do sexo feminino, destacaram-se os registros de lesão corporal, vias de fato e ameaça. Observa-se aumento dos registros de lesão corporal, que passaram de 4 ocorrências em 2024 para 12 em 2025, além do crescimento dos registros de ameaça, de 1 para 4 ocorrências.

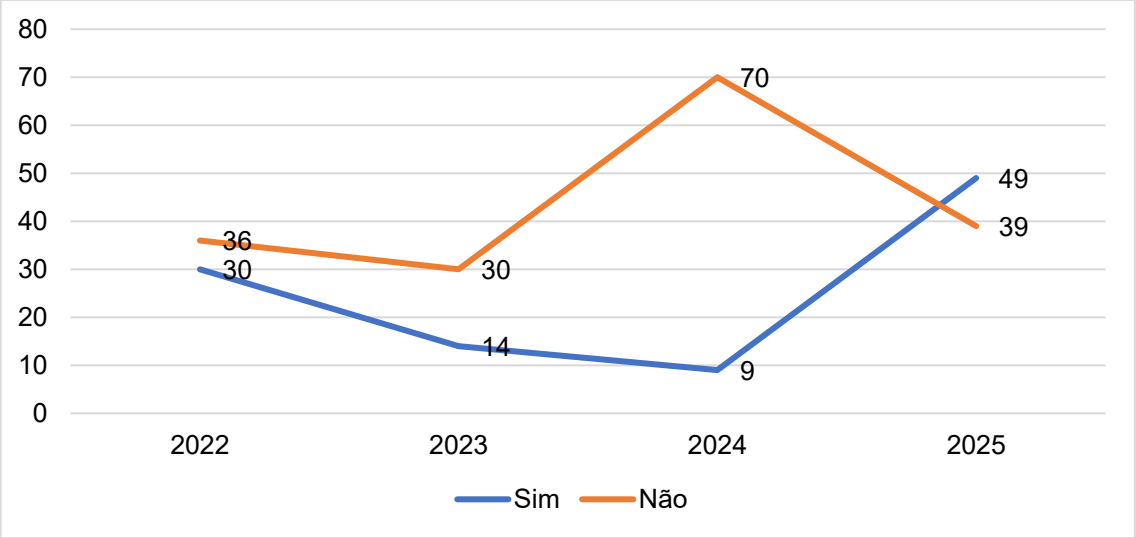
De modo geral, os dados indicam maior concentração dos atos infracionais registrados entre adolescentes do sexo masculino, embora se observe, em 2025, aumento da participação feminina em algumas categorias, especialmente nos registros de lesão corporal e ameaça. Os dados devem ser compreendidos no âmbito dos registros realizados pelo CREAS, refletindo as situações identificadas e acompanhadas pelo serviço no período analisado.

### 3.6.2.1.2. Quantitativo de reincidência das Medidas Socioeducativas

Em 2024 e 2025, observa-se aumento no número de adolescentes com registro de reincidência das medidas socioeducativas em meio aberto. Em 2024, foram registrados 9 adolescentes reincidentes, enquanto, em 2025, esse número passou para 49. Considerando a série histórica de 2022 a 2025, foram registrados 277 adolescentes ingressantes de medidas, dos quais 102 apresentaram registro de

reincidência. Ao longo do período, foram identificados 30 registros em 2022, 14 em 2023, 9 em 2024 e 49 em 2025, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 31 - Quantitativo de reincidências em MSE (2022 a 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Entre 2022 e 2024, os registros de reincidência apresentaram redução, passando de 30 para 9 casos. Em 2025, houve aumento para 49 casos, superando o número de adolescentes sem reincidência registrada. Esse cenário reforça a importância do acompanhamento socioeducativo e da articulação com a rede de serviços, inclusive após o cumprimento da medida.

Já a taxa de reincidência, no período de 2022 a 2025, foi de 36,82%. Observa-se redução entre 2022 e 2024, passando de 45,45% para 11,39%, seguida de aumento em 2025, quando alcançou 55,68%, a maior taxa do período, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 64 - Taxa de reincidência dos adolescentes em Medidas Socioeducativas (2022–2025)

| Ano | Total de integrantes | Com reincidência | Sem reincidência | Taxa de reincidência |
|---|---|---|---|---|
| 2022 | 66 | 30 | 36 | 45,45% |
| 2023 | 44 | 14 | 30 | 31,82% |
| 2024 | 79 | 9 | 70 | 11,39% |
| 2025 | 88 | 49 | 39 | 55,68% |
| **Total** | **277** | **102** | **175** | **36,82%** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

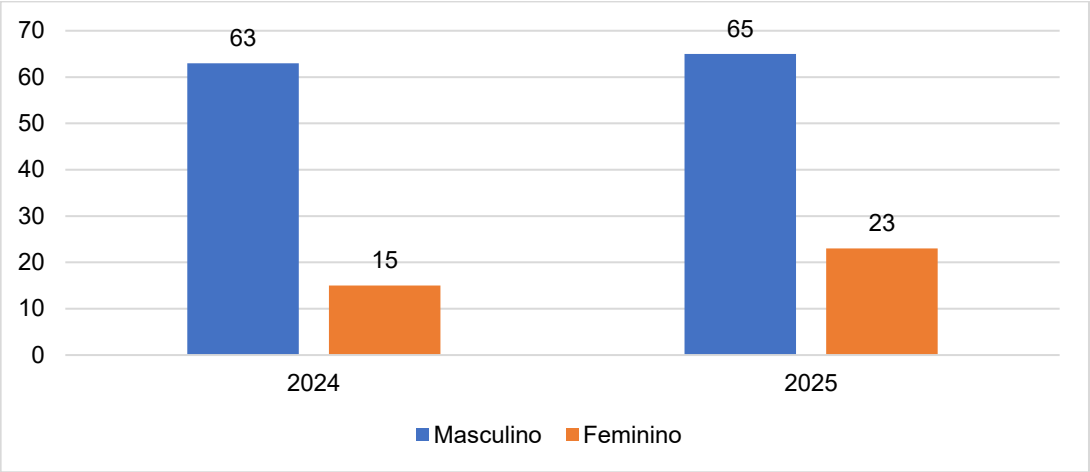
De modo geral, os dados evidenciam a necessidade de atenção à reincidência no planejamento das ações socioeducativas, considerando o fortalecimento do acompanhamento dos adolescentes e da articulação com a rede de proteção. Nesse contexto, destaca-se a importância de ampliar as oportunidades de acesso à aprendizagem profissional e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), considerando que a profissionalização e a convivência comunitária constituem dimensões importantes na garantia de direitos dos adolescentes. A legislação da aprendizagem contempla a priorização de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social em determinadas situações, reforçando a relevância de estratégias que favoreçam o acesso desse público às oportunidades de formação e inserção no mundo do trabalho.

Nesse sentido, mostra-se importante a sensibilização e articulação junto ao setor empresarial para ampliar as possibilidades de contratação de adolescentes e jovens que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas, considerando que o estigma relacionado ao ato infracional pode constituir uma barreira adicional ao acesso às oportunidades de trabalho e profissionalização. Essa atuação deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada entre diferentes atores da rede, não se restringindo à atuação do CREAS. Da mesma forma, o fortalecimento do acesso ao SCFV pode contribuir para ampliar os espaços de convivência, participação e desenvolvimento de vínculos, favorecendo a construção de novas perspectivas para esses adolescentes.

### 3.6.2.2. Quantidade e perfil dos adolescentes inseridos no Serviço

Entre 2024 e 2025, foram registrados 166 novos ingressos nas Medidas Socioeducativas, com predominância do sexo masculino nos dois anos analisados. Embora o número de adolescentes do sexo feminino também tenha aumentado no período, a maior parte dos ingressos permaneceu concentrada entre adolescentes do sexo masculino, conforme apresentado no gráfico a seguir.

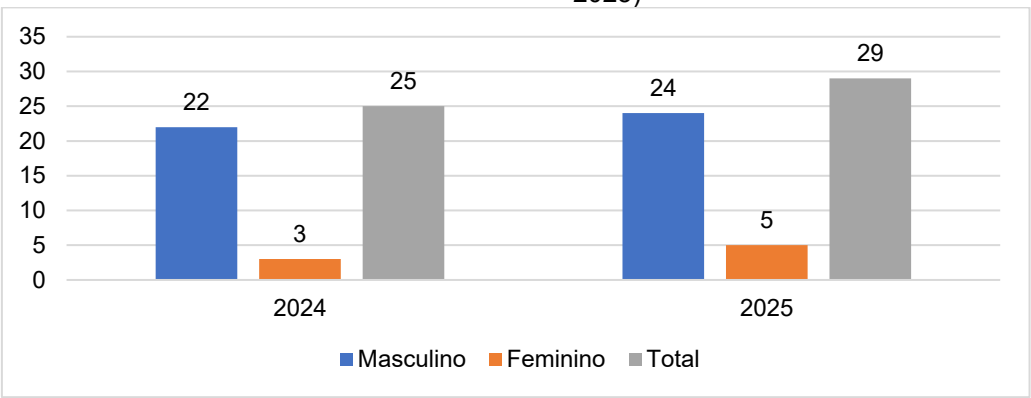
Gráfico 32 - Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento (2024 -2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Em relação à Liberdade Assistida, foram registradas 54 medidas no período analisado. Observa-se aumento entre os anos, passando de 25 medidas em 2024 para 29 em 2025, conforme apresentado no gráfico a seguir.

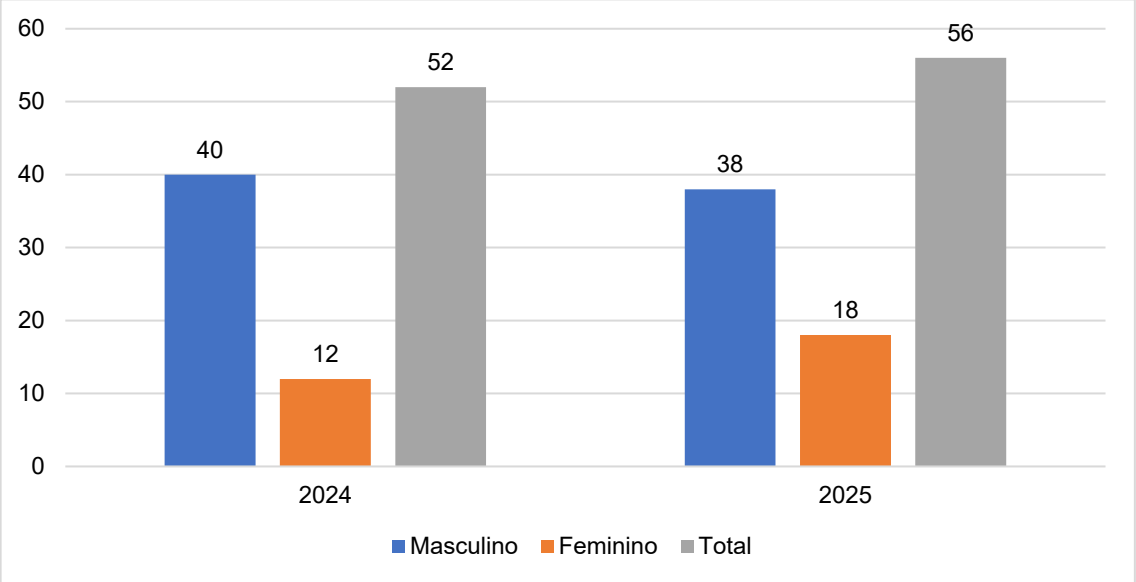
Gráfico 33 - Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento (2024 - 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Quanto à Prestação de Serviços à Comunidade, foram registradas 108 medidas no período analisado. Observa-se aumento de 52 medidas em 2024 para 56 em 2025, correspondente a 7,7%.

Gráfico 34 - Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento (2024 - 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

A idade dos adolescentes no momento da aplicação da medida socioeducativa constitui aspecto relevante para a análise, observando-se maior concentração dos registros entre 16 e 18 anos. No período analisado, foram registrados 168 adolescentes, sendo 80 em 2024 e 88 em 2025. Conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 65 - Quantidade de MSE por idade dos adolescentes (2024 - 2025)

| Idade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| 12 anos | - | - | - |
| 13 anos | - | 6 | 6 |
| 14 anos | 14 | 3 | 17 |
| 15 anos | 6 | 9 | 15 |
| 16 anos | 14 | 25 | 39 |
| 17 anos | 14 | 22 | 36 |
| 18 anos | 21 | 12 | 33 |
| 19 anos | 8 | 11 | 19 |
| 20 anos | 3 | - | 3 |
| **Total Geral** | **80** | **88** | **168** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

A concentração dos registros entre adolescentes de 16 a 18 anos reforça a importância de ações e políticas públicas voltadas à educação, à profissionalização, ao acesso ao trabalho e à renda e ao fortalecimento da convivência familiar e

comunitária, considerando a proximidade com a maioridade e a transição para a vida adulta.

No que diz respeito à localidade de residência dos adolescentes, nos anos de 2024 e 2025, observa-se distribuição dos registros entre diferentes bairros e localidades do município. No período, foram registrados 167 adolescentes, sendo 79 em 2024 e 88 em 2025, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 66 - Quantidade de adolescentes em MSE, por bairros e localidades (2024 - 2025)

| Bairro/Localidade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Aeroporto | 1 | 1 | **2** |
| Alto da Gloria | - | 1 | **1** |
| Alvorada | 13 | 17 | **30** |
| Amadori | - | - | **-** |
| Baixada | - | - | **-** |
| Bancários | 1 | - | **1** |
| Bela Vista | 5 | 4 | **9** |
| Bonatto | - | 2 | **2** |
| Bortot | - | - | **-** |
| Centro | 3 | 6 | **9** |
| Comunidade Fazenda da Barra | - | - | **-** |
| Comunidade Três Pontes | - | - | **-** |
| Comunidade Passo da Ilha | - | - | **-** |
| Comunidade São Bráz | - | - | **-** |
| Comunidade sede dom Carlos | - | 1 | **1** |
| Cristo Rei | - | - | **-** |
| Fraron | 1 | 3 | **4** |
| Gralha Azul | 2 | 1 | **3** |
| Industrial | - | - | **-** |
| Jardim das Américas | - | - | **-** |
| Jardim Floresta | 9 | 7 | **16** |
| Jardim Primavera | - | 1 | **1** |
| La Salle | - | - | **-** |
| Linha Martinelo | - | - | **-** |
| Linha Independência | - | 1 | **1** |
| Menino Deus | 1 | 4 | **5** |
| Morumbi | 1 | - | **1** |
| Novo Horizonte | 2 | 2 | **4** |
| Parzianello | 1 | - | **1** |
| Pinheirinho | 5 | 3 | **8** |
| Planalto | 6 | 4 | **10** |
| Sambugaro | - | - | **-** |
| Santa Terezinha | 1 | 1 | **2** |
| Santo Antônio | 4 | 3 | **7** |

| Bairro/Localidade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| São Cristóvão | 5 | 13 | **18** |
| São Francisco | 2 | - | **2** |
| São João | 6 | 1 | **7** |
| São Luiz | - | 1 | **1** |
| São Roque | 2 | 1 | **3** |
| São Roque do Chopim | 2 | - | **2** |
| São Vicente | - | 2 | **2** |
| Sudoeste | 1 | 4 | **5** |
| Veneza | - | 3 | **3** |
| Vila Esperança | 1 | - | **1** |
| Vila Isabel | 1 | 1 | **2** |
| **Total Geral** | **79** | **88** | **167** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Entre as localidades com maior número de registros no período, destacam-se Alvorada, com 30 adolescentes, São Cristóvão, com 18, Jardim Floresta, com 16, Planalto, com 10, e Bela Vista e Centro, com 9 registros cada. Juntos, esses territórios concentraram 92 registros, correspondentes a 55,1% do total.

### 3.6.2.3. Medidas Protetivas aplicadas aos adolescentes

No acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, podem ser identificadas situações que necessitam da aplicação de medidas protetivas, como forma complementar de proteção e garantia de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece, em seu art. 101, medidas de proteção aplicáveis pela autoridade competente, conforme as necessidades identificadas (BRASIL, 1990).

As medidas protetivas podem ser aplicadas de forma concomitante às medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), de acordo com as necessidades do adolescente, articulando proteção e responsabilização no atendimento socioeducativo.

Entre os registros, a medida de “orientação, apoio e acompanhamento temporários” apresentou o maior quantitativo, com 2 registros em 2025, enquanto a medida de “matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental” apresentou 1 registro, em 2024, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 67 -Quantitativo de Medidas protetivas aplicadas (2024 – 2025)

| Tipo de Medidas Protetivas | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Inclusão em Programa Comunitário ou Oficial de Auxílio à Família, à Criança e ao Adolescente | - | - | **-** |
| Inclusão em Programa Oficial ou Comunitário de Auxílio, Orientação e Tratamento a Alcoólatras e Toxicômanos | - | - | **-** |
| Matrícula e Frequência obrigatória em Estabelecimento Oficial de Ensino Fundamental | 1 | - | **1** |
| Obrigação de Reparar o Dano | - | - | **-** |
| Orientação, Apoio e Acompanhamento Temporários | | 2 | **2** |
| Requisição de Tratamento Médico, Psicológico ou Psiquiátrico, em Regime Hospitalar | - | 1 | **1** |
| **Total Geral** | **1** | **3** | **4** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

### 3.6.3. Serviço Especializado em Abordagem Social

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado em Abordagem Social consiste em:

> Serviço ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. (BRASIL, 2009, p. 31).

#### 3.6.3.1. Quantidade e perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social

Em 2024, foram registradas 493 pessoas abordadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, com predominância do sexo masculino na faixa etária de 18 a 59 anos. Em 2025, foram registradas 869 pessoas abordadas e 2.632 atendimentos realizados pelo Serviço. A distribuição por sexo e faixa etária está apresentada na Tabela 68.

Tabela 68 - Quantidade e perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social

| Ano | Total | Sexo | 0 a 12 anos | 13 a 17 anos | 18 a 59 anos | 60 anos+ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2024 | 493 | Masc. | 13 | 3 | 335 | 35 |
| | | Fem. | 9 | 3 | 81 | 14 |

| Ano | Total | Sexo | 0 a 12 anos | 13 a 17 anos | 18 a 59 anos | 60 anos+ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2025 | 869 | Masc. | 15 | 4 | 301 | 110 |
| | | Fem. | 12 | 4 | 290 | 18 |
| | | Não infor. | 6 | 7 | 95 | 7 |

Fonte: SNAS, 2026. Sistema Municipal de Registros, agosto/2026

A análise dos dados evidencia aumento no quantitativo de pessoas abordadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social entre 2024 e 2025, passando de 493 para 869 pessoas, o que representa um acréscimo de 376 pessoas, equivalente a 76,3%.

Em 2025, também foram registrados 2.632 atendimentos, demonstrando um volume de atendimentos superior ao número de pessoas abordadas no período.

Quanto ao perfil do público atendido, os registros indicam predominância de pessoas do sexo masculino na faixa etária de 18 a 59 anos em 2024. Em 2025, considerando a distribuição apresentada na tabela, observa-se maior concentração de registros na faixa etária de 18 a 59 anos, com 686 pessoas.

### 3.6.3.2. Situações identificadas pelo Serviço de Abordagem Social

Antes da análise dos dados, cabe destacar que as informações apresentadas correspondem aos registros disponíveis no sistema no momento da extração dos dados, considerando as situações identificadas pela equipe durante as abordagens realizadas. Ressalta-se que uma mesma pessoa pode ser abordada mais de uma vez e ter sua situação registrada em diferentes momentos.

Conforme os dados extraídos do sistema, foram identificadas 272 situações em 2024 e 351 em 2025, representando aumento de 79 registros. Em 2024, predominaram situações relacionadas a pessoas migrantes (209), enquanto, em 2025, prevaleceram os registros de pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas (338). As demais situações previstas no levantamento não apresentaram registros nos dois anos, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 69 - Situações identificadas pelo Serviço de Abordagem Social

| Grupos | 2024 | 2025 |
|---|---|---|
| Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) | 0 | 0 |
| Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual | 0 | 0 |
| Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas | 0 | 0 |
| Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas | 63 | 338 |
| Migrantes | 209 | 13 |
| **Total** | **272** | **351** |

Fonte: SNAS, 2026.

Observa-se uma mudança nas situações identificadas, pelo Serviço, entre o período analisado. Enquanto em 2024 predominavam os registros relacionados a pessoas migrantes, em 2025 destacaram-se as situações envolvendo pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas. Essa alteração constitui elemento relevante para a compreensão das demandas identificadas pelo Serviço e para o planejamento das ações e da articulação com a rede de proteção.

Quanto ao atendimento a grupos populacionais tradicionais e específicos, em 2024 foram registradas 4 pessoas indígenas, 3 crianças de até 12 anos e 1 pessoa adulta de 18 a 59 anos. Em 2025, não houve registro de pessoas indígenas.

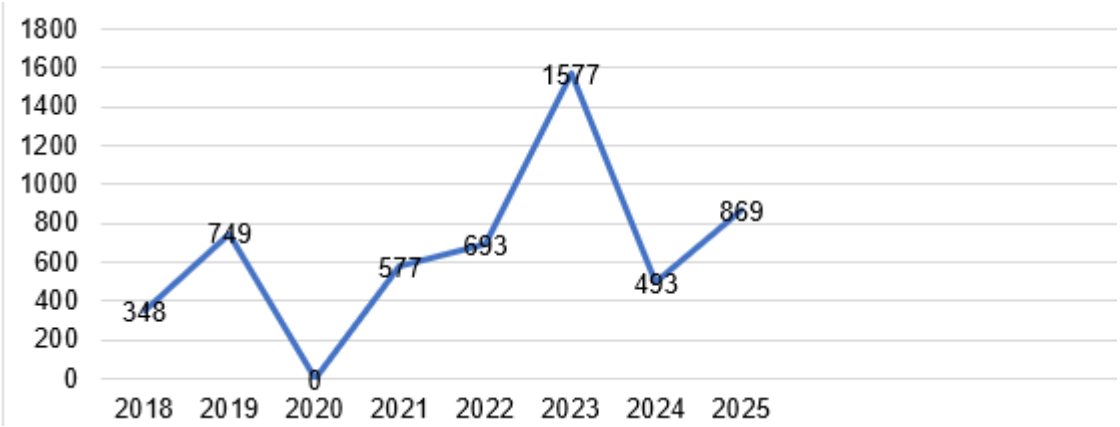
No que se refere aos locais utilizados para pernoite, observa-se redução dos registros na maioria das situações entre 2024 e 2025. Em 2024, destacaram-se os albergues, com 545 registros, as marquises, com 369, os terminais urbanos, com 281, os imóveis abandonados, com 267, as passarelas e pontes, com 263, os terrenos baldios, com 257, e as praças e bosques, com 255. Em 2025, os albergues permaneceram como um dos locais com maior número de registros, com 312 casos, seguidos pelas marquises, com 87.

### 3.6.3.3. Volume de abordagens realizadas

Outro dado extraído do RMA do CREAS refere-se ao volume total de abordagens realizadas, considerando a frequência com que as pessoas foram abordadas ao longo de cada mês, com os dados apresentados de forma agregada por ano.

A série histórica apresentada no Gráfico 35 demonstra oscilações no volume de abordagens registradas entre 2018 e 2025, sendo necessário considerar as alterações na organização do Serviço de Abordagem Social para a interpretação dos resultados. Ressalta-se que esses dados são apenas referentes a pessoa, isto é, se uma mesma pessoa teve no período mais de uma abordagem, é considerado apenas uma única vez.

Gráfico 35 - Volume da evolução das abordagens realizadas




Fonte: SNAS, 2026.

Em 2024, o Serviço de Abordagem Social estava vinculado ao CREAS, sendo suas atividades registradas no Relatório Mensal de Atendimentos (RMA) do equipamento. Em 2025, passou por uma reorganização de sua estrutura e equipe, passando a funcionar em espaço próprio, com equipe específica e registros realizados de forma independente do RMA do CREAS.

Dessa forma, as variações observadas na série histórica devem ser analisadas considerando as mudanças na organização e na sistemática de registro do Serviço. Essas alterações interferem na comparabilidade dos dados entre os períodos, não permitindo que as diferenças identificadas sejam interpretadas, isoladamente, como mudanças na demanda por abordagem social no município.

### 3.6.4. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Nos Registros Mensais de Atendimento do CREAS, referentes ao período de 2024 a 2025, foram registradas 3 pessoas em situação de rua no PAEFI, todas em 2024. As pessoas registradas tinham entre 18 e 59 anos, sendo 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Em 2025, não foram registrados novos casos nessa categoria.

### 3.6.5. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias oferece atendimento especializado a pessoas com deficiência ou idosas com algum grau de dependência e suas famílias, especialmente diante de situações que possam comprometer sua autonomia e participação social. Tem como finalidade promover autonomia, inclusão social, convivência familiar e comunitária e acesso a direitos, além de identificar demandas das pessoas atendidas e de seus cuidadores, inclusive situações de violência ou violação de direitos, realizando os encaminhamentos necessários à rede de proteção.

No município, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias é referenciado à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que atende pessoas com deficiência ou algum grau de dependência em diferentes faixas etárias.

As tabelas a seguir apresentam os registros da APAE referentes aos anos de 2024 e 2025, distribuídos por faixa etária e tipo de deficiência ou condição registrada.

Na faixa etária de 0 a 6 anos, foram contabilizados 8 registros em 2024 e 16 em 2025, totalizando 24 no período. Quanto às condições registradas, observa-se predominância da deficiência intelectual, com 15 registros. Também foram identificados registros de deficiência física, deficiência múltipla, Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista e transtorno mental, enquanto não houve registros de baixa visão, cegueira ou deficiência auditiva.

Tabela 70 - Pessoas atendidas pela APAE (0 a 6 anos)

| Tipo de deficiência ou condição registrada | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Baixa visão | - | - | - |

| Tipo de deficiência ou condição registrada | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Cegueira | - | - | - |
| Deficiência auditiva | - | - | - |
| Deficiência física | 1 | 2 | 3 |
| Deficiência intelectual | 7 | 8 | 15 |
| Deficiência múltipla | - | 1 | 1 |
| Síndrome de Down | - | 1 | 1 |
| Transtorno do Espectro Autista | - | 1 | 1 |
| Transtorno mental | - | 3 | 3 |
| **Total** | **8** | **16** | **24** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Na faixa etária de 7 a 12 anos, foram contabilizados 83 registros no período de 2024 a 2025, sendo 15 em 2024 e 68 em 2025. Quanto às condições registradas, predominou a deficiência intelectual, com 62 registros no período, sendo 11 em 2024 e 51 em 2025, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 71 - Pessoas atendidas pela APAE (7 a 12 anos)

| Tipo de deficiência ou condição registrada | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Baixa visão | - | - | - |
| Deficiência física | 2 | 5 | 7 |
| Deficiência auditiva | - | - | - |
| Deficiência intelectual | 11 | 51 | 62 |
| Deficiência múltipla | - | 2 | 2 |
| Síndrome de Down | 2 | 1 | 3 |
| Transtorno do Espectro Autista | - | 1 | 1 |
| Transtorno mental | - | 8 | 8 |
| **Total** | **15** | **68** | **83** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Na faixa etária de 13 a 17 anos, foram contabilizados 121 registros, sendo 24 em 2024 e 97 em 2025, representando aumento de 73 registros. Predominou a deficiência intelectual, com 73 registros, seguida pela deficiência física, com 21. Também foram identificados registros de baixa visão, deficiência auditiva, deficiência múltipla e transtorno mental, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 72 - Pessoas atendidas pela APAE (13 a 17 anos)

| Tipo de deficiência ou condição registrada | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Baixa visão | 1 | 8 | **9** |

| Tipo de deficiência ou condição registrada | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Deficiência auditiva | - | 5 | **5** |
| Deficiência física | 2 | 19 | **21** |
| Deficiência intelectual | 21 | 52 | **73** |
| Deficiência múltipla | - | 3 | **3** |
| Síndrome de Down | - | - | **-** |
| Transtorno do Espectro Autista | - | - | **-** |
| Transtorno mental | - | 10 | **10** |
| **Total** | **24** | **97** | **121** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Na faixa etária de 18 a 59 anos, foram contabilizados 225 registros no período, sendo 140 em 2024 e 85 em 2025, representando redução de 55 registros. Predominou a deficiência intelectual, com 185 registros, seguida pela deficiência física, com 15. Também foram identificados registros de deficiência múltipla, Síndrome de Down, deficiência auditiva e transtorno mental, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 73 - Pessoas atendidas pela APAE (18 a 59 anos)

| Tipo de deficiência ou condição registrada | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Baixa visão | - | - | **-** |
| Cegueira | - | - | **-** |
| Deficiência auditiva | 2 | - | **2** |
| Deficiência física | 8 | 7 | **15** |
| Deficiência intelectual | 117 | 68 | **185** |
| Deficiência múltipla | 4 | 7 | **11** |
| Surdez | - | - | **-** |
| Síndrome de Down | 9 | 1 | **10** |
| Transtorno mental | - | 2 | **2** |
| **Total** | **140** | **85** | **225** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, foram contabilizados 79 registros no período, sendo 15 em 2024 e 64 em 2025, representando aumento de 49 registros. Quanto às condições registradas, predominou a deficiência intelectual, com 46 registros, seguida pela deficiência múltipla, com 14. Também foram identificados registros de deficiência física, surdez, baixa visão, Síndrome de Down, cegueira e transtorno mental, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 74 - Pessoas atendidas na APAE (60 anos ou mais)

| Tipo de deficiência ou condição registrada | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Baixa visão | 1 | 3 | **4** |
| Cegueira | 1 | - | **1** |
| Deficiência física | 1 | 4 | **5** |
| Deficiência intelectual | 3 | 43 | **46** |
| Deficiência Múltipla | 7 | 7 | **14** |
| Surdez | 2 | 3 | **5** |
| Síndrome de Down | - | 2 | **2** |
| Transtorno mental | - | 2 | **2** |
| **Total** | **15** | **64** | **79** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

A análise dos registros da APAE referentes aos anos de 2024 e 2025 evidencia o atendimento a pessoas com deficiência e outras condições que demandam acompanhamento especializado em diferentes fases da vida.

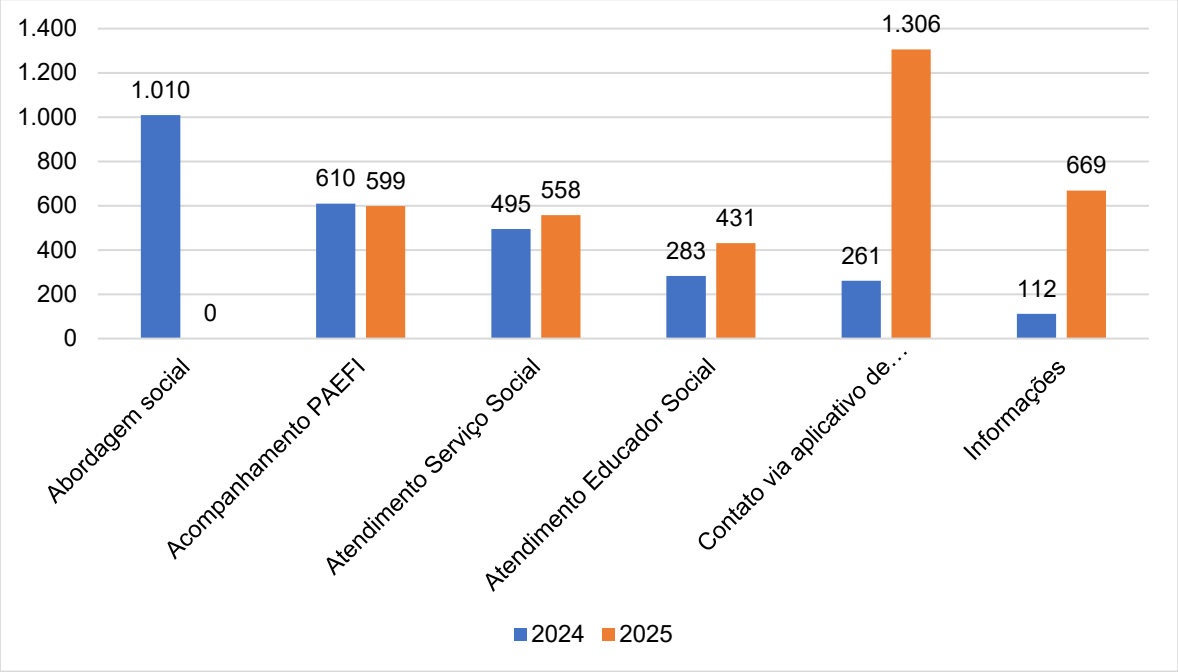
Conforme os dados apresentados nas tabelas por faixa etária, foram contabilizados 532 registros no período analisado, sendo 202 em 2024 e 330 em 2025. A maior concentração ocorreu na faixa etária de 18 a 59 anos, com 225 registros, seguida pelos adolescentes de 13 a 17 anos, com 121; pelas crianças de 7 a 12 anos, com 83; pelas pessoas de 60 anos ou mais, com 79; e pelas crianças de 0 a 6 anos, com 24 registros. A deficiência intelectual apresentou o maior quantitativo, com 381 registros no período, estando presente em todas as faixas etárias analisadas.

Em 2025, observou-se aumento dos registros entre crianças, adolescentes e pessoas idosas, enquanto a faixa etária de 18 a 59 anos apresentou redução. Essas variações contribuem para a compreensão das necessidades das diferentes faixas etárias e podem subsidiar o planejamento da proteção social, especialmente quanto à promoção da autonomia, ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária, ao apoio às famílias e à articulação com a rede socioassistencial.

### 3.6.6. Principais motivos de atendimentos do CREAS

Entre 2024 e 2025, observa-se alteração na distribuição dos principais motivos de atendimento registrados pelo CREAS. Em 2024, destacaram-se a abordagem social, com 1.010 registros, e o acompanhamento pelo PAEFI, com 610. Em 2025, os maiores quantitativos corresponderam a contatos via aplicativo, com 1.306 registros, e a solicitações de informações, com 669, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 36 - Atendimentos CREAS (2024 - 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

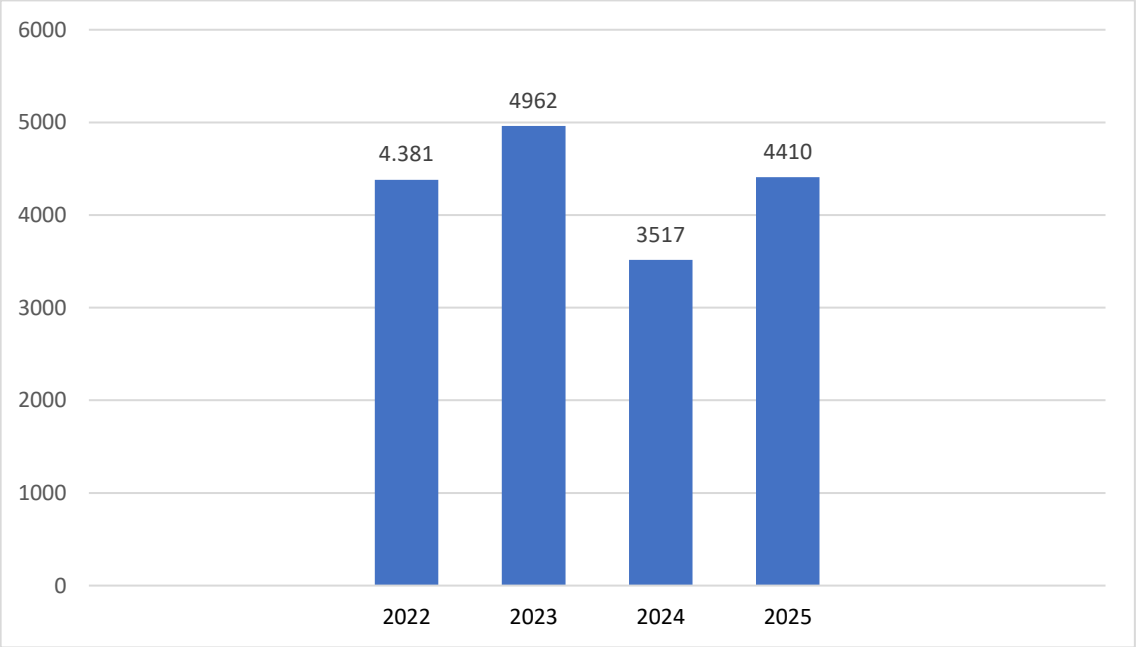
Entre os motivos que apresentaram aumento no período, destaca-se o contato via aplicativo, que passou de 261 registros em 2024 para 1.306 em 2025, representando acréscimo de 1.045 registros. O motivo “informações” também apresentou aumento, passando de 112 para 669 registros, enquanto os atendimentos do educador social passaram de 283 para 431 e os do serviço social, de 495 para 558 registros.

O acompanhamento PAEFI apresentou pequena redução, passando de 610 registros em 2024 para 599 em 2025. Já a Abordagem Social passou de 1.010 registros em 2024 para nenhum registro em 2025, em razão da reorganização do serviço, que passou a funcionar de forma independente do CREAS, com equipe e registros próprios. Essa alteração deve ser considerada na análise comparativa dos dados.

Assim, os registros evidenciam mudanças nos motivos e nos canais de atendimento do CREAS no período analisado, considerando também as alterações na organização dos serviços.

A evolução dos atendimentos realizados pelo CREAS permite observar as variações no volume de registros ao longo dos anos, contribuindo para a compreensão da dinâmica de atendimento da unidade. No período analisado, verifica-se alteração no quantitativo de atendimentos, com redução em 2024 e aumento em 2025, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 37 - Evolução dos atendimentos - CREAS (2022 -2025)




Fonte: SNAS, 2026.

No período analisado, observa-se aumento no volume de atendimentos realizados pelo CREAS. Em 2024, foram registrados 3.517 atendimentos, enquanto, em 2025, esse quantitativo passou para 4.410, representando acréscimo de 893 atendimentos.

Considerando os anos anteriores, observa-se redução no volume de atendimentos entre 2023 e 2024, seguida de aumento em 2025. O quantitativo registrado em 2025 ficou próximo ao de 2022, que apresentou 4.381 atendimentos, com diferença de 29 registros, e permaneceu abaixo de 2023, que registrou 4.962 atendimentos, com diferença de 552 registros. Dessa forma, a evolução demonstra aumento do volume de atendimentos em 2025 em relação a 2024, alcançando

quantitativo semelhante ao observado em 2022, embora ainda inferior ao registrado em 2023.

### 3.6.7. Encaminhamentos Sociais do CREAS

Com relação aos encaminhamentos sociais realizados pelo CREAS, observa-se aumento no número de registros entre 2024 e 2025. Em 2024, foram registrados 747 encaminhamentos, enquanto, em 2025, foram contabilizados 2.282, representando acréscimo de 1.535 registros, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 75 - Encaminhamentos sociais (CREAS)

| Encaminhamento | 2024 | 2025 | Total Geral |
|---|---|---|---|
| Encaminhamento do CREAS para o CRAS | 48 | 132 | **180** |
| Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial | 32 | 1 | **33** |
| Encaminhamento para profissional da mesma unidade de Assistência Social | 160 | 741 | **901** |
| Outros encaminhamentos | 351 | 1327 | **1678** |
| Para acesso a Benefícios Eventuais | 1 | - | **1** |
| Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc.) | 4 | 15 | **19** |
| Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica | 23 | - | **23** |
| Para Agência do Trabalhador | 3 | 1 | **4** |
| Para atualização cadastral no CadÚnico | 17 | 2 | **19** |
| Para Conselho Tutelar | 4 | - | **4** |
| Para Educação - Creche e Pré-escola (ensino infantil) | 14 | 5 | **19** |
| Para Educação - Rede regular de ensino (ensino fundamental e ensino médio) | 3 | 4 | **7** |
| Para Educação de Jovens de Adultos (por exemplo: Brasil Alfabetizado) | 1 | - | **1** |
| Para Ministério Público | 7 | - | **7** |
| Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde | 10 | 43 | **53** |
| Para programa da Área de habitação | 5 | 1 | **6** |
| Para serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes | 15 | 2 | **17** |
| Para serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a Idosos | 16 | 7 | **23** |
| Para serviços de esporte | 3 | - | **3** |
| Para Serviços de Saúde Mental | 2 | - | **2** |
| Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à capacitação profissional | - | - | **-** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda | 3 | 1 | **4** |
| Para Unidade de Saúde da Família | 25 | - | **25** |
| **Total Geral** | **747** | **2282** | **3029** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Entre os encaminhamentos registrados no período, destacam-se aqueles direcionados a profissionais da mesma unidade, que totalizaram 901 registros, e os classificados como “outros encaminhamentos”, com 1.678 registros. O encaminhamento do CREAS para o CRAS também apresentou aumento, passando de 48 registros em 2024 para 132 em 2025.

Os demais encaminhamentos apresentaram quantitativos inferiores, com variações entre os anos, incluindo direcionamentos para serviços de saúde, documentação civil, educação, habitação, serviços de convivência e outras políticas públicas. Ressalta-se que os registros podem não refletir a totalidade das articulações realizadas pelos profissionais, considerando que algumas ações podem ocorrer sem o respectivo registro no sistema. Dessa forma, os dados devem ser interpretados considerando a possibilidade de sub-registro das articulações realizadas pelo serviço.

Nesse sentido, o registro dos encaminhamentos realizados é fundamental para subsidiar o acompanhamento das situações atendidas, a continuidade das intervenções e a análise da articulação do CREAS com os serviços socioassistenciais e as demais políticas públicas que compõem a rede de proteção social.

## 3.7. INDICADORES DE DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade compreende a oferta de serviços especializados, em diferentes modalidades e unidades, a fim de assegurar o acolhimento de indivíduos ou famílias com fragilização ou com rompimento de vínculos familiares, ou, ainda, que necessitam ser afastados temporariamente de seus contextos familiares ou comunitários para que lhes seja garantida a sua proteção. O acolhimento no SUAS se dará em duas situações:

a) Quando os vínculos familiares estiverem fragilizados/rompidos e;

b) Quando o afastamento for necessário como medida protetiva.

Dessa forma, os serviços de acolhimento possuem caráter excepcional e provisório, devendo ser adotadas medidas que possibilitem, sempre que possível, a superação das situações que motivaram o afastamento e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. O acolhimento deve permanecer pelo período necessário, até que seja viabilizado o retorno à família de origem, o encaminhamento para família substituta, quando cabível, ou, nos casos em que essa alternativa não seja possível, o desenvolvimento de condições para a autonomia e a vida independente.

Conforme estabelecido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os Serviços de Acolhimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade compreendem as seguintes modalidades:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- Abrigo institucional;
- Casa - Lar;
- Casa de Passagem;
- Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

No município, a oferta de Proteção Social Especial de Alta Complexidade contempla diferentes modalidades e unidades de acolhimento. Nos itens a seguir, serão apresentados os dados da Casa de Acolhimento Proteger, do Serviço de Família Acolhedora e das instituições privadas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), sendo elas a Associação Missão Vida Nova, o Lar dos Idosos São Francisco de Assis e a Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer (GAMA).

A análise contempla o perfil dos usuários atendidos e os principais dados relacionados aos acolhimentos e desacolhimentos registrados nos anos de 2024 e 2025.

### 3.7.1. Casa de Acolhimento Proteger

Segundo as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, quando necessária a proteção da integridade física e psicológica de crianças e adolescentes, o afastamento da família de origem deve ocorrer mediante aplicação de medida de proteção e inserção em serviço de acolhimento, nas modalidades de acolhimento institucional, Casa-Lar ou Família Acolhedora.

A medida de acolhimento está prevista no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e possui caráter provisório e excepcional, constituindo forma de transição para a reintegração familiar ou, quando esta não for possível, para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 2021, p. 66).

A Casa de Acolhimento Proteger é uma unidade de acolhimento institucional destinada ao atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, de ambos os sexos. Em 2024, foram registrados 23 acolhimentos, enquanto, em 2025, esse número passou para 24, correspondendo a um aumento de 1 registro no período. Ao todo, foram contabilizados 47 registros de acolhimento nos dois anos analisados. Observa-se, ainda, variação na distribuição dos registros segundo a faixa etária, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 76 – Número de acolhidos, por faixa etária (2024 - 2025)

| Faixa etária | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Até 6 anos | 10 | 14 | **24** |
| Entre 7 e 12 anos | 5 | 3 | **8** |
| Entre 13 e 17 anos | 8 | 7 | **15** |
| **Total** | **23** | **24** | **47** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Entre as crianças de até 6 anos, os registros passaram de 10, em 2024, para 14, em 2025, correspondendo a um aumento de 4 registros. Essa faixa etária

concentrou o maior número de acolhimentos no período, totalizando 24 registros. Entre as crianças de 7 a 12 anos, houve redução de 5 para 3 registros, enquanto entre os adolescentes de 13 a 17 anos os registros passaram de 8 para 7.

Considerando os dois anos, os registros de acolhimento concentraram-se, portanto, entre crianças de até 6 anos, que representaram 24 dos 47 registros, seguidas pelos adolescentes de 13 a 17 anos, com 15 registros, e pelas crianças de 7 a 12 anos, com 8 registros.

Quanto ao sexo, observa-se que, em 2024, foram registrados 14 acolhimentos de crianças e adolescentes do sexo feminino e 9 do sexo masculino. Em 2025, foram registrados 11 do sexo feminino, 12 do sexo masculino e 1 sem informação de sexo.

Tabela 77 - Número de acolhidos, por sexo (2024 -2025)

| Sexo | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Feminino | 14 | 11 | 25 |
| Masculino | 9 | 12 | 21 |
| Não informado | - | 1 | 1 |
| **Total** | **23** | **24** | **47** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Os motivos de acolhimento apresentados na tabela correspondem àqueles registrados nas guias de acolhimento institucional e nos demais documentos que fundamentam o ingresso da criança ou do adolescente no serviço, conforme encaminhamento do Poder Judiciário ou requisição do Conselho Tutelar. Dessa forma, os registros refletem o motivo informado no documento que fundamentou o acolhimento institucional.

Tabela 78 - Motivos de acolhimento (2024 -2025)

| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Abandono pelos pais ou responsáveis | 5 | 3 | 8 |
| Abuso sexual/suspeita de abuso sexual | - | - | - |
| Acolhimento de Passagem | - | - | - |
| Carência de recursos materiais | 1 | - | 1 |
| Conflito familiar | 9 | 2 | 11 |
| Entrega voluntária | - | 2 | 2 |

| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Mandado judicial | 1 | 5 | 6 |
| Negligência | 1 | 4 | 5 |
| Pais/responsáveis dependentes químicos | - | 3 | 3 |
| Situação de risco | 4 | 3 | 7 |
| Violência física | - | - | - |
| Situação de rua | 1 | - | 1 |
| Transferência e outra instituição de acolhimento | 1 | - | 1 |
| Violência Psicológica | - | 2 | 2 |
| **Total Geral** | **23** | **24** | **47** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Em 2024, destacaram-se o conflito familiar, com 9 ocorrências, o abandono pelos pais ou responsáveis, com 5, e a situação de risco, com 4. Os demais registros corresponderam à carência de recursos materiais, situação de rua, transferência de outra instituição, entrega voluntária, mandado judicial e negligência, com 1 ocorrência cada.

Em 2025, destacaram-se o mandado judicial, com 5 ocorrências, a negligência, com 4, o abandono pelos pais ou responsáveis e a situação de pais ou responsáveis dependentes químicos, com 3 cada. Também foram registrados conflito familiar e situação de risco, com 2 e 3 ocorrências, respectivamente, além de entrega voluntária e violência psicológica, com 2 ocorrências cada. Também foram registrados conflito familiar, entrega voluntária e violência psicológica. Quanto o motivo “carência de recursos materiais”, ressalta-se que a insuficiência de recursos, por si só, não constitui fundamento para o afastamento familiar, conforme estabelece o ECA, devendo ser consideradas medidas de proteção e apoio à família.

Quanto à localidade de origem dos acolhidos, os registros apresentam distribuição entre diferentes bairros e localidades do município, além de 7 registros sem informação de localidade. Entre os locais identificados, destacam-se São João, com 10 registros no período, La Salle, com 5, e Morumbi e Sudoeste, com 4 registros cada.

Tabela 79 - Localidade (2024 -2025)

| Bairro/Localidade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Aeroporto | - | - | **-** |
| Alto da Gloria | - | - | **-** |
| Alvorada | 1 | 2 | **3** |
| Amadori | - | - | **-** |

PREFEITURA DE
PATO BRANCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| Bairro/Localidade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Baixada | - | - | - |
| Bancários | - | - | - |
| Bela Vista | - | - | - |
| Bonatto | - | - | - |
| Bortot | - | - | - |
| Centro | - | - | - |
| Comunidade Fazenda da Barra | - | - | - |
| Comunidade Três Pontes | - | - | - |
| Comunidade Passo da Ilha | - | - | - |
| Comunidade São Bráz | - | - | - |
| Comunidade sede dom Carlos | - | - | - |
| Cristo Rei | 2 | 1 | **3** |
| Fraron | - | - | - |
| Gralha Azul | - | - | - |
| Industrial | 1 | - | **1** |
| Jardim das Américas | - | - | - |
| Jardim Floresta | 1 | - | **1** |
| Jardim Primavera | - | 1 | **1** |
| La Salle | 2 | 3 | **5** |
| Linha Martinelo | - | - | |
| Linha Independência | - | - | - |
| Menino Deus | - | - | - |
| Morumbi | 4 | - | **4** |
| Novo Horizonte | - | 1 | **1** |
| Parzianello | - | - | - |
| Pinheirinho | - | - | - |
| Planalto | 1 | 1 | **2** |
| Sambugaro | 1 | - | **1** |
| Santa Terezinha | - | - | - |
| Santo Antônio | - | 1 | **1** |
| São Cristóvão | 3 | - | **3** |
| São Francisco | - | - | - |
| São João | 5 | 5 | **10** |
| São Luiz | - | - | - |
| São Roque | - | - | - |
| São Roque do Chopim | - | - | - |
| São Vicente | - | - | - |
| Sudoeste | - | 4 | **4** |
| Veneza | - | - | - |
| Vila Esperança | - | - | - |
| Vila Isabel | - | - | - |
| Não informado | 2 | 5 | **7** |
| **Total Geral** | **23** | **24** | **47** |

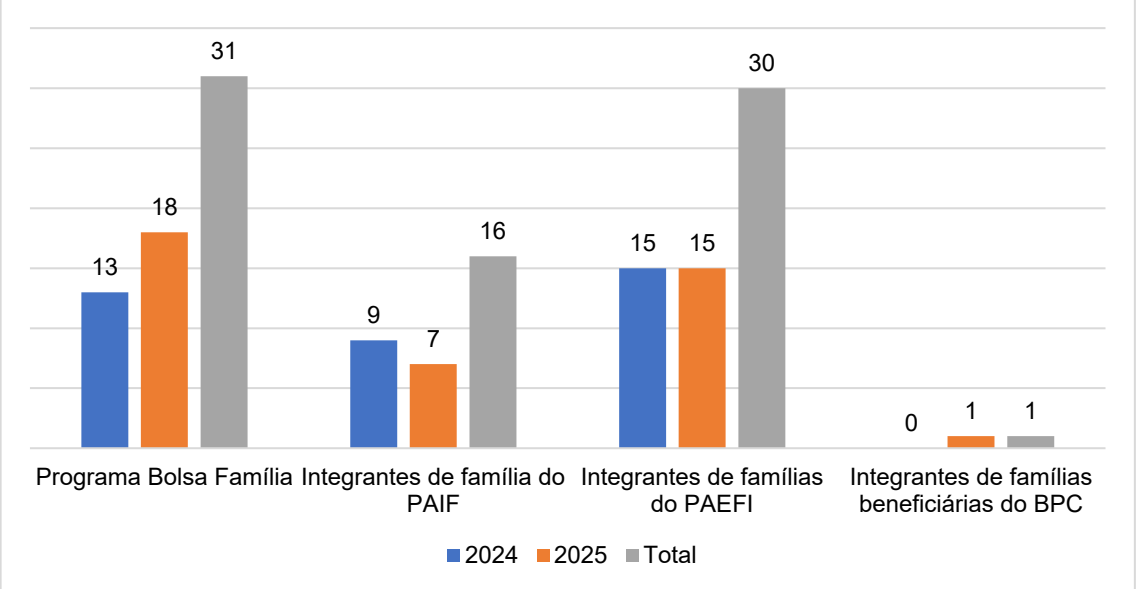
Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto/2026.

Os registros indicam maior concentração em alguns bairros, especialmente no bairro São João, que apresentou 10 acolhimentos no período, sendo 5 em cada ano. La Salle registrou 5 acolhimentos, enquanto Morumbi e Sudoeste apresentaram 4 cada. Também foram identificados registros nos bairros Alvorada, Cristo Rei, Planalto, São Cristóvão e em outros territórios com quantitativos menores.

Ressalta-se, contudo, a existência de 7 registros sem informação de bairro ou localidade, o que corresponde a aproximadamente 14,9% do total. Essa ausência de informação limita a leitura territorial dos registros e evidencia a importância do preenchimento adequado desse campo para o monitoramento da distribuição dos acolhimentos no município.

No que diz respeito aos vínculos das crianças e adolescentes acolhidos com serviços e programas da Assistência Social nos anos de 2024 e 2025, o gráfico a seguir apresenta os registros referentes à participação em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, bem como à vinculação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Gráfico 38 - Vínculos em Serviços e Programas das crianças e adolescentes acolhidos (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

No período analisado, o número de acolhidos integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família passou de 13 para 18, totalizando 31 registros. No PAIF, foram 16 registros e, no PAEFI, 30, enquanto o BPC apresentou 1 registro em 2025.

Considerando PAIF e PAEFI, foram registrados 46 acolhidos com vínculo a esses serviços. A existência desse acompanhamento não permite, isoladamente, avaliar a suficiência das intervenções, considerando as diferentes situações de risco e violação de direitos que podem fundamentar a medida protetiva.

Quanto ao desacolhimento, foram realizados 24 desacolhimentos, entre os anos de 2024 e 2025, conforme a tabela a seguir:

Tabela 80 - Motivos de desacolhimento (2024 -2025)

| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Adoção | - | 1 | 1 |
| Desligamento espontâneo | - | 2 | 2 |
| Evasão | 1 | - | 1 |
| Família substituta | - | - | 0 |
| Não informado | - | - | 0 |
| Recusa em permanecer na instituição | - | - | 0 |
| Retorno à família extensa | 1 | - | 1 |
| Retorno à família de origem | 11 | 6 | 17 |
| Transferência de modalidade de acolhimento | - | 2 | 2 |
| **Total Geral** | **13** | **11** | **24** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Nota-se que o retorno à família de origem foi o motivo mais frequente, com 17 ocorrências. Em 2024, foram registrados 11 casos e, em 2025, 6, representando redução de 5 ocorrências. O desligamento espontâneo e a transferência de modalidade de acolhimento registraram 2 ocorrências cada, ambas em 2025. A adoção apresentou 1 ocorrência em 2025, enquanto a evasão e o retorno à família extensa registraram 1 ocorrência cada, ambos em 2024.

Considerando o retornos à família de origem e à família extensa, o retorno ao convívio familiar correspondeu a 18 dos 24 desacolhimentos, representando 75% do

total e constituindo a principal forma de encerramento dos acolhimentos no período analisado.

De modo geral, os dados evidenciam a presença de diferentes situações que ocasionaram a aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional, com variações quanto à faixa etária, aos motivos registrados e aos territórios de origem. Destaca-se a maior concentração de registros entre crianças de até 6 anos, a presença de situações relacionadas ao conflito familiar, abandono e negligência, bem como a existência de vínculos de parte dos acolhidos com serviços e benefícios da Assistência Social. No desacolhimento, o retorno ao convívio familiar constituiu a principal forma de desacolhimento, indicando a relevância das ações voltadas à preservação e ao fortalecimento dos vínculos familiares e à articulação da rede de proteção.

### 3.7.2. Família acolhedora

O Serviço de Família Acolhedora é responsável pela organização e oferta do acolhimento de crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem por medida de proteção, proporcionando-lhes acolhimento temporário no ambiente de famílias previamente selecionadas, capacitadas e cadastradas para essa finalidade. O acolhimento possui caráter provisório e excepcional, tendo como finalidade a garantia da proteção integral da criança ou do adolescente, priorizando-se o retorno à família de origem ou, quando isso não for possível, o encaminhamento para família substituta, inclusive mediante adoção, conforme as determinações legais e judiciais aplicáveis.

Entre as principais atribuições do Serviço estão a seleção, capacitação, cadastramento e acompanhamento das famílias acolhedoras, bem como o acompanhamento contínuo da criança ou adolescente acolhido e de sua família de origem, visando favorecer a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a reintegração familiar, sempre que possível.

Para que uma família possa estar apta ao Serviço de acolhimento familiar é necessário atender aos seguintes requisitos:

I – ser maior de 21 (vinte e um anos), sem restrição quanto ao estado civil;

II – ser residente no Município há pelo menos dois anos;

III – não estar habilitado, em processo de adoção, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com o uso abusivo de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem no domicílio da família acolhedora;

VIII – comprovar a estabilidade financeira da família;

IX – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

X – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Interdisciplinar do Serviço de Acolhimento Familiar;

XI – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e acatar as orientações da Equipe Técnica.

No município, o Serviço foi implementado em abril de 2022. No primeiro ano de funcionamento, foram registrados 3 acolhimentos de crianças e adolescentes na modalidade de acolhimento familiar. Entretanto, nos anos de 2023 e 2024, não foram registrados novos acolhimentos familiares em nenhuma das faixas etárias.

A ausência de novos acolhimentos em 2023 e 2024 pode estar relacionada à insuficiência de profissionais e aos desafios na divulgação do Serviço e na mobilização de novas famílias acolhedoras. Entretanto, essa realidade foi alterada a partir de 2025, com a reestruturação da equipe, que possibilitou o fortalecimento e a reorganização do Serviço. A partir desse período, as ações passaram a ser desenvolvidas de forma mais intensificada, com ampliação da articulação com os demais serviços da rede de proteção, maior organização e planejamento das atividades e ampliação das ações de divulgação e mobilização, realizadas com maior frequência, com o objetivo de apresentar a modalidade à comunidade e estimular a participação de novas famílias acolhedoras.

Esse processo contribuiu para a retomada de novos acolhimentos, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 81 – Número de acolhidos, por faixa etária (2024 - 2025)

| Faixa etária | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Até 6 anos | - | 4 | **4** |
| Entre 7 e 15 anos | - | 1 | **1** |
| Entre 16 e 17 anos | - | - | **-** |
| **Total** | **-** | **-** | **5** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Em relação ao sexo das crianças e adolescentes acolhidos em 2025, foram registrados 2 acolhimentos do sexo masculino e 3 do sexo feminino, totalizando 5 acolhimentos no período, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 82 – Número de acolhidos, por sexo (2024 - 2025)

| Faixa etária | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Masculino | - | 2 | **2** |
| Feminino | - | 3 | **3** |
| **Total** | **0** | **5** | **5** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

O acesso ao Serviço de Acolhimento Institucional ocorre mediante determinação judicial. Em relação aos acolhimentos realizados em 2025, foram registrados 3 casos decorrentes de determinação judicial e 2 relacionados à negligência por parte dos responsáveis.

Quanto aos desacolhimentos, dos 5 acolhimentos registrados em 2025, 1 resultou em reintegração familiar, enquanto os outros 4 permaneceram em acolhimento até o período de referência.

Tabela 83 – Número de acolhimentos, desacolhimentos e que permaneceram em acolhimento (2024 - 2025)

| Ano | Quantidade de inclusões no Serviço | Quantidade de desligamentos do Serviço | Quantidade de crianças ou adolescentes que permaneceram |
|---|---|---|---|
| 2024 | 0 | 0 | 0 |
| 2025 | 5 | 1 | 4 |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Em relação ao vínculo dos acolhidos com Serviços e Programas, 3 crianças pertenciam a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, enquanto 2 pertenciam a famílias em acompanhamento pelo PAIF e PAEFI.

No que se refere ao processo de seleção e habilitação das famílias acolhedoras, após a manifestação de interesse e a apresentação da documentação necessária, são realizadas as etapas previstas para avaliação da família, incluindo entrevistas e avaliação psicossocial. Também fazem parte do processo a participação nas capacitações inicial e continuada, nas reuniões e o cumprimento das orientações da equipe técnica. Essas etapas permitem avaliar as condições da família para o exercício do acolhimento e prepará-la para o atendimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de suas famílias de origem.

Em 2025, 19 famílias manifestaram interesse em participar do Serviço de Família Acolhedora. Desse total, 4 foram habilitadas após o cumprimento das etapas previstas, correspondendo a 21,1% das famílias que manifestaram interesse no período.

### 3.7.3. Casa de Passagem

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), a Casa de Passagem constitui uma modalidade de acolhimento provisório, destinada a oferecer atendimento em ambiente com condições de privacidade para pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. O Serviço é destinado a pessoas em situação de rua e desabrigo decorrente de abandono, migração ou ausência de residência, bem como àquelas em trânsito que não disponham de condições para prover o próprio sustento.

Ainda, a Resolução 109, de 11 de novembro de 2009[8], apresenta duas modalidades de Atendimento, sendo uma delas:

> [...] em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários. (BRASIL, 2009, p. 31).

[8] Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 17 agosto. 2026.

No município, o Serviço passou a ser ofertado em 2022, anteriormente, o era executado por uma Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme registrado no diagnóstico realizado em 2022. Dessa forma, nesta seção será apresentado o perfil dos usuários que ingressaram no Serviço a partir de sua oferta no Município.

Entre os anos de 2024 e 2025, a Instituição registrou 1.886 acolhimentos, sendo 2025 o ano com maior quantitativo, com 1.050 inclusões no Serviço.

Em relação à distribuição dos acolhimentos por faixa etária, observa-se maior concentração entre pessoas de 30 a 59 anos, totalizando 1.059 registros no período, sendo 438 em 2024 e 621 em 2025. Outra faixa etária de destaque corresponde às pessoas de 18 a 29 anos, que totalizaram 406 registros no período, sendo 204 em 2025, ano com maior número de registros nessa faixa etária.

Cabe destacar que as crianças e os adolescentes apresentados na tabela a seguir estavam acompanhados de seus pais ou responsáveis. Conforme as orientações técnicas que regem o Serviço, não são realizados acolhimentos de menores de 18 anos desacompanhados.

Tabela 84 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 -2025)

| Faixa etária | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Até 6 anos | 36 | 16 | **52** |
| Entre 7 e 15 anos | 17 | 5 | **22** |
| Entre 16 e 17 anos | 7 | 4 | **11** |
| Entre 18 e 29 anos | 202 | 204 | **406** |
| Entre 30 e 59 anos | 438 | 621 | **1.059** |
| Acima de 60 anos | 109 | 144 | **253** |
| Sem informação | 27 | 56 | **83** |
| **Total** | **836** | **1050** | **1.886** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026

Em relação ao sexo dos usuários incluídos no Serviço, observa-se predominância do público masculino no período analisado. Em 2024, foram registrados 522 usuários do sexo masculino, enquanto, em 2025, esse número passou para 744, totalizando 1.266 registros nos dois anos. O público feminino contabilizou 428 registros, sendo 187 em 2024 e 241 em 2025. Também foram identificados 5 registros sem informação de sexo, todos referentes ao ano de 2024.

Tabela 85 - Número de acolhidos, por sexo (2024 - 2025)

| Sexo | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| Feminino | 187 | 241 | **428** |
| Masculino | 522 | 744 | **1.266** |
| Sem informação | 5 | 0 | **5** |
| **Total** | **714** | **985** | **1.726** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026

Quanto à nacionalidade das pessoas acolhidas, observa-se maior número de registros entre pessoas de nacionalidade venezuelana, com 93 acolhimentos, correspondendo a aproximadamente 53,8% do total. Foram registrados 45 acolhimentos em 2024 e 48 em 2025, mantendo-se como a nacionalidade com maior número de registros no período.

A nacionalidade argentina apresentou o segundo maior número de registros, com 44 acolhimentos, sendo 24 em 2024 e 20 em 2025. Na sequência, foram registrados 13 acolhimentos de pessoas de nacionalidade haitiana, 7 de nacionalidade colombiana, 6 paraguaia, 4 marroquina, 3 uruguaia, 2 cubana e 1 angolana, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 86 – Nacionalidade das pessoas acolhidas na Casa de Passagem (2024 - 2025)

| Nacionalidade | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Angola | - | 1 | **1** |
| Argentina | 24 | 20 | **44** |
| Colômbia | 4 | 3 | **7** |
| Cuba | - | 2 | **2** |
| Haiti | 8 | 5 | **13** |
| Marrocos | 1 | 3 | **4** |
| Paraguai | 1 | 5 | **6** |
| Peru | - | - | **0** |
| Uruguai | 1 | 2 | **3** |
| Venezuela | 45 | 48 | **93** |
| **Total** | **84** | **89** | **173** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026

Os dados evidenciam a predominância de pessoas de países da américa latina, especialmente Venezuela e Argentina, embora também tenham sido registrados acolhimentos de pessoas provenientes de outros países, como Haiti, Marrocos, Cuba e Angola. Esse cenário reforça a importância de considerar a população imigrante no planejamento das políticas públicas.

Em relação ao acesso ao Serviço, este pode ocorrer por encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social, do CREAS, da rede socioassistencial,

de outras políticas públicas e de órgãos de defesa de direitos, ou por demanda espontânea. Os motivos dos acolhimentos registrados no período são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 87 - Motivos de acolhimentos (2024 - 2025)

| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Abuso sexual/suspeita de abuso sexual | 1 | - | **1** |
| Acolhimento de Passagem | 642 | 26 | **668** |
| Acompanhante | 4 | 2 | **6** |
| Acompanhante aguardando alta hospitalar | - | 28 | **28** |
| Acompanhante aguardando alta hospitalar - Infante na UTI | - | - | **0** |
| Carência de recursos materiais | 1 | 4 | **5** |
| Conflito familiar | 13 | 30 | **43** |
| Deslocamento para outro município | - | - | **0** |
| Desabrigo por abandono | - | 11 | **11** |
| Desabrigo por ausência de residência | - | 6 | **6** |
| Estado de saúde | 2 | - | **2** |
| Espontâneo | 95 | 11 | **106** |
| Exame/consulta | - | 2 | **2** |
| Hemodiálise | - | - | **0** |
| Migração | - | 27 | **27** |
| Negligência | - | 46 | **46** |
| Pessoa em trânsito pelo município | - | 352 | **352** |
| Procura de trabalho | 9 | 10 | **19** |
| Situação de risco | 6 | 3 | **9** |
| Situação de rua | 59 | 415 | **474** |
| Transferência de outra instituição de acolhimento | 1 | 5 | **6** |
| Violência física | 4 | 8 | **12** |
| Violência psicológica | - | 2 | **2** |
| Outros | - | 62 | **62** |
| **Total** | **837** | **1.050** | **1.887** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Observa-se que a situação de rua apresentou aumento nos registros, passando de 59 em 2024 para 415 em 2025, totalizando 474 acolhimentos no período. Também se destaca o motivo pessoa em trânsito pelo Município, com 352 registros, todos em 2025. Juntos, esses dois motivos corresponderam a 826 acolhimentos no período.

Entre os demais motivos, destacam-se espontâneo, com 106 registros; negligência, com 46; conflito familiar, com 43; acompanhante aguardando alta hospitalar, com 28; e migração, com 27 registros. Também foram registrados acolhimentos relacionados à procura de trabalho, violência física, desabrigo por abandono e ausência de residência, entre outras situações.

No que se refere aos desacolhimentos, estes podem ocorrer por diferentes motivos, relacionados às condições e circunstâncias identificadas durante o período

de acolhimento. Os registros correspondentes e os respectivos motivos são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 88 - Motivos de desacolhimento (2024 - 2025)

| Motivo | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Acessou o mercado de trabalho | 9 | 8 | **17** |
| Descumprimento das normas ou infrações graves | - | 13 | **13** |
| Desligamento espontâneo | - | 280 | **280** |
| Evasão | - | 1 | **1** |
| Final de tratamento – Casa de Apoio Gama | 2 | 1 | **3** |
| Mudança de município | - | 2 | **2** |
| Pessoa em trânsito pelo município | 44 | 12 | **56** |
| Recusa em permanecer na instituição | 2 | 61 | **63** |
| Retorno a família extensa | - | 4 | **4** |
| Retorno a família de origem | 31 | 14 | **45** |
| Retorno ao município de origem | 30 | 86 | **116** |
| Retornou a cidade que residia | 2 | 35 | **37** |
| Se deslocou para outro município | 443 | 387 | **830** |
| Superação das condições de vulnerabilidade e/ou risco | - | 24 | **24** |
| Transferência de acolhimento | 14 | 11 | **25** |
| Transferência da modalidade de acolhimento | - | 27 | **27** |
| Usuário desacolhido para internação | - | 2 | **2** |
| Não informado | 232 | 82 | **314** |
| **Total** | **810** | **1.049** | **1.861** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Os dados apresentados demonstram aumento de 29,5% no número de desacolhimentos, passando de 810 em 2024 para 1.049 em 2025. O deslocamento para outro município permaneceu como principal motivo, embora tenha reduzido de 443 para 387 registros. Em contrapartida, os retornos ao município de origem aumentaram de 30 para 86 registros. Destaca-se também a redução dos casos classificados como “não informado”, de 232 para 82, indicando maior disponibilidade de informações sobre os motivos dos desacolhimentos no sistema.

### 3.7.4. Associação Missão Vida Nova

A Associação Missão Vida Nova oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, nas modalidades de Abrigo Institucional e Casa de Passagem, destinado à população em situação de rua, adultos e famílias. Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o serviço caracteriza-se pelo:

> acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar (...) para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condição de autossustento (BRASIL, 2009, p. 32).

Na modalidade de Abrigo Institucional, o serviço oferece acolhimento provisório com características residenciais, proporcionando ambiente acolhedor e condições adequadas de convivência, com tempo médio de permanência de até seis meses. Já na modalidade de Casa de Passagem, o acolhimento possui caráter imediato e emergencial, destinado ao atendimento de demandas específicas, avaliação da situação e realização dos encaminhamentos necessários, com tempo médio de permanência de até três meses.

O acesso ao serviço pode ocorrer por encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social, do CREAS, de outros serviços socioassistenciais, de políticas públicas setoriais e de órgãos de defesa de direitos, além da possibilidade de acesso por demanda espontânea.

Em relação à faixa etária, predominam as pessoas entre 30 e 59 anos, com 601 acolhimentos, sendo 367 em 2024 e 234 em 2025. Na faixa de 18 a 29 anos, foram registrados 137 acolhimentos, enquanto as pessoas acima de 60 anos totalizaram 71 registros. No total, foram registrados 820 acolhimentos, sendo 493 em 2024 e 327 em 2025, representando redução de 33,7%.

Tabela 89 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 -2025)

| Faixa etária | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Entre 18 e 29 anos | 74 | 63 | **137** |
| Entre 30 e 59 anos | 367 | 234 | **601** |
| Acima de 60 anos | 45 | 26 | **71** |
| Sem informação | 5 | 4 | **9** |
| **Total Geral** | **493** | **327** | **820** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Quanto ao sexo das pessoas acolhidas, observa-se que o público masculino é predominante, totalizando 807 registros, correspondendo a aproximadamente 99,9% do total. Foram registrados 482 acolhimentos em 2024 e 325 em 2025, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 90 - Número de acolhidos, por sexo (2024 -2025)

| Sexo | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Masculino | 482 | 325 | **807** |
| Sem informação | - | 1 | **1** |
| **Total Geral** | **482** | **326** | **808** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

No que diz respeito aos motivos de acolhimento, a demanda espontânea foi o motivo frequente de acesso nos dois anos analisados, com 492 registros em 2024 e 324 em 2025, totalizando 816 acolhimentos.

Tabela 91 - Motivos de acolhimento (2024 -2025)

| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Espontâneo | 492 | 324 | **816** |
| Outros | 1 | 3 | **4** |
| **Total** | **493** | **327** | **820** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

No que se refere aos motivos de desacolhimento, foram registrados 678 casos no período, sendo 421 em 2024 e 257 em 2025. Em 2024, todos os registros foram classificados como “não informado”. Em 2025, essa categoria foi reduzida para 66 registros, enquanto os desligamentos espontâneos se destacaram, com 187 casos. Também foram registrados 3 casos de recusa em permanecer na instituição e 1 relacionado ao descumprimento das normas ou infrações graves.

Tabela 92 - Motivos de desacolhimento (2024 - 2025)

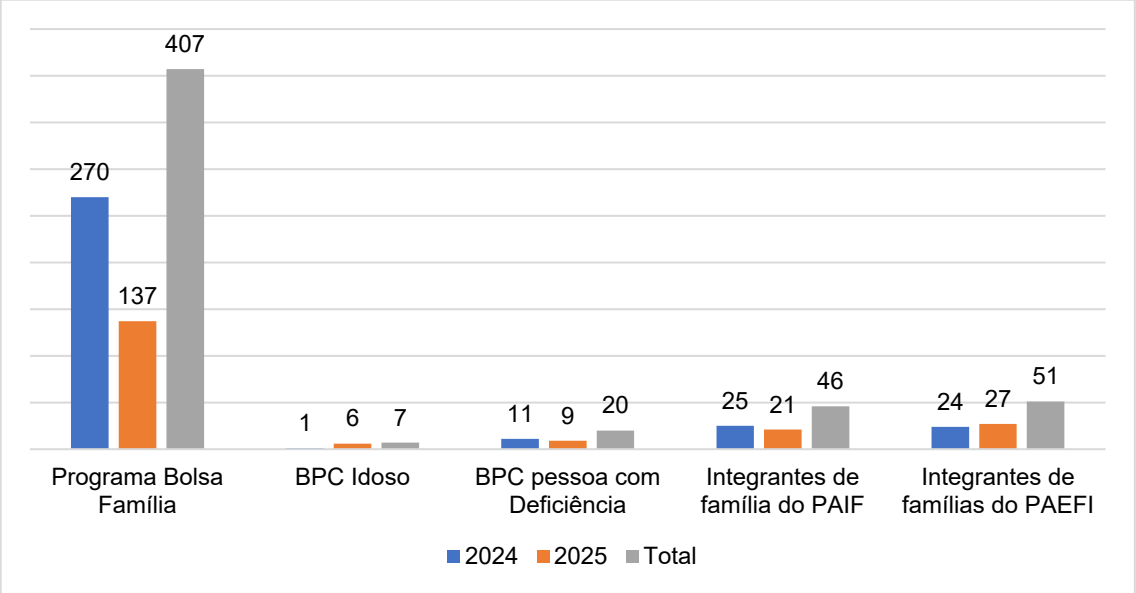
| Motivo | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Descumprimento das normas ou infrações graves | - | 1 | **1** |
| Desligamento espontâneo | - | 187 | **187** |
| Não informado | 421 | 66 | **487** |
| Recusa em permanecer na instituição | - | 3 | **3** |
| **Total** | **421** | **257** | **678** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Por fim, em relação aos vínculos dos usuários com serviços e programas, observa-se que o Programa Bolsa Família apresentou o maior número de registros, com 270 em 2024 e 137 em 2025, totalizando 407 casos. Quanto ao BPC, foram registrados 7 beneficiários idosos e 20 pessoas com deficiência, totalizando 27 registros no período. Já entre os usuários integrantes de famílias acompanhadas pelo

PAIF, foram identificados 46 casos, sendo 25 em 2024 e 21 em 2025. No PAEFI, foram registrados 51 casos, com aumento de 24 em 2024 para 27 em 2025.

Gráfico 39 - Vínculos em Serviços e Programas dos usuários acolhidos (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

De modo geral, os dados caracterizam um público majoritariamente adulto e masculino, com maior concentração entre 30 e 59 anos. A demanda espontânea constituiu a principal forma de acesso ao Serviço, enquanto o Programa Bolsa Família apresentou o maior número de vínculos registrados. Em 2025, observou-se redução dos acolhimentos e desacolhimentos.

### 3.7.5. Lar dos Idosos São Francisco de Assis

O Lar São Francisco de Assis é uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), anteriormente denominada Lar de Idosos São Vicente de Paulo. Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, O serviço é destinado a pessoas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos e com diferentes graus de dependência, quando esgotadas as possibilidades de autossustento e convivência familiar, atendendo pessoas idosas em situações de violência, negligência, abandono, situação de rua ou com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, buscando

preservar os vínculos familiares e comunitários e promover a inclusão social. O acesso ocorre por requisição de políticas públicas, Ministério Público, Judiciário, CREAS, demais serviços socioassistenciais.

Em relação aos acolhimentos realizados pela instituição, entre 2024 e 2025 foram contabilizados 13 acolhidos, sendo 7 em 2024 e 6 em 2025. Todos correspondem a pessoas idosas com 65 anos ou mais, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 93 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 - 2025)

| Faixa etária | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Entre 60 e 64 anos | - | - | 0 |
| 65 anos ou mais | 7 | 6 | 13 |
| **Total** | **7** | **6** | **13** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Quanto ao sexo das pessoas idosas acolhidas, em 2024 foram registrados 5 acolhidos do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Em 2025, o número de acolhidos do sexo feminino passou para 4, enquanto o masculino totalizou 2 acolhidos

Tabela 94 - Número de acolhidos, por sexo (2024 - 2025)

| Sexo | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Feminino | 2 | 4 | **6** |
| Masculino | 5 | 2 | **7** |
| **Total** | **7** | **6** | **13** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Entre os motivos de acolhimento registrados no período analisado, a negligência apresentou o maior número de ocorrências, com 4 casos em 2024 e 3 em 2025, totalizando 7 acolhimentos. O estado de saúde apresentou 2 registros, ambos em 2025, enquanto o motivo espontâneo contabilizou 2 casos, sendo 1 em cada ano. Os demais motivos registrados foram conflito familiar e transferência para outra instituição de acolhimento, ambos com 1 caso em 2024

Tabela 95 - Motivos de acolhimentos (2024 - 2025)

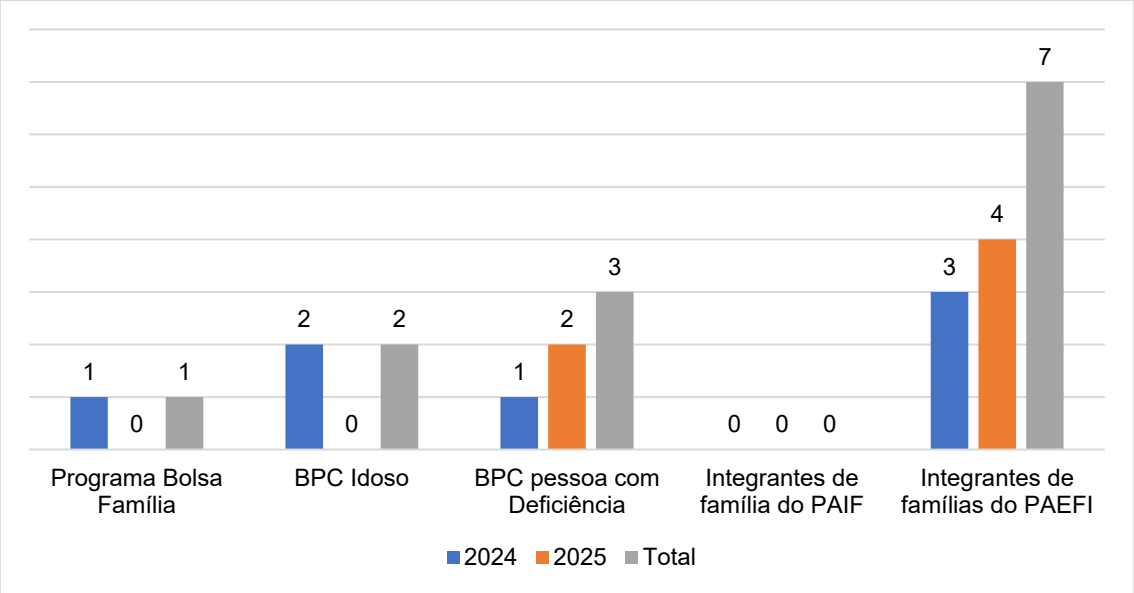
| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Conflito familiar | 1 | - | **1** |
| Espontâneo | 1 | 1 | **2** |
| Estado de saúde | - | 2 | **2** |

| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Negligência | 4 | 3 | **7** |
| Situação de rua | - | - | **0** |
| Transferência e outra instituição de acolhimento | 1 | - | **1** |
| **Total** | **7** | **6** | **13** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Entre os vínculos com serviços e programas socioassistenciais, destaca-se o PAEFI, com 7 registros no período, sendo 3 em 2024 e 4 em 2025. Também foram identificados 3 beneficiários do BPC para pessoa com deficiência, 2 do BPC Idoso e 1 do Programa Bolsa Família. Não houve registros de integrantes de famílias acompanhadas pelo PAIF, conforme apresentado no gráfico.

Gráfico 40 - Vínculos em Serviços e Programas dos usuários acolhidos (2024 – 2025)




Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

### 3.7.6. Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer (GAMA)

A Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer (GAMA) desenvolve serviço de acolhimento institucional destinado a pessoas que realizam tratamento de saúde fora do domicílio e que não possuem condições de autossustento durante esse período.

A atuação da entidade está amparada pela Lei nº 12.868/2013, que reconhece como entidades de assistência social aquelas que prestam serviços socioassistenciais de forma gratuita, continuada e planejada. Entre essas entidades, incluem-se aquelas que realizam acolhimento institucional provisório de pessoas e seus acompanhantes, em trânsito e sem condições de autossustento, durante o tratamento de doenças graves fora de seu município de residência, conforme disposto no art. 18, § 2º, inciso III, da referida Lei.

Quanto à faixa etária das pessoas acolhidas, a faixa de 30 a 59 anos apresentou o maior número de registros nos dois anos, com 483 acolhidos em 2024 e 429 em 2025, seguida pela faixa acima de 60 anos, com 252 e 240 registros, respectivamente. Destaca-se o aumento de crianças de até 6 anos, de 5 registros em 2024 para 15 em 2025, correspondendo a um aumento de 200%, enquanto as demais faixas etárias apresentaram redução. No período, foram registrados 1.861 acolhidos, sendo 957 em 2024 e 904 em 2025, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 96 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 -2025)

| Faixa etária | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Até 6 anos | 5 | 15 | **20** |
| Entre 7 e 15 anos | 18 | 7 | **25** |
| Entre 16 e 17 anos | 15 | 12 | **27** |
| Entre 18 e 29 anos | 184 | 183 | **367** |
| Entre 30 e 59 anos | 483 | 429 | **912** |
| Acima de 60 anos | 252 | 240 | **492** |
| Sem informação | - | 18 | **18** |
| **Total** | **957** | **904** | **1.861** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Em 2024, a entidade registrou 952 acolhidos, sendo 582 do sexo feminino e 370 do sexo masculino. Em 2025, houve redução no número total de registros, passando para 771 acolhidos, dos quais 486 eram do sexo feminino, 260 do sexo masculino e 25 não possuíam informação sobre o sexo.

Tabela 97 - Número de acolhidos, por sexo (2024 - 2025)

| Sexo | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Feminino | 582 | 486 | **1.068** |
| Masculino | 370 | 260 | **630** |
| Não informado | - | 25 | **25** |
| **Total** | **952** | **771** | **1.861** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Entre os motivos de acolhimento, o motivo “acompanhante aguardando alta hospitalar – infante na UTI” apresentou o maior número de registros nos dois anos, com 311 em 2024 e 323 em 2025, totalizando 634 acolhimentos. Na sequência, destacam-se quimioterapia/radioterapia, com 409 registros, e acompanhante, com 336.

Também se observa aumento nos acolhimentos para exames e consultas, que passaram de 76 registros em 2024 para 188 em 2025, correspondendo a um aumento de 147,4%. Já o acolhimento de passagem passou de 2 registros em 2024 para nenhum em 2025, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 98 - Motivos de acolhimento (2024 - 2025)

| Motivo | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Abandono pelos pais ou responsáveis | - | 6 | **6** |
| Acolhimento de passagem | 2 | - | **2** |
| Acompanhante | 207 | 129 | **336** |
| Acompanhante aguardando alta hospitalar | 136 | 72 | **208** |
| Acompanhante aguardando alta hospitalar - infante na UTI | 311 | 323 | **634** |
| Conflito familiar | - | - | **0** |
| Estado de saúde | 1 | - | **1** |
| Exame/consulta | 76 | 188 | **264** |
| Hemodiálise | - | 1 | **1** |
| Quimioterapia/radioterapia | 225 | 184 | **409** |
| Outros | - | - | **0** |
| **Total** | **957** | **904** | **1.861** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Entre os motivos de desacolhimento, o retorno ao município de origem apresentou o maior número de registros no período, com 957 casos em 2024 e 300 em 2025, totalizando 1.257 desacolhimentos. Em 2025, também foram registrados 604 retornos à família de origem. Os dados indicam que os desacolhimentos estiveram relacionados, principalmente, ao retorno ao município ou à família de origem, aspecto compatível com a natureza temporária do serviço.

Tabela 99 - Motivo de desacolhimento (2024 - 2025)

| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Não informado | - | - | **0** |
| Pessoa em trânsito pelo município | - | - | **0** |
| Retorno a família de origem | - | 604 | **604** |

| Motivos | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Retorno ao município de origem | 957 | 300 | **1.257** |
| Se deslocou para outro município | - | - | **0** |
| Total Geral | 957 | 904 | **1.861** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

De modo geral, os dados caracterizam um público com maior concentração na faixa de 30 a 59 anos e maior número de acolhimentos do sexo feminino. Os motivos de acolhimento estão relacionados principalmente a situações decorrentes de tratamentos e acompanhamentos de saúde, enquanto os desacolhimentos estiveram associados, sobretudo, ao retorno ao município ou à família de origem, em consonância com o caráter temporário do serviço.

### 3.7.7. Pessoas com deficiência acolhidas em instituições fora do Município

O Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas com deficiência, na faixa etária de 18 a 59 anos, tem como finalidade ofertar cuidados especializados às pessoas em situação de dependência que, em razão do grau de deficiência e da ausência ou fragilidade dos vínculos familiares, não possuem condições de permanecer sob os cuidados da família.

Atualmente, o Município não oferta diretamente esse Serviço. Quando identificada a necessidade, são realizados processos licitatórios para a contratação de serviços especializados em outros Municípios ou Estados.

Conforme dados disponibilizados pela Proteção Social Especial, até dezembro de 2025, o Município possuía 3 pessoas com deficiência em situação de acolhimento institucional em outros Municípios, sendo 2 adultos com deficiência intelectual acolhidos em Curitiba/PR e 1 adulto com deficiência física acolhido no Município de Cambé/PR.

Entre 2024 e 2025, foi registrado 1 novo acolhimento institucional, ocorrido em 2024, de um adulto do sexo masculino com deficiência intelectual. Em 2025, a pessoa que se encontrava acolhida no Município de Cambé foi realocada para uma Residência Inclusiva, modalidade de atendimento destinada à oferta de cuidados e

proteção a jovens e adultos com deficiência que não dispõem de condições de autossustentabilidade, retaguarda familiar ou suporte para a vida independente.

Tabela 100 - Número de acolhidos, por faixa etária (2024 - 2025)

| Faixa etária | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|
| Entre 18 e 29 anos | 1 | - | **1** |
| Entre 30 e 59 anos | - | - | **-** |
| **Total** | **1** | **-** | **1** |

Fonte: Sistema Municipal de Registros, agosto 2026.

Diante dos dados apresentados, destaca-se a importância da realização de estudo de viabilidade para a implementação do Serviço no âmbito municipal, considerando a demanda identificada, os recursos necessários, a estrutura adequada, as normativas vigentes e as orientações técnicas do SUAS. A avaliação desses aspectos poderá subsidiar a definição da modalidade de oferta mais adequada às necessidades das pessoas com deficiência em situação de dependência e com ausência ou fragilidade de suporte familiar, bem como contribuir para o planejamento da oferta, a organização do atendimento no território e o fortalecimento da articulação da rede socioassistencial com as demais políticas públicas.

## 4. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS E CREAS

De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012, constitui responsabilidade dos Municípios realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social, bem como organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial.

O monitoramento constitui função essencial da gestão do SUAS e consiste no acompanhamento contínuo e sistemático da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, considerando seus objetivos, metas e resultados. Para isso, são utilizadas informações de registros administrativos, sistemas de informação, indicadores e dados produzidos pelos serviços e equipamentos da rede socioassistencial. Os indicadores de monitoramento

contemplam as dimensões de estrutura ou insumos, processos ou atividades e produtos ou resultados, subsidiando o planejamento e a tomada de decisões.

A avaliação, por sua vez, constitui instrumento de análise da política de assistência social, abrangendo a gestão, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Seus resultados possibilitam identificar avanços, limitações, necessidades e aspectos que demandam aprimoramento na oferta socioassistencial.

No âmbito nacional, destacam-se como fontes de informação o Censo SUAS, o Relatório Mensal de Atendimentos (RMA), o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) e demais sistemas de informação e gestão do SUAS. No âmbito municipal, essas informações são complementadas pelos registros próprios, pelo acompanhamento dos serviços e pela análise dos dados produzidos pela rede socioassistencial.

Em Pato Branco, as ações de Monitoramento e Avaliação são desenvolvidas pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, que conta atualmente com uma profissional de nível superior. O Departamento atua na produção, organização, sistematização e análise de informações, contribuindo para o acompanhamento da execução da política de assistência social no Município.

Entre os instrumentos utilizados para o acompanhamento das unidades destacam-se o Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (IDCRAS) e o Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (IDCREAS), que consideram as dimensões de Estrutura Física, Serviços e Benefícios e Recursos Humanos. Esses indicadores permitem analisar as condições de funcionamento das unidades e subsidiar a identificação de aspectos que demandam manutenção, qualificação ou aprimoramento.

Na dimensão estrutura física, são considerados aspectos relacionados às condições dos equipamentos e dos espaços destinados ao atendimento, incluindo acessibilidade e ambientes necessários à execução dos serviços. A dimensão serviços e benefícios contempla aspectos relacionados à oferta e organização dos serviços socioassistenciais. Nos CRAS, são considerados aspectos relacionados ao PAIF, SCFV, Cadastro Único e articulação com a rede, enquanto, no CREAS, são considerados, entre outros, aspectos relacionados ao PAEFI, às Medidas

Socioeducativas, ao Serviço de Abordagem Social e à articulação com os demais equipamentos da rede. A dimensão recursos humanos considera a composição e adequação das equipes de referência, conforme os parâmetros da NOB-RH/SUAS e demais normativas aplicáveis.

Quanto ao IDCRAS dos Centros de Referência de Assistência Social do município, observa-se que o indicador geral permaneceu em 3,67 nos anos de 2023 e 2024. Embora o resultado geral não tenha apresentado alteração, foram identificadas mudanças nas dimensões que compõem o indicador.

Tabela 101 – IDCRAS: CRAS

| CRAS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Dimensão Estrutura Física** | **Dimensão Serviços & Benefícios** | **Dimensão Recursos Humanos** | **IDCRAS** |
| **2023** | 4 | 3,50 | 3,50 | 3,67 |
| **2024** | 4,50 | 2 | 4,50 | 3,67 |

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social, 2026.

Observa-se que a dimensão estrutura física apresentou aumento na avaliação, passando de 4,00 em 2023 para 4,50 em 2024. A dimensão recursos humanos também apresentou elevação, passando de 3,50 para 4,50 no mesmo período. Em contrapartida, a dimensão serviços e benefícios apresentou redução, passando de 3,50 em 2023 para 2,00 em 2024.

Dessa forma, os resultados apontam evolução nas avaliações das dimensões estrutura física e recursos humanos, enquanto a redução observada em serviços e benefícios constitui um aspecto que demanda atenção da gestão da Proteção Social Básica.

Quanto ao IDCREAS do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, observa-se que o indicador geral apresentou aumento, passando de 3,00 em 2023 para 3,33 em 2024.

Tabela 102 – IDCREAS (2023 – 2024)

| CREAS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Dimensão Estrutura Física** | **Dimensão Serviços & Benefícios** | **Dimensão Recursos Humanos** | **IDCREAS** |
| 2023 | 2 | 2 | 5 | 3,00 |
| 2024 | 4 | 1 | 5 | 3,33 |

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social, 2026.

A dimensão estrutura física apresentou aumento na avaliação, passando de 2,00 em 2023 para 4,00 em 2024. A dimensão recursos humanos manteve a avaliação de 5,00 nos dois anos. Em contrapartida, a dimensão serviços e benefícios apresentou redução, passando de 2,00 em 2023 para 1,00 em 2024.

Dessa forma, os resultados apontam evolução na avaliação da dimensão estrutura física e manutenção da avaliação da dimensão recursos humanos, enquanto a redução observada em serviços e benefícios constitui um aspecto que demanda atenção da gestão da Proteção Social Especial. Embora o IDCREAS tenha apresentado aumento no período, os resultados indicam a importância do acompanhamento contínuo das dimensões que compõem o indicador, especialmente quanto à oferta e organização dos serviços e benefícios socioassistenciais.

# 5. MAPAS TEMÁTICOS

Apresenta-se neste capítulo os mapas de identificação de acesso a programas sociais, de vulnerabilidades sociais (renda familiar, atendimentos de violências e violações de direitos) e da distribuição da rede socioassistencial pública e privada disponível no município, a partir dos dados do Cadastro Único (junho de 2026), dos dados de atendimentos disponibilizadas na plataforma IDS Social e de informações compartilhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato Branco (SMAS).

Cabe destacar que os mapas foram desenvolvidos de acordo com a delimitação territorial dos abairramentos estipulados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, o que significa que a dimensão territorial das localidades não está correlacionada a demanda de situações identificadas, sendo necessário a análise da legenda para cada mapa.

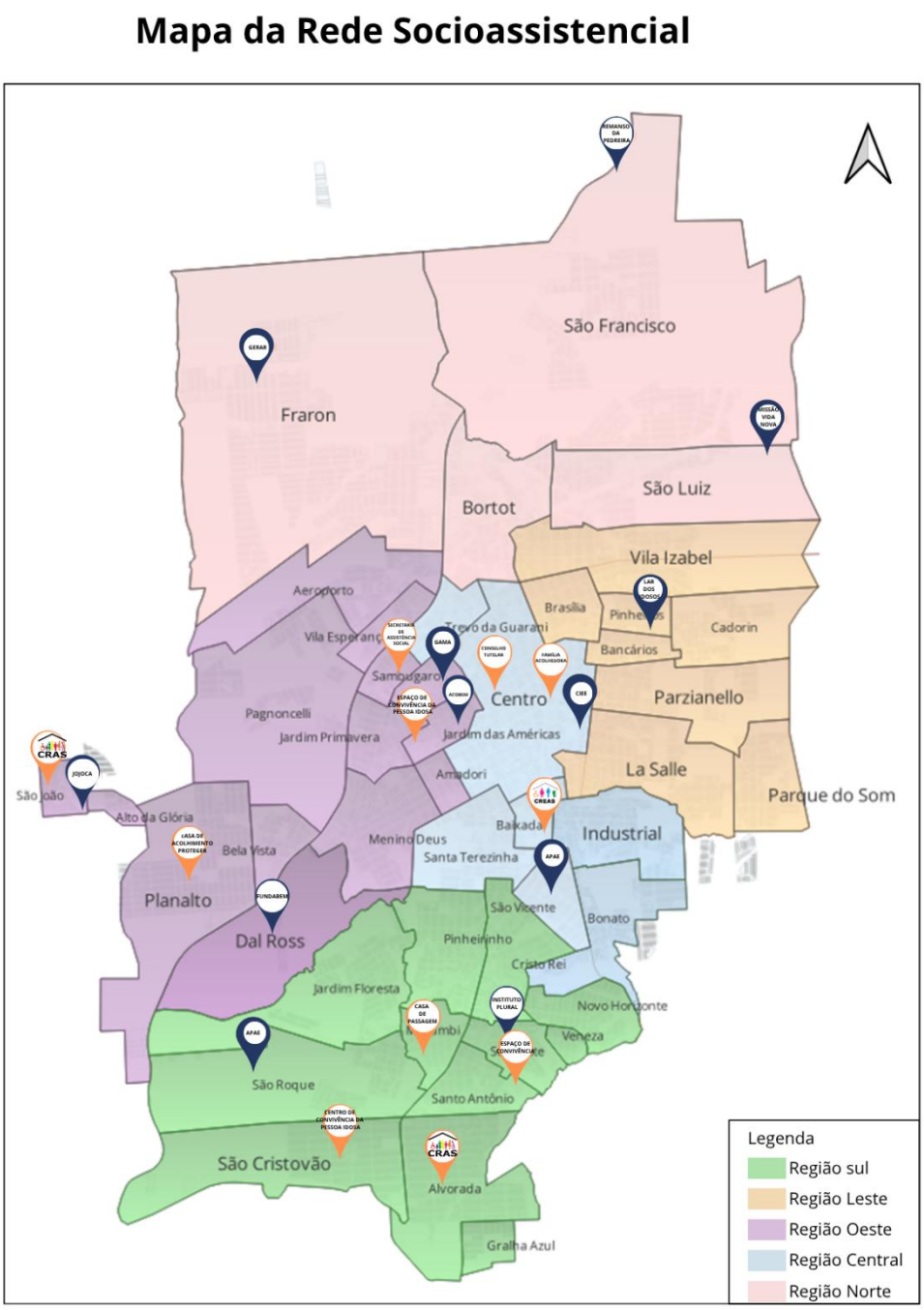
## 5.1. Equipamentos socioassistenciais da rede pública e privada

No mapa a seguir está apresentada a Rede Socioassistencial disponível no município. A secretaria Municipal de Assistência Social está localizada no bairro Sambugaro, região oeste de Pato Branco. Os demais equipamentos públicos são: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Carolina Ferrari Amadori, no bairro Alvorada, região sul; o CRAS Paulina Bonalume Andreatta, localizado no bairro São João (região oeste); o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Serviço de acolhimento familiar (Família Acolhedora) e o Conselho Tutelar, localizados no Centro (região central).

Há também o Espaço de Convivência da Pessoa idosa, no Jardim América; a Casa de Acolhimento Proteger, no Planalto (ambos na região oeste) e o Centro de Convivência do Sudoeste, no bairro Santo Antônio e a Casa de Passagem, no bairro Morumbi (região sul).

Já a rede privada socioassistencial está disponível da seguinte forma: na região norte, a Missão Vida Nova, no bairro São Francisco e a entidade GERAR, localizada no bairro Fraron. Na região leste o Lar dos Idosos São Francisco de Assis, no Pinheiros; na região central estão o Instituto Plural e o CIEE no centro e, a APAE, no bairro São Vicente; na região sul, a outra unidade da APAE, no bairro São Roque. Na região oeste está a FUNDABEM, localizada no bairro Dal Ross, e o Instituto JOJOCA de Beneficência, localizado no bairro São João e a entidade ACOBEM, localizada no bairro Jardim das Américas e o GAMA, no Sambugaro; e no interior do município, na Linha São Brás, está a REMAP.

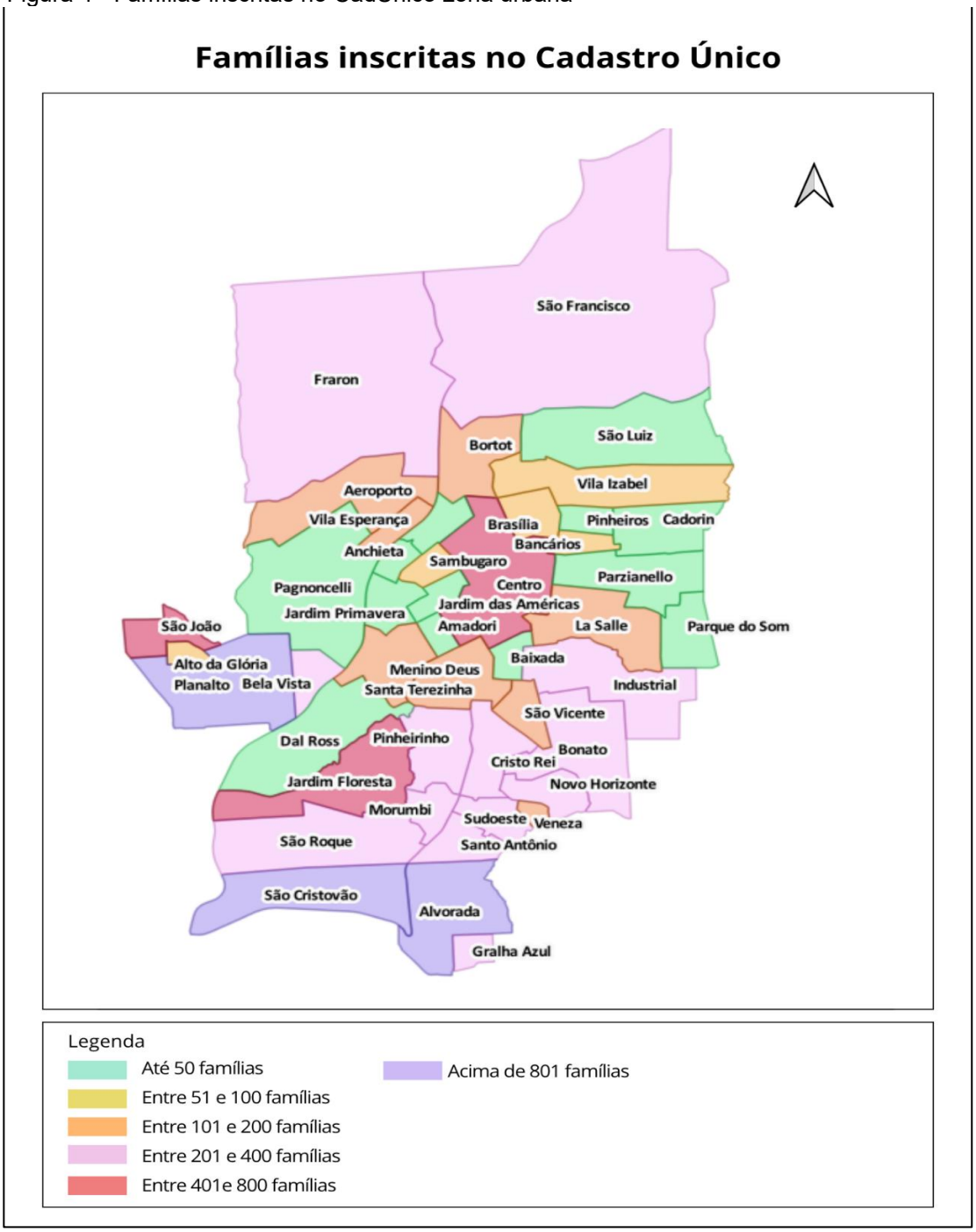
Figura 3 - Mapa da rede socioassistencial




Fonte: CadSUAS, setembro 2026.

## 5.2. Famílias inscritas no Cadastro Único

*5.3.* Figura 4 - Famílias inscritas no CadÚnico zona urbana




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

.

Figura 5 - Famílias inscritas no Cadastro Único que residem no interior

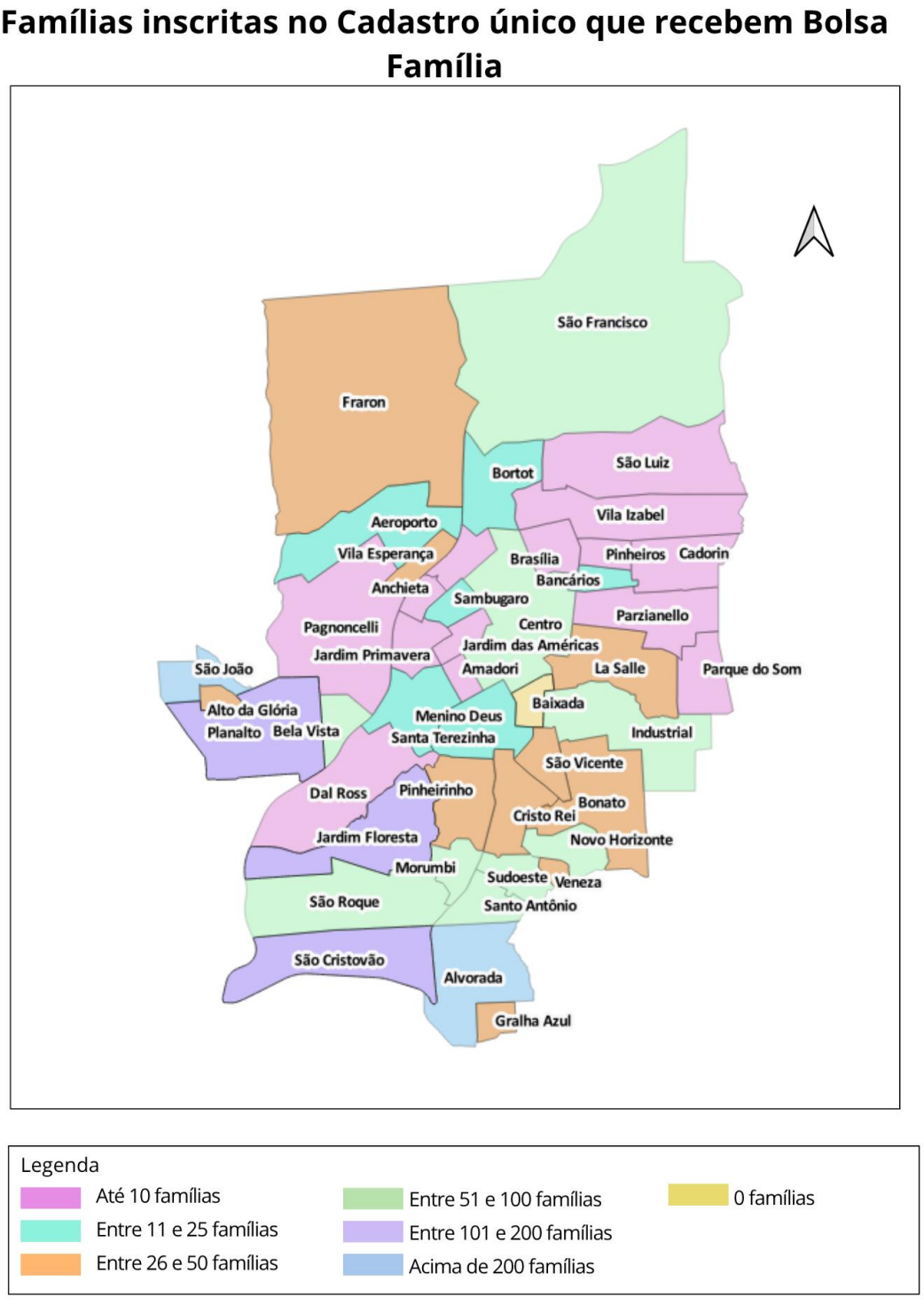
# Famílias inscritas no Cadastro Único que residem no interior




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

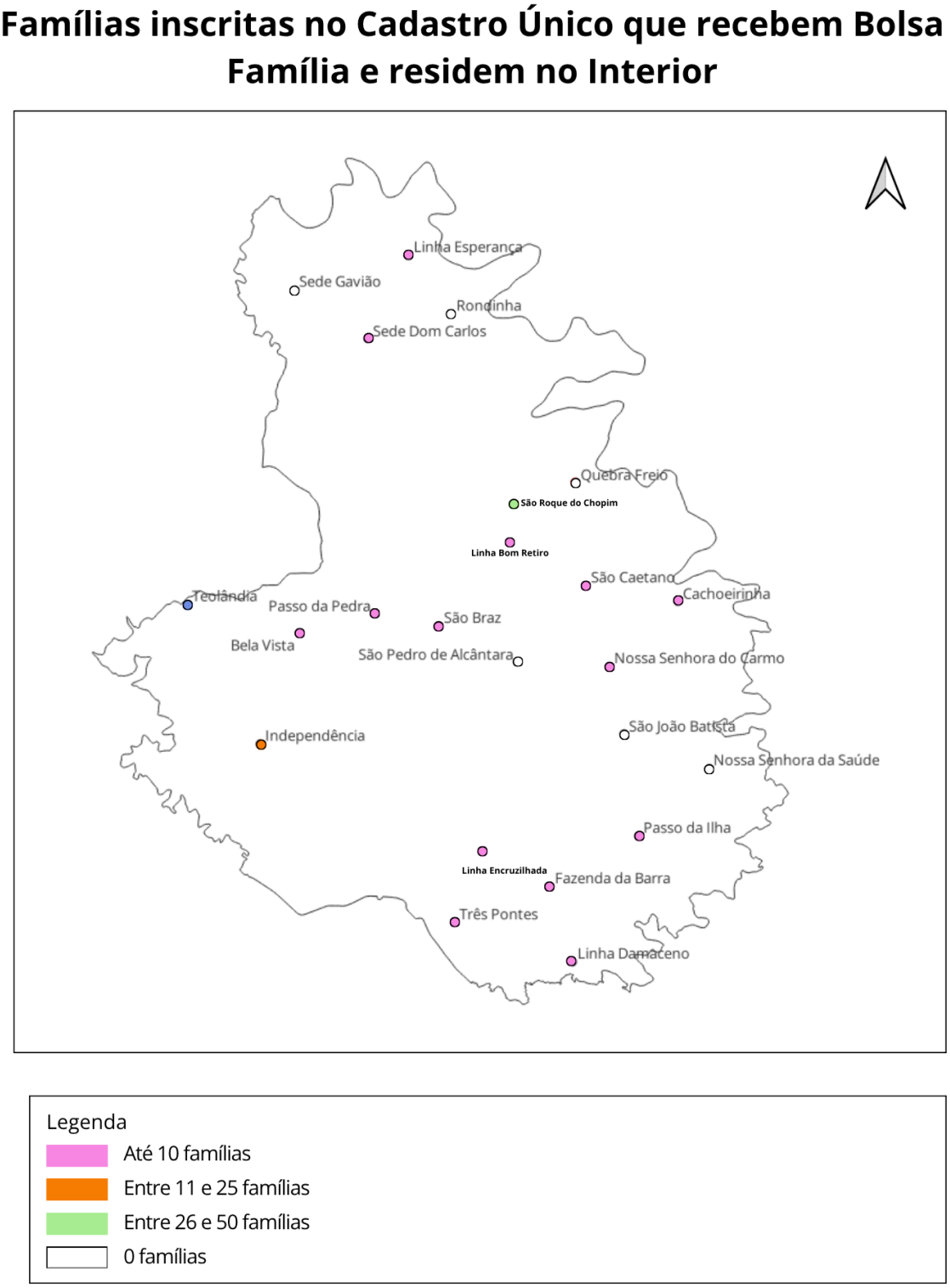
## 5.4. Famílias inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família

Figura 6 - Famílias inscritas no Cadastro Único que recebem bolsa família




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

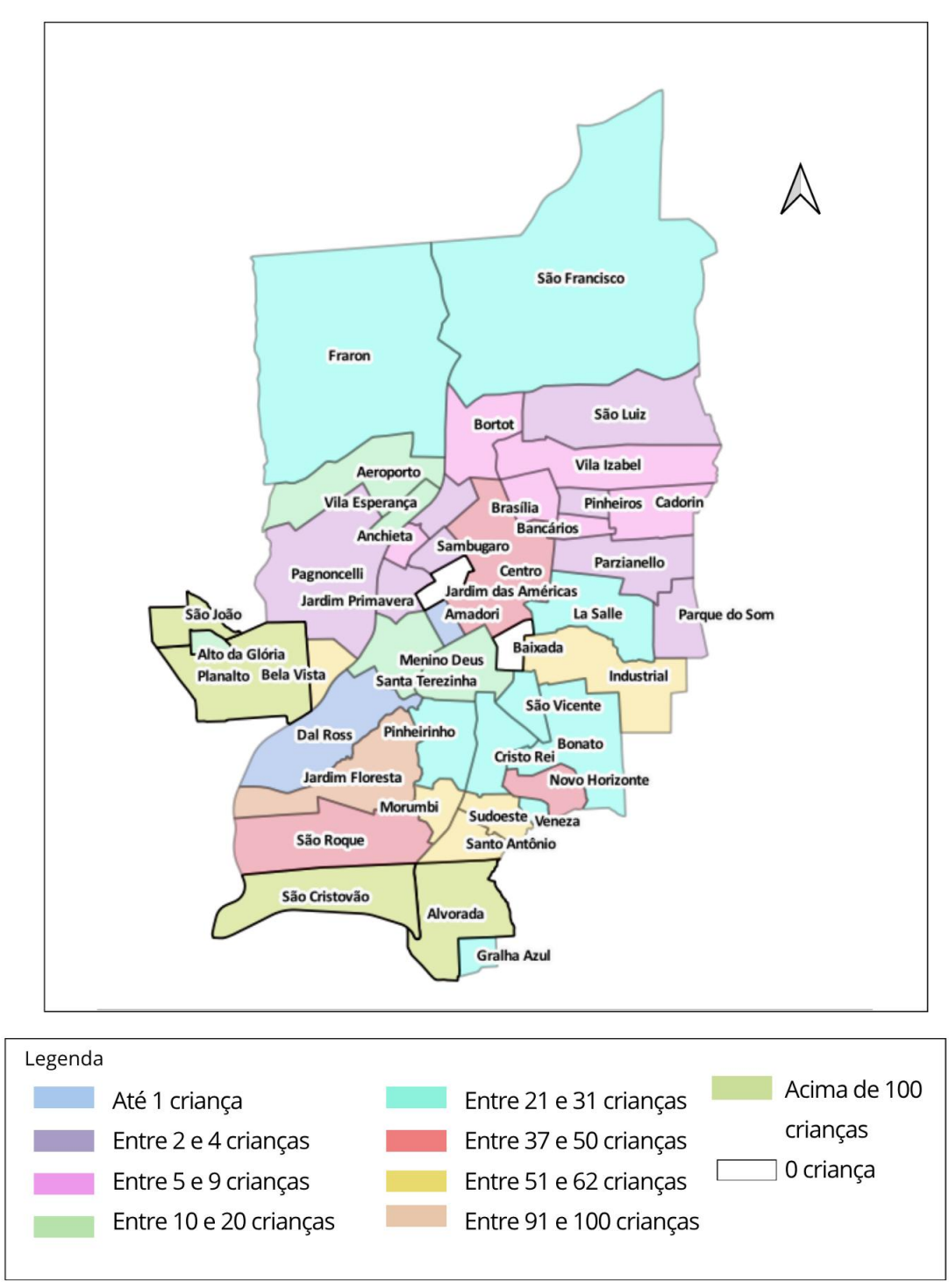
Figura 7 – Famílias inscritas no Cadastro Único que recebem bolsa família e residem no interior




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

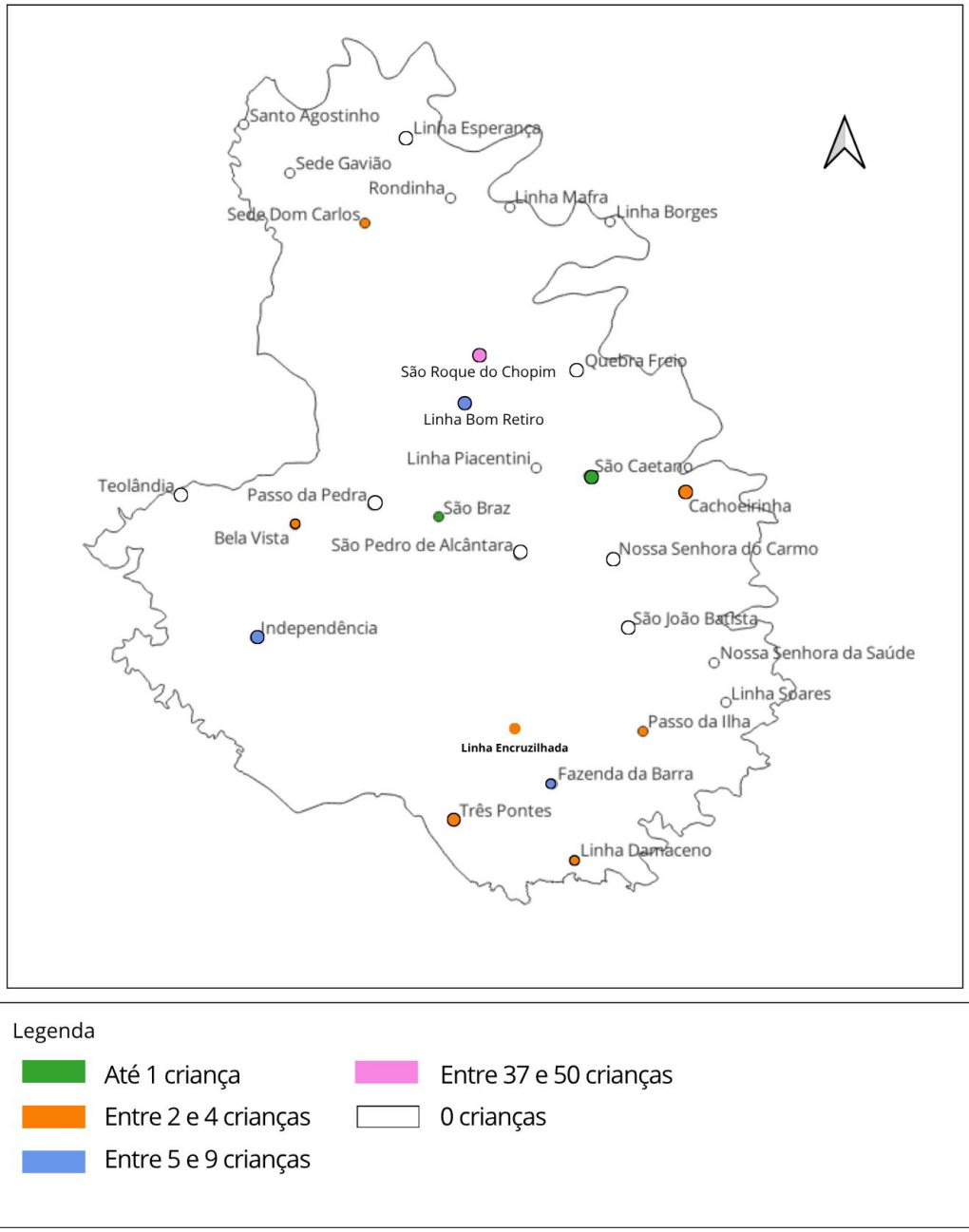
## 5.5. Crianças de 0 a 6 anos que recebem Bolsa Família

Figura 8 – Crianças de 0 a 6 anos que recebem Bolsa Família




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

Figura 9 – Crianças de 0 a 6 anos que recebem Bolsa Família residentes no interior




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

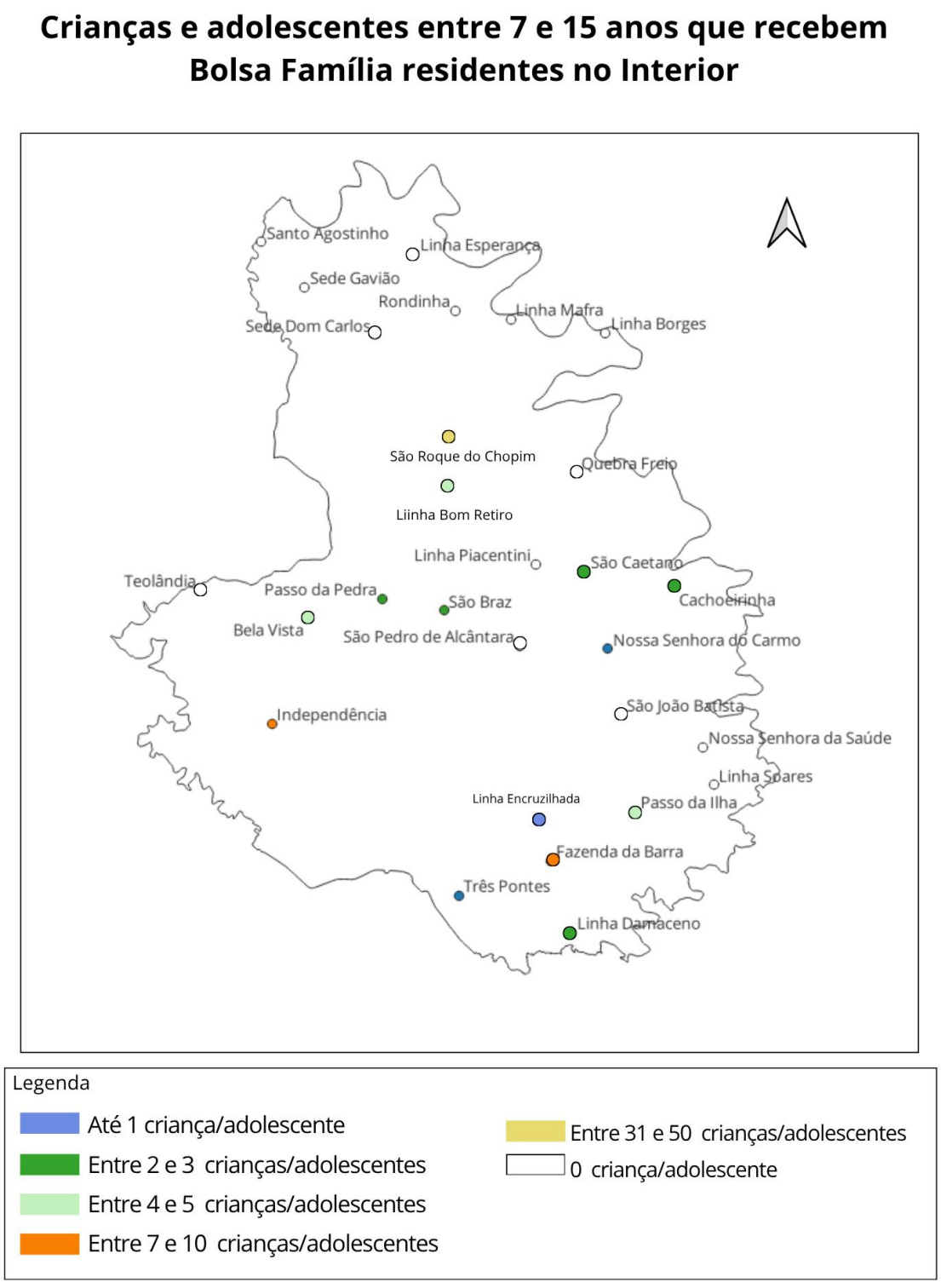
## 5.6. Crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos que recebem Bolsa Família

Figura 10 – Crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos que recebem Bolsa Família




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

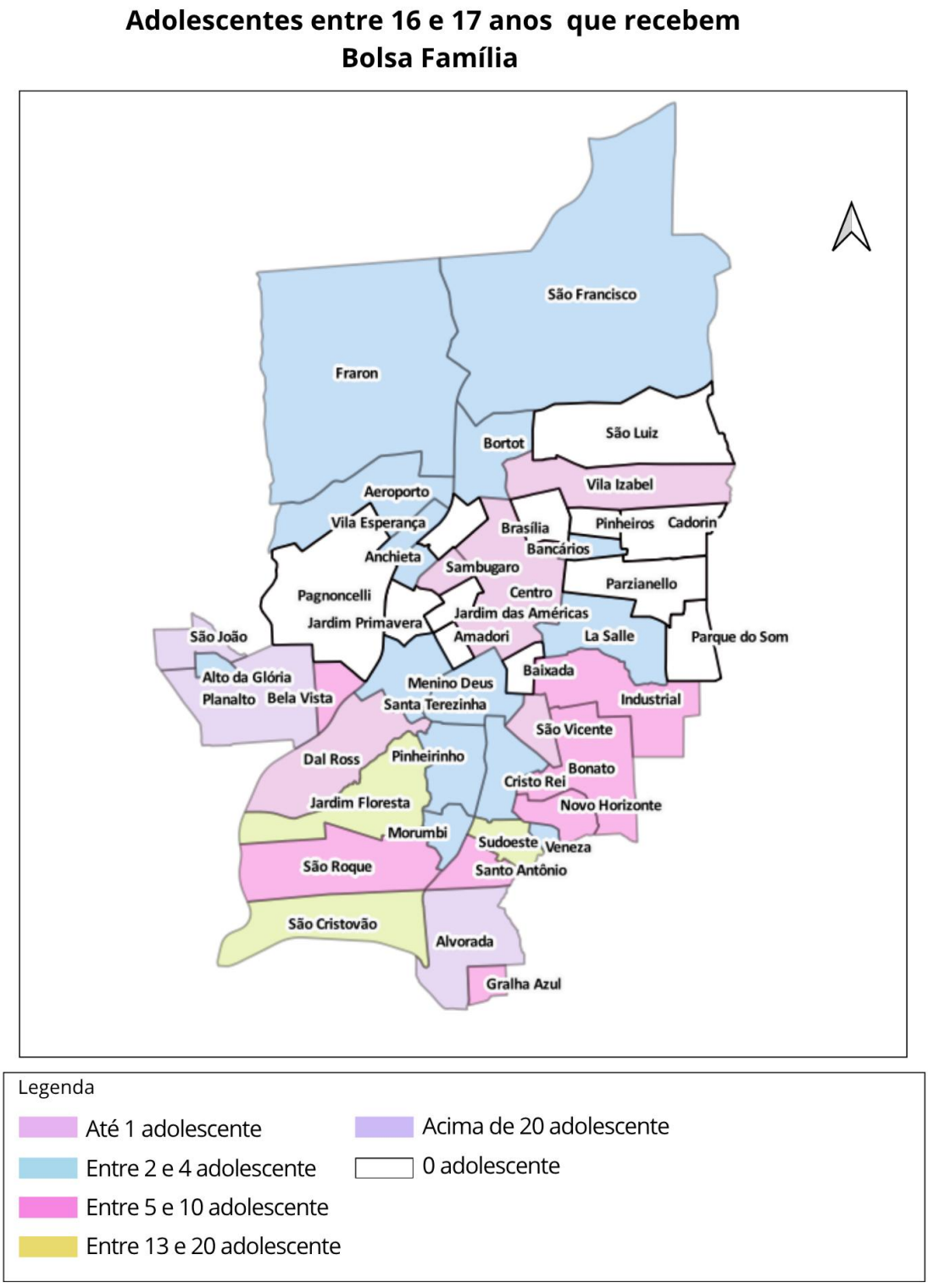
Figura 11 - Crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos que recebem Bolsa Família que residem no interior




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

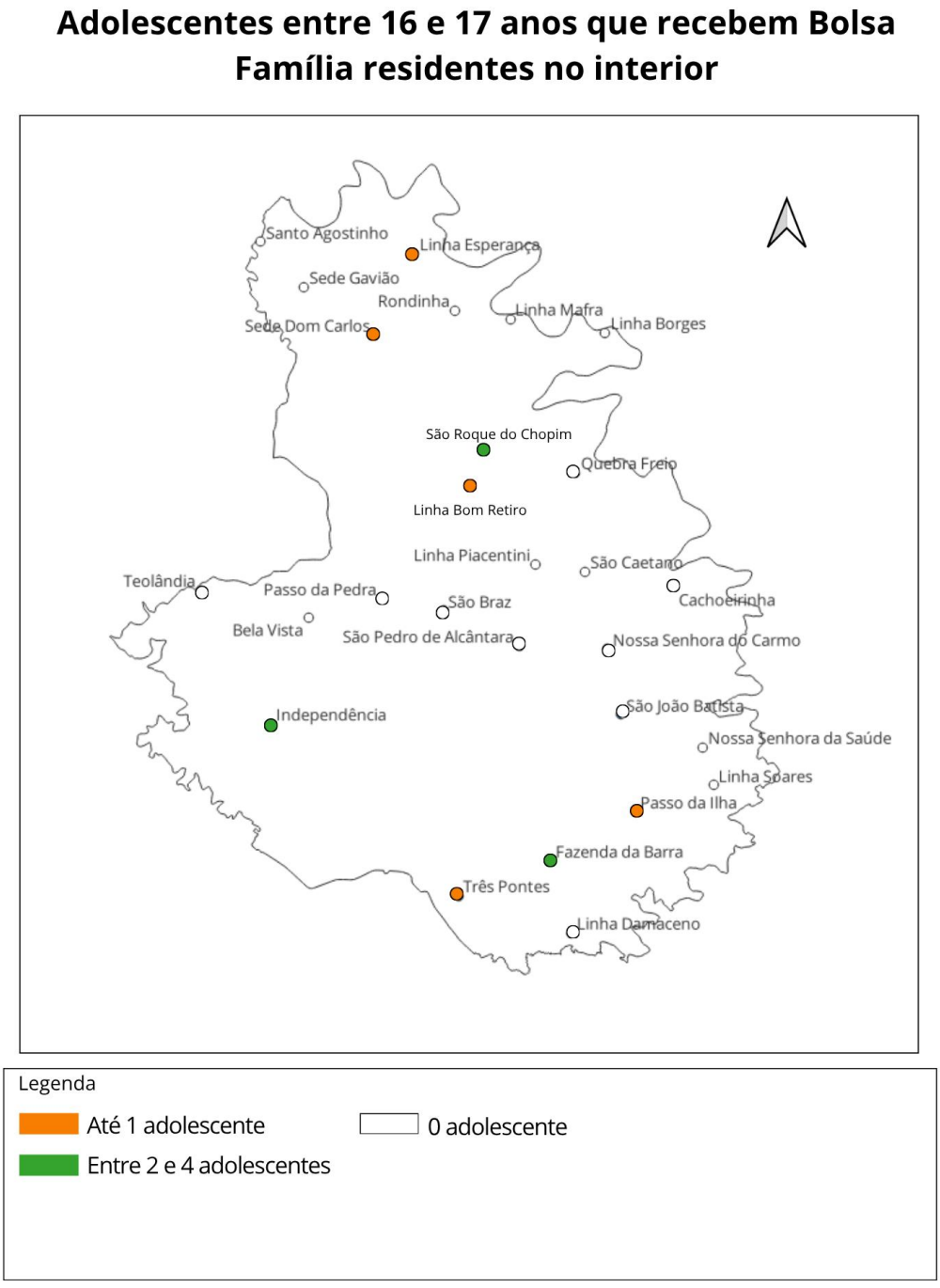
## 5.7. Adolescentes entre 16 e 17 anos que recebem Bolsa Família

Figura 12 – Adolescentes entre 16 e 17 anos que recebem bolsa família




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

Figura 13 – Adolescentes entre 16 e 17 anos que recebem Bolsa Família e residem no interior

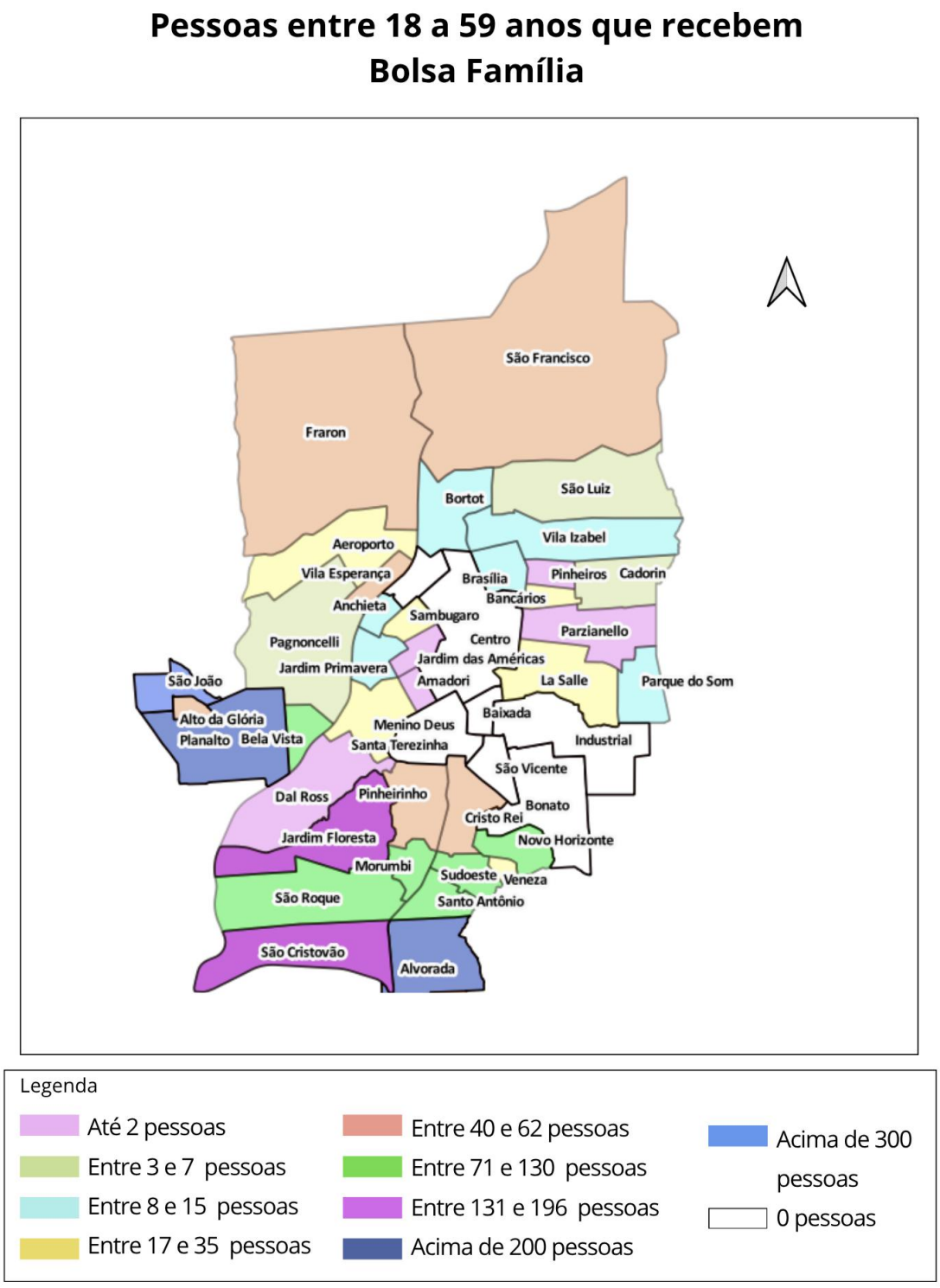



Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

.

## 5.8. Pessoas entre 18 e 59 anos que recebem Bolsa Família

Figura 14 – Pessoas entre 18 e 59 anos que recebem Bolsa Família




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

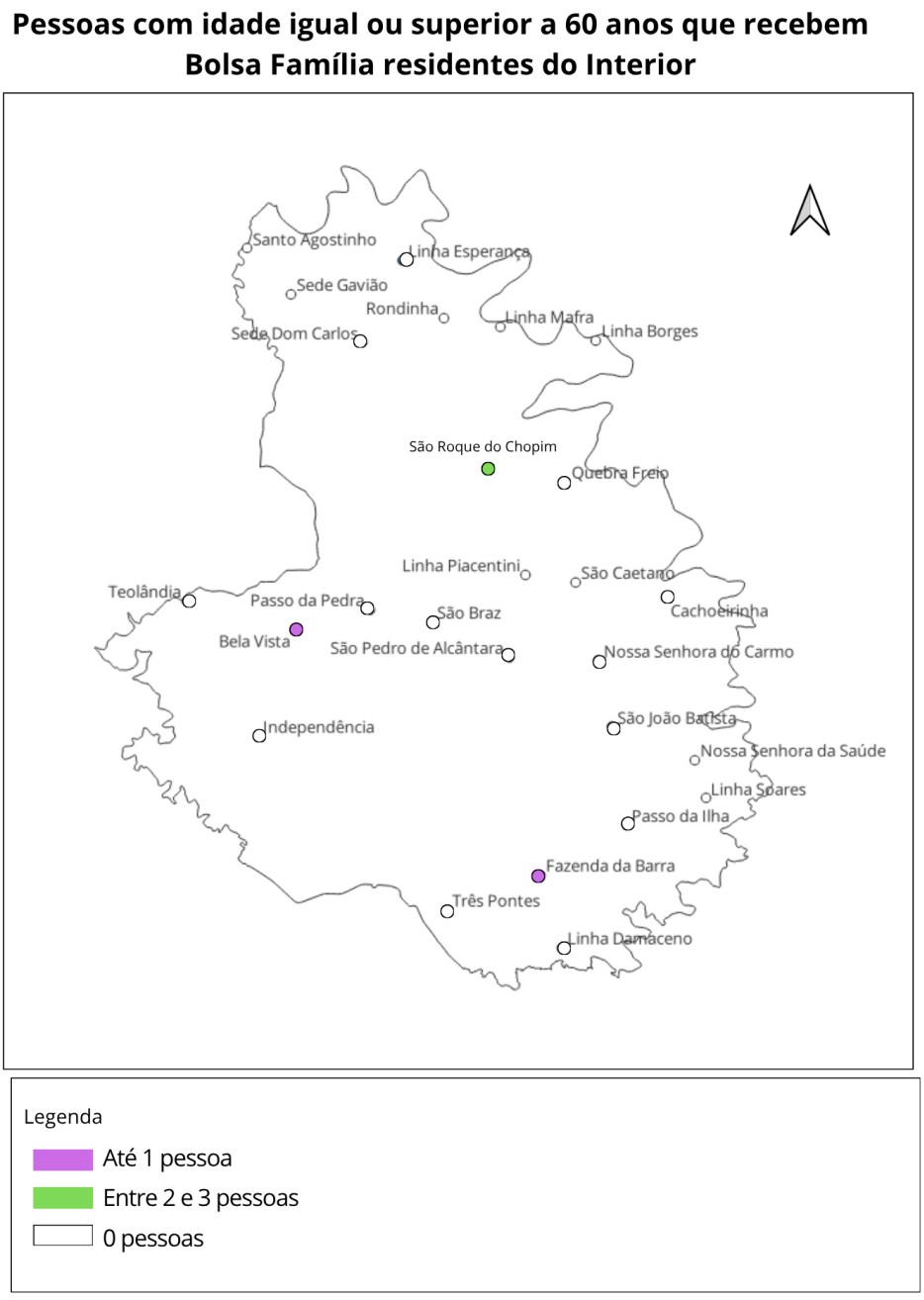
## 5.9. Pessoas acima de 60 anos que recebem Bolsa Família

Figura 15 - Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que recebem Bolsa Família




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

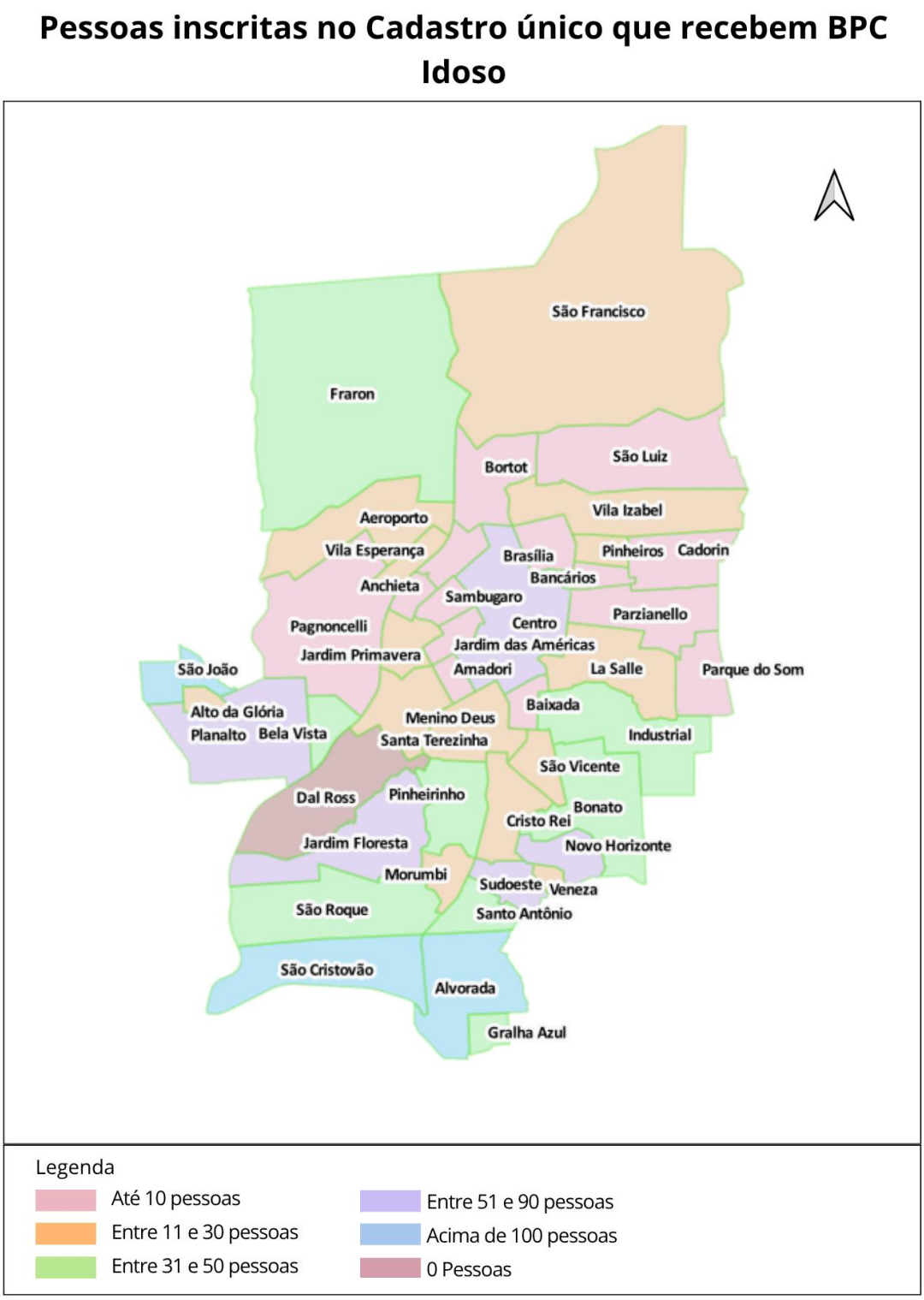
Figura 16 - Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que recebem Bolsa Família residentes do Interior




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

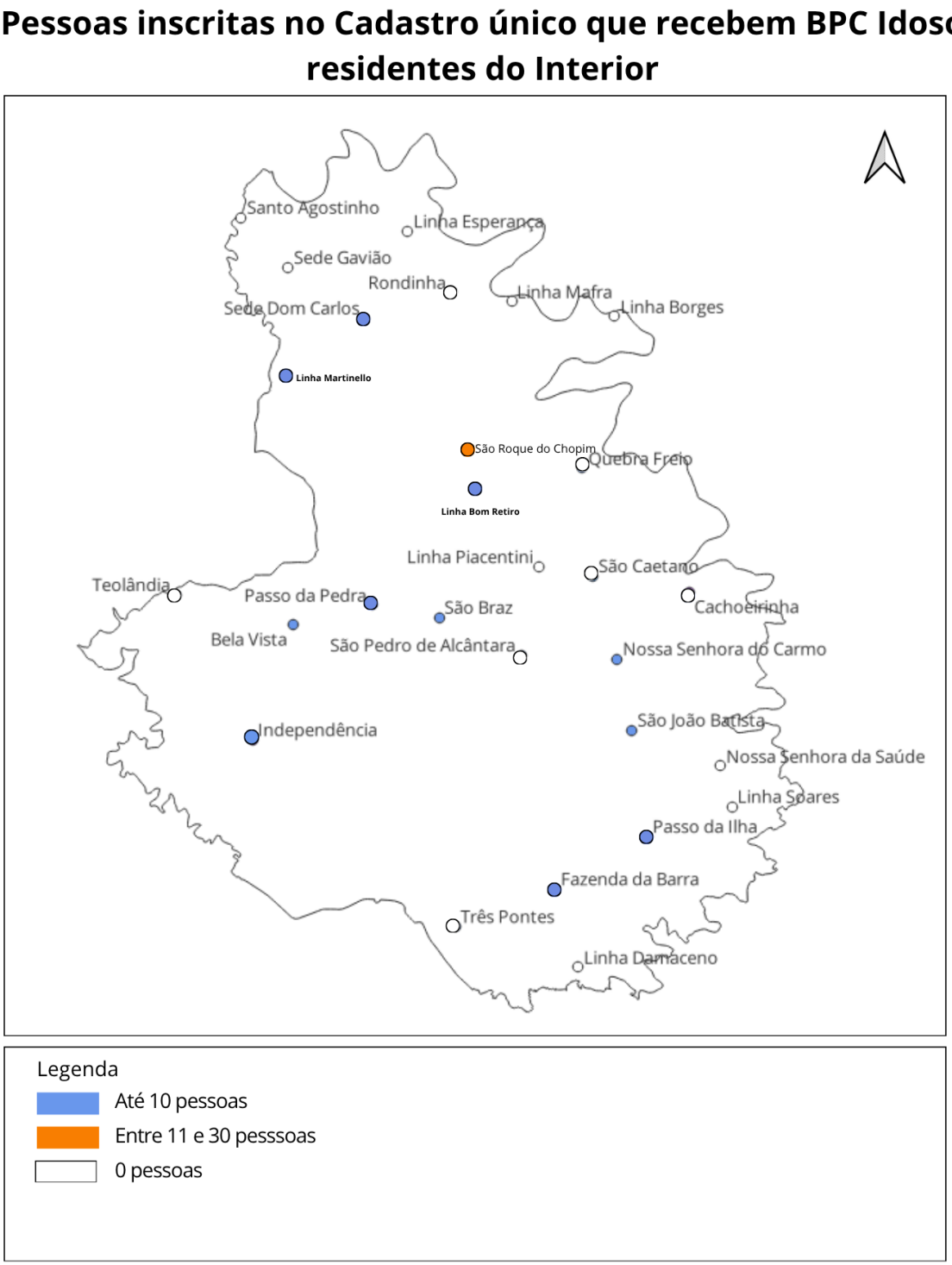
## 5.10. Pessoas inscritas no Cadastro único que recebem BPC Idoso

Figura 17 - Pessoas inscritas no Cadastro único que recebem BPC Idoso




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

Figura 18 - Pessoas inscritas no Cadastro único que recebem BPC Idoso residentes no interior




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

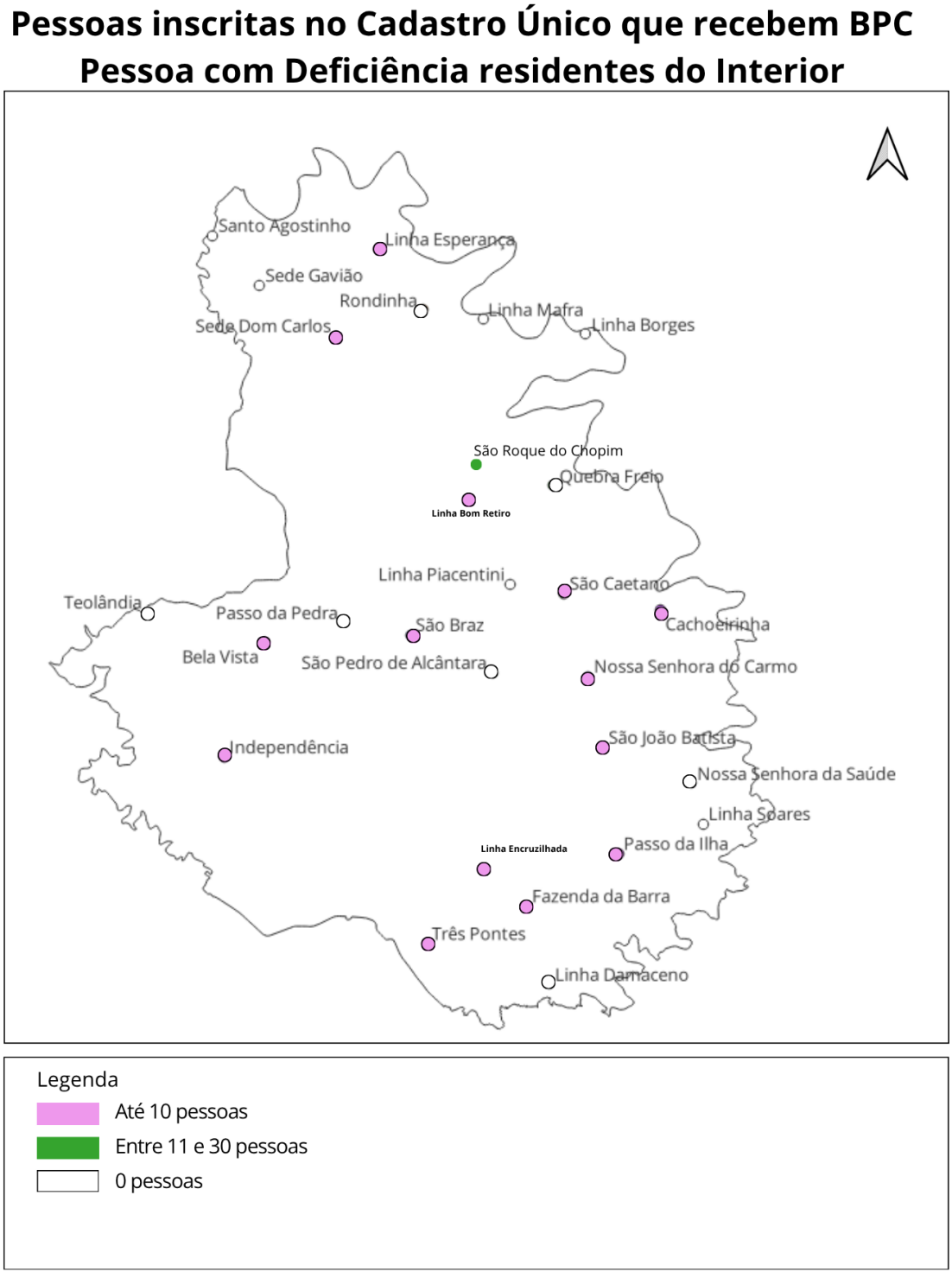
## 5.11. Pessoas inscritas no Cadastro único que recebem BPC pessoa com deficiência

Figura 19 – pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem BPC pessoa com deficiência




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho 2026.

Figura 20 – pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem BPC pessoa com deficiências residentes do interior




Fonte: Cadastro Único para programas sociais do governo federal, julho/2026

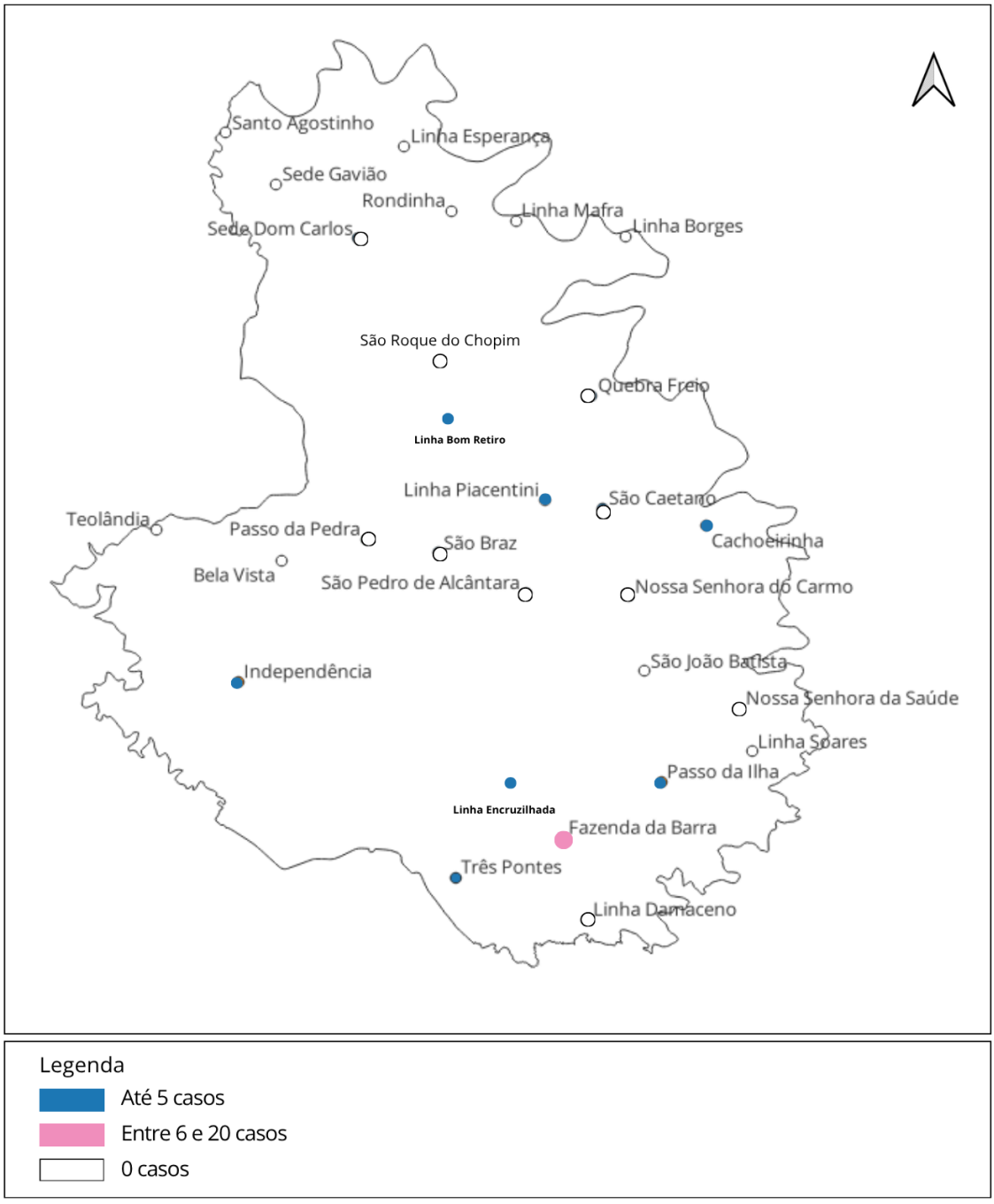
## 5.12. Pessoas vítimas de violência (2024 – 2025)

Figura 21 - Pessoas vítimas de violência (2024 – 2025)



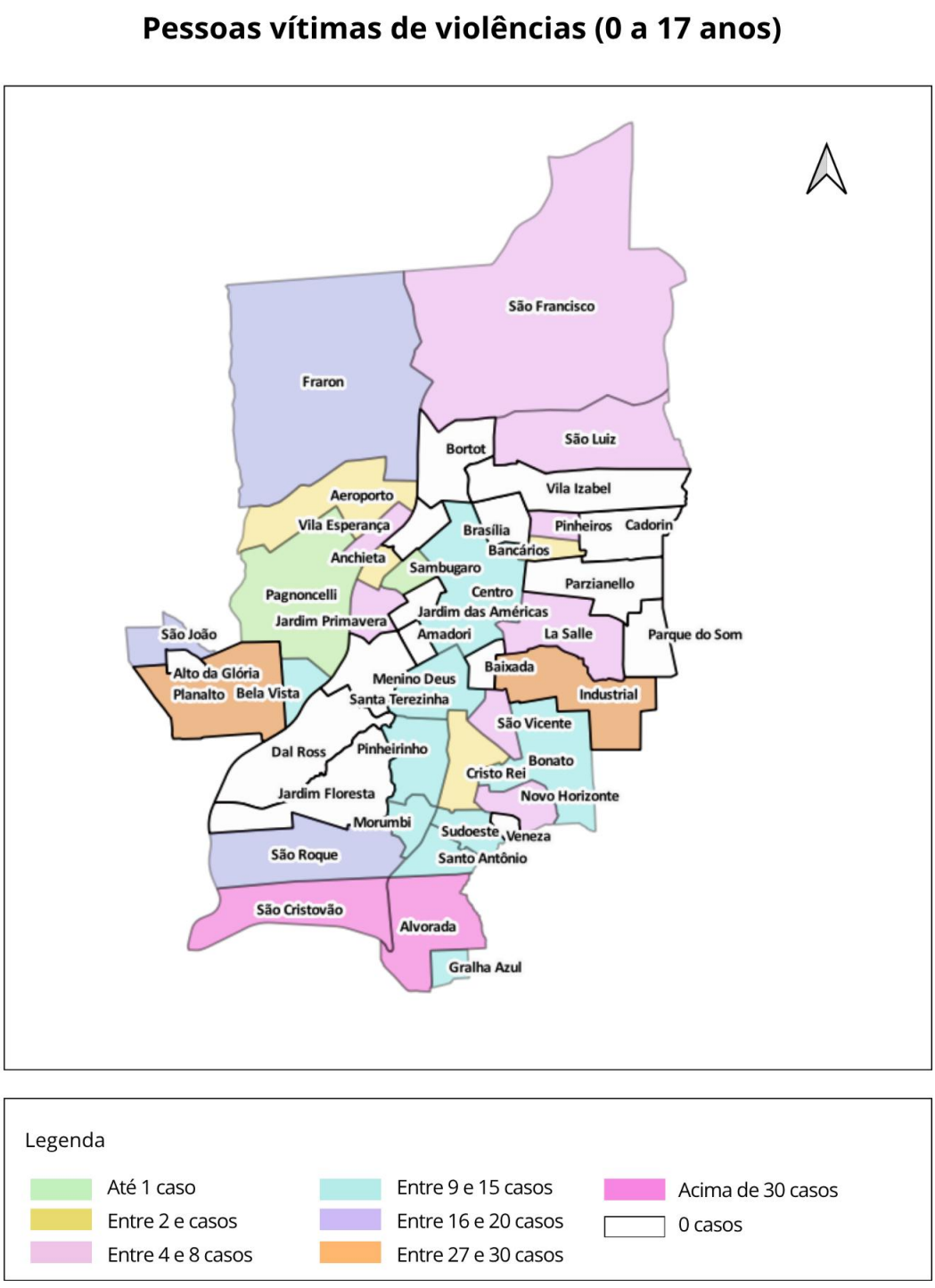

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

Figura 22 – Pessoas vítimas de violência (2024 – 2025) residentes no interior



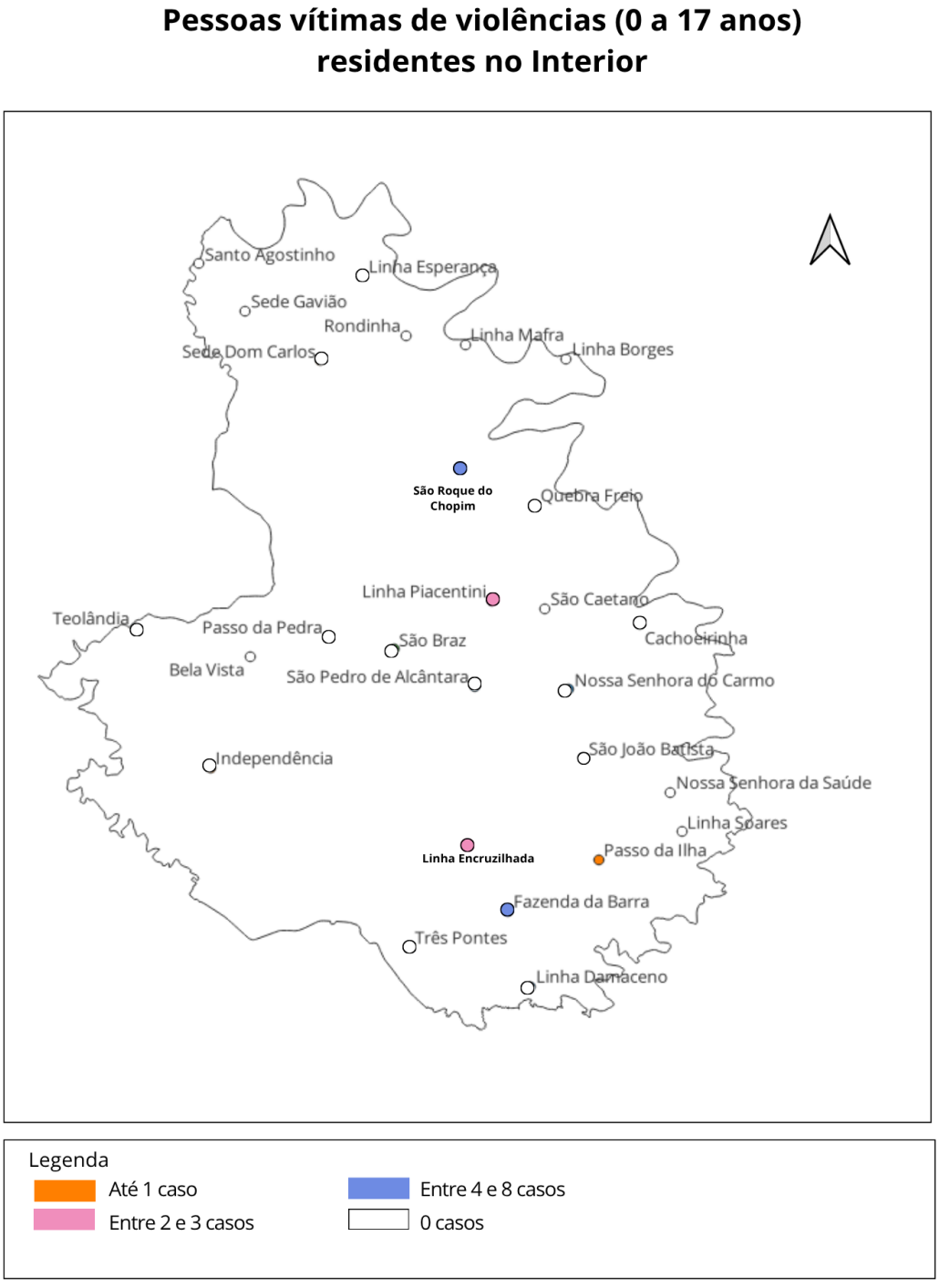

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

Figura 23 – Pessoas vítimas de violência (0 a 17 anos)



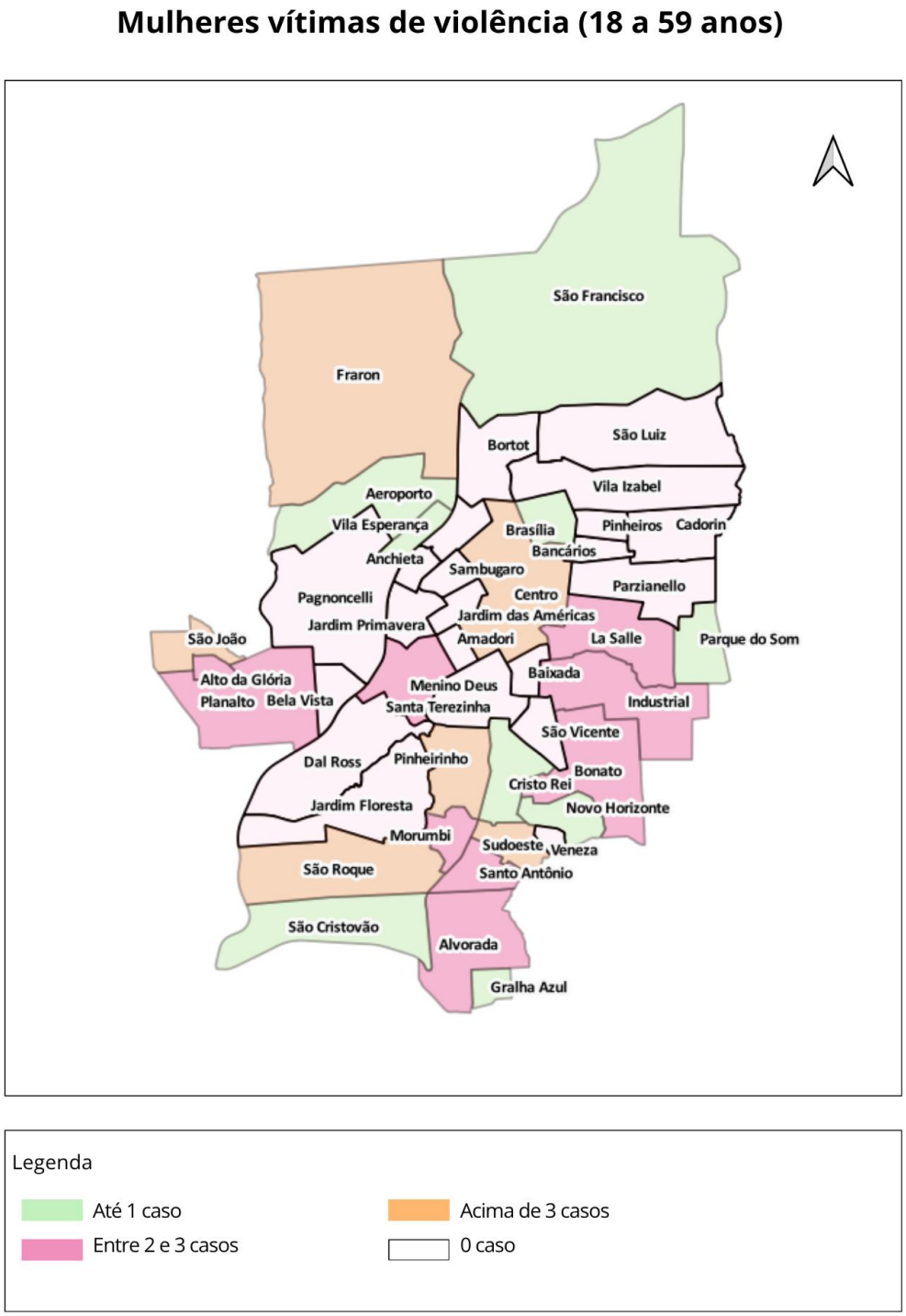

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

Figura 24 - Pessoas vítimas de violência (0 a 17 anos) residentes do interior




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

Figura 25 – Mulheres entre 18 e 59 anos vítimas de violência




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

Figura 26 – Mulheres entre 18 e 59 anos vítimas de violência residentes no interior

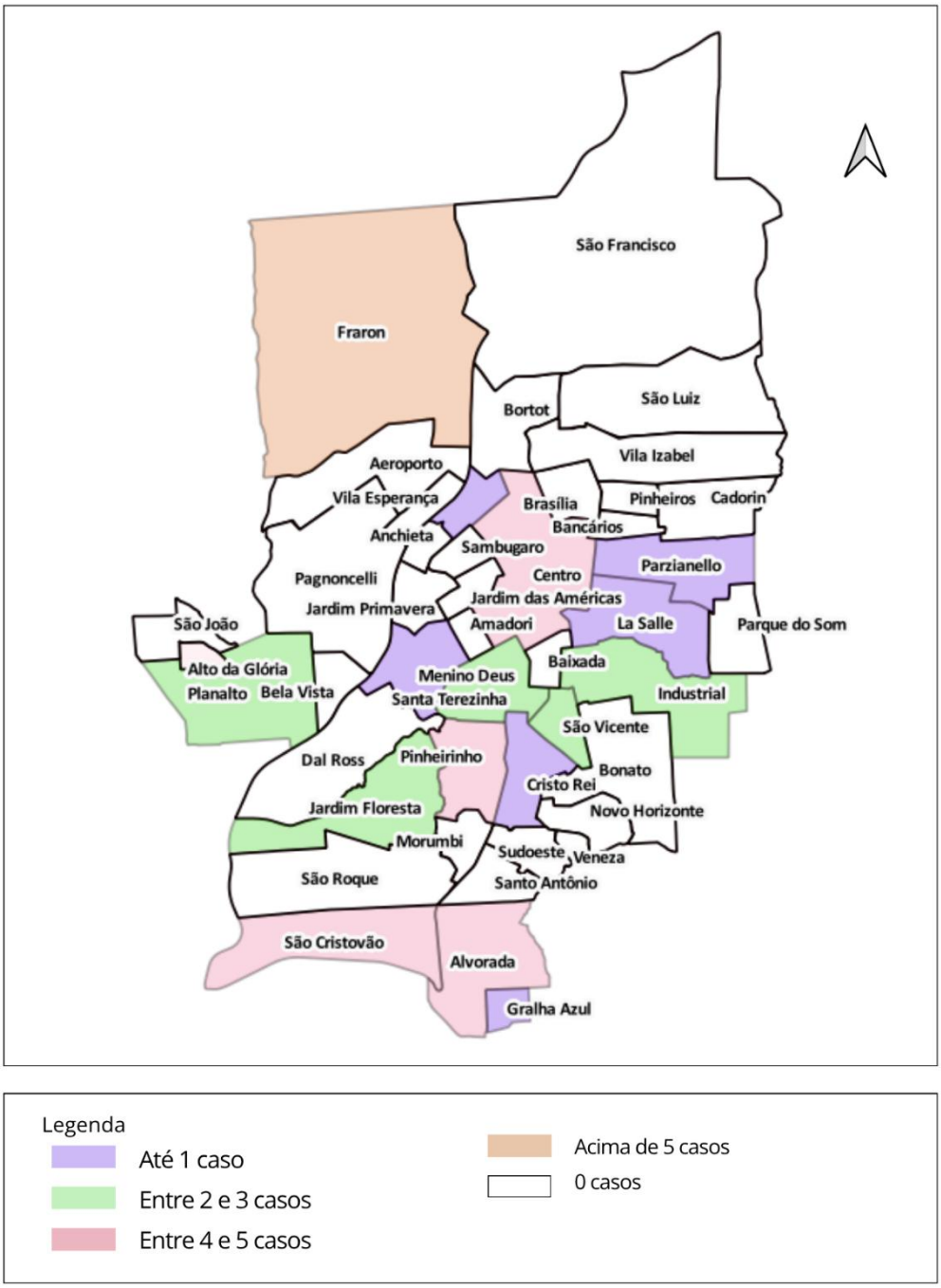



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

Figura 27 – Pessoas idosas vítimas de violência

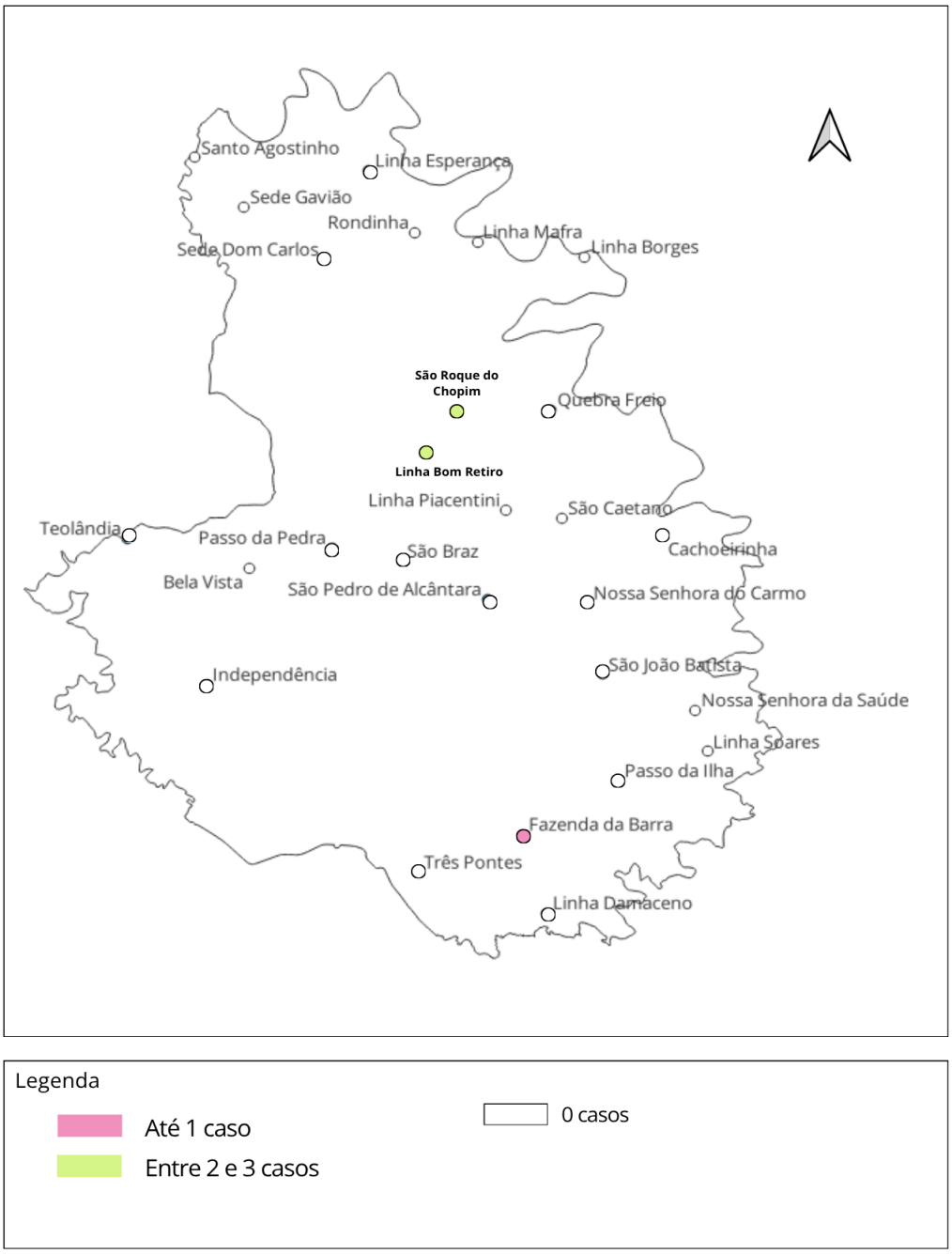
PREFEITURA DE
PATO BRANCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## Pessoas idosas vítimas de violência




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

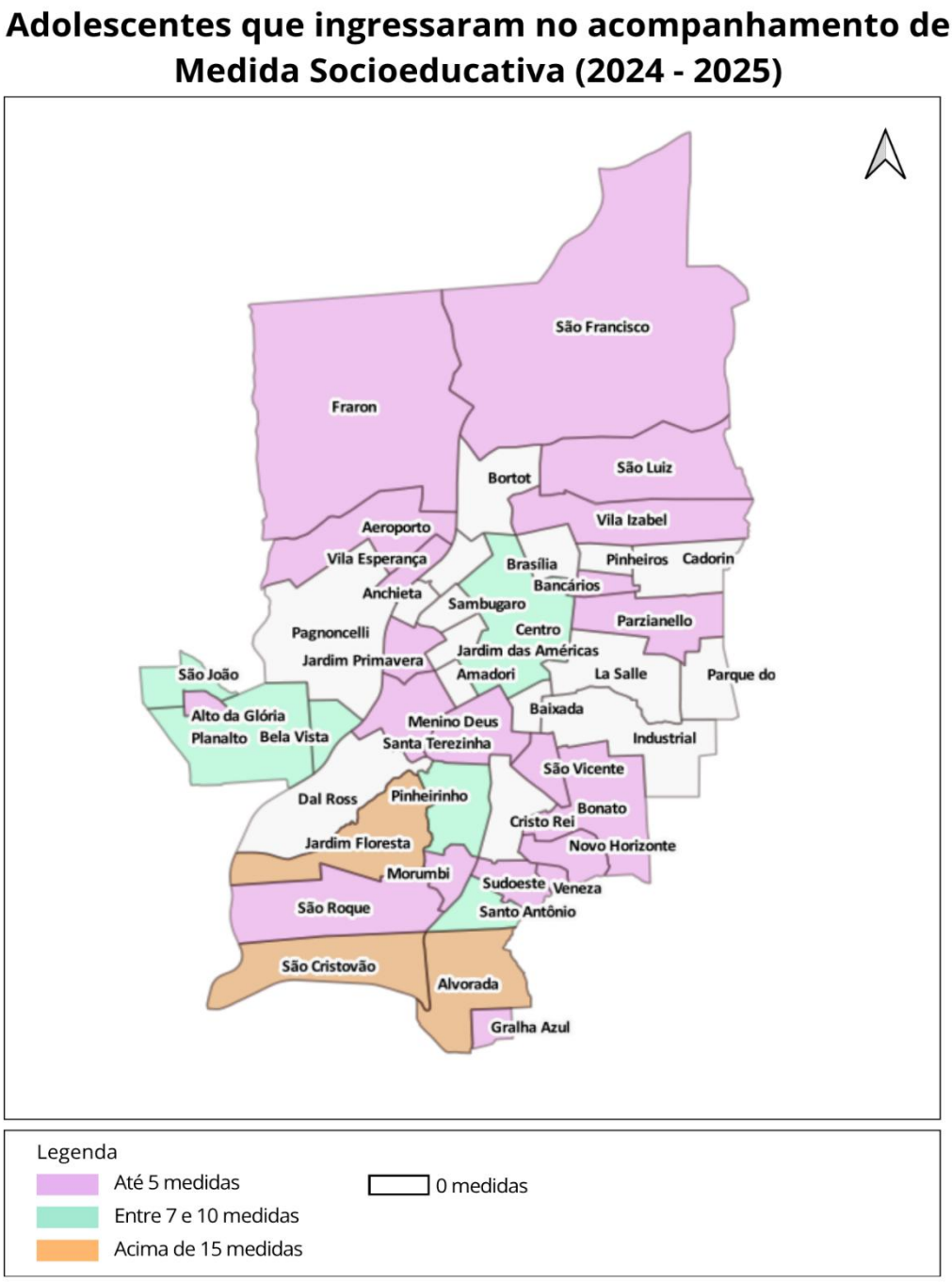
Figura 28 – Pessoas idosas vítimas de violência residentes no interior




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

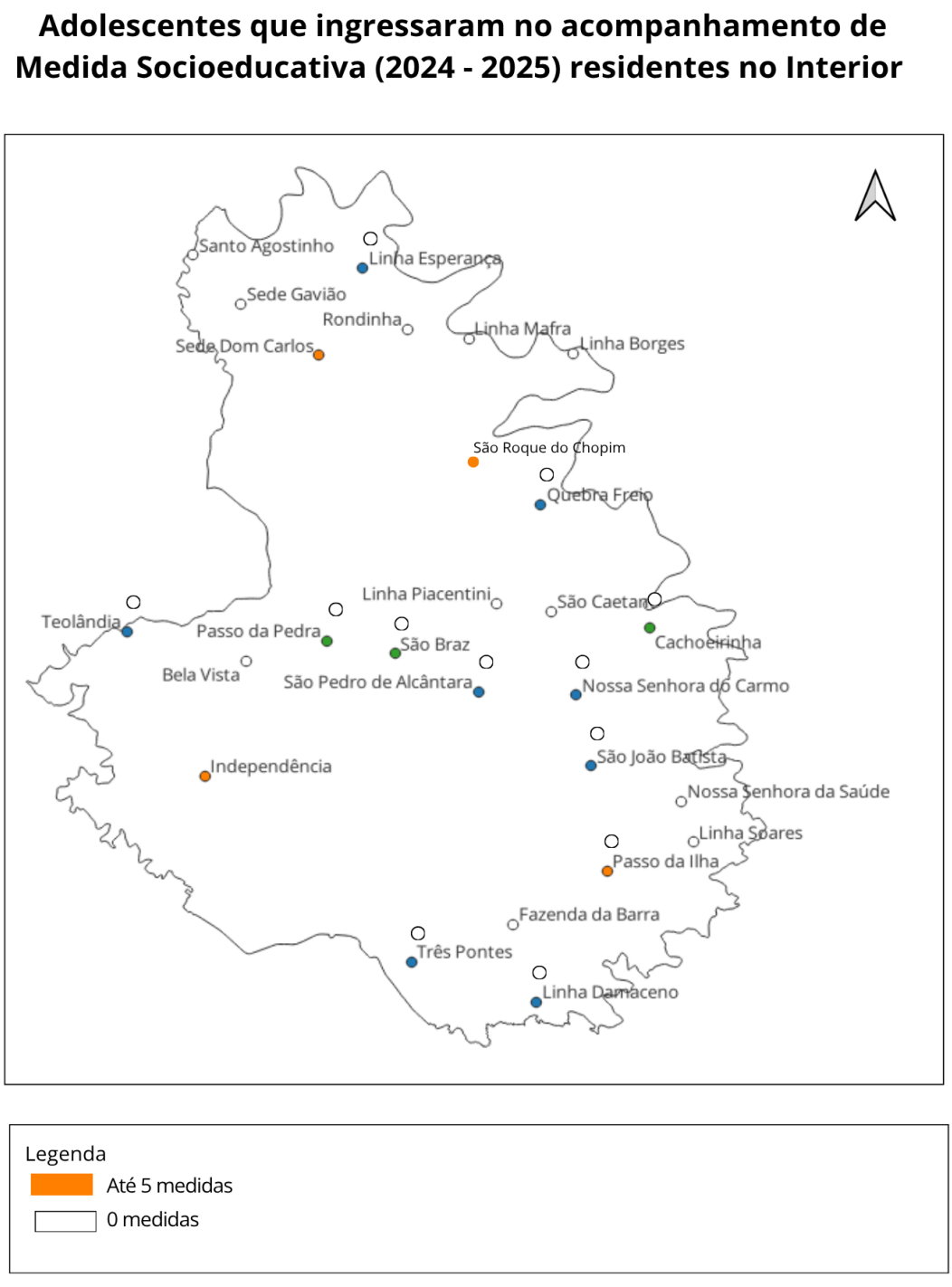
## 5.13 – Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de medida socioeducativa (2024 – 2025)

Figura 29 – Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de medida socioeducativa (2024 – 2025)




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

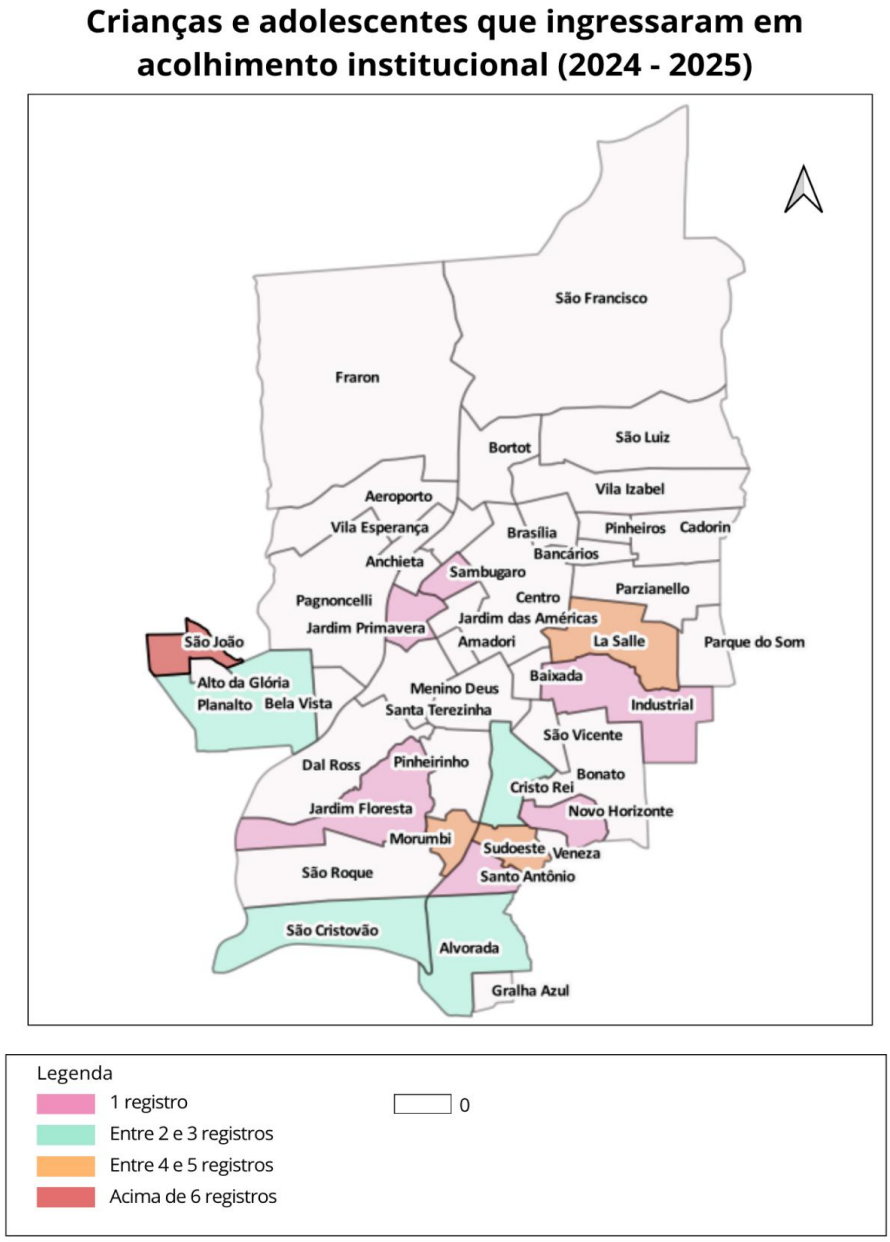
Figura 30 - Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de medida socioeducativa (2024 – 2025) residentes no interior




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

5.14 Crianças e adolescentes que ingressaram em acolhimento institucional (2024 – 2025)

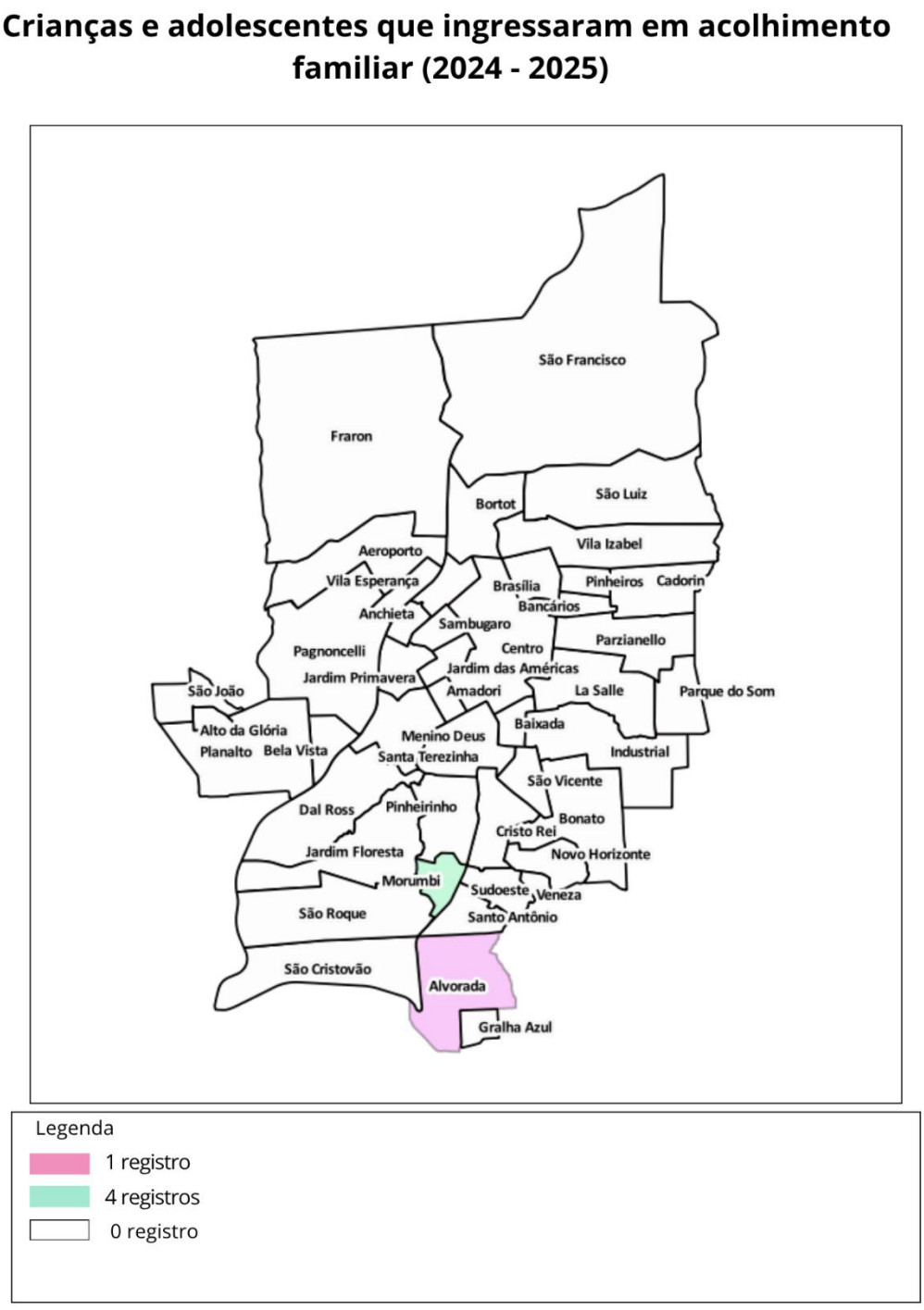
Figura 31 – Crianças e adolescentes que ingressaram em acolhimento institucional (2024 – 2025)




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

5.15 Crianças e adolescentes que ingressaram em acolhimento familiar (2024 – 2025)

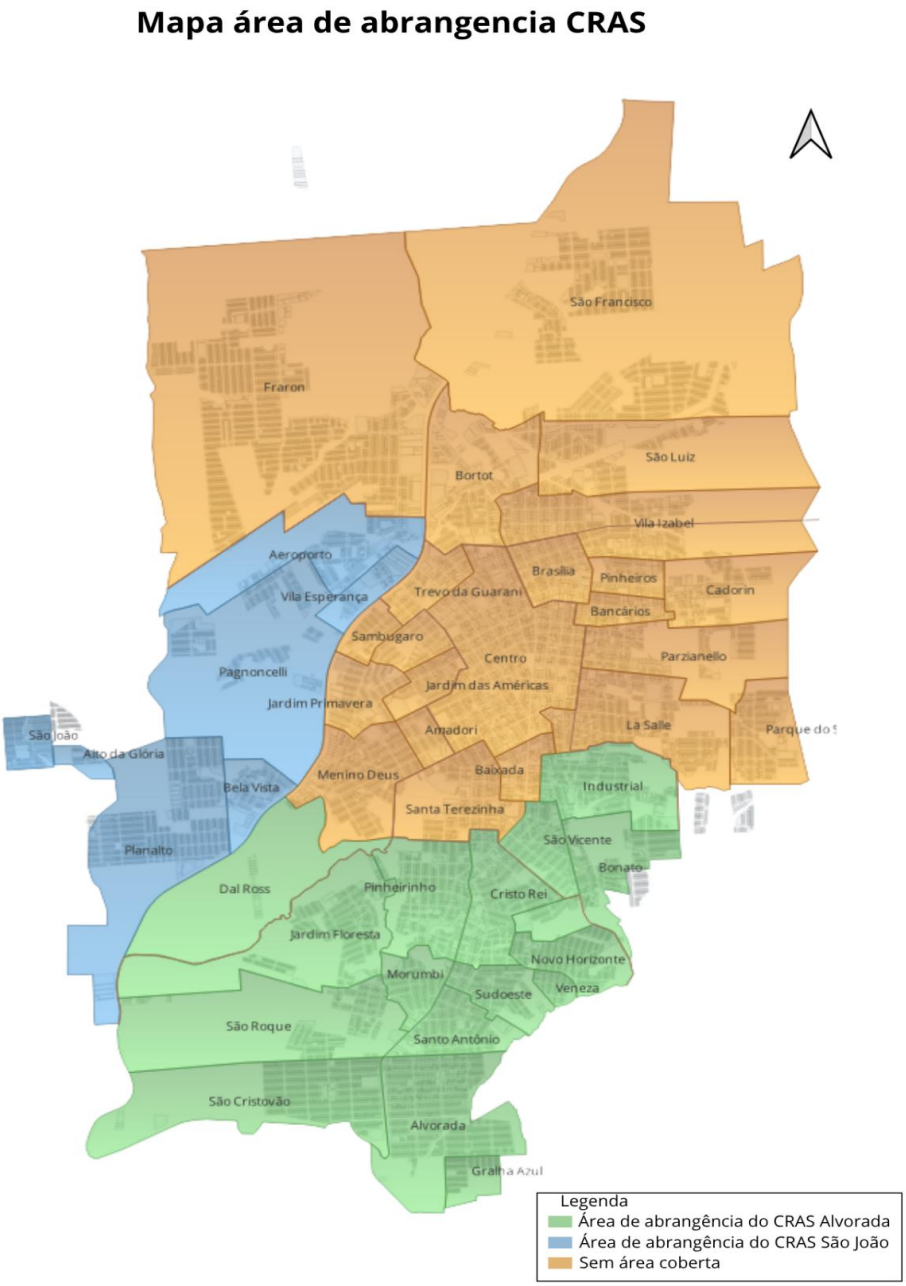
Figura 32 – Crianças e adolescentes que ingressaram em acolhimento familiar (2024 – 2025)




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

## 5.16 Mapa área de abrangência CRAS

Figura 33 – Mapa área de abrangência CRAS




Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2026.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, reconhece a Assistência Social como política integrante da Seguridade Social, destinada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, estabelecendo como objetivos, entre outros, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, as pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS consolidou a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, enquanto a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS estabeleceram bases para sua organização territorializada, considerando as vulnerabilidades, os riscos sociais, as potencialidades dos territórios e a necessidade de organização das ofertas de acordo com as demandas da população.

Nesse contexto, a Vigilância Socioassistencial assume papel estratégico na gestão do SUAS ao produzir, sistematizar e analisar informações territorializadas acerca das situações de vulnerabilidade e risco social, das demandas apresentadas pela população e da capacidade de resposta da rede socioassistencial.

O Diagnóstico Socioterritorial de Pato Branco, elaborado em 2026, foi construído nessa perspectiva, reunindo informações referentes aos anos de 2024 e 2025, provenientes de bases oficiais, registros administrativos, Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Registro Mensal de Atendimentos – RMA, sistema municipal de registros e demais fontes utilizadas pela gestão. A territorialização dessas informações permite não apenas conhecer o perfil da população atendida, mas também relacionar demandas, vulnerabilidades e ofertas existentes nos diferentes territórios do Município.

Os resultados demonstram que Pato Branco apresenta uma realidade socioassistencial dinâmica, influenciada pelo crescimento populacional, pelas mudanças na composição das famílias, pelo envelhecimento da população, pela presença de pessoas imigrantes, pelas situações de pobreza e vulnerabilidade

econômica e pela diversidade de situações de risco e violação de direitos que chegam aos serviços socioassistenciais. O Município possuía 91.836 habitantes no Censo Demográfico de 2022, após crescimento expressivo em relação aos 72.370 habitantes registrados em 2010.

A análise realizada evidencia, ao mesmo tempo, avanços na estruturação da rede socioassistencial e desafios relacionados à cobertura territorial, à estrutura e à capacidade de atendimento dos serviços, à organização dos processos de trabalho, à qualidade dos registros e à necessidade de planejamento contínuo das ofertas socioassistenciais, considerando as mudanças identificadas nos territórios.

Considerando os indicadores apresentados ao longo do diagnóstico, destacam-se como principais desafios e direcionamentos para o aprimoramento do SUAS no Município:

**Proteção Social Básica**

A análise territorial evidencia a necessidade de continuidade do processo de organização e fortalecimento da cobertura da Proteção Social Básica. Atualmente, a organização dos dois CRAS permite o referenciamento das Regiões Sul e Oeste, enquanto existe uma parcela significativa de famílias residentes nas Regiões Central, Norte, Leste e no Interior que permanece sem unidade de CRAS de referência, sendo parte dessas demandas absorvidas diretamente pelo órgão gestor.

Essa realidade reforça a importância de acompanhar a distribuição territorial das demandas e das ofertas da Proteção Social Básica, considerando a distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único, dos beneficiários do Programa Bolsa Família e do BPC, bem como os demais indicadores de vulnerabilidade identificados neste diagnóstico. A análise desses elementos pode subsidiar o planejamento da cobertura territorial dos serviços e a definição das estratégias de atendimento mais adequadas às características de cada território.

Também merece atenção a ampliação das ações desenvolvidas pelos CRAS, incluindo visitas domiciliares, atualizações cadastrais e atendimentos realizados nos territórios. Esses movimentos evidenciam a utilização de estratégias de aproximação com as famílias e de presença das equipes nos territórios, cuja continuidade deve ser

acompanhada considerando as demandas identificadas e a organização dos processos de trabalho.

Em relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, os dados demonstram importante expansão da oferta entre 2024 e 2025, tanto no número de participantes quanto no volume de participações. Os dados também indicam a necessidade de acompanhar continuamente a distribuição territorial da oferta, de modo a identificar possíveis necessidades de adequação da cobertura e de organização das atividades conforme as características e demandas dos territórios.

Nesse sentido, destacam-se como prioridades para o aprimoramento das ofertas da Proteção Social Básica:

- fortalecer as estratégias de busca ativa, visitas domiciliares e atuação territorial, considerando as demandas identificadas e as possibilidades de organização das equipes;
- aprimorar o acompanhamento das famílias pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, observando a distinção entre atendimento e acompanhamento familiar e a adequada qualificação dos registros;
- dar continuidade ao processo de reordenamento do SCFV, considerando a distribuição territorial da oferta, as características dos públicos atendidos e as demandas identificadas;
- fortalecer a articulação entre PAIF, SCFV, Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC e demais serviços da rede socioassistencial;
- aprimorar a identificação e o registro das situações prioritárias dos usuários do SCFV, contribuindo para o monitoramento e a qualificação das informações sobre o público atendido;
- acompanhar os resultados da dimensão “Serviços e Benefícios” do IDCRAS, especialmente a redução observada entre 2023 e 2024, utilizando essas informações como subsídio para o planejamento e o aprimoramento das ofertas.

**Proteção Social Especial de Média Complexidade**

Os dados referentes ao PAEFI demonstram que, embora tenha ocorrido redução no número médio de casos em acompanhamento entre 2024 e 2025, houve aumento das ações técnicas realizadas junto às famílias e indivíduos, especialmente dos atendimentos individualizados e das visitas domiciliares. Esse cenário evidencia a importância de analisar a demanda do CREAS para além do número de casos acompanhados, considerando também a intensidade, a complexidade e a duração das intervenções realizadas. A análise dos registros de violência e violação de direitos reforça a necessidade de atuação articulada entre Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública, Sistema de Justiça, Conselho Tutelar e demais integrantes da rede de proteção. As situações envolvendo crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência exigem fluxos definidos e mecanismos permanentes de referência e contrarreferência.

Da mesma forma, os dados das Medidas Socioeducativas e do Serviço Especializado em Abordagem Social demonstram a importância da manutenção de equipes de referência e da articulação intersetorial para atendimento das diferentes situações identificadas.

Assim, constituem prioridades:

- monitorar periodicamente a demanda e a capacidade de atendimento do PAEFI, considerando os parâmetros técnicos do serviço e a complexidade das situações acompanhadas;
- consolidar protocolos e fluxos de inclusão, acompanhamento, referência, contrarreferência e desligamento dos usuários do PAEFI;
- fortalecer os fluxos intersetoriais para atendimento às diferentes formas de violência e violação de direitos;
- aperfeiçoar a territorialização dos registros de violência, permitindo identificar territórios e grupos com maior concentração de situações registradas;
- fortalecer as ações preventivas e de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

- manter e aprimorar a atuação da equipe de referência responsável pelas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e sua articulação com o Sistema de Garantia de Direitos;
- aperfeiçoar e padronizar os procedimentos do Serviço Especializado em Abordagem Social;
- fortalecer a articulação entre a Assistência Social, a Saúde e demais políticas para atendimento às pessoas em situação de rua;
- acompanhar os fatores relacionados à dimensão “Serviços e Benefícios” do IDCREAS, considerando seus resultados como elemento relevante para o planejamento e aprimoramento da Proteção Social Especial.

**Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

A análise dos dados referentes à Proteção Social Especial de Alta Complexidade demonstra a existência de diferentes modalidades de acolhimento no Município, executadas diretamente pelo poder público e pela rede socioassistencial privada, contemplando crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas em situação de rua e pessoas que necessitam permanecer no Município para tratamento de saúde. A diversidade das ofertas identificadas demonstra a presença de uma rede de acolhimento constituída para atender diferentes públicos e situações que demandam proteção integral.

No Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, os dados evidenciam a retomada dos acolhimentos em 2025, após período sem novos acolhimentos, em decorrência do processo de reorganização do Serviço. Esse resultado indica a importância da manutenção das ações de mobilização, divulgação, seleção, formação e acompanhamento das famílias, de modo a assegurar a continuidade e a disponibilidade da modalidade de acolhimento.

Os registros também evidenciam a ocorrência de acolhimentos de pessoas com deficiência fora do Município, aspecto que merece atenção no planejamento da proteção social, considerando a necessidade de avaliar alternativas de oferta no próprio território ou de forma regionalizada. Trata-se de uma demanda que requer análise quanto ao perfil das pessoas acolhidas, às necessidades de proteção

apresentadas e às possibilidades de organização da oferta, de modo a subsidiar decisões futuras da gestão.

Em relação ao acolhimento de pessoas idosas, o acompanhamento dos registros e da capacidade da rede existente também se mostra relevante diante das transformações demográficas observadas no Município, especialmente o processo de envelhecimento populacional identificado neste diagnóstico. A análise dessa demanda deve considerar não apenas o número de acolhimentos realizados, mas também as características das situações que levam à necessidade de acolhimento e a capacidade de resposta da rede.

Diante dos dados analisados, destacam-se como prioridades para o aprimoramento das ofertas da Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- fortalecer continuamente o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, por meio de estratégias de divulgação, captação, seleção, formação e acompanhamento das famílias acolhedoras;
- fortalecer a articulação entre os serviços de acolhimento, a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial, a Saúde, o Sistema de Justiça e as demais políticas públicas, favorecendo os processos de desacolhimento, reintegração familiar e construção de autonomia, conforme as possibilidades e necessidades de cada situação;
- acompanhar as demandas e as características dos públicos atendidos pelos serviços de acolhimento, contribuindo para a identificação de necessidades de aprimoramento das ofertas e para o planejamento da rede socioassistencial.

**Benefícios Eventuais e Segurança de Renda**

Os dados relacionados ao Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e benefícios eventuais demonstram a relevância da segurança de renda como dimensão da proteção social no Município. Entretanto, o acesso aos benefícios deve permanecer articulado ao trabalho social desenvolvido pelos serviços socioassistenciais, evitando sua compreensão como resposta isolada às situações de vulnerabilidade.

Nesse contexto, destaca-se a recente atualização da legislação municipal que regulamenta os benefícios eventuais, representando um avanço na organização e qualificação dessa oferta no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

Dessa forma, mostra-se necessário:

- acompanhar e monitorar a aplicação da legislação municipal atualizada, garantindo a observância dos critérios de concessão, a transparência, o acesso equitativo e o respeito à autonomia técnica dos profissionais;
- ampliar a divulgação dos benefícios eventuais, dos critérios de concessão e das formas de acesso pela população;
- monitorar territorialmente a concessão dos benefícios eventuais, identificando a concentração de demandas e as mudanças no perfil das famílias beneficiárias;
- fortalecer a articulação entre benefícios eventuais, PAIF, PAEFI, Cadastro Único e demais ofertas socioassistenciais;
- acompanhar a implantação do cartão magnético para a concessão do auxílio-alimentação, visando ampliar a autonomia dos usuários na escolha e aquisição dos alimentos, de acordo com suas necessidades, preferências e particularidades familiares;
- fortalecer os procedimentos de organização, registro e monitoramento da concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade pública, observando as disposições da legislação municipal vigente;
- manter ações permanentes de atualização e qualificação cadastral, especialmente diante das inconsistências e alterações na composição familiar identificadas nos registros.

**Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial**

A abrangência dos dados sistematizados neste diagnóstico demonstra a importância de fortalecer e aprimorar a Vigilância Socioassistencial como função permanente da gestão municipal do SUAS. A produção e análise de informações

territorializadas permitem subsidiar decisões relacionadas à implantação, expansão, reordenamento e financiamento das ofertas dos serviços.

Os resultados do IDCRAS e do IDCREAS também reforçam a necessidade de atenção contínua à organização e à oferta dos serviços socioassistenciais. Embora tenham sido identificados avanços em dimensões relacionadas à estrutura física e aos recursos humanos, a dimensão de Serviços e Benefícios demanda atenção, tanto na Proteção Social Básica quanto na Especial.

Nesse sentido, apresentam-se recomendações relacionadas à Vigilância Socioassistencial e à gestão do SUAS:

**Vigilância Socioassistencial**

- ampliar e aprimorar os processos de produção, análise e disseminação de informações territorializadas, fortalecendo seu uso no planejamento e na tomada de decisões da gestão;
- estabelecer rotina permanente de produção, análise e divulgação de indicadores socioassistenciais;
- elaborar e atualizar o Diagnóstico Socioterritorial conforme a periodicidade estabelecida, incorporando a análise territorial da vulnerabilidade e da cobertura da rede socioassistencial;
- desenvolver instrumentos de monitoramento das unidades públicas e das entidades integrantes da rede socioassistencial;
- aperfeiçoar e padronizar os registros realizados no sistema municipal, estabelecendo conceitos, procedimentos e responsabilidades;
- utilizar os indicadores do RMA, Censo SUAS, IDCRAS, IDCREAS, Cadastro Único e sistema municipal de registros de forma integrada à análise e ao planejamento da política;
- disponibilizar e disseminar os resultados do Diagnóstico Socioterritorial e dos processos de monitoramento, de modo a subsidiar a definição das prioridades da gestão e os processos de avaliação do SUAS.

**Gestão do SUAS**

- fortalecer o monitoramento das metas do Plano Municipal de Assistência Social e das deliberações das Conferências Municipais;
- fortalecer as ações de educação permanente dos trabalhadores do SUAS, em articulação com o setor de Educação Permanente, considerando as necessidades de qualificação identificadas nos serviços socioassistenciais, bem como promover ações de supervisão técnica;
- assegurar equipes de referência compatíveis com as necessidades dos serviços e com os parâmetros da NOB-RH/SUAS, considerando as especificidades das ofertas socioassistenciais;
- garantir planejamento orçamentário e financeiro compatível com a manutenção, o aprimoramento e a expansão das ofertas socioassistenciais;
- avaliar e aprimorar a organização territorial da Proteção Social Básica, considerando as características da população, a distribuição das demandas, os territórios de abrangência dos CRAS e as ofertas existentes;
- avaliar, com base nas demandas territoriais e nos parâmetros do SUAS, a necessidade e a viabilidade de implantação de nova unidade de CRAS;
- assegurar condições adequadas de funcionamento da Casa de Acolhimento Proteger e da Casa de Passagem, considerando as necessidades de estrutura física, recursos humanos e manutenção das ofertas, conforme os parâmetros e as normativas do SUAS;
- Avaliar a necessidade e a viabilidade de implantação de serviço de acolhimento para pessoas com deficiência no Município, considerando a modalidade de Residência Inclusiva, quando pertinente, os registros de acolhimentos realizados em outras localidades, o perfil e as necessidades das pessoas atendidas e os parâmetros estabelecidos pelas normativas do SUAS;
- avaliar a necessidade e a viabilidade de ampliação da oferta de acolhimento em Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI), considerando o envelhecimento populacional, as demandas identificadas e a capacidade de atendimento da rede existente;
- avaliar a implementação e o fortalecimento de programas e estratégias de apoio às famílias cuidadoras de pessoas idosas e pessoas com

deficiência, visando à prevenção de situações de institucionalização e à promoção do direito à convivência familiar e comunitária;

- avaliar a atualização da estrutura administrativa e do quadro de cargos da Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando as funções essenciais da gestão do SUAS e os parâmetros da NOB-RH/SUAS, especialmente quanto à estruturação da área de Gestão do Trabalho;
- fortalecer os processos de referência e contrarreferência entre a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial e a rede intersetorial;
- considerar as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial na definição das prioridades, na organização das ofertas e no planejamento da Política de Assistência Social.

Por fim, os dados apresentados demonstram que o Município de Pato Branco dispõe de uma rede socioassistencial diversificada, que vem passando por processos de ampliação e aprimoramento de suas ofertas. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional, as desigualdades territoriais, as mudanças no perfil das famílias e a complexidade das situações de vulnerabilidade e risco social demandam planejamento contínuo, de modo que as ofertas da Política de Assistência Social acompanhem as necessidades identificadas nos territórios.

O principal desafio para os próximos anos consiste, portanto, em fortalecer uma atuação cada vez mais planejada, territorializada e preventiva, que, além de responder às demandas apresentadas às unidades, possibilite identificar necessidades e vulnerabilidades, ampliar a presença e a atuação dos serviços nos territórios e aprimorar a articulação entre benefícios, serviços socioassistenciais e demais políticas públicas.

Nesse processo, a Vigilância Socioassistencial desempenha papel estratégico ao sistematizar e analisar os dados produzidos cotidianamente pela rede, transformando-os em informações que subsidiem a tomada de decisões, a definição de prioridades, o monitoramento das ofertas e a avaliação de sua adequação às necessidades da população. A utilização dessas informações pela gestão, pelas equipes, pelos conselhos municipais e pelos demais atores envolvidos nas políticas

públicas contribui para o fortalecimento do planejamento, do monitoramento e da avaliação do SUAS, bem como para a articulação intersetorial.

Dessa forma, o Diagnóstico Socioterritorial de Pato Branco/2026 não deve ser compreendido apenas como um conjunto de dados estatísticos e indicadores, mas como um instrumento de conhecimento da realidade social do Município, que permite identificar vulnerabilidades, riscos sociais, necessidades e potencialidades dos territórios. Sua utilização contínua deverá subsidiar a gestão municipal e as equipes dos equipamentos socioassistenciais no planejamento, na organização e na qualificação das ofertas, bem como contribuir para a elaboração e o acompanhamento do Plano Municipal de Assistência Social, o planejamento orçamentário, os processos de monitoramento e avaliação e a definição das prioridades da Política Municipal de Assistência Social, considerando as necessidades e particularidades da população e dos territórios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Rafael Lorenzeto de. **Mapa do estado do Paraná**. 2 jun. 2006. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: CNAS, 2009. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-109-de-11-de-novembro-de-2009/. Acesso em: 14 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, DF: CNAS, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS). Brasília, DF: CNAS, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Brasília, DF: CNAS, 2012. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Brasília, DF: INEP, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília, DF: INEP, [s. d.]. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CECAD 2.0): série histórica, Pato Branco (PR)**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [s. d.]. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Guia do BPC: orientações gerais**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, out. 2021. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/10/Guia_BPC-Orientacoes_Gerais_14.10.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s. d.]. Disponível em: https://cnes.datasus.gov.br/. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS: informações de saúde (TABNET)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s. d.]. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/. Acesso em: 15 ago. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. **O que é habitação de interesse social?**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/8-o-que-e-habitacao. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/habitacao/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS)**. Brasília, DF: MDS, [s. d.]. Sistema de informação.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Censo SUAS 2025**. Brasília, DF: MDS, 2025. Base de dados administrativa.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Censo SUAS: bases e resultados**. Brasília, DF: MDS, [s. d.]. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Indicadores IDCRAS e IDCREAS: séries históricas 2023 e 2024**. Brasília, DF: MDS, [s. d.]. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Registro Mensal de Atendimentos (RMA) – painéis e informações da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, DF: MDS, [s. d.]. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Vigilância Socioassistencial**. Brasília, DF: MDS, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial-1/vigilancia-socioassistencial. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Caderno de orientações técnicas: serviço de medidas socioeducativas em meio aberto**. Brasília, DF: MDSA, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília, DF: MDS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. Brasília, DF: MDS, 2012. 2 v.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, DF: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Registro Mensal de Atendimentos – CREAS: manual de instruções, versão preliminar**. Brasília, DF: MDS, set. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Novo CAGED**. Brasília, DF: MTE, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil do município: CAGED**. Brasília, DF: MTE, [s. d.]. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **VIS DATA 3: explorador de dados**. Brasília, DF: SAGI, [s. d.]. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php. Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (PARANÁ). **Dados sobre unidades de conservação**. Curitiba: IAT, [s. d.]. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Dados-sobre-Unidades-de-Conservacao. Acesso em: 26 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Pato Branco (PR)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama. Acesso em: 15 jul. 2026.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico: município de Pato Branco**. Curitiba: IPARDES, mar.

2024. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85500. Acesso em: 16 jul. 2026.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta Escolas**. Curitiba: SEED, 2026. Base de consulta institucional.

PATO BRANCO (PR). Lei nº 5.933, de 23 de junho de 2022. Altera dispositivos da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autorizou o Poder Executivo a conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento. Pato Branco: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: https://sapl.patobranco.pr.leg.br/ta/6721/text.

PATO BRANCO (PR). Prefeitura Municipal. **Informações gerais**. Pato Branco: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://patobranco.pr.gov.br/omunicipio/informacoes-gerais/. Acesso em: 20 jul. 2026.

PATO BRANCO (PR). Secretaria Municipal de Assistência Social. **Cadastro Único: extrações municipais utilizadas no Diagnóstico Socioterritorial 2026**. Pato Branco: SMAS, 2026. Base de dados administrativa.

PATO BRANCO (PR). Secretaria Municipal de Assistência Social. **Sistema Municipal de Registros: dados administrativos da rede socioassistencial, 2024–2025**. Pato Branco: SMAS, 2026. Base de dados de acesso restrito.

PATO BRANCO (PR). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Informações sobre a rede municipal de ensino: levantamento de 2026**. Pato Branco: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2026. Dados administrativos.

PATO BRANCO (PR). Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2026–2029**. Pato Branco: Secretaria Municipal de Saúde, 2026. Documento institucional.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: perfil de Pato Branco (PR)**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411850. Acesso em: 12 ago. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: https://geographia.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Milton-Santos-A-Natureza-do-Espaco.pdf. Acesso em: 6 jul. 2026.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Painel de saneamento**. Brasília, DF: SNIS, [s. d.]. Disponível em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua/?cod=4. Acesso em: 22 jul. 2026.